



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**  
Centro de Educação e Humanidades  
Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo


Henrique Mendonça da Silva

**A medicina social eugênica de Luiz Palmier e suas atuações em educação e  
saúde**

São Gonçalo  
2011

Henrique Mendonça da Silva

**A medicina social eugênica de Luiz Palmier e suas atuações em educação e saúde**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Social do Território.

Orientador: Prof. Dr. Luís Reznik  
UERJ

São Gonçalo-RJ  
2011

Henrique Mendonça da Silva

**A medicina social eugênica de Luiz Palmier e suas atuações em educação e saúde**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em História Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Social do Território.

Aprovada em 14 de dezembro de 2011.

Orientador:

Prof. Dr. Luís Reznik

Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo - UERJ

Banca Examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Teresa Villela Bandeira de Mello

Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo - UERJ

---

Prof. Dr. Luiz Otávio Ferreira

Casa de Oswaldo Cruz

São Gonçalo

2011

## DEDICATÓRIA

À minha mãe, Delisete (em memória); a Francisco, meu pai, e à Fernanda Mendes e nossa ligação.

## AGRADECIMENTOS

Agradecer a uma ou outra pessoa depois de um processo tão longo é algo extremamente difícil e repleto de perigos, em virtude de um número enorme de pessoas que me ajudaram durante os últimos anos desta pesquisa. Mas não poderei me furtar de arriscar algumas linhas para formar um muito obrigado.

Ao Luiz Reznik – meu orientador e amigo. Presente já há alguns anos em minha vida desde os tempos da graduação, no Grupo de Pesquisa História de São Gonçalo: memória e identidade (GPHSMI) e, finalmente, no mestrado, a ele agradeço o estímulo, a conversa franca e o auxílio reflexivo sobre o meu texto.

Ao Rui Aniceto Nascimento Fernandes – amigo de turma, com quem convivo há alguns anos devido a alguns espaços acadêmicos que ambos frequentamos, e por quem nutro admiração em virtude de sua história de vida e capacidade de produção intelectual.

Ao amigo Jorge Cesar Pereira Nunes, que foi um colaborador, um leitor atento e perspicaz e um espírito que muito me auxiliou na articulação desta pesquisa. Muito obrigado, amigo Jorge.

Ao corpo docente do Departamento de Ciências Humanas (DCH) e do Departamento de Educação (DEDU) da Faculdade de Formação de Professores da UERJ, cujos membros ao longo dos últimos anos colaboraram com esta pesquisa. Dentre os inúmeros professores que sempre me franquearam a proximidade intelectual, a conversa e a reflexão crítica sobre o meu trabalho, destaco o professor Gelson Rozentino de Almeida (DCH) pelo empréstimo de tempo, livros e compreensão. E destaco também a professora Sônia de Oliveira Câmara Rangel (DEDU) pela proveitosa cessão do seu tempo em conversas sobre a dimensão médica na história da Educação no país, a seleção e empréstimos de publicações sobre o tema e a colaboração preciosa no momento da qualificação deste trabalho.

Por temer incorreções, faço um agradecimento genérico aos servidores das diversas instituições onde pesquisei nestes dois últimos anos, que me auxiliaram com sua competência técnica, trato cordial e orientação. Desta forma, são alvos dos meus

agradecimentos os funcionários do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Biblioteca e Arquivo da Casa de Oswaldo Cruz, Biblioteca Nacional, Arquivo da Academia Nacional de Medicina, Arquivo do jornal O São Gonçalo e finalmente os arquivos imagéticos e impressos sobre o município de São Gonçalo guardados pelo GPHSMI.

Ao Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, às professoras doutoras Daniela Bueno Calainho e Leticia Corrêa e aos funcionários da secretaria da Pós-Graduação: Andréia Cabral dos Santos Guimarães, Ailton José da Silva e Marcus Vinícius Marçal da Cunha, por sua atenção aos prazos, competência e agilização dos processos de auxílio para participação em eventos, agradeço a atenção e o cuidado dispensados.

Peço desculpas aos amigos Juliana Elianay, Fernanda Carvalho, Alessandro Mendonça e Adriano Reis e à minha família pelas repetidas ausências, as quais não fizeram cessar da parte deles o apoio e o carinho incondicionais.

Por fim, e sempre, agradeço a Deus.

## RESUMO

SILVA, Henrique Mendonça da. *A medicina social eugênica de Luiz Palmier e suas atuações em educação e saúde*. 2011. 238 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2011.

Este é um estudo sobre o intelectual e médico fluminense Luiz Palmier (1893-1955), que analisa seus projetos e produções intelectuais pela perspectiva do pensamento eugênico brasileiro. O fio condutor deste trabalho é marcar a presença deste intelectual como integrante do campo eugênico brasileiro, derivando daí a compreensão da particularidade da eugenia que se desenvolveu no país. A forma buscada foi a análise dos seus discursos e as práticas em educação e em saúde a que esteve ligado no município de São Gonçalo entre os anos de 1919-1955. Neste período de 36 anos Palmier relacionou-se com outros atores sociais (prefeitos, educadores, médicos, políticos, damas da sociedade fluminense, empresários, religiosos e a gente do município). Entusiasmou as pessoas daquela comunidade para projeto de conformar aquela região como um pedaço de um Brasil moderno. A forma para alcançar isto foi pela ação intelectual, pela pertinência política e pela atuação médico-social. Palmier foi um homem de ideias, que dialogou e soube se portar como um legítimo cidadão que gozava de plenos direitos nas várias repúblicas que encontrou em seu percurso. Esteve envolvido em um projeto de medicalização da cidade, ocorrido mais nitidamente entre os anos de 1930 e 1940 e que visava aperfeiçoar um dos elementos caros ao discurso modernizante do país à época, que era a infância e, por tabela, as mães. Estando à frente da criação de instituições médico-sociais ao longo destas duas décadas, efetivou este desejo de eugenizar mediante procedimentos de educação (particularmente a alfabetização), conduta laboral, higiene corporal, atenção alimentar (cuidados) e procedimentos de aquisição de higidez física.

Palavras-chave: História Social, história fluminense, eugenia, educação, saúde, micro-história, políticas sociais para a infância, amparo social, pedagogia maternal, filantropia e participação feminina no século XX.

## ABSTRACT

This is a study about Luiz Palmier (1893-1955), an intellectual and doctor from Rio de Janeiro, which analyzes his projects and intellectual productions from the perspective of eugenic thinking in Brazil. The guiding theme of this study is to mark the presence of this intellectual as part of the Brazilian eugenic field, deriving the understanding of the particularity of eugenics that was developed in the country. The sought way was the analysis of his discourses and practices in education and health which he was linked in the municipality of São Gonçalo between the years 1919-1955. In this period of 36 years Palmier was related to other social actors (mayors, educators, doctors, politicians, society ladies of the state, entrepreneurs, religious leaders and people of the municipality). He encouraged the people of that community to a project to conform that region as a piece of a modern Brazil. The way to achieve that was by the intellectual action, the political relevance and the medical and social work. Palmier was a man of ideas, who had voice and knew how to behave as a legitimate citizen who enjoyed full rights in the various republics he has encountered during his journey. He was involved in a project of medicalization of the city, which occurred more clearly between 1930 and 1940 and which aimed the improvement of an expensive element of the discourse of modernization of the country at that time, which was the childhood and, by extension, their mothers. Being ahead of the creation of medical and social institutions over these two decades, he accomplished his desire of eugenics through educational procedures (particularly literacy), workplace behavior, body care, dietary attention (care) and procedures to acquire good physical health.

Keywords: Social history, history of Rio de Janeiro, eugenics, education, health, micro-history, social policies for children, social support, maternal pedagogy, philanthropy and women's participation in the twentieth century.



## RÉSUMÉ

Ceci est une étude de l'intellectuel et médical Palmier de Rio de Janeiro, Luiz Palmier (1893-1955), qui analyse vos projets et productions intellectuelles de la perspective de la pensée eugéniste au Brésil. Le thème de ce travail est de marquer la présence de ce champ intellectuel dans le cadre de l'eugénisme brésilien, dérivant donc la compréhension de la particularité de l'eugénisme qui s'était développée dans le pays. L'ordonnance demandée a été l'analyse de leurs discours et des pratiques en matière d'éducation et de santé qui a été liée dans la municipalité de São Gonçalo en 1919-1955 ans. En cette période de 36 ans Palmier a été liée à d'autres acteurs sociaux (les maires, éducateurs, médecins, politiciens, dames de la société de l'État, les entrepreneurs, les chefs religieux et les gens de la municipalité). Et il a encouragé les gens de cette communauté de se conformer projet de cette région comme un morceau d'un Brésil moderne. Le moyen d'y parvenir a été par l'action intellectuelle, la pertinence politique et le travail médical et social. Palmier est un homme d'idées, qui a parlé et a appris à se comporter comme un citoyen légitime qui jouissait de plein droit dans les différentes républiques ont rencontré sur son chemin. Il a été impliqué dans un projet de médicalisation de la ville, ont été plus fortement entre 1930 et 1940 et visant à améliorer une coûteuse éléments du discours de la modernisation du pays à l'époque, qui était l'enfance et, par extension, leurs mères. Et en avance sur la création d'institutions médicales et sociales au cours de ces deux décennies, cette volonté de concrétiser les procédures eugéniser par l'éducation (en particulier l'alphabétisation), le comportement au travail, soins corps, la nourriture (les soins) et l'achat de la santé physique.

Mots-clés: Histoire sociale, histoire de Fluminense, Eugenia, éducation, santé, micro-histoire, les politiques sociales pour les enfants, le soutien social, pédagogie maternelle, la philanthropie et la participation des femmes au XXe siècle.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fotografia 1 -	CLP_SA_FOR_01 Recém formado em Farmácia, 1914.....	22
Fotografia 2 -	CLP_SA_FOR_03. Formatura de Medicina, 1918.....	23
Fotografia 3 -	CLP_EDU_INS_07. Homenagem prestada à professora Albertina Campos nas dependências do Grupo Escolar Nilo Peçanha, do qual foi diretora por mais de trinta anos. À mesa, da esquerda para a direita: 1ª, Odisséia Silveira de Siqueira; 2ª, professora Albertina Campos; 4º, Luiz Palmier; 5º, Belarmino de Mattos, 12/10/1941.....	105
Fotografia 4 -	CLP_EDU_EVE_15 Cruzada Nacional de Educação. Vista do auditório do ginásio da Faculdade de Direito de Niterói tomado por alunos de diversas instituições de ensino. Sentado, no canto inferior direito: Luiz Palmier, 1938.....	105
Fotografia 5 -	CLP_EDU_EVE_21. Desfile cívico. Escolares do Ginásio Orlando Rangel, então dirigido por Luiz Palmier. Este Ginásio foi criado pela CNEG ? Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, da qual Luiz Palmier foi Vice-Presidente da Seção Estadual, 1950.....	111
Fotografia 6 -	CLP_EDU_EVE_13. Vista panorâmica da solenidade comemorativa ao dia da Bandeira 19/11/1941.....	111
Fotografia 7 -	CLP_EVE_DIV_04. Festa do Tiro de Guerra, Grupo participante da festa do Tiro de Guerra 121. Da esquerda para direita vemos: 2º, jornalista Vieira de Macedo; 3º, Aquiles Vivas; 4º, Belarmino de Mattos, diretor-proprietário do jornal O São Gonçalo; 6º Brígido Tinoco, prefeito de São Gonçalo em 1940; 10º, Luiz Palmier, 1940.....	112
Fotografia 8 -	CLP_ALPF2_27ª. Passeio dos alunos do Lieceu Nilo Peçanha, presença de sete adolescentes, entre eles Luiz Palmier Filho (1º agachado da direita para esquerda). 1940.....	129
Fotografia 9 -	CLP_EDU_INS_12. Inauguração do parque de exercícios Alzira Vargas do Amaral Peixoto na Escola Rural Júlio Lima. Autoridades presentes à inauguração do Parque de Exercícios Alzira Vargas do Amaral Peixoto, na Escola Júlio Lima. Esta escola foi construída pela família do fazendeiro Júlio Lima e doada à municipalidade em 1930 tomando como patrono o patriarca da família Lima. Da esquerda para a direita, no 1º plano: 1º, Dr. Décio Gomes; 2º, Luiz Palmier; 5º, prefeito Nelson Correia Monteiro, que governou a cidade entre 1940 e 1945; 6º, Monsenhor Rocha (José Silveira Rocha), pároco da Igreja Matriz de São Gonçalo, atrás de quem está Aquiles Vivas. 1940.....	131

Tabela 1 -	Classificação das características do curso profissional feminino em São Gonçalo.....	143
Fotografia 10 -	CLP_EDU_INS_11. Reunião de professores e alunos do Instituto Profissional Feminino de São Gonçalo do Grupo Escolar Nilo Peçanha no Hospital de São Gonçalo. O Grupo Escolar foi o primeiro de São Gonçalo, inaugurado em 1917. Da esquerda para a direita, em pé: 3ª, Olívia Palmier Paiva. Sentados, na primeira fila, da esquerda para a direita: 2ª, Olga Palmier (esposa de Luiz Palmier); 4ª, professora Albertina Campos, que foi diretora do Grupo Escolar Nilo Peçanha; 6º, Luiz Palmier; 7ª, Aída Vieira de Souza, 1940.....	145
Fotografia 11 -	CLP_SA_HSG_41. Biotério do Hospital de São Gonçalo, 19/01/1941.....	165
Fotografia 12 -	CLP_SA_HSG_53. Doador de Sangue do Hospital de São Gonçalo, 1939..	166
Fotografia 13 -	CLP_SA_HSG_02. Obras do Hospital de São Gonçalo, Ao fundo desta foto vemos a placa com referência à obra, ao engenheiro responsável Dr.Hans Hoj e ao constructor (Antônio de Lima). Entre outros, da esquerda para a direita: 3º, Hermógenes Lima, tesoureiro da Associação do Hospital de São Gonçalo; 4º, Luiz Palmier; e 5º, o prefeito Miguelote Vianna, que teve um exercício em 1930 e outro entre 1932 e 1935. Na segunda fila, na extrema direita, o secretário da Associação(neste período), Ismael Branco e o jornalista e diretor proprietário do jornal O São Gonçalo, Belarmino de Mattos, 1930.....	170
Tabela 2 -	Movimento do Centro de Puericultura no ano de 1942.....	201
Fotografia 14 -	CLP_IGAMI_08, Crianças premiadas no concurso de robustez. Jul. 1940..	203
Fotografia 15 -	CLP_SA_CP_12 Solenidade no Centro de Puericultura, 1941.....	204
Fotografia 16 -	CLP_IGAMI_15. Horta do IGAMI Crianças trabalhando na horta do IGAMI. Entre os presentes: Luiz Palmier e Waldemar Zarro, pastor da Iª Igreja Batista de São Gonçalo, 1941.....	208
Fotografia 17 -	CLP_IGAMI_14. Oficina de tamancos do IGAMI, 1941.....	209
Fotografia 18 -	CLP_IGAMI_06. Instalação do Pelotão de Saúde Dr. Aureliano Barcelos, 1942.....	212
Fotografia 19 -	CLP_IGAMI_21. Inauguração da Biblioteca Luiz Palmier Filho e entrega de donativos as crianças assitidas no Instituto Gonçalense de Amparo à Maternidade e à Infância (IGAMI). A mesa está repleta de sapatos, tamancos e canecas. Luiz Palmier entrega um par de tamancos a uma das crianças da Instituição. Adultos, da esquerda para direita: 1º Luiz Palmier, 2º pastor Waldemar Zarro (de óculos), 4º Olga Benevides Palmier. 1942.....	213

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABE	Associação Brasileira de Educação
ACERJ	Assembleia Constituinte do Estado do Rio de Janeiro
ALERJ	Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
ALPF1	Álbum Luiz Palmier Filho 1
ALPF2	Álbum Luiz Palmier Filho 2
ANM	Academia Nacional de Medicina
APERJ	Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro
CLP	Coleção Luiz Palmier
CP	Sub-série: Centro de Puericultura
DCH	Departamento de Ciências Humanas
DEDU	Departamento de Educação
DHBB	Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro
DIV	Sub-série: Diversos
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
EDU	Série: Educação
EVE	Sub-série: Eventos
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
<b>1 LUIZ PALMIER: FORMAÇÃO E ENGAJAMENTO POLÍTICO.....</b>	<b>29</b>
<b>2 APRESENTAÇÃO DO PERFIL EUGENISTA.....</b>	<b>47</b>
<b>2.1 Conjunto de ideias básicas.....</b>	<b>51</b>
<b>2.1.1 <u>A demonstração da trindade impeditiva da procriação dos degenerados.....</u></b>	<b>65</b>
<b>2.2 O percurso e o movimento eugênico sentidos em sua época: Palmier e o seu tempo.....</b>	<b>68</b>
<b>2.3 A que raça aperfeiçoar? (resposta de Palmier a tal pergunta).....</b>	<b>70</b>
<b>2.3.3 <u>O eugenismo brasileiro e a superação da inviabilidade mestiça e do determinismo climático.....</u></b>	<b>79</b>
<b>2.3.3.3 A dimensão culturalista da interpretação em Palmier.....</b>	<b>87</b>
<b>2.4 Definição e interpretação do médico social eugenista.....</b>	<b>89</b>
<b>3 O PROJETO MÉDICO-SOCIAL EUGENISTA E AS PRÁTICAS NOS CAMPOS DA EDUCAÇÃO.....</b>	<b>91</b>
<b>3.1 Primeira etapa de sua geração: a alfabetização.....</b>	<b>95</b>
<b>3.1.1 <u>Alfabetizar o Brasil, alfabetizar os fluminenses.....</u></b>	<b>98</b>
<b>3.2 As linhas da educação para um eugenista.....</b>	<b>103</b>
<b>3.2.2 <u>Cultura Cívica.....</u></b>	<b>108</b>
<b>3.2.2.2 Cultura Física.....</b>	<b>122</b>
<b>3.2.2.2.2 A outra ponta deste sujeito eugênico: a cultura técnico-profissional.....</b>	<b>137</b>
<b>4 A PARTE DE SAÚDE DO PROJETO MÉDICO-SOCIAL Hospital de São Gonçalo: entre sonho e utopia, um símbolo de modernização na obra de um eugenista.....</b>	<b>156</b>

<b>4.1 Por trás do discurso de assistência, o repertório eugênico.....</b>	<b>175</b>
<b>4.2 O projeto eugênico direto: a implantação dos serviços de proteção à infância e da maternidade em São Gonçalo.....</b>	<b>182</b>
<b>4.2.2 <u>O alimento como objeto de saúde.....</u></b>	<b>193</b>
<b>4.3 A divisão de tarefas: o centro de puericultura.....</b>	<b>199</b>
<b>4.4 O projeto de educação eugênica do IGAMI.....</b>	<b>205</b>
<b>5 CONCLUSÃO.....</b>	<b>216</b>
<b>FONTES E REFERÊNCIAS.....</b>	<b>225</b>
<b>ANEXO A: Projeto do Dr. Amaury de Medeiros para exame médico pré-nupcial....</b>	<b>233</b>
<b>ANEXO B: Projecto de Lei ALERJ, nº 357, de 1936: Plano Geral de Educação Physica.....</b>	<b>235</b>
<b>ANEXO C: Parecer ao Projeto nº 357 de 1936 pela Comissão de Constituição.....</b>	<b>236</b>
<b>ANEXO D: Discurso pronunciado na inauguração do IGAMI.....</b>	<b>237</b>
<b>ANEXO E: A festa do hospité, carta lá de riba.....</b>	<b>238</b>

## INTRODUÇÃO

Palmier foi um dos artífices da modernidade na região fluminense, concentrando suas ações no município de São Gonçalo entre os anos de 1919 e 1955. Segundo o dicionário (Ferreira, 1999), artífice é um operário que trabalha em certos ofícios. Palmier ao longo de sua vida foi um artesão que exerceu o ofício do aperfeiçoamento da saúde da gente deste município, conciliando melhorias no corpo social e físico. Na prática, ele exerceu a medicina no município em atividades de neonatologia, ginecologia e obstetrícia.

Minha contribuição para o estudo deste intelectual fluminense se dá pela análise de sua obra na elaboração de um projeto eugênico para o município de São Gonçalo. O intelectual operou dentro da eugenia utilizando teorias bastante flexíveis sobre hereditariedade as quais acreditavam que a intervenção na saúde dos indivíduos afetaria aquela geração atendida e se espalharia pela via reprodutiva às gerações seguintes. Atuou desta forma dentro das correntes francesas, de onde podemos derivar teorias como a do neolamarckianismo<sup>1</sup>, muito mais adequadas para oferecer respostas às questões brasileiras. As formas como demandou as ações nas quais se envolveu trazem para este estudo algumas das soluções encontradas por parte do nosso movimento eugenista para resolver o caso específico do país e isto passava pela prevalência de explicações do campo social sobre o biológico, que se constitui em uma saída razoável para a nossa vontade eugênica. Era uma saída para o que não tínhamos, segundo os preceitos da eugenia norte-americana e européia, que era uma raça estável. Pelo contrário, aqui haveria uma grande variedade de tipos ditos inferiores no espaço e uma forte mistura a danificar de vez uma ou outra característica dos tipos que aqui viviam. Este problema, que rondava a intelectualidade médica envolvida com o eugenismo,

---

<sup>1</sup> Neolamarckianismo é fruto dos esquemas especulativos sobre reprodução desenvolvidos no século XIX na Europa. Advogava que mudanças de fora para dentro afetariam os sujeitos e suas células reprodutivas. Isto se opunha às ideias mendelianas de supremacia da linhagem. O neolamarckianismo surgiu como uma reformulação das ideias de Lamarck, para dar resposta de forma muito particular às correntes teóricas ligadas a Weismann e a Mendel. Foi uma alternativa às ideias mais duras de hereditariedade na América Latina. Foi amplamente acionada pelos movimentos eugenistas dispostos a executar medidas no meio (sanitárias) e adaptações do sujeito aos esquemas de saúde propostos (higiene), que eram medidas de lentas e sutis alterações, o que respondeu de forma muito particular e providencial às discussões mais sensíveis para nós: raça, hereditariedade e doença.

aparece na obra de Palmier completamente desassociado de estereótipos, físicos e cromáticos. Diferente da eugenia anglo-saxônica, Palmier e o seu grupo não emitiram na esfera pública nenhuma opinião racista ou que inferiorizasse um ou outro grupo étnico ou racial, o que por sua vez deve ser entendido como uma diferenciação do próprio discurso sobre raça emitido por este intelectual e seu grupo. Raça não assumiu uma dimensão biológica para ele. Foi tratada e interpretada como um elemento cultural e social que se ligava ao eugenismo pela complementaridade entre saúde e doença do corpo social.

O termo que uso para dar título a este trabalho *A medicina social eugênica de Luiz Palmier e sua atuação nos campos da educação e da saúde em São Gonçalo* sinaliza o meu argumento sobre a utilização de explicações sociais pelo conhecimento médico para implantar melhoras no brasileiro. Minha reflexão partiu da análise de discursos doutrinários produzidos em jornais e principalmente encontrados em suas falas nos trabalhos da Assembleia Constituinte do Estado do Rio de Janeiro em 1935 e nas atividades da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro entre 1936 e 1937. Mas o trabalho não busca achar tão somente, argumentos sobre o eugenismo nestes discursos, relacionando-o com um ou outro nome do movimento eugenista registrado pela historiografia sobre o tema, e nem relacionar pura e simplesmente as suas ideias como sendo pertencentes ao movimento, negligenciando as tensões, limites e objetivos.

Minha ação de pesquisa recai sobre duas marcas deste intelectual na cidade onde ele teceu um discurso e implementou práticas de aperfeiçoamento em dois elementos: educação e saúde. Foi através das práticas nestes dois campos que persegui a sua vontade eugênica, interessada em melhorar o brasileiro. Estas duas dimensões foram constituintes das inquietações de sua geração, nas quais Palmier escolheu se envolver diretamente. A educação foi sua primeira forma de intervenção junto à sociedade, iniciada ainda no seu período de formação na FMRJ e carregava também sua experiência pessoal no exercício do magistério ainda em sua terra natal, Sapucaia. Eram aqueles anos entre 1910-20, em que se considerava que a educação colocaria o Brasil nos trilhos do mundo civilizado. A educação dos brasileiros foi enquadrada como uma dentre as várias causas nacionalistas que faziam brotar ligas engajadas<sup>2</sup> em fomentar,

---

<sup>2</sup> Entre as ligas surgidas no contexto da geração de 1910-20, as que visualizo como componentes diretas da formação intelectual de Palmier, de seu discurso e práticas ao longo de sua vida foram : A Liga



dentro do espaço da nação, a distribuição de elementos sociais que promovessem a modernização do país, entre elas educação, saúde e conduta cívica.

Naquele momento de efervescência por temas que constituiriam as mudanças nacionais e a premência de tempo para se resolver os elementos culpados por nosso atraso, Palmier encontrava-se vinculado a instituições de ciências que concentraram muitos esforços por implementar mudanças no meio físico, no corpo, no ambiente social e político do Brasil. Dentre os inúmeros movimentos presentes nos seus espaços de formação, ele escolheu se envolver primeiramente com a alfabetização do brasileiro. Ao começar pela educação, Palmier demonstrou estreito vínculo com os intelectuais modernizantes de sua época, entre eles estava Miguel Couto, seu professor na FMRJ e que entre as várias campanhas cívicas nas quais esteve envolvido certamente a da causa da alfabetização é a mais lembrada, fazendo com que alguns trabalhos em história sobre o movimento pela educação brasileira referendem de alguma maneira a preocupação apresentada por Couto na conferência realizada na Associação Brasileira de Educação em 1927 com o título “no Brasil só há um problema nacional: a educação do povo”. O analfabetismo passou naquela ocasião a ser considerado um “freio ao progresso nacional” (Carvalho, 1989: 39), o que fez com que muitos projetos educacionais fossem valorizados.

Além de representar o início de suas atividades médico-sociais, a educação vai constituir um dos grandes temas do discurso eugenista do intelectual Luiz Palmier

---

Brasileira Contra o Analfabetismo (LBCA) em 1915, que visava espalhar os locais de aquisição das técnicas de leitura e da escrita. Tornar o homem alfabetizado era o primeiro elemento compreendido para efetivar as mudanças para o país, instrumentalizando o brasileiro ao regime republicano e às demandas da industrialização. Pretendia uma mudança social dentro de um quadro de aumento da participação política e econômica que não alteraria a ordem do país.

Outra foi a Liga de Defesa Nacional (1916), criada dentro do contexto da I Guerra Mundial, da qual o Brasil foi o único país da América do Sul a participar (pró-forma) e que fez surgir a necessidade de fortalecimento do exército. O núcleo do discurso desta Liga foi fomentar a consciência nacional, a prontidão e a conduta patriótica a ser seguida através do serviço militar e de uma educação cívica patriótica.

Em 1918 houve ainda a criação da Liga Pró Saneamento do Brasil, que atendia aos anseios principalmente da corporação de saúde, para um dos elementos de construção da nação: as melhoras da saúde dos brasileiros pela via do saneamento; a começar pelas zonas rurais que alarmava a intelectualidade brasileira em função do quadro clínico que se apresentava pelas descobertas feitas por uma geração de cientistas que saíram de suas vidas cosmopolitas e se aventuraram em expedições pelo interior do Brasil. Entre elas, as feitas por Arthur Neiva e Belisário Pena em 1912, que gerou o relatório publicado em 1916. Esta liga teve intenção de garantir o engajamento do sertanejo pela promoção de sua saúde. A forma que esta Liga promoveu isto se deu pela sensibilização do aparelho de governo e da “sociedade culta” por meio de palestras, propagandas e dados estatísticos. A principal bandeira defendida por Belisário Pena, um dos principais nomes desta Liga, era a criação de um órgão central para gerir os serviços de saúde (Hochman, 1998).

proporcionando um lugar para práticas pioneiras em São Gonçalo, pois considerava que mudanças em estruturas sociais poderiam aperfeiçoar os brasileiros. O capítulo três parte deste princípio e tratará das linhas de uma educação que Palmier visualizava como mais completa para promoção de um sujeito que não mais seria um freio ao progresso, pois seria regenerado pela educação, deixando de ser improdutivo, doente e ignorante, e passando a impulsionar o progresso. Este capítulo traz para a análise de suas práticas as fotografias colecionadas pelo médico ao longo de sua vida e serviram para acompanhar os acontecimentos relacionados às ações educativas do nosso personagem. No capítulo seguinte as imagens se relacionam às ações em saúde implementadas para melhorar os brasileiros em São Gonçalo, sendo os alvos prioritários da eugenia no lugar a infância e as mães.

Dos documentos que utilizei para escrever sobre a medicina social eugênica na qual Palmier estava envolvido, a fotografia me informou sobre o realizado (o campo da prática), o que foi feito efetivamente e consta no suporte imagético das fotografias, interpretadas por mim pelas categorias simbólicas e materiais que envolveram os projetos. Usei ainda outros tipos de documentos, volumetricamente mais acessados, que utilizam a escrita formal, contidos nos impressos produzidos por Palmier e pelos membros do grupo de envolvidos com a execução dos projetos: 1) matérias publicadas em jornais e revistas por Palmier até bem próximo à sua morte em 1955, perfazendo mais de 36 anos de vinculação com o município e os processos médico-sociais. Constituem farto material do qual derivo minhas análises sobre as intenções, discursos, envolvimento e práticas; 2) anais da Assembleia Constituinte do Estado do Rio de Janeiro entre 1935 e 1936 e anais da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, que funcionou de 1936 até 10 de novembro de 1937. Deste corpo documental extraí os discursos doutrinários de Palmier, que evidenciam aquilo que o intelectual pretendia inscrever nas leis do Estado do Rio de Janeiro. Suas proposições, no entanto, na sua maioria não saíram do campo do discurso nos espaços legislativos do Rio de Janeiro. Por sua vez, são estas falas que originaram as minhas conclusões sobre o pertencimento de Palmier ao campo eugênico brasileiro, que pretendeu aperfeiçoar homens e mulheres usando a saúde e a educação, e como para isto montou uma estrutura de assistência social para a infância; 3) um último grupo de impressos foram as crônicas jornalísticas que acompanharam as ações médico-sociais que ele desenvolveu no município de São Gonçalo. Foram expositores mais assíduos dos

movimentos de Palmier e seu grupo de apoio os jornais *O São Gonçalo*, *A Gazeta*, *O Fluminense*, *O Quinto Distrito* e *O Estado*. As matérias jornalísticas contidas neste grupo documental proporcionaram a compreensão das estratégias implementadas para adquirir apoio, conscientizar e valorizar suas ações. Os jornais foram um expositor cotidiano das idas e vindas, das reivindicações, dos fracassos e das realizações deste grupo, que agiu alargando a própria percepção e convencendo sobre a medicalização daquela sociedade. Não foram neutros; antes, politizaram as questões, reafirmaram os grupos hegemônicos e agiram ideologicamente, mas retrataram os movimentos em torno da figura de Palmier com constância e com certa precisão.

Este trabalho não pretende ser uma obra dentro da história das ciências, mas mira nela para entender a atuação do intelectual médico Luiz Palmier, percebendo a ciência como um produto cultural presente na vida social em uma observação particular das ideias eugenistas deste médico, conformadas a um espaço de atuação (local) que re-significa os próprios usos da eugenia por aqui. Desta forma, o trabalho buscou uma escala de observação: a da micro-história, em que é possível inventariar fatos da história social, cultural e política na dimensão de um município onde Palmier desenvolveu o seu ofício e teve atuação intelectual modernizante. A escala local não deve significar uma fronteira fechada, circunscrita, mas sim estendida pelo próprio ato intelectual constituído como um espaço fluido em se tratando da história de um local formalmente estabelecido dentro de um Estado. Como não dizer que os atos desenvolvidos por aquela sociedade civil de São Gonçalo dos anos de 1920, 1930 e 1940 não completam a história da nação em atitudes que buscavam pensar um modelo para o sujeito desta nação e as ações que deveriam ser desenvolvidas para favorecer o seu aparecimento? O sujeito eugênico fomentaria o progresso da nação e também o da região. As atitudes médico-sociais, a proteção à infância, a assistência à maternidade e a educação eram questões de ordem da nação discutidas em espaços amplificadores como as academias de medicina, as ligas nacionais, o legislativo e a estrutura de governo, que deveriam descer ao mundo dos viventes que residiam no local, dialogando entre esta esfera e a nacional. O caso particular que atribuo à figura de Palmier é relacionado a esta realidade, que complementa e historiciza o percurso tomado pelo país (sociedade civil e governo) em campos comuns como, por exemplo, o da saúde e o da educação, o que corrobora a análise de Gonçalves:

Podemos concluir que a ênfase sobre a história local não se opõe às histórias nacionais. O recorte sobre a história local apenas designa uma delimitação temática mais ou menos inclusiva, em função das redes de interdependência e sociabilidade entre determinados atores no espaço social escolhido. A eleição da história local não diminui ou reduz ou simplifica o número de aspectos, variantes e interesses de uma trama social<sup>3</sup>.

Palmier não foi um mero intelectual local, pois não há entre o local onde exerceu o seu lugar de prática e o nacional uma oposição que diminua o seu grau de atuação, bem como a sua importância para os assuntos tratados por sua geração de homens de letras, de ação e políticos.

Empreender um estudo sobre a eugenia em Palmier nos faz perceber também uma ambição de sua geração médica e intelectual, que pretendeu usar a linguagem da ciência para estabelecer explicações sociais e submeter os diversos aspectos da vida à ciência, conformando um discurso de superioridade dos conhecimentos e da neutralidade de suas abordagens, o que colocava aquela geração em uma posição muito cômoda na arquitetura política do país.

Concepções eugênicas foram mobilizadas por atores políticos e sociais na história de São Gonçalo, e delas derivou uma série de ações implementadas por uma elite moral, intelectual e econômica do lugar, desenvolvida para atender a uma população culturalmente entendida como ignorante. Foi desta sociedade civil organizada, competente para gerir ações em seu momento político, que resultaram realizações em campos de tamanha importância e para o qual o próprio poder público à época se via dependente deste tipo de atuação. O que ocorreu em São Gonçalo não foram obras de baixa complexidade. Foi feito um hospital, uma estrutura bastante ampliada de saúde e educação eugênica que ofereceu ações em bem-estar infantil, saúde materna, cuidado com a formação do estado dos corpos infantis, atenção alimentar e educação higiênica que fomentariam sujeitos completos física e culturalmente, laboriosos e estimulados para as causas cívicas e patrióticas da nação que pudessem redefinir a própria identidade do Brasil, assumindo o pertencimento a um mundo moderno e não atrasado. Como ressalta Stepan: “A eugenia brasileira associou-se à mobilização pela introdução de uma legislação de bem-estar social como forma de aprimorar o povo brasileiro, que influenciou e assumiu” (STEPAN, 2004: 337).

---

<sup>3</sup> GONÇALVES, Márcia de Almeida. *Entre o local e o nacional: uma reflexão sobre ética de pertencimentos e identidades sociais*. Disponível em: <[www.historiadesaogoncalo.pro.br/hp\\_hsg\\_lista\\_artigos.htm](http://www.historiadesaogoncalo.pro.br/hp_hsg_lista_artigos.htm)>. Acesso em: 12 nov. 2011.

O leitor encontrará este trabalho dividido em quatro capítulos: O primeiro capítulo, (Formação e o engajamento político – a apresentação de Luiz Palmier) foi escrito para apresentar uma história deste sujeito pelas linhas de sua formação científica, atribuindo a esta algumas características presentes em suas formas de atuação pública, suas repostas às demandas nacionais pelos projetos de sociedade civil nos quais esteve envolvido desde o momento de sua formação médica. Apresenta também sua vinculação política e partidária fluminense, que constituiu uma forma de se portar determinado pela vontade modernizante e de aperfeiçoamento do brasileiro concentrada nesta região a partir do município de São Gonçalo.

O segundo capítulo, (A apresentação do perfil eugenista) é desenvolvido a partir das escolhas que fiz ao estudar os projetos médico-sociais do intelectual como participante do movimento eugenista, por meio da análise de um perfil eugenista que recai sobre este intelectual. Esta construção deu-se em paralelo a observações mais gerais do movimento no Brasil, suas demandas, opções teóricas e formas de agir, que preparam o leitor para os capítulos seguintes, nos quais trabalho as práticas que desenvolveu em campos da educação e da saúde como fruto de sua vontade eugênica, com formas particulares desenvolvidas a partir de ideias sociais.

O terceiro capítulo, (O projeto médico-social eugenista e as práticas nos campos da educação) centra esforços em apresentar um modelo de educação proposto por Palmier como mais útil para fomentar um sujeito aperfeiçoado para o Brasil. Discute os elementos presentes neste modelo para evidenciar que a eugenia pretendida pelo médico era dependente de formas sociais de distribuição de saberes e de modelações de hábitos, o que confirma suas opções de atuação em um processo aberto às mudanças pela aquisição de algumas formas culturais, que o diferencia das correntes eugenistas mais ligadas a considerações biológicas e conseqüentemente mais racialistas.

O quarto capítulo, (A parte de saúde do projeto médico-social) inicia-se na particularidade das formas eugênicas encaradas por Palmier que evidenciam a predominância de explicações sociais sobre as biológicas. Antes de ser algo separado, as questões ligadas à saúde, como cuidados com a doença, assistência clínica e amparo à maternidade e à infância, são observadas pelo seu processo de gestação mais longo em São Gonçalo, em função de sua ausência e da precariedade de uma estrutura de apoio governamental. Sua complexidade e especificidade fizeram com que um grupo plural

de membros daquela sociedade se reunisse em torno do intelectual e médico Palmier para efetivar algumas ações em prol da medicalização e da eugenia em elementos como a infância e a maternidade. O capítulo usa o hospital como um núcleo aglutinador destes artífices e acompanha as estratégias e etapas de implantação de uma série de Instituições ditas de assistência social na localidade, mas que, a bem da verdade, eram responsáveis por responder à vontade eugênica compartilhada.

### **Nota metodológica: a fotografia como documento**

Uso nos capítulos três e quatro outra forma documental de se evidenciar uma história médico-social eugênica em São Gonçalo. Por se tratar de um tipo de documento que necessita ter anunciadas as intenções quanto à sua forma de uso, reservarei algumas linhas a ele. Trata-se da fotografia. Palmier deixou uma coleção contendo seiscentas e cinquenta e nove fotografias colecionadas intensamente durante toda a sua vida. O hábito tem início ainda em seu momento de formação na Faculdade de Farmácia de Ouro Preto e o acompanha na FMRJ. Algumas fotos mostram o “jovem e promissor partido” descrito no poema de Nicodemendes Pitanga (1938) ainda franzino, sem o bigode que conservaria ao longo da vida com muito mais constância. A fotografia mostra o recém formado farmacêutico Luiz Palmier agradecendo aos padrinhos.



CLP\_SA\_FOR\_01 Recém formado em Farmácia, 1914.

Entre as primeiras fotos achamos a que ofertou à família de sua esposa como estratégia para se aproximar e namorar a jovem Olga Benevides, com a seguinte dedicatória para conquistar a estima do pai da moça: “Ao mui distinto e querido amigo Exmo. Bernardino Benevides, dignos Filhos e gentilíssimas Filhas. Lembrança de muita dedicação e amizade do grande admirador Palmier. São Gonçalo, 6, setembro, 1924”<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> CLP\_SA\_FOR\_03. As fotografias apresentadas apareceram identificadas pelo seu registro no banco de imagens do Grupo de pesquisa História de São Gonçalo: memória e identidade. As siglas usadas constam no índice de abreviaturas.



CLP\_SA\_FOR\_03. Formatura de Medicina, 1918.

As fotos de formatura da Faculdade Farmácia, bem com a de formatura na FMRJ, são frutos de um tempo da vida de Palmier e evidenciam uma performance. Atento-me aos usos demarcados pelas dedicatórias em sua face imagética. A pose solene do jovem farmacêutico em 1912, que acabara de completar o curso na primeira instituição deste tipo no país, revela o processo de consolidação do curso superior no Brasil, no início do século XX, ainda ligado a faculdades de medicina. Não há os paramentos simbólicos (capelo, lenço ou beca), encontrados na retratação do formando em medicina em 1918 na FMRJ.

A foto atribuída à formatura em farmácia em 1912 foi tirada pelo Estúdio do Fotógrafo Guilherme Gansly. A pose solene à qual me refiro diz respeito também à técnica fotográfica naquele período. O uso do “flash” até 1917 foi circunscrito aos estúdios dos profissionais e não impediam o desconforto de ter que ficar uns dois ou três segundos imóvel por registros, Leite (2000). A solenidade também se deve ao tema: formatura. Não havia a intenção de extravasar a felicidade; ser sisudo era um atributo demonstrado em tais retratações. São fotos de performance do indivíduo e da família, representam um elemento distinto, em que a família demonstrou ter recursos financeiros



ou estratégias para dar oportunidade ao filho de completar os diferentes níveis de ensino até chegar ao curso superior.

Sobre a imagem de 1912, um retrato, não consegui informações se ela foi usada em um livro de formatura ou quadro de formandos. A foto retirada em 1918 foi utilizada tanto no livro de formatura da turma daquele ano quanto no quadro de formandos. Se houve uma intencionalidade primeira no ato de produzir estas imagens de cunho simbólico de grau de instrução, elas também narram uma história da família, contando sobre as estratégias para se aproximar de uma pretendente ao casamento. O tema inicial imediato das retratações ganha outros sentidos e funções ao serem ofertadas aos padrinhos em tom afetivo familiar, os quais Palmier não identifica. A segunda foto, a de 1918, foi oferecida à família do “senhor” Bernardino e compôs a parte da estratégia de acesso à família da pretendente pela exposição dos atributos de prestígio profissional dado pelo curso superior em medicina.

São fotos iniciais de sua coleção organizadas dentro de uma cronologia, mas que atestam que as imagens colecionadas por ele estão para além do instante enquadrado e das leituras imediatas. Elas fazem transbordar outros significados que nos dão alguns subsídios para recompor um quadro o mais próximo possível de suas práticas nos assuntos selecionados para compor este estudo.

A minha forma de apreender alguns sentidos deste hábito é considerá-lo sempre pela sua intencionalidade. São registros sistemáticos de reuniões, eventos, inaugurações e celebrações, entre outras das quais participou e conservou-lhes o registro. O conjunto, desta forma, narra a prática que denomino de cotidiano do projeto médico-social e que transmite a rede de sociabilidade política, religiosa e intelectual. Aparentemente o simples ato de se fazer presente em ocasiões onde os temas pelos quais buscou eugenizar eram tratados. A fotografia nos serve como uma vitrine dos acontecimentos. No passado, algumas delas foram usadas em jornais e livros e fizeram com que os acontecimentos circulassem, ou seja, criasse um circuito social da fotografia (Kossoy, 2001) que extrapolava o consumo da imagem pelos participantes diretos dos eventos (retratação).

Para a pesquisa, selecionei deste conjunto, que vai de 1912 a 1955, imagens que me dessem subsídios para narrar uma história da prática médico-social eugênica em relação a elementos em que Palmier investiu, que são a educação e a saúde.

Ao anunciar-lhes a presença neste trabalho, indico que não as tratarei como ilustração dos pontos mencionados: elas trarão dimensões dos trechos e dos argumentos demonstrados durante o texto. Estarão dispostas como referências ao conteúdo do texto e servindo de notas da prática do médico nos assuntos ligados a educação e saúde. Testemunham sobre o realizado e, por isso, tornam-se diferentes das formas documentais textuais deixadas por ele, que elaboram “por vezes” um discurso doutrinário, como é mais nitidamente percebido nos discursos registrados pelos anais da Assembleia Constituinte do Estado e entre os escritos em jornais que, para além da doutrina, dão conta do horizonte de expectativa do médico, fazendo-se dentro desse espírito os artigos “São Gonçalo do futuro - novo rumo<sup>5</sup>” e “São Gonçalo de ontem e de hoje<sup>6</sup>”.

São documentos imagéticos que em sua maioria retratam São Gonçalo, lugar onde concentrou mais atividades que visavam mudar o brasileiro. No entanto, outros lugares fazem parte do cotidiano de práticas que também contemplavam a capital do Estado (Niterói), a capital federal (Rio de Janeiro) e as cidades do interior fluminense.

Os conceitos norteadores da exposição destes documentos imagéticos neste trabalho são derivados, em primeiro lugar, da noção de documento/monumento (Goff, 1984). São imagens-documentos e imagens-monumentos entendidas, na primeira forma, como expositoras da estrutura do período, sua materialidade, o que lhes confere a semelhança com o real. A segunda forma é considerá-las como monumento: aquilo que no passado aquele grupo, agente ou entidade deixou como sendo marca válida para o futuro, um símbolo. Há, nesta última forma de olhar, um perigo já debatido pela historiografia sobre o tema<sup>7</sup> que me faz tirar algumas conclusões acerca de ver a imagem como monumento. Tais documentos são frutos de processos de produção culturais hegemônicos e os conflitos no seu interior foram secundarizados no ato próprio de “posar” para a fotografia. Neste sentido, o fragmento do real desta imagem é sempre um produto de validação e revalidação da trajetória de um indivíduo, grupo ou instituição que não nos apresentam as tensões inerentes às próprias ações práticas de

---

<sup>5</sup>PALMIER, Luiz. São Gonçalo do Futuro, novo rumo. *A Gazeta*, São Gonçalo, p.1, 29 ago. 1920 e 05 set.1920.

<sup>6</sup> PALMIER, Luiz. São Gonçalo de ontem e de hoje. *O São Gonçalo*, São Gonçalo, p.2, 01 abr 1954.

<sup>7</sup> Entre os trabalhos que apresentam uma crítica ao princípio de verdade intrínseco (“teoria do espelho” da imagem fotográfica) estão os de Miguel (1993), Essus (1990, 1993), Ciavatta (2002), Barthes (1984) e Dubois (1993).

aperfeiçoar às quais Palmier se expôs em sociedade. O que as fotos mostram não são a realidade, mas comportam fragmentos do real<sup>8</sup> diante da dimensão inerente ao ato de se fotografar, que é a escolha, os quais são fruto da seleção do mais belo aspecto em detrimento de outros não tão relevantes.

Neste sentido me situei entre as metodologias expostas nos trabalhos de Kossoy (2000, 2001) e Leite (2000), retirando-lhes propostas interpretativas e formas de tratar a fotografia. Farei por vezes um empréstimo de termos que comportam formas de tratar e pensar algumas imagens, como, por exemplo, os derivados da noção de espaço contida nos trabalhos de Essus (1990, 1993). Farei de suas metodologias um uso geral; procurarei me manter de acordo com a categoria já pronunciada por mim: um testemunho das práticas; da imagem documento que nos indicará as estruturas, pessoas atendidas e conteúdos ministrados entre a infinidade de percepções possíveis de serem retiradas da superfície fotográfica (sua materialidade).

Ora como documento também estarão circunscritas pelos próprios processos de escolha inerentes a tomada, preservação e interesses. Não negligenciarei a fotografia pelo seu atributo de marca, não apenas do indivíduo, mas de um grupo. Afinal, se assim considerasse, haveríamos de ver Palmier palestrando sobre os efeitos maléficos do alcoolismo, Palmier cavando as fundações do hospital de São Gonçalo, Palmier distribuindo leite no lactário, ou um Palmier ministrando uma estafante aula de ginástica no Parque de Exercícios Alzira Vargas do Amaral Peixoto. As fotos têm a marca do grupo de apoio político e intelectual que ladeava Palmier, o que me faz pensar que o mérito maior que recai sobre a figura dele é dado pelo o quanto ele empolgou a outros. Sem nos ofuscarmos, perceberemos também que as atividades aperfeiçoadoras que conduziu dão conta de sentimentos e prioridades daquela geração, daqueles artífices. São inerentes ao período histórico onde estavam e não fruto do magnetismo de Palmier, pura e simplesmente.

---

<sup>8</sup> Hei de considerar que as críticas da semiótica e estruturalista também suportam esta forma de pensar. Gosto da frase de Barthes sobre a intencionalidade em face de um instrumento tão poderoso de representação do real, que nos intimida e que faz com que nos preparemos instantaneamente para ele: "(...) Ora, a partir do momento que me sinto olhado pela objetiva, tudo muda: ponho-me a 'posar', fabrico-me instantaneamente um outro corpo, metamorfoseio-me antecipadamente em imagem" (BARTHES, 1984:22).

## A coleção fotográfica

A coleção fotográfica é um corpo documental muito propício a várias áreas do saber acadêmico. O que vemos nela é a intencionalidade de registrar alguns assuntos que dão conta de uma narrativa sobre a história das ações em que o médico se envolveu. Isto fez com que com que as fotos doadas em 2001 pela filha de Luiz Palmier, a senhora Olga Benvides Palmier Teles ao Grupo de pesquisa História de São Gonçalo: memória e identidade fossem divididas e tematizadas. Suas superfícies imagéticas contam-nos temas organizados da seguinte maneira: educação, que se divide em instituições e eventos; saúde, que se divide em associações médicas, hospital de São Gonçalo, exercício profissional, centro de puericultura; pessoal, que se divide em documentos, perfil, eventos e família; IGAMI (Instituto Gonçalense de Assistência à Maternidade e à Infância); política, que se divide em política local e regional; homem de letras que reúne as conferências, cuja produção intelectual se divide em São Gonçalo Cinquentenário, Mauricio de Abreu e Folclore e, por fim, a série Luiz Palmier Filho. Os registros fotográficos colecionados não se encontram todos datados e nem são na sua maioria registrados os acontecimentos fotografados. As fotos publicas em acontecimentos no município tiveram em sua grande maioria circulação nas paginas do jornal *O São Gonçalo*. Iniciam-se com uma carta de visita do século XIX (25/11/1894), de Joaquim Maurício de Abreu<sup>9</sup>, e vão até bem próximo à sua morte em 1955. Dão conta de sua trajetória de homem público, seus mandatos, as associações das quais participou, o exercício da medicina, o magistério superior na Faculdade de Medicina e Odontologia do Rio de Janeiro<sup>10</sup> e principalmente as áreas prioritárias identificadas neste trabalho.

---

<sup>9</sup>CLP\_PI\_MA\_04: Fotografia do Dr. Joaquim Maurício de Abreu. Maurício de Abreu, natural de Sapucaia, formou-se médico e tornou-se uma das lideranças políticas daquela cidade em finais do período monárquico, quando chegou a exercer funções executivas na localidade. Nesse período, tratou da saúde do senhor Felício Palmier, pai de Luiz Palmier. Foi governador do Estado do Rio de Janeiro de 1894 a 1897. Em 1952, Luiz Palmier publicou sua biografia: "Maurício de Abreu - Um Pioneiro da Democracia".

<sup>10</sup> Com base na Lei Rivadavia Corrêa, instituída pelo decreto nº 8.659 de 05/11/1911, que concedia autonomia didática e administrativa aos estabelecimentos de ensino, a Faculdade de Farmácia e Odontologia do Estado do Rio de Janeiro foi fundada em 24 de fevereiro de 1912, por iniciativa de um grupo de médicos, farmacêuticos e dentistas a Faculdade de Medicina e Odontologia do Rio de Janeiro. A cidade de Niterói, capital do antigo Estado do Rio de Janeiro, também teve sua Faculdade de Farmácia e Odontologia nesta época, sendo a primeira instituição de ensino superior a ser implantada no Estado.

Os arquivos contêm também muitos aspectos de sua vida pessoal, demonstrados em fotos avulsas ou reunidas em álbuns de família, cheios de narrativas sentimentais que dão conta da vida do casal, dos nascimentos e criação dos filhos, as visitas aos familiares no interior, o baile de carnaval das crianças em 1935. São partes integrantes da coleção que acabam nos revelando também alguns dramas familiares, como a morte do primogênito Luiz Palmier Filho, figura sempre presente em poses solenes em reuniões e mais reuniões nas quais o pai estava envolvido. Sobre o “Luizinho”, como era por todos tratado, foi feito álbum por sua mãe, Dona Olga Benevides Palmier, com o fito de reunir em um local ao alcance das mãos e da saudade documentos que contassem a trajetória do filho do nascimento à morte e as posteriores homenagens ao menino vítima de queda de uma laje, seguida de complicações (meningite), que lhe tiraram a vida em 30 de maio de 1942.

O álbum feito para conservar a memória familiar do menino traz aos nossos dias os espaços frequentados por ele e os membros do círculo íntimo, além das atividades paternas. O álbum traz dimensões e práticas cívicas, físicas e de cultura intelectual que me remetem a pensar que naquele garoto estavam reunidos muito do sujeito eugênico que Palmier queria favorecer o aparecimento. Dentro da família de Palmier ia se fotografando uma narrativa eugênica, das formas de ir se educando os filhos (meninos e meninas), a participação em ambientes da vida cultural e política do pai, que ficaram registrados nas legendas das fotos. Traz também alguns momentos de luta e de abalo, como o sentido com a morte de “Luizinho”, com quinze anos, e a poliomielite do filho Bernardino, que lhe causara um problema motor, tratado na narrativa fotográfica com um desconforto. As pernas encurtadas pela doença fazem parte do campo do não dito, pela escassez de fotos e o cuidado em retratá-lo.

---

Pela lei nº 4.831, de 05/11/1965, a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro passou a denominar-se Universidade Federal Fluminense. Para mais informações, consultar: *Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)*. Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz. Disponível em: <<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>>. Acesso em 3 set. 2011.

## 1 CAPÍTULO 1 - LUIZ PALMIER: FORMAÇÃO E ENGAJAMENTO POLÍTICO

Nascido no final do século XIX, no dia 21 de setembro de 1893, em lugar descrito por ele como o de “Serras abruptas, planícies verdejantes, sítios amenos, fazendas progressistas, aldeias calmas e vilas graciosas em terras ao lado da bacia hidrográfica às margens do Rio Paraíba do Sul, em terras chamadas Sapucaia<sup>1</sup>”, Luiz Palmier, escrevendo mais de 20 anos depois de sua saída do município onde nasceu, nos deixa perceber ao longo de um ou outro texto algumas influências<sup>2</sup> que a pequena cidade projetou em sua personalidade. O percurso de apresentação de Luiz Palmier não tem a intenção de construir um texto biográfico; a dissertação não comportaria tal objetivo e a pluralidade de movimentos, grupos intelectuais e políticos em que esteve envolvido, bem como o entrelaçar de sua história de vida privada, nos afastariam da proposta inicial desta dissertação, que é discutir a condução dos seus projetos médico-sociais pelo pensamento eugênico. Escolhi apresentar este homem de “mediana altura, voz forte, estridente, cabelos grisalhos pelos anos”, segundo Renato de Lacerda (LACERDA, 1953: 84) pela compreensão de elementos elucidativos, quer culturais, quer políticos, de algumas posturas e direções intelectuais. Para isto, selecionei elementos de sua trajetória que entendi haverem contribuído de alguma forma nas formulações do seu pensamento intelectual e na condução eugênica de sua medicina social. Resolvi apostar minhas fichas em aspectos tais como o hábito do jornalismo em sua vida, a política e o panorama no qual esteve envolvido. Achei por bem deixar o movimento em torno das instituições na qual se envolveu ou criou para algumas páginas mais à frente, quando meus esforços se concentram em seu projeto de melhora eugênica do país e sua gerência.

Nascido cinco anos após a Lei Áurea, vivenciou em sua meninice o contingente negro pós-abolição em uma região aristocrática rural cafeeira de ocupação rural antiga:

---

<sup>1</sup>PALMIER, Luiz. Sapucaia através dos tempos. *Letras Fluminenses*, Niterói, ago. set. e out. de 1950. Coluna Nossa Terra Nossa Gente, p7.

<sup>2</sup> Palmier, no ano de 1950, publicou o texto “Sapucaia através dos tempos”, na revista *Letras Fluminenses* e no *Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro*.

Dias gloriosos, proporcionados pelas grandes fortunas, oriundas das terras fertilíssimas, amanhadas intensivamente pelo braço escravo, no labutar diurno no eito dos cafezais das grandes fazendas, foram os que os cidadãos viveram no fausto, assim prodigalizados por essa exploração intensiva da monocultura do rei café. Era o predomínio da aristocracia rural, na qual entre os valores, que fizeram época em verdadeiro estágio de grandeza (...) <sup>3</sup>

Sentiu intensamente as tentativas colonizadoras dos braços brancos imigrantes em sua região, sendo ele próprio filho de descendentes de italianos. Foi acostumado a ver estrangeiros de pigmentação branca com estrangeiros de pigmentação negra trabalhando, o que lhe valeu a percepção que aqueles homens não diminuían em nada a capacidade de obter progresso para o país:

As várias tentativas colonizadoras, por italianos, portugueses, suíços, sírios e espanhóis, ao lado das levas de escravos africanos, representavam sempre os máximos fatores do progresso e garantiriam a herança de gloriosas estirpes, que deram à pequenina terra e ao Brasil – o cientista e estadista Maurício de Abreu, o literato e cientista Antônio Aguiar (...) Além de muitos outros valores culturais. <sup>4</sup>

Seu pai, Felício Palmier, era dono de uma sapataria em Sapucaia, que em 1914 anunciava seus serviços da seguinte forma no jornal local *O Sapucaense*: “Sapataria Palmier: de Felício Palmier e filho - Fabrica-se nesta oficina calçado sob medida e com perfeição: especializada em botas de montaria”. <sup>5</sup> O dito filho que fazia parte dos negócios era Salvador, o primogênito da família de Felício e de Dona Florisbela da Silva Palmier. Depois, vinham Luiz, Albertino, Olívia, Osíris e Odete.

A família gozava de inserção entre os membros da sociedade local, pois em 1914 o nome de Albertino, terceiro filho da família Palmier, constava como o de diretor de um dos jornais da cidade (*O Sapucaense*) indicando inclusive o engajamento na política local que os membros da família de Luiz tinham. <sup>6</sup>

<sup>3</sup> PALMIER, Luiz. Sapucaia através dos tempos. *Letras Fluminenses*, Niterói, ago. set. e out. de 1950. Coluna Nossa Terra Nossa Gente, p7..

<sup>4</sup> Ibidem. p7.

<sup>5</sup> *O Sapucaense*, Sapucaia, p. 4., 15 nov de 1914.

<sup>6</sup> O Jornal Sapucaense registra em 10 de Janeiro de 1915 que, em meio às eleições que ocorriam na cidade desde o dia 30 de dezembro, no dia primeiro do ano de 1915 alguns manifestantes começaram a jogar bombas contra as casas dos Srs. Pompilio Ganotti e Felício Palmier.

“Pedindo então o pae do nosso director para não fazer aquilo, foi quando depois de um protesto do mesmo devido a terem apontado uma arma explosiva, puxou de uma Mauser um ex-soldado da brigada e procurou alvejar o pae do nosso director. Intervindo nosso director e vários populares conseguiram salvá-lo da sanha desenfreada de célebre manifestante. Segundo várias opiniões, o mandatário do attentado foi o Sr. Domingos Grados”. *O Sapucaense*, Sapucaia, p. 2, 10 jan de 1915.

Enquanto o irmão mais velho se dedicava à sapataria da família, o terceiro ao jornalismo e as meninas iam sendo educadas para o lar, Luiz Palmier teve oportunizado pelas condições da família dedicar-se aos estudos iniciados na escola de primeiras letras do distrito de Anta, em Sapucaia. Em seguida, foi para a vizinha Juiz de Fora, em Minas Gerais, passando a estudar (secundário) no colégio Granbery<sup>7</sup>. A seguir, ingressa em um dos únicos cursos superiores disponíveis na região, em um momento de poucas alternativas de carreiras superiores no país, a Faculdade de Farmácia de Ouro Preto<sup>8</sup>

---

<sup>7</sup> O Granbery nasceu a partir das atividades de missionários norte-americanos J. W. Tarboux, J. C. Wolling e do Bispo J. C. Granbery, em 1889, no alvorecer da República. Em maio do mesmo ano, nos Estados Unidos, o jovem professor J. M. Lander foi nomeado o primeiro dirigente da "Juiz de Fora High School and Seminary", a ser fundada em Juiz de Fora, MG.

A cidade, na época, era um dos principais centros da Região Sudeste e forte reduto republicano. Em junho, Lander embarcou para o Brasil juntamente com sua esposa e um filho de colo e em agosto já assumia seu posto no novo estabelecimento, o primeiro de toda a Zona da Mata mineira.

No dia 8 de setembro de 1889, as portas do "O Granbery" foram abertas oficialmente, quando então recebeu o nome de Colégio Americano Granbery, em homenagem ao Bispo com o mesmo nome.

Na busca do ideal universitário, a Instituição teve no esporte uma de suas marcas mais notáveis; atualmente, as atividades esportivas continuam ocupando lugar de destaque na educação granberyense e, por isso, uma área de 22.000 m<sup>2</sup> é destinada ao Centro de Educação Física e Esportes. Assim, fiel à sua origem vanguardista, já em 1904 criava os cursos de Farmácia e Odontologia, orientados segundo as melhores "Dental School", dos Estados Unidos. Em seguida vieram as faculdades de Direito (1911) e Pedagogia (1928).

Segundo seus fundadores, "o fim básico da existência do Granbery é inspirar a vontade de pensar e ser livre para pensar". Nesta linha, foram criados, sobretudo na época do internato, vários grêmios literários que serviram de laboratório prático de aprendizagem de expressão verbal, oratória e de interpretação artística. Vocacionado para ser uma instituição comunitária, solidária, o ideal mais amplo dos pioneiros era transformá-lo na "Universidade Metodista no Brasil". Neste sentido, o programa de ensino estava harmonizado, de "maneira a mais completa, com as principais universidades americanas". Seu primeiro curso foi o de Teologia, fundado em 1890, pois a idéia era a de preparar pastores metodistas para "conquistarem o Brasil como um todo". *Colégio Granbery*. Disponível em: <[www.granbery.com.br](http://www.granbery.com.br)>. Acesso em: 13 out. 2011. Passim.

<sup>8</sup> A Escola de Farmácia de Ouro Preto foi fundada em 1839, é a escola mais antiga da América do sul no ensino autônomo de farmácia. O curso de farmácia até então era vinculado ao de medicina, sendo a matéria uma cadeira dentro deste curso.

Com a necessidade de ampliar o número de farmacêuticos no país, foi proposto pela Academia Imperial de Medicina um plano para a criação de escolas de farmácia nas capitais das províncias que seriam subordinadas às do Rio de Janeiro e da Bahia, que eram as escolas médicas então existentes, responsáveis pela formação dos médicos e farmacêuticos da época.

A necessidade de farmacêuticos se dava também pela obrigatoriedade estabelecida pela reforma do ensino médico de 1832, que estabelecia que: "Ninguém poderia curar, ter botica, ou partejar", sem título conferido ou aprovado pelas faculdades do Rio de Janeiro e da Bahia.

A Escola de Farmácia de Ouro Preto surge, então, como uma escola desvinculada do curso de medicina, dedicada ao estudo da farmácia e suas aplicações.

Para a matrícula nessa instituição era exigido saber ler, escrever, fazer as quatro operações matemáticas e possuir conhecimento da língua francesa. O curso inicialmente tinha duração de dois anos com a exigência de os alunos terem prática em farmácias da cidade, e o proprietário dava-lhes então um atestado de habilitação, que era indispensável à prestação do exame no final do curso.

Ao entrar o século XX, as exigências para o ingresso na Escola de Farmácia de Ouro Preto haviam mudado e o exame de admissão constava agora provas de português, francês, geografia, aritmética, física, química e história natural, que eram feitas em ginásios oficiais ou equiparados.



(MG). Torna-se Farmacêutico em 30 de dezembro de 1912, sendo o orador de sua turma<sup>9</sup>.

Depois de formado, alguns trabalhos escritos sobre Palmier não registram intensas atividades ligadas à Farmácia, existindo referência apenas ao exercício de atividade anterior ao seu ingresso na Faculdade de Farmácia de Ouro Preto: “Ainda rapaz, começou a trabalhar como balconista em uma farmácia da cidade. Possivelmente estimulado pelos afazeres cotidianos encantou-se pelos mistérios das drogas terapêuticas” (REZNIK e FERNANDES, 2003: 14).

As referências sobre atividades profissionais anteriores à conclusão do curso de medicina são muito mais intensas no magistério, em que foi professor primário da escola do distrito de Anta (Sapucaia), professor do ensino secundário no colégio São Luiz de Sapucaia e, depois de concluído o curso de farmácia, já então na capital do Estado, no Atheneu Fluminense de Niterói. A experiência no magistério no início da vida profissional marcou Palmier profundamente, fazendo com que se identificasse no seu exercício político com as causas da educação e dos educadores. Disse ele em certa ocasião na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ):

---

O curso de farmácia era feito em três anos e o número de cadeiras bastante ampliado. As cadeiras eram física, química orgânica e industrial, química analítica e toxicológica, higiene e microbiologia, farmacologia e bromatologia.

O corpo discente era parte ativa nas mudanças que ocorreram ao longo da estruturação do curso de farmácia. Com manifestações de protesto contra a reforma que reduziu o curso para dois anos em 1901 – Reforma Epitácio Pessoa, os alunos mostraram-se bastante participativos, mas com problemas financeiros o Estado manteve a redução do curso. Somente em 1911, a partir da Lei Orgânica do Ensino que ficou conhecida pelo nome Rivadávia Corrêa, expedida pelos decretos federais nº 8.659 e 8.661, de 5 de abril, quando foi concedida autonomia didática e administrativa aos institutos de ensino superior e fundamental, o curso voltou a ter duração de três anos.

Os estudantes da Faculdade de Farmácia de Ouro Preto eram jovens oriundos de várias regiões do país, ativos, participativos da vida política nacional e cotidiana local. Por ocasião da Revolta da Armada, contra o governo do Marechal Floriano Peixoto, organizaram uma companhia de voluntários, denominada “Silva Jardim”, que rumou para a capital, o Rio de Janeiro, e lutaram pela legalidade. Empenharam-se também em combater a venda de vinhos falsificados na região, fazendo com que a determinação dos estudantes em beber um vinho de boa procedência causasse alguns ferimentos nos alunos envolvidos. *Faculdade de Farmácia de Ouro Preto*. Disponível em:

< <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>>. Acesso em: 14 out. 2011.

<sup>9</sup> Estepan(2004) e Santos(2008) expõem que muito das críticas acerca do nosso eugenismo ocorria em função da leitura apenas dos autores em língua francesa que fez prevalecer nas citações dos trabalhos dos brasileiros a “autoridade dos franceses Pinard, Houssay, Lanbouzy, Morel, Founier, Richet, Apert e Moreau” ( STEPAN. 2004:347). Vale lembrar que Palmier em seus momentos de estudos secundários no colégio americano Grambery tinha a língua inglesa em seu currículo além de ter algumas aulas ministradas neste idioma. Um dos critérios para a entrada na Faculdade de Farmácia de Ouro Preto era saber ler textos em francês, necessário também para a entrada na FMRJ em 1914. Nos levando a entendê-lo como instrumentalizado para recorrer as publicações escritas nestas duas línguas, demonstrando ter ele mais opções de escolhas de leituras teórico metodológica dos assuntos eugenistas.

(...)todos sabemos que os professores fluminenses recebem verdadeira ninharia, que não é paga nem mesmo aos mais modestos trabalhadores das repartições públicas nem ao mais humilde dos operários fabris quer agrícolas (ALERJ, 2 de abril de 1936, p. 7.).

Estas influências são evidenciadas e estimuladas e se manifestaram ao longo de toda a sua vida, por ocasião dos trabalhos na Constituição do Estado do Rio de Janeiro em 1935<sup>10</sup> e na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro - ALERJ entre 1936 e 1937, onde participou da Comissão de Instrução e Higiene, e em diversas associações<sup>11</sup> em que atuou, nas centenas de artigos, nos inúmeros discursos que pronunciou e nos livros que publicou entre 1935 e 1952: Eleições Fluminenses (1935), Relatório do Hospital de São Gonçalo (1934), São Gonçalo cinquentenário, história, geografia e estatística (1940), Maurício de Abreu, um pioneiro da democracia (1952) e Sinopse estatística do município de Niterói (1948).

Palmier chega ao Rio de Janeiro em 1914, então com 21 anos, com uma experiência norteadora: o magistério. Entre as aulas na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (FMRJ) ele foi se envolvendo em movimentos intelectuais no estado do Rio de Janeiro, tornou-se secretário do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro (1914), participou de movimentos literários, como o da fundação da Academia Fluminense de Letras (1916), associou-se a movimentos de instrução, a exemplo do escoteirismo, e ajudou a fundar a Liga Fluminense Contra o Analfabetismo - LFCA (1917). De todo o associativismo do tempo de FMRJ, as campanhas contra o analfabetismo vão lhe conferir sua primeira identidade<sup>12</sup>.

Palmier vivia a sua formação em medicina em um momento de furor pela educação, as elites da recente república creditavam à educação a tarefa de instrumentalizar o povo ignorante nas novas práticas políticas. Ao recordar, alguns anos mais tarde, os objetivos das campanhas a favor da educação, o médico expõe o fim pretendido com as ações em torno da alfabetização do brasileiro. “Nessa campanha benemérita em que o inimigo é realmente poderoso e digno de respeito, cabe a todos uma partícula de responsabilidade coletiva em se tratando de dar combate à

---

<sup>10</sup> Doravante ACERJ.

<sup>11</sup> Entre as instituições ligadas à educação a que esteve associado, temos: Caixa escolar de São Gonçalo, Instituto Profissional de São Gonçalo, direção do Ginásio “Orlando Rangel”, direção do Liceu e Instituto de Educação Nilo Peçanha (1938), vice-presidente da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, Liga Brasileira contra o Analfabetismo e Liga Fluminense contra o Analfabetismo (1916).

<sup>12</sup> A questão da alfabetização será melhor explorada em conjunto com as estratégias para educação nos capítulos a seguir.

ignorância”<sup>13</sup>. No jargão político intelectual dos primeiros anos da república, civilizar era preparar o povo para o progresso, retirando-o da ignorância, aperfeiçoando-o para as instituições nascentes e as novas demandas do capitalismo no Brasil.

O analfabetismo foi combatido pelos republicanos históricos desde o fim do século XIX. Associavam a participação na condução dos destinos nacionais aos sujeitos racionais e educados. Logo a alfabetização tornou-se critério de cidadania. Por isso vemos na primeira década republicana (1890-1900) a criação de escolas de primeiras letras nos mais variados recantos do país. Duas a três décadas depois, porém, a luta contra o analfabetismo ganhou novas nuances. Não se tratava apenas de instrumentalizar o povo ensinando-o a ler e escrever, mas de educá-lo numa cultura moral do caráter e na constituição de corpos saudáveis. (REZNIK e FERNANDES, 2003: 14).

Concluídos os estudos em medicina em 1918, com especialização em obstetrícia, ginecologia e neonatologia, Palmier passa atuar na região de Niterói e São Gonçalo. Seu “batismo de fogo” ocorre na epidemia de gripe entre 1918-1919 (a espanhola). Resolveu nesta ocasião fixar residência no bairro de Sete Pontes (São Gonçalo), passando a atuar em um campo muito fértil para um jovem médico(a fixação se dá em 1919). Logo a elite local acolhe o jovem e promissor médico que ajudava os desassistidos do município. É possível perceber seu acesso aos meios de divulgação pela voracidade com que escreve em periódicos da região, como a *Ilustração Fluminense*, onde publica 15 artigos entre 1921 e 1924, e na *Gazeta*, onde publica outros 17 artigos entre 1919 e 1927. A partir de sua escrita, percebemos outra associação marcante em sua personalidade intelectual, o jornalismo, que durante toda a sua vida vai exercitar e usar como forma de instruir e influenciar a coletividade na percepção e no apoio aos projetos que conduziu nas regiões fluminenses.

Palmier foi amante da cultura das letras e participou das mais diferentes modalidades narrativas (jornais, livros e periódicos, dentre outros) e levou para a sua escrita as mais diversas temáticas: cultura, história fluminense, folclore e geografia, além dos assuntos de seu interesse eugênico, tais como educação física, instrução, higiene, e assistência à maternidade. É possível que a cultura jornalística tenha entrado na vida de Palmier antes de sua chegada à capital da República para estudar na tradicional Faculdade de Medicina. A proximidade com o irmão editor do Jornal em Sapucaia pode de alguma forma ter mostrado as possibilidades políticas e

---

<sup>13</sup> PALMIER, Luiz. Problemas da educação. *A Gazeta*, São Gonçalo, p.1 24 ago.1927.

argumentativas da palavra escrita na condução dos seus projetos políticos e intelectuais. Embora não tenha achado artigos dele nos jornais de sua cidade natal, acredito que esta prática estava muito próxima de seu núcleo familiar para ser negligenciada na sua constituição intelectual.

O fato marcante é que, do momento de sua fixação na região fluminense entre os municípios de São Gonçalo e Niterói, surge também uma proximidade com donos de jornais que lhe franquearam acesso a espaços locais de escrita, que o médico utilizou para divulgação de suas ideias sobre higienismo e educação e para marcar o seu lugar político e de homem de saber científico na região. O contato com o grupo dos irmãos Mattos (Belarmino e Abílio), donos do jornal *A Gazeta* em São Gonçalo, se deu pelo envolvimento com a campanha para a criação de um hospital no município em 1919, pois ambos integravam a comissão que viabilizaria a construção objeto da campanha de Palmier. O médico escreveu algumas matérias nos jornais dos irmãos Mattos, *A Gazeta* (17 artigos entre 1919-1937) e (24 artigos entre 1931-1955). No seu instigante artigo escrito em 1920 - “São Gonçalo do Futuro, novo rumo”, ou seja, pouco tempo depois de chegar ao município, Palmier já pretendia estabelecer as linhas para o futuro do lugar, mostrar as alianças estabelecidas e a importância que creditava ao jornalismo:

Fatores indispensáveis em obra de tamanho vulto ali estão, continuando nesse mesmo afã, três elementos – jornalistas, professores, tribunos. *O São Gonçalo*

No jornalismo está A GAZETA, a outrora pequenina “Gazeta de S. Gonçalo”, que lutando contra as intempéries desde o momento em que apareceu minúscula e desprotegida, simples repositório de notas semanais, consegue hoje pelo máximo de esforço e tenacidade incomparável de Belarmino e Abílio de Mattos, apresentar-se aos quatro cantos do estado como um bi semanário de grande formato e de grande prestígio moral<sup>14</sup>.

A inserção no mundo do jornalismo e sua escrita em periódicos locais (do município de São Gonçalo), fluminenses e de abrangência nacional, como o *Jornal do Brasil* e *O Globo*, a consagração de suas ações durante sua vida e os locais de memória criados antes e após a sua morte (ruas, praças e colégios) não deixam dúvida que Palmier foi um intelectual que se estabeleceu em um local onde compreendeu que poderia efetivar seus projetos médico-sociais eugenistas. Esse local que possuía a

<sup>14</sup> PALMIER, Luiz. São Gonçalo do Futuro, novo rumo. *A Gazeta*, São Gonçalo, p.1, 29 ago. 1920 e 05 set.1920.

dinâmica necessária para a efetivação de seus projetos, seja pela falta de condições sociais e sanitárias para o progresso daquela gente, seja pelo apoio das elites citadinas.

Terminada a Faculdade de Medicina e alguns meses depois de sua chegada a São Gonçalo, outra característica começa a se esboçar com mais nitidez: o envolvimento político de Palmier. O médico disputou nada menos do que seis eleições entre os anos de 1919 e 1954<sup>15</sup>, tendo sido vitorioso em duas. Pouco tempo depois de chegar ao município que lhe serviria de base política, em 1919 o recém formado médico Luiz Palmier toma parte em sua primeira ação política: a candidatura de Rui Barbosa à presidência da República, que tentava retomar o movimento civilista de 1910<sup>16</sup>. Palmier vai participar de centro de propaganda em favor de Rui Barbosa no Estado do Rio de Janeiro, segundo registros encontrados no *jornal O Fluminense*<sup>17</sup>. O hábito político, no entanto, pode ter sido anterior, iniciando-se nos tempos de vida no interior do Estado, em Sapucaia, segundo sua ficha no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), do qual consta este trecho em seus registros: “ainda adolescente, quando acadêmico, iniciou sua vida política em Sapucaia combatendo o Partido chefiado pelo Coronel Marcondes”<sup>18</sup>.

O envolvimento em campanhas políticas foi naturalmente estabelecido no grupo familiar e aperfeiçoado nos locais de formação por onde passou, que lhe emprestavam exemplos de combatividade de homens de ciências nos campos políticos da nação, e pela influência da corporação médica na política nacional. Em 1919 ele resolveu testar sua capacidade de angariar capital político (o voto) na região. Valendo-se do seu raio de atuação nos municípios fluminenses, sua inserção na elite local e o reconhecimento profissional conquistado nas campanhas contra a epidemia de gripe e o analfabetismo, Palmier lança-se em sua primeira eleição, para Deputado Estadual, sem vinculação a nenhum partido, não conseguindo ser eleito. A eleição perdida em 1919 faz parte do início do seu projeto político na região. Os anos de 1920 consolidaram outros projetos,

---

<sup>15</sup> 1919: Deputado Estadual; 1924: Deputado Federal; 1929 vereador no município de São Gonçalo; 1933: Deputado Constituinte Federal; Deputado Constituinte Estadual; 1954: Deputado Federal.

<sup>16</sup> A campanha civilista de Rui Barbosa, de 1910, diz respeito à oposição deste político, inicialmente, ao autoritarismo do militarismo representado pelos primeiros presidentes da República. Rui foi um legítimo representante do pensamento liberal na República Velha. Sobre a campanha de Rui Barbosa, ver Paim (1989).

<sup>17</sup> Palmier atuava na comissão de imprensa encarregada de fazer propaganda nos municípios de São Gonçalo e Cabo Frio. *O Fluminense*: 29 jan. 1919, p. 1, e 0 fev. 1919, p. 1.

<sup>18</sup> APERJ-DOPS. Pasta nº 47, Prontuário 10.0004 caixa 2875; for 133- Polícia civil do Estado do Rio de Janeiro 3ª Delegacia auxiliar: seção de ordem política e social.

como a direção da campanha pela criação de um hospital em São Gonçalo, que lhe trouxe dividendos junto à população do local, projeção do seu nome à esfera estadual e aprimoramento de sua inteligência política.

A campanha de construção de um hospital em São Gonçalo virá a ser um elemento definidor do tom político de Palmier, bem como dará a dimensão e sensação que a figura do médico causava à política local. Percebendo a importância de trazer para a obra a atenção e os recursos quer municipais, quer estaduais, Palmier vai caminhar com cautela em meio às elites locais e aos movimentos políticos estaduais e federais. Não chegando ao ponto de abrir mão de seus conceitos políticos, olhou as opções procurando levar em conta o que seria melhor para as campanhas em que se envolvia, principalmente a de maior porte: a do hospital de São Gonçalo. Foi um aliado das elites locais, compôs com os prefeitos nomeados para o município e foi um franco defensor do legalismo no conturbado jogo político da República Velha. Soube procurar o “caminho das pedras”.

Um destes momentos em que sua habilidade política e seus interesses em concretizar as obras do hospital tornam-se evidentes, sendo postos à prova, ocorreu no ano de 1922. As aspirações de Nilo Peçanha<sup>19</sup> em criar um eixo alternativo de poder contra o candidato Arthur Bernardes, o que se convencionou chamar de Reação Republicana, que partiu das reivindicações de distribuições das benesses clientelistas do governo federal que uniu estados como os de Rio Grande Sul, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, trouxeram um clima de instabilidade ao plano local, onde Palmier tinha os seus próprios planos. O clima de tensão causado pela campanha do eixo alternativo fez com que o principal líder do Partido Republicano Fluminense (PRF) em São Gonçalo renunciasse. Instalada a confusão, o prefeito indicado por ele cai e é nomeado o médico Mário Pinotti para o cargo. Pinotti foi da mesma turma de Palmier na FMRJ. O PRF de São Gonçalo logo se recompõe e as elites locais formadas por Eudino Figueiredo, Oscar Maldonado, Azeredo Coutinho e o coronel Manoel Gonçalves Amarante, junto com o prefeito Mário Pinotti, manifestam apoio a Nilo Peçanha<sup>20</sup>.

---

<sup>19</sup> Convencionou-se chamar o eixo alternativo à política do Café com Leite no Rio de Janeiro de nilistas.

<sup>20</sup> *O Estado*, Niterói, p.1, 18 jun.1921. e *A Gazeta*, São Gonçalo, p.1, 26 fez.1922.

Mesmo fazendo referência a Nilo Peçanha desde 1921 em artigos elogiosos que destacam a implementação do ensino profissional e o crédito agrícola<sup>21</sup>, assuntos muito bem vistos pelo médico, Palmier tece agradecimentos ao Dr. Raul Veiga, pelo apoio e estímulo às obras do hospital. Sem demonstrar suas preferências ele era tudo para todos, enquanto ajudassem. O ponto alto desta forma de conduzir as coisas é o editorial por ele assinado na *Ilustração Fluminense*:

#### NÓS E A REDACÇÃO DA "A RUA"

Sem queremos de modo algum encetar polemica com o brilhante diário da Capital vizinha "A Rua", lançamos entretanto o nosso protesto contra epíteto de *louvaminheiros ao partido oposicionista do Estado do Rio de Janeiro*, epíteto que não nos cabe, porque *se tecemos loas, enaltecendo tóribulariamente o valor político e pessoal dos candidatos adversos ao Sr. Dr. Nilo Peçanha* como diz o redator das "Novas e Ecos", do aludido Jornal é que esses mesmos candidatos são na realidade dignos do maior apreço e consideração, não só da *Ilustração Fluminense* mas do Brasil inteiro.

O nome aureolado do Sr. Dr. Arthur Bernardes e a memória inmorredora d'aquelle extraordinário espírito que foi Urbano Santos, Só não merecerão respeito e acatamento daqueles que, cegos pela política, não querem ver a verdade.

Quando a *Ilustração Fluminense* elogia os méritos incontestáveis do Sr. Dr. Arthur Bernardes não mais visou que salientar virtudes cívicas e morais de um luminoso estadista, atassalhado na sua honra por uma oposição descabida, o que fez com o mesmo desassombro e sinceridade com que declarem que as medidas tomadas pelo Dr. Raul Veiga honrariam o nome daquele economista de fama universal.

A *Ilustração*, na verdade, nunca *engrossou* a ninguém; rendo apenas homenagem a essas figuras dignas de admiração e respeito como estes dois grandes republicanos que tanto honram a nossa pátria, os Srs. Drs. Arthur Bernardes e Dr. Raul Veiga<sup>22</sup>.

As ações em torno da saúde e as ações educacionais e sociais garantiam a Palmier um prestígio político local, que fazia com que a condução do processo eleitoral na região passasse a considerar o médico uma pedra de alguma importância no jogo eleitoral que se desenvolvia no município. Isto por vezes servia para o bem ou para o mal. Acarretava perda de recursos para a construção do hospital e expunha os projetos sociais e médicos às agitações políticas. Um exemplo da significação política de

<sup>21</sup> PALMIER, Luiz. Créditos agrários. *Ilustração Fluminense*, Niterói, coluna Problemas econômicos, ago 1921, p. 8.

PALMIER, Luiz. Escolas profissionais. *Ilustração Fluminense*, Niterói, coluna Problemas econômicos. out. 1921, p. 23.

<sup>22</sup> PALMIER, Luiz. Nós e a redação da "rua". *Ilustração Fluminense*, Niterói, p.56, jul. e ago. 1922.

Palmier para o jogo eleitoral da região pode ser visto nas eleições de 1922, quando a crônica jornalística<sup>23</sup> estampa a perda de auxílios municipais para a construção do hospital por achar que Palmier viria candidato por outra facção política que não a do governo. Depois da campanha de 1922, em que o grupo político no poder na prefeitura não auxilia a construção do hospital, Palmier acomoda-se ao lado do situacionismo federal, sendo apontado pelo jornal *O Fluminense* em 20 de janeiro de 1923 como principal articulador político da candidatura de Alfredo Backer à presidência do Estado.

Em 1924 mais uma vez disputa uma eleição. Nessa ocasião, o objetivo era uma cadeira na Câmara Federal. O jornal *O Fluminense* apresentava-o como o candidato perfeito, “sem cortejo de ódios que não raro acompanha os políticos e sem as prevenções tão justificadas nas correntes que até então dividiam o Estado”<sup>24</sup>. Mais uma vez não alcança vitória, o que o jornal amigo *A Gazeta*<sup>25</sup> atribui a fraude. O fazer médico-social esbarrava naturalmente na disputa política em cada lugar. Sem jamais negligenciar isto, Palmier vai ser um homem político no sentido explícito ao longo de sua vida, engajando-se, manifestando-se e atuando em política eleitoral.

Algo estava prestes a mudar em sua vida pessoal em 1924. Palmier, então com 32 anos de idade, começa mais uma campanha, agora pelo casamento. Buscando mostrar ao futuro sogro que era um “bom partido”, ele manda uma foto de formatura em que traja beca, com uma dedicatória ao Sr. Bernardino Benevides, extensiva à família. A felizarda era Olga Benevides. Palmier já era o estimado bom partido das moças gonçalenses, como diz o poema escrito na época por Niconemedes Pitanga e incluído em seu livro editado em 1938:

LENDA...

Para o Dr. Palmier

Aluno de Esculápio - um príncipe existia  
Muito amigo do povo (assim nos diz a lenda)  
Razão porque, talvez, quer fosse noite ou dia,  
Do médico esmoler enchia-se a vivenda.

Era, realmente, bom; justiça se lhe renda;  
E tinha modos tais, encanto ou simpatia,  
Que, só por um olhar, sem lutas ou contenda,

<sup>23</sup> *A Gazeta*, São Gonçalo, p.1, 25 jun.1922, e 26 jun. 1922, p. 1.

<sup>24</sup> *O Fluminense*, Niterói, p.1, 22 jan. 1924.

<sup>25</sup> *A Gazeta* menciona diversos telegramas que o médico teria recebido, informando-o sobre fraudes nas eleições. *A Gazeta*, São Gonçalo, p. 4, 21 e 24 fev. 1924.



Qualquer que fosse a moça o príncipe prendia.

Um dia... todo o belo exército tremeu! ...  
O clínico foi preso!!! As virgens, na cegueira,  
Que deviam sorrir, sentiram comoção!

E a exímia atiradora, - a Dama que o prendeu,  
Fê-lo quase morrer ... a seta, foi certa,  
Trouxe a seus pés o herói ... ferido o coração!  
(PITANGA, 1938:149)

A campanha foi vitoriosa e o príncipe que a qualquer moça prendia resolve oficializar seu casamento em 25 de setembro de 1925. Olga logo passou a atuar nas campanhas e projetos do marido, torna-se parte da comissão de damas que ajudavam na campanha pró-hospital, mais tarde será eleita diretora do Instituto Gonçalense de Amparo à Maternidade e à Infância e tornar-se-á também mãe dos cinco filhos de Palmier: Luiz Palmier Filho, Hélio, Olga, Felício e Bernardino.

A vida política de Palmier segue e, na campanha de 1929 à Câmara de Vereadores de São Gonçalo, ele obtém vitória. A melhor forma de dimensionar sua atuação política são as fontes jornalísticas que o acompanham incessantemente, demonstrando uma vereança atuante. A questão em 1929, no entanto, era a sucessão presidencial. Seguindo sua conduta de tentar aliar-se aos integrantes da situação estadual e federal e com sua postura legalista, ele viria a apoiar abertamente a campanha do Presidente do Estado contra a Aliança Liberal. Com os rumos tomados a partir das eleições de 1930 e a ação revolucionária, o médico toma posição a favor da legalidade, inspirado nos batalhões patrióticos que surgiam em alguns cantos. Ele participa da fundação da Legião Republicana Manoel Duarte. Os esforços para manter a legalidade são inúteis e o Presidente Washington Luís e o Presidente do Estado Manoel Duarte são depostos. No dia da deposição, *A Gazeta*, jornal que reunia o grupo que fez campanha contra a Aliança Liberal (Estephane Vannier, Alberto Paiva, Belarmino de Mattos e Ismael Branco), foi invadido e teve o seu maquinário danificado, ficando fora de circulação por 16 dias, retornando à circulação com um tom cauteloso e situacionista. Palmier acompanhou essa “forte tendência inercial que, na prática, coage a todos a um alinhamento político com as forças vitoriosas” (Reznik e Fernandes, 2003:18). Impelido pelas circunstâncias, a vereança de Palmier iniciada em 1929 foi de curta duração. Em 1930 ele teve o seu mandato interrompido com a dissolução da Câmara Municipal, assim como de todas as casas legislativas do país.

Palmier não apenas enxergava na ação política a forma de implantar seus projetos, havendo demonstrado ter gosto e percepção da necessidade desta forma de atuação. Desde 1919, fez uma trajetória onde se comportava como um nilista. Depois de 1929, acomodou-se às forças da situação do café com leite que governaram o Estado de 1923 a 1930. Com a revolução de 1930, compôs novamente com o grupo nilista de volta ao poder. Seu retorno a um mandato legislativo ocorre em 1934, quando é eleito para a Assembleia Constituinte do Estado (1935-1937) pelo Partido Progressista Fluminense. O médico já havia tentado em 1933, sem sucesso, uma vaga na Assembleia Constituinte Federal. O mandato como deputado constituinte do Estado do Rio de Janeiro é o que vai fornecer mais elementos sobre vários aspectos do seu pensamento médico-social e será o lugar onde vai apresentar com mais clareza discussões e as estruturas para proteção à infância, amparo à maternidade e eugenia. Evidenciava também o modo como operava as discussões do seu tempo.

Palmier discursou sobre temas como a instrução pública, definindo Niterói como “cidade universitária”, citando a Faculdade de Medicina, a de Direito e a Faculdade de Farmácia e Odontologia; assim como estabelecimentos de ensino técnico e comercial e institutos de ensino secundário (aproveitando o ensejo, demonstrou seu entusiasmo com a inauguração da Escola Superior de Agricultura). Sobre a questão da instrução pública, recorreu ao artigo 156 da Constituição Federal de 1934, que determina à União e aos municípios aplicarem nunca menos de 10% e os Estados e o Distrito Federal nunca menos de 20% das rendas resultantes dos impostos, na manutenção e desenvolvimento dos sistemas educativos, declarando que, certamente, a Constituição Estadual reproduziria este texto<sup>26</sup>. Referindo-se ao tema da proteção à infância, Luiz Palmier enfatiza que a Constituição deve deixar claros os pontos principais relativos à proteção à maternidade e à infância como base angular da assistência social, ou mesmo como pontos fundamentais à própria nacionalidade brasileira. Enfatiza que as crianças das zonas rurais continuam abandonadas e que, apesar de o governo federal ter uma organização central obedecendo ao Departamento da Maternidade e da Infância, raramente tais recursos chegam às zonas mais afastadas<sup>27</sup>. Faz constantes referências

---

<sup>26</sup> RIO DE JANEIRO. Assembleia Constituinte do Estado do Rio de Janeiro (ACERJ). Niterói, Oficina Graphics do Diário Oficial, 1935, p. 88-111.

<sup>27</sup> Ibidem. p. 141-146.

elogiosas ao comandante Ary Parreiras<sup>28</sup>, especialmente ao citar a Casa Maternal 1º de Maio, um estabelecimento padrão de iniciativa do interventor (sugere que se mude a denominação da instituição para “Casa Maternal Ary Parreiras”), lembrando também o apoio deste à obra do Hospital de São Gonçalo<sup>29</sup>. Aproveitando a passagem do “Dia do Funcionalismo Público”, Palmier afirma que a Constituição Estadual deve idealizar algo em benefício desta classe<sup>30</sup>. Manifesta-se ainda sobre o Crédito Agrícola, essencial à expansão agrária, considerando os 3% da renda dos municípios destinados ao fomento da agricultura e da pecuária uma “porcentagem ridícula”, não sendo desta forma resolvido o problema da proteção à agricultura e à pecuária<sup>31</sup> e sobre as dificuldades encontradas na exportação de frutas nacionais, cita São Gonçalo e a produção de abacaxi, fazendo referência ao projeto apresentado pelo fluminense Edgard Teixeira Leite na Câmara dos Deputados auxiliando a fruticultura.<sup>32</sup> Fez a seguinte declaração acerca do fracasso do Conselho dos Contribuintes, criado para corrigir anomalias e arbitrariedades no lançamento do Imposto Territorial: “O que devemos reconhecer é que, em muitas regiões agrárias do Estado, as propriedades estão desvalorizadas, e os avaliadores do fisco fazem não perceber essa desvalorização, continuando a louvá-las pelos preços antigos, dos tempos áureos do café”.<sup>33</sup>

Luiz Palmier envolve-se em uma questão acerca da constituição do elemento nacional ao propor no discurso proferido na ACERJ, no dia 13 de dezembro de 1935, considerações sobre a Assistência Social em que discutia alterações nos títulos X, Da higiene e saúde pública, XI, Da Ordem econômica e social, e XII, Da educação e da cultura, que deveriam ser substituídos pelo Título X Da Assistência Social e da ordem econômica. Ou seja, Palmier pretendeu aplicar à Constituição do Estado do Rio de Janeiro as formas como encarava a assistência social, englobando higiene, saúde pública, ordem econômica e social, educação e cultura sob um único título que dava sentido a todos eles e expunha os objetivos (Da Assistência Social e da ordem econômica). Palmier declara ser o projeto de Constituição do Estado incapaz de traduzir a necessidade, citando a Constituição de São Paulo em seu artigo 79 como

---

<sup>28</sup> Ary Parreiras foi interventor federal no Rio de Janeiro de dezembro de 1931 a novembro de 1935.

<sup>29</sup> ACERJ. 1937: 164-189.

<sup>30</sup> Ibidem. p.189-195.

<sup>31</sup> O projeto de constituição destinava 3% ao fomento agrícola e à pecuária, mas a Constituição Estadual de 1936 fixa em apenas 1%. Ver artigo nº 122 das Disposições Gerais (ACERJ, 1935: 120-123).

<sup>32</sup> Ibidem. p. 209-220.

<sup>33</sup> Ibidem. p. 274.

exemplar sobre o tema. Em seu discurso, focaliza temas como a assistência aos leprosos, a tuberculose, a eugenia (“elemento básico de toda assistência social”), serviço pré-natal e a educação sexual. Declara que a assistência aos leprosos não foi sequer iniciada no Estado do Rio, citando a trindade (leprosário, dispensário e preventório) por ele idealizada nas Jornadas Médicas de Campos como solução para o problema. Sobre a tuberculose, faz menção à Liga Brasileira Contra a Tuberculose, mencionando ainda a Policlínica da Faculdade de Medicina e o Hospital de São Gonçalo no combate à doença. Segundo o médico, falta um órgão coordenador das instituições hospitalares existentes de forma esparsa pelo Estado inteiro. Abordando o tema da eugenia, destaca três aspectos da questão médico-social que “servem de base para a defesa eugênica de nossa raça: exame pré-nupcial, esterilização e delito de contágio(ACERJ. 1937:767-805).

Findos os trabalhos da Assembleia Constituinte do Estado (em dezembro de 1935), são iniciados(em janeiro de 1936) os da Assembleia Legislativa. Palmier demonstra mais uma vez disposição para discutir o que considera ser de importância: educação, amparo ao menor, ensino superior (com a criação e incorporação de algumas instituições)<sup>34</sup>, benefícios ao magistério, efetivação das práticas esportivas como forma de promover a eugenia, e promoção cultural. Foi eleito para a comissão de instrução e higiene, o que lhe fez permanecer sempre próximo a assuntos que considerava prioritários ao progresso.

Sua condução legislativa aqui apresentada de forma sumária, será revisitada e nos serve de auxiliadora na compreensão de como conduziu as ações que tinham por objetivo aperfeiçoar os brasileiros. A curta duração do seu mandato legislativo na Assembleia do Rio de Janeiro não é proporcional ao volume de discussões em que esteve envolvido: “era um dos mais operosos deputados da Assembleia Legislativa”<sup>35</sup>, mesmo tendo seu mandato mais uma vez interrompido em 1937, com a decretação do Estado Novo, ocasião em que as casas legislativas foram extintas em todo o país.

Em 1954, Luiz Palmier entraria no cenário político fluminense pela última vez, pois morreria em 1955 no Hospital Central do Exército, no Rio de Janeiro, em decorrência de leucemia. Concorrendo ao mandato de deputado federal pelo Partido

---

<sup>34</sup> Entre estas instituições cujas discussões fizeram parte do seu mandato temos: a criação da Escola Superior de Técnicas Agrícolas e a Faculdade Fluminense de Medicina em Niterói.

<sup>35</sup> APERJ-DOPS. Pasta nº 47, Prontuário 10.0004 caixa 2875; for 133- Polícia civil do Estado do Rio de Janeiro 3ª Delegacia auxiliar: seção de ordem política e social.

Democrata Cristão<sup>36</sup>, o “gonçalense” de pertencimento contou com forte propaganda nos jornais. Seja em *O São Gonçalo*, seja no *Correio Gonçalense*, seja em *O Sapucaense*, o que observamos, assim como em suas candidaturas anteriores, é o destaque dado às qualidades pessoais e profissionais do médico gonçalense e, sobretudo, à sua atuação parlamentar:

Não faltou a uma única sessão<sup>37</sup> e com inteligência viva e cultura multiforme, opinou a respeito de todos os capítulos da Constituição discutindo todos os assuntos com igual proficiência (...) Orador seguro e de inesgotáveis recursos, sabe vestir o pensamento com as roupagens multiformes das imagens farfalhantes, contornando as dificuldades e arredondando os períodos com a mesma facilidade e segura mestria com que examina um paciente no consultório ou dá aula na Faculdade(...)<sup>38</sup>.

O eminente candidato nunca se desviou daquela diretriz de bem servir o povo da velha província que deu ao Império e à República os vultos que tanto ilustram os fastos da pátria<sup>39</sup>.

Sob o título “Uma vida toda consagrada ao bem da Pátria e da humanidade”, *O São Gonçalo* publica artigo com o perfil biográfico de Palmier enfatizando que “as realizações do seu passado são uma garantia para os objetivos do futuro”<sup>40</sup>. Ao expor

---

<sup>36</sup> O PDC foi fundado em São Paulo em 9 de julho de 1945 e foi extinto pelo Ato Institucional nº 2 em 27 de outubro de 1965. Com a crise do Estado Novo e o processo de redemocratização do país, abria-se teoricamente um espaço para a criação de um partido que atuasse como canal de comunicação com o amplo espectro social e porta-voz da Igreja junto às classes trabalhadoras. Entretanto, o PDC brasileiro nasceu sem o apoio institucional da igreja, não se apresentando como uma proposta reformista e capaz de funcionar como porta-voz dos trabalhadores. No plano geral, o partido tinha como proposta instaurar um governo popular, democrático e cristão. Nos primeiros anos da década de 1950, o partido sofreu um processo de expansão comprovada no pleito de 1953 quando elegeu para a prefeitura de São Paulo (principal reduto do partido) Jânio Quadros. Concomitante a este crescimento, o PDC procurou adotar uma orientação moralizante de combate às práticas dos políticos profissionais. Em 1954, o partido lançou a candidatura de Jânio Quadros ao governo de São Paulo, saindo vitorioso. Ver Marieta de Moraes Ferreira/Dora Flaksman, “Partido Democrata Cristão” In: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós 30(DHBB)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, CPDOC, 2001, p. 4297-4301.

<sup>37</sup> Isto não foi verdade. Palmier teve meses de ausência aos trabalhos do legislativo e a dias da semana de trabalhos parlamentares, que incluía sábados e domingos que comumente não ia. O volume de participação nas discussões legislativas, no entanto, é grande, o que o torna sem dúvida um dos deputados mais atuantes de sua legislatura.

<sup>38</sup> Texto escrito pelo professor Roberto Pereira Santos, um de seus biógrafos, no livro *Terra de toda gente* e publicado em jornais. SANTOS, Roberto Pereira. Um exemplo a seguir! A ação parlamentar do Dr. Luiz Palmier” *O São Gonçalo*, São Gonçalo, p.1 18 jul.1954; SANTOS, Roberto Pereira. A ação parlamentar do Dr. Luiz Palmier – um exemplo a seguir. *Correio Gonçalense*, São Gonçalo, p.3, 25 jul.1954.

<sup>39</sup> Luiz Palmier – Um fluminense ilustre na Câmara Federal, *O Sapucaense*, Sapucaia, p.3, 19 set.1954

<sup>40</sup> A biografia exposta na enciclopédia “Ponte Interamericana” apresenta aspectos importantes da vida do médico, desde seu nascimento em Sapucaia, sua formação profissional, chegada a São Gonçalo em 1918, as diversas instituições da qual participou, sua atuação como vereador e deputado estadual, o Hospital de São Gonçalo, o IGAMI e uma série de outras ações. *O São Gonçalo*, O São Gonçalo, p.5, 25 jul.1954, p. 5, e 22 set. 1954, p. 5. Esta biografia foi também publicada em “O Sapucaense” sob o título *O Professor*

seu programa como candidato ao Legislativo Federal, Palmier levanta uma “bandeira municipalista”, destinando maiores recursos aos municípios, preocupando-se com os problemas assistenciais, reforma agrária, ensino gratuito em todos os graus e amparo às classes liberais; além de assumir um compromisso direto com o povo gonçalense<sup>41</sup>. O candidato apresentou também um vasto plano de assistência médico-social em Sapucaia, incluindo a criação de hospital, ambulatórios, clínicas diversas, assistência às mães, às crianças e aos velhos<sup>42</sup>. Encerrando sua trajetória política de forma feliz para os seus padrões, o político gonçalense obteve 5.720 votos em São Gonçalo, sendo o candidato a deputado federal mais votado no município<sup>43</sup>. No entanto, a expressiva votação não foi suficiente para que conquistasse uma cadeira na Câmara Federal.

A apresentação da figura de Palmier se deu pela escolha de dois ambientes de atuação como prioritários: o jornalismo e o exercício político. O médico fluminense foi, no entanto, um intelectual polivalente desde Sapucaia onde iniciou sua vida pública, profissional e política precipitando sua reflexão intelectual. Foi em São Gonçalo que fez o seu ambiente intelectual, integrou-se a grêmios artísticos literários, fez relações com homens de letras da capital, participou da criação de entidades intelectuais, como o Cenáculo Fluminense de História e Letras em 1924. Na década de 1930 esteve envolvido na criação da Academia Niteroiense de Letras, na qual é eleito em 23 de março de 1945 para assumir a cadeira patronímica de Joaquim Manuel de Macedo e da qual exerceu a presidência em 1952. Fez parte da Comissão Fluminense de Folclore em 1952, consolidando e dando visibilidade à instituição. Viveu intensamente os anos de 1920 a 1950, sendo, sobretudo, um intelectual do seu tempo que conduziu um conjunto de ações para alcançar o progresso. Fez em um recorte local aquilo que um grupo de intelectuais da República (médicos, engenheiros, bacharéis em direito, jornalistas e educadores) pensava desde o final do século XIX. Foi executor e não apenas um formulador, polemista ou intelectual afastado da prática. Nesta tarefa de gerência,

---

*Luiz Palmier incluído pela enciclopédia “Ponte Interamericana” entre as personalidades mais eminentes de todas as nações civilizadas em 19/09/1954.*

<sup>41</sup> Destacamos ainda como compromisso em seu programa: o saneamento de Neves, energia elétrica, estradas pavimentadas, abastecimento de água, rede de esgotos, uma escola profissional ou agro-industrial, ampliação do ensino primário e ainda a assistência médico-social na sua maior amplitude. *O São Gonçalo*, São Gonçalo, p.1, 30 set. 1954,

<sup>42</sup> Luiz Palmier – Um fluminense ilustre na Câmara Federal, *O Sapucaense*, Sapucaia, p.3, 19 set.1954 p

<sup>43</sup> Os demais candidatos a deputado federal do município receberam os seguintes votos: Celso Peçanha – 4.284, Tenório Cavalcanti – 2.189 e Agenor Feio – 1.992. Dados retirados de “O São Gonçalo”, 28/10/1954.

utilizou alguns recursos muito próprios de sua geração, o periodismo e o envolvimento político. São estas características que escolhi valorizar na apresentação de sua personalidade intelectual. Claro que ele não pode ser reduzido a elas tão somente, mas são estes elementos intelectuais que mais recursos emprestarão à análise da condução do projeto médico eugênico. Certamente, outros apareceram ao longo da escrita: o homem familiar (o engajamento e dramas eugênicos), o homem religião (convencimento e atuação de grupos religiosos nas campanhas eugênicas), o homem sociólogo (que demonstrou capacidade de estabelecer especificidade da gente e da região onde atuou). Tais características serão evidenciadas ao longo da seleção documental feita.

## 2 CAPÍTULO - 2 APRESENTAÇÃO DO PERFIL EUGENISTA

A eugenia desempenhou um papel social na história do século XX brasileiro. Negar a sua existência, como forma de proteção contra os excessos das correntes radicais alemãs próximas às idéias de Mendel, Galton e Weismann não exclui a sua existência, nem a originalidade das questões em que se envolveu por aqui e nas quais residem suas particularidades. As ideias eugênicas fizeram parte dos gabinetes do governo, misturando ações no campo de saneamento, circulou de um lado ao outro de nossa política imigrantista, esteve nas sessões de nosso poder legislativo, coabitou em nossas tradicionais faculdades (medicina e direito) e morou em nossos consultórios médicos.

Entre as duas guerras mundiais, a eugenia esteve associada a uma série de congressos e conferências e à legislação social sobre bem-estar infantil, saúde materna, direito de família, controle de doenças infecciosas e imigração. Ela estimulou a criação de alguns dos primeiros cursos de genética da região. Debates médicos e jurídicos e atividades legislativas referentes ao papel apropriado do Estado na regulação do matrimônio eram permeados por temas de aprimoramento eugênico (STEPAN, 2004:333).

Sim, nós tivemos nossos momentos de aceitação da eugenia e, considerando o debate historiográfico sobre a questão, desenvolvido nos últimos anos nas obras de Stepan (1985; 2004), Diwan (2007) e Santos (2008), a eugenia entre nós demonstrou organização, volume de ações e capacidade de atrair intelectuais (principalmente cientistas), o que torna importante compreender o movimento por aqui desenvolvido, suas demandas, suas formas de soluções para o horizonte de problemas, as negociações, grupos envolvidos, percurso, campo da ação, realizações e o conjunto de idéias deixadas pela eugenia em nosso país. Minha colaboração se dá pela apresentação do pensamento eugênico do médico fluminense de nome Luiz Palmier (1893-1955). Palmier esteve envolvido na organização do serviço de saúde, na assistência à maternidade e à infância, na educação e na cultura, no município fluminense de São Gonçalo, em regiões do seu entorno e na Baixada Fluminense, estabelecendo relações com políticos e letrados. Fez parte de um grupo de homens que, na primeira metade do século XX, estavam



engajados em uma série de discussões e ações acerca de um país e de uma civilização que o ocuparia.

O texto abre caminho à reflexão sobre o pensamento eugênico na obra de Palmier, discussão ainda não abordada por biógrafos e pesquisadores do campo intelectual fluminense, e aponta as ações eugênicas que o médico se esforçava em implantar e as influências advindas do movimento em sua época.

Vincular a eugenia ao pensamento de um intelectual é uma zona sensível em nossos dias, carregada de conceitos pré-definidos a partir de exemplos exteriores intensos, frutos de construções históricas particulares e escolhas teóricas muito próprias. Diwan (2007) faz uma crítica à ofensa eugenista na narrativa biográfica de alguns intelectuais brasileiros, motivado por uma carga condenatória que faz com que alguns revissem sua participação no movimento eugênico, buscando formas de depuração em suas histórias de vida.<sup>1</sup> Não me anima a idéia de condenar Palmier por isso, como também não faço da questão a grande descoberta histórica sobre este intelectual: a sofisticação do seu pensamento e a complexidade de idéias que produziu e geriu, farão dele objeto de muitas outras pesquisas. Procuro constatar a eugenia como parte integrante de seu pensamento médico-social e como estruturadora de algumas estratégias que pretendeu ou mesmo que conseguiu implantar. Confesso que esta constatação provocou mudanças na forma como passei a gerir a sua produção intelectual e as ações desenvolvidas pelo médico. Sem notar o pensamento eugênico em Palmier, não entendia algumas soluções dadas por ele para “curar o Brasil”. Estou convencido que a eugenia era parte integrante do pensamento médico-social nos primeiros trinta anos do século XX brasileiro, fruto de um intenso trabalho, investimento e dedicação para elaborar um campo do saber que desse respostas e apontasse soluções aos problemas brasileiros, que coexistiu e dialogou com outros movimentos que procuraram também curar o país, como, por exemplo, o sanitarista e o higienista que congregou gente interessada em mudança, angariando muitos adeptos entre juristas, educadores e médicos.

---

<sup>1</sup> DIWAN (2007) nota que alguns intelectuais brasileiros que fizeram parte de associações e congressos e escreveram em publicações eugenistas, praticaram uma reordenação memorial, sobre a qual a autora se pergunta: trataram os participantes e simpatizantes do eugenismo de apagar essa passagem?

Entender que eugenia desmereça a figura de Palmier é agir e notar pelo senso comum, em que a eugenia está ligada a esterilização humana, segregação e eutanásia. É compreender que a eugenia tão somente existiu na forma alemã nazista, e não ocupou os gabinetes ingleses, que não foi fruto de reflexão de intelectuais europeus: Galton, Lamark, Mendel e Weismann e norte-americanos como Devenport entre outros, que não foi política de estado nos Estados Unidos e na Suécia, sendo que este último país praticou a esterilização até a década de 1970. A eugenia não existiu apenas em sua forma negativa, que pretendia agir eficazmente sobre as más características da população vista exclusivamente como problema hereditário, existiu também uma eugenia que via nas soluções de uma série de demandas sociais, ligadas ao ambiente, à forma de oferecer progresso através do aperfeiçoamento da raça. Palmier não é culpado; ele simplesmente estava sintonizado às idéias do seu tempo. Estruturou seu pensamento a partir dos três tipos apontados pela historiografia sobre o tema, não tomou como central a eugenia negativa em sua vida, mas a considerava como forma de assegurar a defesa da raça nacional, tanto é assim, que se esforçou por implementar na Constituição do Estado do Rio de Janeiro medidas restritivas à reprodução humana e de controle da sexualidade. Ele, porém, foi a expressão de um intelectual que usava o pensamento eugênico como forma de se atingir o progresso nacional. Perseguindo esta ideia, ele atuou elaborando e reelaborando ações e montando estratégias a fim de produzir um sujeito eugênico, isto é, aprimorado.

Este capítulo se presta a apresentar como ele (Palmier) se utilizou das ideias eugenistas em suas ações, produzindo estratégias que nortearam algumas realizações em assistência social, amparo à maternidade e à infância e educação, que serão apresentados no capítulo seguinte.

A eugenia em Palmier era encarada como uma demanda da assistência social: “a eugenia é hoje o elemento básico por excelência de toda a organização de assistência social” (ACERJ, 1935:789). O médico divulgou as ideias, pois tinha a intenção da implementação de políticas públicas sobre o tema. Apresentou o assunto em 13 de dezembro de 1935 na ACERJ solicitando o cuidado daquela casa para o tema que, segundo ele, teria “providenciado com acerto para a defesa da nossa raça, da nossa sociedade, sobretudo das gerações futuras” (ACERJ, 1935:789). A fala de Palmier naquele dia, que transcreverei em parte ao longo desta discussão, demonstra as atitudes

que deveriam ser tomadas contra os fatores disgênicos considerados pelo médico e a análise de suas ações eugênicas. A força da questão proposta é entender a prática médico-social de Palmier como constituinte do campo eugênico brasileiro.

O médico fluminense, ao discursar sobre assistência social e vincular a eugenia às políticas sociais do Estado do Rio de Janeiro, assume o posto de representante do movimento eugenista naquela casa legislativa. Ao longo de sua fala ele se identifica com posições restritivas/negativas e construtivas/positivas demonstradas ao analisar o plano de conteúdo de sua fala que vincula três medidas eugênicas “básicas”: “exames pré-nupciais”, “esterilização” e “delito de contágio”. Tais assuntos sempre foram polêmicos e causaram desconforto e controvérsias. Ao longo do tempo, foram estigmatizados e politizados, principalmente a partir de 1942, Diwan (2007), momento em que alguns representantes do movimento eugenista brasileiro passaram a ser relegados ao ostracismo em virtude do conflito mundial que se desenrolava na Europa e ao extremismo alemão com os assuntos eugênicos, que fez com as nações envolvidas em conter o avanço nazista procurassem repensar e se afastar do movimento em função da proporção de atos negativos do regime alemão.

O que precisa ser observado é que estes pontos são básicos, deveriam compor qualquer início de conversa de médicos eugenistas interessados em deter os problemas disgênicos que pudessem atrapalhar a reprodução. Por sua vez, Palmier já havia medido a distância para a aceitação e efetivação deste tipo de ação que a eugenia propunha por aqui. Afirmando isto por compreender que Palmier, ao apresentar tais temas, tinha como uma de suas intenções projetar para o futuro uma imagem, um “monumento” para os que observassem no porvir aquilo que era sentido e pensado também por um dos integrantes da Constituinte identificando o esforço e compasso com os saberes (admitindo que a eugenia fosse um campo do saber científico) da época usados para promover o ordenamento, o aperfeiçoamento e o progresso. As medidas propostas eram para Palmier elementos básicos, insisto, tratados desde longa data pelo movimento eugenista. Para além de apresentar a demanda eugenista, a construção do discurso proferido pelo médico é exemplo de algumas características que o marcam: a percepção da realidade, a polivalência do seu pensamento, a noção de limites e o julgamento da eficácia das ações pretendidas. Tais medidas (eugênicas) propostas não foram

volumosas em sua produção intelectual e sequer tornaram-se prática nas ações do médico; mesmo assim, considerava-as como estratégia de assistência social.

O discurso analisado é fundamental para apresentar as credenciais eugenistas do médico, fazendo-nos perceber que este intelectual não pautou seu pensamento e ação médico-social em elementos básicos, mas em ideias sofisticadas, realistas e autênticas. Para além de apresentar a eugenia, o capítulo serve também para demonstrar os limites que observou, as formas de negociação que desenvolveu, as respostas que deu aos problemas achados pelos eugenistas em nosso país. Esta observação torna-se importante para entender sua produção intelectual e os planos de ações desenvolvidos para oferecer ao brasileiro aquilo que, segundo ele, a eugenia propunha: “o aperfeiçoamento da raça”.

## **2.1 Conjunto de ideias básicas.**

Ao apresentar uma crítica ao projeto da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, relativo a higiene e saúde pública (título X) e educação e cultura (título XII), Palmier não só propõe uma reformulação na organização do tema na constituinte estadual em 1935, mas evidencia a forma como ordenava o assunto em seu pensamento, o que nos conduz a entender as estratégias empregadas por ele ao longo da vida, que serão alvo de análise durante este estudo.

LUIZ PALMIER: Sr. presidente, ao iniciar a discussão em torno dos problemas da assistência social e principalmente, médico social, abordando títulos, capítulos e artigos do projeto de constituição, devo dizer que os títulos X, relativo a hygiene e a saúde pública, e XII, concernente a educação e a cultura, precisam ser reunidos em um só título - “Da Assistência Social”. Assim, desdobraremos esse título “Da assistência Social” em todos os capítulos: “Da Hygiene e Saúde Pública” e “Da Educação e Cultura” (ACERJ, 1935: 788).

O que Palmier propunha era uma minuciosa reformulação na organização da assistência social no Estado, fazendo que educação, cultura, higiene e saúde pública fossem vistos e geridos a partir da lógica de assistência a uma sociedade. Não era uma

reformulação isolada, fruto da originalidade do seu pensamento. O que o médico pretendia fazer com que constasse na forma da lei, evidencia uma leitura da história do movimento eugenista no país, suas etapas, demandas, os problemas apresentados e as formas de solução. Não há, no entanto, novidade, pois a forma de encarar a assistência social como constituinte do campo eugênico já fazia parte da Constituição do Estado de São Paulo, e o médico vai citá-la no início de sua fala, referindo-se à lei desse Estado como “síntese admirável” (ACERJ, 1935: 788). Unir eugenia, higiene e saúde pública não era, portanto, novo à época, assim como também não era novidade para o movimento (ou melhor, para uma parte do movimento) tratar de educação e cultura como forma de aperfeiçoar a raça, como veremos nos capítulos seguintes.

A síntese admirável:

(...) em matéria de organização de assistência social no Estado, entretanto pelo menos para argumentar, para servir de base ao nosso estudo, referirei a constituição de São Paulo, que no artigo 79, de letras A a J, trata numa síntese admirável dessa importante questão.

“Artigo 79- Cabe ao Estado e aos municípios coordenar e assegurar os serviços sociais, criando os necessários departamentos especializados com o fim de:

- a) –promover o amparo aos desvalidos;
  - b) –estimular a educação eugênica;
  - c) –amparar a maternidade e a infância;
  - d) –Socorrer as famílias de prole numerosa;
  - e) –proteger a juventude contra toda a exploração, ou abandono physico, moral e intelectual;
  - f) –restringir a mortalidade e morbidade infantis;
  - g) –impedir a propagação de doenças transmissíveis;
  - h) –Cuidar da hygiene mental e incentivar a luta contra os venenos sociais;
  - i) –prestar socorro público de urgência;
  - j) Animar a iniciativa particular, nas matérias acima referidas”
- (ACERJ, 1935: 788-789)

E quais ações eugênicas deveriam ser empregadas?

O SR. LUIZ PALMIER: Por isso mesmo, começaria por abordar o problema da eugenia (...). A eugenia é hoje o elemento básico por excelência de toda a organização de assistência social. **Mas não será a eugenia contida em um dispositivo constitucional [grifo meu].**

Sei perfeitamente que à Constituição Federal cabia tratar da matéria referente à eugenia. Assim teríamos providenciado, com acerto para a defesa de nossa raça, da nossa sociedade, sobretudo das gerações futuras.

A Constituição Federal, infelizmente, não cogitou do assunto com o devido carinho; relegou para as leis ordinárias que dificilmente, dado o nosso sentimentalismo, dada a nossa educação, jamais poderão ser

feitas pelo congresso, muito menos pelo poder executivo federal. Essas medidas, entretanto, são adoptadas no mundo inteiro, principalmente nos países que atingiram a um grau elevado de civilização (...) a eugenia deveria ser compreendida sob três aspectos da questão medico social:

Em primeiro lugar, o exame pré-nupcial, que está sendo agora vencedor na Alemanha e em diversos outros países e que deve ser adaptado à nossa terra uma vez vencido o nosso sentimentalismo, os preconceitos e nossa educação defeituosa (ACERJ, 1935: 788-789).

A adoção dos exames pré-nupciais seria responsável por conter a má constituição física dos brasileiros através do diagnóstico e posterior restrição e impedimento ao casamento. A pesquisa laboratorial, acompanhada da pesquisa social, e o inquérito iriam funcionar como redutores das anomalias. A questão dos exames pré-nupciais constitui um dos núcleos do movimento eugênico. Entre nós foi abordado ainda em 1917 nas primeiras reuniões que promoveram a criação da Sociedade Eugênica de São Paulo<sup>2</sup> e foi tema de cinco textos<sup>3</sup> do 1º Congresso Brasileiro de Eugenia(PCBE). A atenção dada por Palmier à ordenação do casamento achava razão de ser no pensamento médico-social, que via a conduta dos pais, a transmissão de maus hábitos e “da doença” como um propagador de problemas médicos e sociais. Por isso o momento anterior: a seleção dos pais, os cuidados pré-natais e o nascimento foram revestidos de atenção pelos médicos.

A natureza do casamento, para Palmier, era a defesa do Estado e da raça (de brasileiros). A demanda eugênica entendeu que a defesa da raça tinha ligações diretas com as decisões tomadas na seleção do parceiro conjugal, a proteção da criança iniciava-se antes do nascimento. Neste sentido, cabia aos pais dar ao mundo filhos saudáveis que sobrevivessem à infância e se predispuessem a serem seres saudáveis, produtivos economicamente. O casamento projetava o futuro da nação, e resguardar este futuro dependia de algumas medidas higiênicas, no sentido de limpar o caminho para filhos robustos, intenção que Palmier queria assegurar pela lei. O que estava em jogo era projetar uma estrutura de controle dos nascimentos. O primeiro passo era fazer com que

---

<sup>2</sup> Na primeira reunião da sociedade, em 1917, foi discutida a proposta de revisão da legislação matrimonial que permitia casamentos consanguíneos. A maioria dos médicos se posicionaram à favor da revisão da legislação, baseando sua negativa em argumentos eugênicos. ANNAES DE EUGENIA. São Paulo: Sociedade Eugênica de São Paulo. Edição da Revista do Brasil, 1919.

<sup>3</sup> Os textos apresentados no 1º Congresso Brasileiro de Eugenia, realizado no Rio de Janeiro em 1929, que tratam da discussão são: Exame pré-nupcial e certificado médico- Boccanera Neto; Exame pré-nupcial como fator eugênico- Galdino do Valle; Política eugênica conjugal- Medeiros e Albuquerque; Casamento e eugenia- Joaquim Moreira da Fonseca; Consanguinidade- Newton Belleza. PRIMEIRO CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA(PCBE). Atas de trabalhos. Rio de Janeiro: V. 01, 1929.

o casamento só fosse habilitado com os exames pré-nupciais, o que não encerra a questão, pois havia ainda um segundo movimento, negativo: a partir da constatação pelo exame do perigo à reprodução, esta tinha de ser vetada aos inadequados. Tão fundamental quanto utópico, isto significava restringir formalmente a união para vias de reprodução de pessoas fisicamente impróprias à procriação de uma prole robusta.

Os exames pré-nupciais foram atraentes aos eugenistas, pois eram uma prática dentro do controle da natalidade. Tais exames demonstram ao menos dois pontos da estratégia defendida por Palmier: proteção à infância, garantida a sua robustez física, e diminuição dos problemas disgênicos. Isto evidenciava duas “vontades” eugênicas: formar uma família brasileira saudável e restringir os ditos venenos raciais, transmitidos pelo sexo. Haveria a proibição da procriação aos considerados doentes e potencialmente aptos a espalhar problemas (doentes mentais, alcoólatras, epiléticos, por exemplo). “A intromissão do Estado na vida privada via imposição de uma legislação que proibisse o casamento dos doentes que oferecessem riscos à sua descendência<sup>4</sup> e a exigência de algum tipo de exame pré-nupcial sempre estiveram presentes nas casas legislativas estaduais ou no legislativo federal” (STEPAN, 2004:351). A autora ao escrever estava referindo-se ao projeto de lei, oferecido pelo deputado Amaury de Medeiros (ANEXO A), que exigia exames pré-nupciais como forma de uma eugenia positiva.

O exame pré-nupcial, constando como necessário ao matrimônio, na forma da lei garantia ao Estado uma norma restritiva, controladora do corpo e delimitadora do sexo. É evidente que esta intenção era eficaz a um tipo de família, burguesa cristã, disposta a se submeter à regulação das leis do matrimônio e à bênção da Igreja, não garantindo, portanto, a ampla e total eficácia da lei. Afinal, a burla poderia fazer com que os casais disgênicos coabitassem e procriassem sem serem incomodados. O caráter restritivo se dava no procedimento formal, a informalidade não sofreria a intervenção dos eugenistas, devido à impossibilidade entre nós de cercar de todas as formas regulatórias e policialescas as uniões. Sobre a questão Santos (2008) escreve:

No entanto, curiosamente os médicos eugenistas favoráveis à regulamentação eugênica dos casamentos através da exigência dos exames pré-nupciais não percebiam o baixo alcance de algumas das

---

<sup>4</sup> Ainda no século XIX, mensurar o risco à descendência já era motivo de debates. À época, um dos principais alvos eram os casamentos consanguíneos, vistos como risco à saúde das crianças, discutidos entre juristas e médicos para saber quem detinha o poder de decisão: a norma jurídica ou a ordem médica COSTA(1983).

propostas. Ora, se o grande objetivo era controlar a reprodução inadequada, das uniões indesejáveis sob o ponto de vista eugênico, como supor que essas pessoas identificadas com esses cruzamentos sexuais promíscuos, vistos como perigosos para a formação de uma raça boa, utilizariam o casamento civil ou mesmo uma união formal para seus acasalamentos? (SANTOS, 2008: 149).

Palmier percebeu e exteriorizava em seu pronunciamento a incapacidade do brasileiro em relação aos assuntos eugênicos, devido ao sentimentalismo -dificuldade estabelecidas pelos nossos filtros culturais de invasão da vida privada pelas normas públicas; sem ele, poderíamos implantar leis “mais avançadas” e até punições à burla, que fariam com que a ordem conjugal eugênica fosse mantida, respeitando os atestados médicos pré-nupciais que impediriam qualquer forma de união para fins reprodutivos que colocassem em risco os filhos. Daí o seu lamento ao “nosso sentimentalismo, os preconceitos e a nossa educação defeituosa” (ACERJ, 1935: 790). Considerando ser este um entrave cultural que impedia a eficácia e prática da eugenia no Brasil, o médico constata que nem a lei federal, que deveria dar forma primeira às idéias eugenistas, nem as constituições dos Estados da federação avançavam no assunto<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> A questão dos exames pré-nupciais desde muito circulou entre os homens do saber médico. Diwan (2007) analisa a conferência em 1897 do médico toxicologista Agostinho José de Souza Lima na Academia Nacional de Medicina (ANM) defendendo os exames pré-nupciais e declarando o impedimento legal para o casamento de tuberculosos e sífilíticos. Antunes (1999) apresenta uma análise do I Congresso Médico de Pernambuco em 1909, em que o Doutor Arthur Orlando apresenta o estudo: “O casamento como capítulo mais importante do direito sanitário ou da higiene jurídica”, exortando a medicina a intervir e não aceitar o casamento entre pessoas com “moléstias ou vício de organização, físicos ou morais, que se transmitem hereditariamente.” A reivindicação não era nova. Já existia desde 1890 na lei do código civil uma disposição “a qual facultava aos pais, tutores e curadores de menores ou interditos, exigirem dos pretendentes ao matrimônio a apresentação do atestado de vacina e do exame médico” (ANTUNES, 1999: 206). A congregação médica viu com desagrado o código civil de 1916, que sequer citou os exames pré-nupciais e retirou do texto a disposição de 1890 (anteriormente apresentada).

O assunto era de tamanha importância para o movimento que, em 1920, Renato Kehl assume a reivindicação e articula com a Academia Nacional de Medicina e a Sociedade de Medicina Cirúrgica do Rio de Janeiro uma petição de emenda ao Código Civil. Afrânio Peixoto, um dos professores de Palmier na FMRJ, Deputado Federal em 1926, também incorporou sua voz ao coro médico que pedia uma revisão no Código para nele incluir os exames pré-nupciais.

Vale também perceber que este assunto, embora importante à agenda eugênica (bem como outros), não foi unanimidade nem dentro da corporação médica. Existiram debates acalorados, como o que Antunes(1999) apresenta, em que o Doutor Oscar Coutinho, também no I Congresso Médico de Pernambuco, levantou a questão: “tem a sociedade o direito de opor-se ao casamento de um indivíduo, portador de uma moléstia transmissível à esposa e à prole?” Para o médico, sim! No entanto, para alguns participantes do congresso, não! O Doutor Lins e Silva retruca o pensamento do Dr. Coutinho, concluindo que “a melhora da raça deveria ser fruto da instrução” e que “a sociedade não tinha o direito de obrigar alguém a viver solteiro, assim como não podia regulamentar o ostracismo sexual da vida celibatária”. Ao médico caberia apenas, “por amor aos princípios que nobremente defende”, expor aos interessados os perigos de um casamento entre portadores de estados patológicos, guardando, ademais, o sigilo que a deontologia lhe impõe. O que proponho ainda neste capítulo inicial é observar que nem mesmo o grupo médico, em seus espaços discursivos, estava imune a cisões. Tal percepção é importante para



A Constituição Federal, infelizmente, não cogitou do assunto com o devido carinho; relegou para as leis ordinárias que dificilmente, dado o nosso sentimentalismo, dada a nossa educação, jamais poderão ser feitas pelo Congresso, muito menos pelo Poder Executivo Federal (ACERJ, 1935: 789).

Percebendo a incapacidade do legislativo de tomar decisões que favorecessem o aperfeiçoamento da raça, dada a nossa “inadequação cultural”, Palmier vai pautar sua atuação em campos intelectuais que buscassem a reversão destas características prejudiciais à eugenia e à nossa assistência à sociedade.

Uma vez que cabia à Constituição Federal estabelecer a prática dos exames pré-nupciais e pelos motivos já apontados pelo médico isso dificilmente aconteceria, Palmier propõe o estabelecimento no Estado do Rio de Janeiro de um serviço de higiene pré-nupcial facultativo, pronto a atender ao casal atingido pela educação higiênica/eugênica<sup>6</sup>. Criado a partir das clínicas pré-natais, comporiam com elas a ponta inicial da estratégia, tendo como modelo o serviço organizado pelo professor Aureliano Barcelos.

Ainda outras medidas podem ser propostas e devem servir ao plenário por ocasião da votação dos textos constitucionais. São as que dizem respeito aos serviços de hygiene pré-nupcial. Já que não podemos adotar aqui leis relativas aos exames pré-nupciais, exigir no acto do casamento o respectivo atestado, devemos pelo menos propor que seja criado o serviço de hygiene pré-nupcial para os quais já possuimos um modelo, um serviço nesta cidade por um ilustre médico, chefe do serviço de hygiene pré-natal, o professor Aureliano Barcellos (...) que tem prestado relevantes serviços e deve ser propagado em beneficio da defesa eugênica do nosso povo (ACERJ, 1935:792).

A descrença nas leis que estabelecessem de forma contundente medidas eugênicas é expressa nas palavras de Palmier: “Mas não será a eugenia contida em um dispositivo constitucional,” (ACERJ, 1935: 789) afirmação que trato como capital para perceber em Palmier um intenso esforço para reordenar e promover ações que, não dispondo do poder persuasivo das leis, fizessem surgir outras formas de levar ao indivíduo a eugenia. A constatação realista de Palmier é fruto de visão, interlocução e proximidade com os assuntos médicos e sociais, não só travados entre os da corporação de ciências, mas também entre políticos e letrados que evidenciavam claramente para o

---

compreender a razão de as medidas ditas “mais eficazes” para o aperfeiçoamento da raça nunca terem sido implantadas entre nós.

<sup>6</sup> Os capítulos dois e três procuram traçar um panorama das medidas sócio-educativas nas quais Palmier se envolveu para oferecer uma educação que favorecesse a disseminação de atitudes eugênicas.

médico fluminense uma falta de vontade política, para inclusão dos exames pré-nupciais nas normas legais, bem como para outras medidas. Era preciso agir de outra maneira, contornar a “educação defeituosa”, e sua palavra de ordem foi “instrução”. E sua vida demonstrou isso.

A segunda atitude de proteção eugênica adotada no discurso é previamente tratada como “idéia avançada”. E qual seria? Se os exames pré-nupciais, não podiam agir de forma eficiente, impedindo o casamento dos sujeitos “degenerados”, tornado um mero meio atenuado (incompleto, em seu sentido) passível de burla, a segunda forma eugênica seria muito mais eficaz, “cortando o mal pela raiz”. Palmier esforça-se rapidamente em explicar que não se tratava de castração<sup>7</sup>, mas que tinha como fim impedir, pela esterilização, que pais doentes transmitissem seus males à saúde dos filhos: a disgênia<sup>8</sup>, um postulado que recebeu, mais do que qualquer outra medida pretendida, tom de urgência pelos integrantes do movimento e que mais atraiu críticas de amplos setores.

Importante é também o outro<sup>9</sup> que vou citar e que encerra uma idéia avançada. As idéias avançadas são agora combatidas. Penso, porém, que em matéria de assistência médico-social, elas serão toleradas, mesmo em se tratando das mais avançadas.

O Sr. Clodomiro Vasconcellos: Desde que não avance até ao extremo.

O Sr. Oscar Przewodowski: O receio, na hora que corre, é ser extremista.

O SR. LUIZ PALMIER: Outro aspecto a que me referirei é o da esterilização, focalizado, principalmente pela lei alemã, rigorosa demais para o momento, e que tem nesse instante as minhas restrições porque não pode ser executada amplamente mas que ficará como um exemplo para o futuro, lei que por certo será mais tarde adotada por outros países.

O Sr. Ruy de Almeida: V. Excia. sugere à casa a adoção dessa medida?

O SR. LUIZ PALMIER: Estou tratando de assunto de eugenia. Pretendo oferecer emendas ao projeto para que a Assembleia cuide da matéria com carinho e atenção.

Sr. Ruy de Almeida: V. Excia. está discutindo muito bem o assunto.

O SR. LUIZ PALMIER: Muito obrigado a Vossa Excelência. Vou me referir agora a um outro ponto sobre o qual não apresento emendas

<sup>7</sup> Diwan (2007) escreve que o único lugar do mundo em que foi implantada a castração foi nos Estados Unidos em 1855, no Estado do Kansas, lei que vigorou por menos de dez anos e provocou ojeriza dentro daquele país, mas principalmente fora dele.

<sup>8</sup> A eliminação dos fatores disgênicos era revestida dentro do movimento eugênico mais agressivo (alinhados com as teorias mendelianas e do darwinismo social) com considerações de que existiam tipos eugênicos superiores (aristogênicos), normais e inferiores (cacogênicos). Para Renato Kehl, o combate aos males disgênicos protegeria o tipo normal de se transformar em elemento cacogênico.

<sup>9</sup> No discurso proferido na 52ª sessão da Assembleia, no dia 13 de dezembro de 1935, ele levanta três pontos da proteção eugênica da nação: exames pré-nupciais, esterilização e combate a doenças venéreas (delito de contágio).

porquanto a Assembleia Estadual não lhe pode dar solução. Isso compete à Constituição Federal. Apenas a ele aludo para que saiba que foi objeto de nossa atenção.

A esterilização, que é praticada em diversos países do mundo, inclusive na América do Norte, na Suécia e ultimamente na Alemanha - isto eu digo, porque não estou exclusivamente no meio de médicos, mas para leigos que porventura leiam os nossos anais - devo dizer que não se trata de castração. Trata-se somente de esterilização, que é o problema máximo defendido pelos eugenistas do mundo inteiro, e que portanto mais tarde ou mais cedo terá que fazer parte da legislação brasileira, em benefício da nossa raça e das gerações futuras (ACERJ, 1935: 790).

O assunto era tão espinhoso à época que Palmier admite que as idéias eram então avançadas e combatidas por ora. “A própria legislação alemã<sup>10</sup> era por demais rigorosa para o momento, mas que no futuro seriam as ideias toleradas e admitidas e adotadas por outros países” (ACERJ, 1935: 790). Caminhando em um percurso que o médico faz questão de deixar claro que está impregnado de sentimentalismo e buscando tornar natural o assunto na Assembleia Constituinte “para leigos que porventura leriam nossos anais” (ACERJ, 1935: 790), ele usa um exemplo presente no discurso médico, a naturalização da prática: afirmar que os próprios índios praticavam o aperfeiçoamento da raça<sup>11</sup>.

A estratégia de Palmier é também olhar a prática do infanticídio indígena como uma preocupação com a defesa da raça e por isso ele próprio, em discurso na

---

<sup>10</sup> A “Lei de Proteção da Saúde do Povo Alemão” (1935) previa controle e também a proibição dos casamentos entre indivíduos com doenças venéreas e doenças genéticas. Essa lei foi um adendo à lei de esterilização aprovada em 1933. A afirmativa de Palmier demonstra que o intelectual se encontrava atento à codificação em leis das demandas eugênicas ao redor do mundo. Demonstra também um intenso trabalho intelectual julgando a pertinência das leis, o rigorismo e a aplicação no Brasil.

“Segundo a lei alemã, nenhum casamento poderia ser realizado: a) quando um dos noivos sofrer de uma doença contagiosa que possa prejudicar a saúde de seus descendentes; b) quando um dos noivos sofrer de doença hereditária nos moldes da lei de prevenção da descendência [Lei de 14 de julho de 1933]”. (DIWAN, 2008: 70).

<sup>11</sup> O recurso de naturalizar a questão através do exemplo desta prática de algum grupos de índios foi persistente sendo usado por outros homens de ciência ligados a puericultura, como José Martinho da Rocha, articulista da Revista Vida Doméstica, Freire(2009) que escreveu em 1947 a “Introdução à História da Puericultura e Pediatria no Brasil”.

Nossos índios, como afirmam vários de seus apreciadores nos primeiros séculos, eram todos de boa aparência física, fortes e harmoniosos, não se encontrando entre eles aleijados - relatou Lèry sobre os Tupinambás “porém mui fortes, mais robustos, mais entroncados, mais bem dispostos e menos sujeitos a moléstias, havendo entre eles muito poucos coxos disformes, aleijados ou doentes (...) Rarissimamente se acha entre eles torto, cego, aleijado, mudo, corcovado, ou outro gênero de monstruosidade: coisas tão comuns em outras partes do mundo.” (ROCHA, 1947:25).

Assembleia Constituinte do Estado do Rio de Janeiro, usa os relatos do Padre José de Anchieta em 1560.

O SR. LUIZ PALMIER: (...) Se quiser tratar aqui do assunto com mais largueza e através dos tempos poderia trazer aqui a idéia que os nossos índios fazem do assunto, embora sob modo empírico, porém muito prático.

O Sr. Ruy de Almeida: Quer V. Excia. dizer que os índios são eugenistas?

O SR. LUIZ PALMIER: São por natureza. Cito o trecho da carta do Padre Anchieta, mandada de São Vicente, em 1560, para Portugal, em que ele diz, referindo-se aos nossos índios:

“Destes brasis direi que quase nenhum se encontra entre eles afetado de deformidade alguma natural; acha-se raramente um cego, um surdo, um mudo, ou um coxo, nenhum nascido fora de tempo. Todavia, há pouco tempo em uma aldeia de índios, a uma ou duas milhas de Piratininga, nasceu uma criancinha, ou antes um monstro cujo nariz se estendia até o queixo (...) tinha boca abaixo deste, os peitos e as costas semelhantes ao lagarto aquático, coberto de horrendas escamas, as partes genitais perto dos rins; a qual seu pai assim que nasceu fez enterrar vivo”.

(...) Ao citar esse documento célebre em que me baseei, a carta de Anchieta mandada de São Vicente em 1560 a Portugal, quero justamente estabelecer um paralelo entre a sociedade indígena selvagem daquela época e a em que vivemos, onde pululam os cegos, os surdos, os mudos e todos quantos são atacados por anomalias. (ACERJ, 1935: 792-793).

A naturalização da ação de conter os indesejados faz parte de uma mesma questão: como tratar do contingente atacado pelas doenças causadoras dos fatores disgênicos, ou seja, desvios ou doenças transmitidas pelos pais. A discussão sobre esterilização que Palmier levantou na Assembleia não evidencia quem deveria ser alvo de tais medidas, assunto que o médico deixou sem resposta ao longo do corpo documental a que tive acesso em extensas leituras durante a produção deste trabalho. Minha opção interpretativa da questão foi olhar para os problemas disgênicos apontados pela historiografia sobre o tema, nos quais os eugenistas mais receitaram tal medida: alcoolismo, sífilis, tuberculose e doenças mentais. A partir daí, percorri o plano de conteúdo da produção intelectual do médico, achando referências a alguns desses problemas disgênicos, em que a esterilização foi apontada (pelo movimento) como forma de deter o prejuízo às gerações futuras. Tal medida, acima de tudo, apontava a carga hereditária como um fator de transmissão de maus caracteres à saúde das próximas gerações. A esterilização era vista tecnicamente pelos eugenistas como a melhor forma de deter a herança maldita deixada pelos pais: a disgenia.

A esterilização, para Palmier, deve ser vista como um desdobramento da primeira medida eugênica defendida no discurso de assistência social: os exames pré-nupciais iriam indicar a doença passível de transmissão dos pais aos filhos. O que é preciso estabelecer primeiro é o peso dado à herança genética pelo médico<sup>12</sup>, e entender vagarosamente, através da própria discussão do assunto no seio do movimento eugenista, quem deveria ser alvo desta prática e para quê. Com o resultado, entrariam em cena as medidas impeditivas da procriação, que iam desde a proibição do matrimônio até a esterilização. Se a primeira era facilmente “burlável”, como já foi discutido, a segunda forma não permitiria que o casal passasse aos filhos doenças que, segundo estes intelectuais, prejudicariam a eugenia da raça. Deter o prejuízo aos seus descendentes era naturalmente visto como mais eficaz pela prática da esterilização. Este conteúdo leva Palmier à via da eugenia negativa que estava disposta a esterilizar para conter a reprodução dos inadequados. É, no entanto, equívoco olhar em perspectiva esta atitude focando as correntes negativas alemãs diretamente ligadas ao nazismo. Ações eugenistas consideradas negativas sempre estiveram presentes entre os membros deste grupo de saber<sup>13</sup> e tiveram longa duração em alguns países.

---

<sup>12</sup> A questão do peso hereditário foi uma discussão muito recorrente entre nós. O que se estabelecia era a aceitação de correntes teóricas sobre a questão. Os adeptos das ideias do monge Gregor Johan Mendel acreditavam que a continuidade da espécie tinha ligação direta às leis hereditárias e à passagem de bons caracteres. Esta teoria influenciou os trabalhos de August Weismann, no qual afirmava que a transmissão de caracteres ancestrais não sofre interferência do meio ambiente, o que chama de plasma germinativo se manteria imutável mesmo em face de qualquer ambiente e condição social. Este grupo de teóricos vai influenciar correntes dentro do movimento eugenista que vêem a herança genética como determinante ao aperfeiçoamento da raça, dando valor secundário ou mesmo não chamando de eugenia as ações voltadas para medidas sociais.

<sup>13</sup> As técnicas de esterilização foram recomendadas e tornaram-se lei na Inglaterra, países escandinavos (como Suécia, Noruega, Dinamarca e Finlândia), alguns estados da América do Norte e na Alemanha. Em cada lugar do mundo a esterilização formou uma série de justificativa que misturava a constituição étnica do povo, a defesa sanitária e as formulações hereditárias.

Os ingleses justificaram-na, segundo Marques(1994), a partir do grande número de tarados, mutilações causadas pelas guerras e desemprego. Foi, no entanto, primeiramente na América do Norte que os preceitos da esterilização transformaram-se em leis, inspirando outros países. Os Estados Unidos desde o Século XIX impunham aos comportamentos sociais desregrados ações médicas; em 1855 foi implantada a castração para homens no Estado do Kansas. A primeira lei nos EUA foi aprovada em 1907 no Estado de Indiana, segundo de outros quinze estados norte-americanos que adotaram a esterilização, nos anos seguintes, estimando-se em número de 50 mil as pessoas que foram esterilizadas, 20. 308 homens e 29, 885 mulheres (DIWAN, 2008: 58). A última lei de esterilização só foi revogada em 1970.

A esterilização americana inspirou as leis alemãs de 1933, baseadas nas leis da Califórnia. É importante notar que nenhuma lei foi de fato adotada na Alemanha antes da ascensão do nazismo em 1933, lei que passou a vigorar em 1934. Isto não quer dizer que não havia interesse anterior. Desde 1920 tal medida eugênica era pensada na Alemanha Diwan (2007). O que notabilizou a Alemanha não foi a sua dureza, foi o foco (de caráter hereditário) na rigidez e organização na aplicação das leis.

A construção do discurso em que defende a esterilização encara alguns pontos importantes, percebidos, e que devem ser esclarecidos antes de prosseguirmos, para evitar confusões futuras diante da complexidade do pensamento de Palmier. Afinal, o que temos pela frente é a reflexão sobre um homem que pautou sua vida no amparo à criança e à maternidade, por meio da propagação do ensino. Pensar em uma contradição constitui um equívoco. Duas perguntas que me arrisco a fazer agora, mas que só poderão ser respondidas ao longo do trabalho, são: será que oferecer atenção alimentar às mães e crianças e considerar a esterilização uma prática de assistência social não fazem parte de uma mesma linha de pensamento? Será que isto é uma oposição aos projetos grifados por seus biógrafos como beneméritos ou constituem uma possibilidade do projeto, percebida como mais eficaz? Antes de respondê-las, prefiro dedicar algum tempo à análise do discurso de Palmier.

Levando em conta que a medida eugênica de esterilização faz parte de um discurso sobre um Projeto de Lei para regular a assistência social no Estado do Rio Janeiro, proponho perceber o que isso implicava dentro do movimento eugenista. A discussão sobre assistência encara algumas discussões dentro do movimento, em que o motor da questão é a lei do mais forte sobre o mais fraco, que remonta ao pensador iluminista Thomas Malthus<sup>14</sup>. Mais adiante, no século XIX, entra em cena um importante conceito que vai perpassar o pensamento eugenista na Europa: a teoria evolucionista de Charles Darwin, segundo a qual a ordem biológica e natural rege a vida, só os mais bem adaptados sobreviveriam e se perpetuariam. A teoria de Darwin logo vai encontrar caminho nas observações econômicas e políticas. Tais aplicações fazem surgir o darwinismo social, que ofereceu aos teóricos e adeptos do movimento eugenista o preconceito biológico e o desprezo aos mais fracos, nomeados como tarados, anômalos ou imperfeitos. Se a eugenia era anunciada como ciência do

---

Na Europa, a eugenia também afetou os países escandinavos, a ponto de também praticarem a esterilização. Suécia (1935-1960): 39 mil; Noruega (1934-1960): 7 mil; Finlândia (1935-1960): 17 mil; Dinamarca (1929-1960): 11 mil.

A esterilização nunca teve a forma de lei em outros países, isso não quer dizer que tentativas não existiram, que nunca foram praticadas fora da lei. Um dos professores de Palmier na FMRJ pode servir de exemplo como defensor desta prática: o Diretor do Hospital Nacional dos Alienados, Dr. Juliano Moreira, era franco defensor da esterilização de mulheres com diagnóstico de desajuste sexual conhecido como síndrome da perversidade e praticou à revelia inúmeras esterilizações de alienados (LBHM, 1931:246-27).

<sup>14</sup> Para Malthus, o progresso humano era inevitável; no entanto, ele esbarrava em um ponto: o aumento populacional era considerado em progressão geométrica e a produção de alimentos em progressão aritmética; já que a terra não suportava tal contradição matemática, desenvolveu-se um pensamento baseado na observação do mundo animal em que os mais fortes sobreviveriam (DIWAN( 2007)).

aperfeiçoamento racial, como gerir o imperfeito? As respostas dadas a esta pergunta vão formar algumas identidades dos cientistas médicos-sociais dentro movimento eugenista, lançando alguns nomes à corrente negativa. Se uma das respostas dadas era a restrição ao casamento e a esterilização para deter o imperfeito, ainda havia uma questão: o que fazer com o contingente de imperfeitos já existentes? Uma resposta seria o assistencialismo, considerando que o termo é usado para indicar o ato de prestar assistência, cuidado, socorro ao indivíduo. Para além do seu significado primordial, a palavra carrega dimensões distintas para o movimento eugenista brasileiro. As práticas eugênicas de cunho negativo carregavam consigo uma visão de que era contraproducente amparar o anormal. O imperfeito é um ônus aos Estados, um peso morto que em nada ajudaria ao progresso do país e ainda teria a capacidade de atrapalhar; impedir o seu nascimento, para muitos, era um ato de solidariedade a este indivíduo fadado ao insucesso devido às suas limitações biológicas, hereditariamente adquiridas. Neste sentido, temos de considerar dois tipos de assistência que permeavam as discussões, uma assistência biológica, para aqueles que tinham algum impedimento físico, que determinaria cuidados sócio-hospitalares, e uma assistência ligada à questão de classe social, os cuidados com a pobreza.

Sinônimo de ônus para o Estado, os doentes representariam a crítica feita ao assistencialismo nos casos de doenças degenerativas. Para Kehl, em educação e eugenia, a filantropia e o sentimentalismo contrariavam a seleção natural e contribuía para a proliferação dos fracos, doentes e degenerados, agravando a decadência e o abastecimento humano (DIWAN, 2007: 139).

Se estas são as questões que acompanhavam a noção de assistência dentro do movimento eugênico, fica evidente que Palmier geria a questão de uma forma própria; não esgotando o assunto, por ora, haja vista que irei tratá-lo com mais vagar dentro do terceiro capítulo, quando serão analisadas as instituições de assistências criadas por ele e seu grupo de apoio sócio médico em São Gonçalo. Deixo, agora, a afirmação feita pelo médico para fechar o assunto: “(...) a época em que vivemos, onde pululam os cegos, os surdos, os mudos e todos quantos são atacados por anomalias.” (ACERJ, 1937:793). É a partir dela, do desconforto expressado por ela que mais adiante, tratarei do projeto de assistência social eugênica, levando-nos a perceber que a questão era a doença e a inviabilidade causada por ela.

A medida deve ser percebida, então, dentro de um quadro de ação que tinha como intenção combater os fatores disgênicos, que causariam prejuízo aos filhos e, por tabela, ao país. Entre estes fatores que o movimento eugênico no Brasil mais considerou para empregar a esterilização estão o alcoolismo, a sífilis e a tuberculose. A produção intelectual do médico também considera os dois primeiros, admitindo ser alvo de controvérsias dentro do meio médico o terceiro: a tuberculose como fator disgênico.

O Sr. Luiz Guarino: Eu pergunto a V. Excia. se o filho do leproso é leproso.

O Sr. Luiz Palmier: Se vivem com leproso, o contágio se estabelece e acabam leproso também.

O Sr. Moacyr Lobo: E os tuberculosos?

O Sr. Luiz Palmier: Hoje, com o ultra vírus em relação à tuberculose, descoberta do nosso eminente patricio Cardoso Fontes, director do Instituto Oswaldo Cruz, já se pode chegar a alguma conclusão do ponto de vista de transmissibilidade. Entretanto, ainda é ideia corrente, embora controvertida nos meios médicos, a transmissibilidade através da placenta (ACERJ, 1935: 774-775).

O alcoolismo sempre foi um ponto muito citado por higienistas reunidos na Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM), nas campanhas de saneamento rural que buscavam livrar o campo das endemias, nas reuniões e campanhas do Instituto de Proteção a Infância (IPAI)<sup>15</sup> e também na literatura que exprimia o olhar médico sobre a sociedade, como o observado em Monteiro Lobato.

A proximidade do movimento eugênico com as campanhas sanitárias e a busca por controlar, pela higiene, os corpos e mentes fizeram com que o álcool fosse prontamente vinculado a uma das causas das doenças dos brasileiros. Para Stepan (2004), a eugenia no Brasil mostrava-se da forma mais pura nas campanhas antialcoólicas da década de 1920, “encarado como problema social e moral provocador de condições hereditárias ligadas ao crime, à delinqüência, à prostituição infantil e às doenças mentais” (STEPAN, 2004: 350). A discussão sobre o alcoolismo parte do princípio norteador de que o álcool era um coadjuvante do crime, além de um potencializador de degeneração hereditária ligada à loucura, às perturbações nervosas e à epilepsia. O alcoólatra, na narrativa médica brasileira, faz o caminho do crime à

---

<sup>15</sup> GONDRA (2002: 289) faz a análise de um conjunto de 12 imagens da coleção Moncorvo Filho expostas no IPAI nas quais o autor percebe a associação do álcool a três problemas pertinentes aos meios médicos-sociais: analfabetismo, criminalidade e epilepsia, esta última reforçada através de imagens de recém nascidos e adultos com alguma deformidade. O álcool, juntamente com a sífilis e a tuberculose eram responsáveis pela degeneração.



degeneração racial<sup>16</sup>. Um criminoso que respondia a dois processos, um primeiro de crime social e outro de crime à saúde, tinha uma ação condenável. Duplamente qualificado, era ele mesmo um doente: indisposto, nervoso, avesso ao trabalho e, para além disso, um transmissor de doenças aos seus filhos.

O Dr. Palmier sempre demonstrou uma lucidez e um senso de percepção dos limites de qualquer projeto médico-social. Sempre esteve disposto a encontrar formas de reordenar o seu percurso para achar outras estratégias. Considerava o álcool um problema que degenerava a raça, mas não fechou os olhos para outras demandas do seu tempo, da sociedade e da economia na qual estava inserido. O aparte ao discurso do deputado estadual Bastos Tavares, na ALERJ, em 1937, evidencia isso:

Sr. BASTOS TAVARES- Sr. presidente, não compreendo que a Assembleia aprove o projeto que isenta do imposto de exportação a aguardente de cana fabricada no Estado do Rio de Janeiro e não compreendo, sobretudo, porque sendo medida unilateral, pois continua a incidir o mesmo imposto sobre diversos outros gêneros de primeira necessidade. Chego mesmo a supor que esta casa, apoiando projeto de tal natureza, praticaria verdadeiro crime, em face dos danos que o álcool potável causa à humanidade, não só pelo ataque direto ao organismo daqueles que o ingerem como principalmente atuando sobre os descendentes dos viciados de maneira tão perniciosa e nociva que as estatísticas são verdadeiramente apavorantes. O Sr. Lupério Santos: Então V. Excia. é favorável à extinção do álcool?

O Sr. Luiz Palmier: Trabalharíamos no caso para uma lei seca. O SR. BASTOS TAVARES: Estas estatísticas, repito, revelam tamanha porcentagem de degenerados, que qualquer medida que facilite ou proporcione a super produção do álcool deve ser imediatamente combatida.

O Sr. Luiz Palmier: Sob o aspecto científico da defesa da saúde e da nossa raça, V. Excia. tem razão. Estou certo mesmo de que teria o apoio unânime, não só da Assembleia, como de todo o Brasil (...). Quanto ao lado econômico da questão é que deve ser encarada (...). Eu próprio sou contra o álcool; tenho tomado parte em todas as campanhas a respeito, porque sou rigorosamente pela lei seca. Agora porém preciso ficar em defesa dos fluminenses, que não tendo limitação para produção de aguardente teriam de sacrificar o acesso na impossibilidade de concorrer com os exportadores de outros estados. Esse é ponto de vista em que me coloco (ALERJ, 2 de maio 1937: 7).

---

<sup>16</sup> Em Santos (2008) encontramos uma explicação sobre a teoria da degeneração: segundo o autor, ela teve como principal formulador o alienista francês Auguste Morel, que em 1857 monta uma teoria apoiada em definições biológicas em que afirma que “a degeneração supõe uma progressiva debilitação dos homens a partir de ascendente, cuja transmissão de elementos perniciosos aconteceria hereditariamente” (SANTOS, 2008: 123). Além disso, a degeneração poderia ser adquirida durante a vida por influência da tuberculose, da sífilis e do alcoolismo. Uma vez instalada por essas causas, a degeneração seria espalhada às gerações seguintes.

Por mais que o álcool fosse considerado um fator degenerativo no receituário eugênico, o olhar polivalente de Palmier aponta limites às sanções que a Casa propunha à aguardente, demonstrando ser em sua forma prejudicial ao trabalhador fluminense incompatível com os problemas causados à saúde pública. Para ele, a resolução do problema alcoólico tinha algumas direções menos prejudiciais à economia do Estado e aos trabalhadores: as campanhas contra o alcoolismo, a propaganda contra os males advindos do consumo, a formação de uma educação higiênica e, na última ponta, pelo receituário eugênico, a esterilização.

A última doença que causaria disgenia, que Palmier discute ao longo de sua produção intelectual e para a qual o movimento eugenista receitava a esterilização, era a sífilis. Considerada pelo médico dentro da discussão seguinte sobre medidas eugênicas, “o delito de contágio”, a sífilis era vista como o flagelo da humanidade. A doença era percebida entre os membros do movimento como a enfermidade que mais poderia constranger a raça, produzindo um número de seres inúteis ou direcionados à morte precoce. Deter este problema identificado como veneno racial sempre esteve na pauta do dia do movimento eugenista. Medidas as mais diversas foram pensadas para dar solução a ela (a sífilis) e a esterilização foi uma delas.

### **2.1.1 A demonstração da trindade impeditiva da procriação dos degenerados**

Ao apresentar a última medida que deveria ser adotada pela legislação do país, Palmier fecha a sua linha de pensamento sobre a procriação, formando uma trindade que resguardaria os brasileiros dos problemas disgênicos. Evidencia também que nossos eugenistas estavam mais interessados em explicações sociais derivadas das teorias neolamarckianas do que biológicas, pelo menos até o final dos anos de 1920, quando ganham força no debate eugênico as idéias mendelianas mais ligadas à raça e à minimização dos fatores do meio. A conduta eclética de Luiz Palmier quanto à eugenia reflete uma tendência brasileira e latino-americana Stepan (2004). A análise desta autora

mostra uma variante importante do movimento na região, explicada inclusive por Renato Khel: “sanear é eugenzar” (KEHL, 1932:20); a derivação deste pensamento é devido ao movimento por aqui ser fruto muito mais de idéias neolamarckianas, que associavam hereditariedade com a possibilidade de aprimoramento humano, pela mudança ambiental. As ideias da corrente francesa vinculada à noção de que o meio poderia alterar a constituição genética do sujeito foram muito mais fortes do que a centralidade genética mendeliana. As ideias eugenistas (pensadas a partir da pergunta: como a hereditariedade poderia ser melhorada?) prevaleceram no círculo médico. Não sem sentido nossos médicos gastaram seu tempo a combater aquilo a que Palmier se refere como delito de contágio, ou seja, o impacto das doenças venéreas entre os pais e na prole. Os filhos de tais pais sofriam em virtude de uma inadequação transmitida pela hereditariedade.

O SR. LUIZ PALMIER: Referindo-me ao exame pré-nupcial, a esterilização, como medidas eugênicas a serem adotadas na legislação do nosso país, não quero deixar de salientar uma outra focalizada com grande conhecimento e defendida galhardamente na antiga Câmara dos Deputados, antes de 1930, pelo ilustre fluminense que é o Dr. Oscar Fontenelle, que ali tratou principalmente, dos problemas da eugenia, inclusive o dos delictos de contágio.

O Sr. Oscar Pzerwodowski: O Dr. Oscar Fontenelle é, aliás, uma das inteligências mais cultas que possuímos (apoiados).

O SR. LUIZ PALMIER: O Delicto do Contágio é incontestavelmente uma outra conquista da civilização. Todos nós conhecemos os meios de propagação da avariose, sabemos que a sífilis corroe grande parte da nossa população; sabemos que a humanidade deve a esta doença grande número de seus males. Devemos, portanto, propor nas nossas leis uma medida rigorosa que venha a evitar o contágio.

Portanto, nesta trindade completa – exame pré-nupcial, esterilização e delito de contágio – devem estar as leis básicas para defesa eugênica da nossa raça (ACERJ, 1935:793).

Palmier, desta forma, pautou suas concepções dentro de um quadro da eugenia que via a melhora nos cuidados higiênicos e na formação da família, o controle e impedimento à procriação como benéficas à hereditariedade. Atuar na formação do brasileiro era também moralizar uma população vista como agregada a males sociais como as doenças venéreas, vícios e pobreza. Nesta perspectiva, a eugenia era uma ação política no problema de saúde pública que deveria ser entendido e convertido em leis pelos seus pares na Assembleia Constituinte do Estado do Rio de Janeiro, lugar onde mais demoradamente tratou do assunto, e de forma mais direta. Sua trindade completa:

exames pré-nupciais, esterilização e delito de contágio deveriam fazer parte das leis que garantiriam a defesa eugênica de nossa raça.

(...) o combate à reprodução dos degenerados e criminosos, porque esses poderiam transmitir os defeitos morais, físicos e mentais aos descendentes e ainda seria necessário, para a reforma da sociedade, que o Estado adotasse medidas profiláticas para o controle das enfermidades que beneficiavam os fatores disgênicos (degenerativos) das pessoas: a sífilis, a tuberculose e o alcoolismo. Em relação a esse aspecto, existe uma distinção muito presente nas pesquisas sobre eugenia entre os eugenistas “leves”, que aceitavam a melhoria racial por meio da atenção à saúde pública, influências ambientais e valores culturais, e os “pesados”, que se concentravam na eliminação de características negativas por meio do controle estrito da reprodução (SANTOS, 2008: 152).

As medidas eugênicas pretendidas pelo médico dão conta de questões sociais e sobre saúde, nascimento e transmissibilidade de características hereditárias, além de formas de evitar sua transmissão. Eram, no entanto, elementos muito discutidos dentro do movimento eugenista brasileiro, os quais não foram capazes de produzir consenso, e não passaram das ideias à prática, mas que acharam defensores entre os do meio, que acreditavam serem as medidas necessárias e eficazes. Como afirmei, faziam parte do receituário básico, que tinha que ser pronunciado “para leigos que por ventura leriam nossos anais” (ACERJ, 1935: 790), uma auto-imagem a ser produzida para Palmier. Porém, por mais que desejasse, ele suspeitava que aquele lugar (a Assembleia Constituinte do Rio de Janeiro em 1935), bem como a sociedade brasileira à época, não poderia dar resposta, daí o volume de vezes que voltou a cuidar de tais medidas e a falta de empenho em tratar do “receituário básico”. Isto pode parecer uma negligência, como quando não explicou quem deveria ser esterilizado, apenas apresentando os motivos: acabar com as anomalias (surdez e cegueira, entre outras identificadas pelo médico), o que me levou a percorrer sua produção intelectual para pensar a partir dos causadores dos problemas degenerativos que considerava. Não corresponde de fato a uma negligência, mas sim a uma forma de ordenar o projeto no qual esteve envolvido, que tinha por objetivos promover a saúde, higidez física, a alfabetização, a educação higiênica/eugênica, o comportamento cívico-social e um ensino conformativo técnico profissional.

## 2.2 O percurso e o movimento eugênico sentidos em sua época: Palmier e o seu tempo

É preciso lembrar que o Dr. Palmier formou-se em medicina em uma das instituições médicas que mais catalisou, difundiu e reuniu pensadores eugenistas, a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Palmier teve como professores nomes que discutiram sobre o tema, como Afrânio Peixoto, Miguel Couto, Fernando de Magalhães, Antônio Austregésilo, Henrique Roxo e Juliano Moreira<sup>17</sup>. Considerando o quadro de alunos da Faculdade de Medicina do Rio, esbarrou nos corredores com o aluno Renato Kehl, que se formou na mesma faculdade três anos antes (em 1915) e será conhecido como principal representante da eugenia no Brasil, fundando a Sociedade Eugênica de São Paulo<sup>18</sup>. O médico, desta forma, esteve em sua formação próximo ao pensamento eugenista, o que influenciou o seu conjunto de idéias e evidencia as principais tendências deste pensamento no Brasil.

Como alguns outros eugenistas brasileiros, Palmier não diferenciou natureza de cultura. Todos os investimentos do conjunto de sujeitos envolvidos com as gerações futuras (pais e filhos) eram baseados na inoculação de uma cultura médica, asseio físico, cuidados higiênicos e erradicação dos vícios, o que iria influenciar na natureza do brasileiro, aprimorando-a. Desta forma, Palmier reagiu ao projeto de formação de uma nação moderna investindo seu tempo em ações e produzindo idéias médico-sociais vinculadas ao movimento eugenista que por aqui se desenvolveu. Não foi, no entanto, mero copista, nem atuou trasladando ações eugênicas para seu local de atuação médica, social, política e intelectual. Suas opções dentro dos assuntos eugênicos demonstram a aceitação e rejeição de idéias, junção de questões, capacidade de cambiar medidas, capacidade de trabalhar com temas divergentes e formas práticas de dar solução às questões. Escreveu e se associou a questões pertinentes ao movimento eugenista

---

<sup>17</sup> Os nomes destes professores da Faculdade Medicina do Rio de Janeiro são citados por Stepan (2004), e Santos(2008).

<sup>18</sup> O esvaziamento da sociedade eugênica de São Paulo, devido à morte de Arnaldo Vieira de Carvalho (que era presidente da sociedade) e à mudança de Renato Kehl para o Rio de Janeiro, fez com que os temas eugênicos fossem acolhidos pela Liga Brasileira de Higiene Mental, na qual foi mantida uma seção que desenvolvia o combate à cultura dos vícios, como o do alcoolismo que, segundo o pensamento lamarkiano, era inimigo da raça, porque o vício provocava condições para o crime, delinquência juvenil, prostituição e até mesmo as doenças mentais. As semanas antialcoólicas realizadas pela liga eram uma forma de acabar com a corrupção hereditária (STEPAN, 2004: 340-343).

brasileiro, colonização, saneamento, vadiagem, mas deu especial atenção aos cuidados e formação do indivíduo que ocuparia o território da nação. A minha escrita abre caminho diante da documentação deixada pelo médico, redirecionando-me a pensá-lo como participante do movimento eugenista brasileiro e a partir daí derivar minha análise sobre a documentação deixada por ele. Advirto, no entanto, que a eugenia não envelopou as ações de Palmier, o que levaria ao equívoco de pensá-lo tão somente como um eugenista, quando ele foi a expressão de um intelectual plural, em sintonia com as demandas do seu tempo e que assumiu a eugenia como forma de oferecer resposta a elas. Ele atuou dentro do movimento eugênico, mas foi também a expressão de um intenso esforço intelectual para produzir soluções inteiramente novas, misturando, reelaborando e atuando sobre áreas dispares.

Entre nós é sempre conveniente dizer não existiu um único tipo de eugenia e o modelo neolamarkiano não reinou absoluto, sem críticas e tentativas de alteração<sup>19</sup>. O Dr. Palmier é exemplo de uma postura eclética, combinando alguns tipos de eugenia comentados na historiografia sobre o tema.

A eugenia neolamarkiana no Brasil da década de 1920 não foi exclusivamente de estilo “otimista”. A Sociedade Eugênica de São Paulo tinha originalmente dividido a eugenia em três tipos: positiva, que se preocupava com uma procriação sadia; preventiva, que tratava da conquista dos fatores ambientais disgênicos (saneamento); e negativa, que impedia a procriação dos que não tinham saúde (Sociedade Eugênica de São Paulo, 1919:4). Na década de 1920, predominou o interesse na eugenia preventiva, ou saneamento. Ainda assim, os eugenistas brasileiros discutiram algumas vezes o aborto, controle de natalidade e esterilização como medidas eugênicas para controle dos indivíduos inadequados (STEPAN, 2004:352).

Estes segmentos também são explorados por Santos (2008), que monta um quadro sobre os tipos de eugenia que por aqui se desenvolveram:

---

<sup>19</sup> No fim da década de 1920 no Brasil começaram a surgir divisões no movimento que são importantes notar para se entender o(s) tipo(s) de corrente(s) eugenistas que faziam parte do pensamento de Palmier. A grande divisão que se estabeleceu diz respeito à genética neolamarkiana em oposição à mendeliana, (STEPAN, 1985; 2004). Estas oposições fizeram com que as considerações entre eugenia e saneamento fossem sistematicamente atacadas a partir da década de 1930, influenciando inclusive uma mudança de postura de eugenistas históricos como Renato Kehl, Santos (2008). O próprio Kehl não mais se satisfez com a ideia de que reformas higiênicas alterassem a constituição hereditária do brasileiro. A questão da raça minimizada nas discussões brasileiras passa a fazer parte do cerne da questão e esta revisão se dá pela atualização de nossos eugenistas com o que era escrito na América do Norte, Alemanha e Inglaterra; refutando as idéias neolamarkianas, a corrente mendeliana fazia questão de enfatizar a distinção entre herança genética e social, dando maior valor à hereditariedade biológica na vida humana. Ambiente salubre, alimentação, instrução e alcoolismo não influenciavam o patrimônio hereditário dos indivíduos como era amplamente considerado.

De maneira bem ampla, podemos definir que os planos de eugenistas e sanitaristas consistiam em eugenia preventiva (controle dos fatores disgênicos pelo saneamento ambiental), em eugenia positiva (educação, incentivo e regulação da procriação dos capazes) e na eugenia negativa (evitar a procriação dos considerados incapazes). O objetivo era modernizar o país e apagar os símbolos da degeneração (SANTOS, 2008:22).

Desta forma, Palmier assumiu tipos de eugenia que oscilavam entre positiva/preventiva (também chamada de construtiva) e negativa/restritiva. As medidas dos exames pré-nupciais e o cuidado com os delitos de contágio o tornavam integrante do grupo que postulava a primeira forma, que era fundamentada em uma ideia preventiva, como exemplifica Kehl:

A eugenia preventiva constitui o que se poderia denominar propriamente de higiene da raça, preocupa-se em preveni-la das doenças, dos males econômicos e sociais e dos venenos degeneradores. Tem em mira as questões da higiene pré-natal, de puericultura, de higiene e de educação sexual (KEHL, 1929:154).

Se o discurso, ou parte dele, conforma Palmier ao tipo positivo/preventivo, há um outro que demanda atenção. O Brasil foi rico em tipos de eugenia. Para Stepan (2004), foi o primeiro país a ter um movimento organizado e pautado na mobilização pelo aprimoramento do brasileiro por meio de uma política social.<sup>20</sup> Nosso eugenismo vem do desejo de projetar o país e definir a nossa realidade e encontrar soluções nossas aos problemas brasileiros.

### **2.3 A que raça aperfeiçoar? (resposta de Palmier a tal pergunta)**

Palmier lamentou a apatia da Constituição Federal em tomar as rédeas da questão e providenciar “com acerto para a defesa da nossa raça, da nossa sociedade, sobretudo das gerações futuras” (ACERJ, 1935:792), apontando algumas discussões do movimento eugênico a que o médico também teve de dar resposta, ou por necessidade de apresentar suas estratégias, ou porque foi empurrado a se posicionar. A questão da

---

<sup>20</sup> Segundo Stepan (2004), após a libertação dos escravos e o início da primeira República, as elites brasileiras se viram cada vez mais chamadas a pensar a identidade racial brasileira baseada nas interpretações racistas sobre o país vindas da Europa. Os cientistas europeus citados por Stepan (Buckle, Kidd, Le Bon, Gobineau e Lapouge) explicavam o Brasil pela inferioridade dos negros, a degeneração dos mulatos e a decadência tropical. Éramos para estes um povo incapaz de um desenvolvimento devido à composição social de nossa raça.

raça foi uma delas. Mas que raça era essa que ele chamava no discurso de “nossa raça”? Para chegar à raça entendida por ele, e compreender as ações que implantou para a “defesa de nossa raça”, proponho olhar em retrospectiva as discussões e teorias acerca de raça que envolviam o nosso movimento eugenista.

As ideias raciais e teorias degeneracionistas aportaram por aqui antes da eugenia, foram trazidas ao país por viajantes<sup>21</sup> que participavam de expedições científicas, que enchiam os diários de viagem com relatos sobre a diversidade da fauna, flora e composição étnica. Outra forma de estas ideias chegarem ao país era pelos filhos da elite do século XIX, que regressavam ao Brasil depois dos estudos na Europa. Aos olhos dos outros, éramos racialmente inferiores, primeiro por sermos muito misturados, miscigenados, híbridos ou mestiços, como preferir. A formação racial brasileira, para os teóricos da degeneração racial<sup>22</sup>, era um verdadeiro pandemônio de cores fruto de um intercâmbio sexual entre os nativos indígenas, negros e europeus que contribuíram, misturando-se, para a formação histórica do Brasil. Para tais teorias racistas europeias, a miscigenação era a vilã amoral, culpada pela nossa inferioridade. Nesta visão, raça que presta era raça pura, fora disso era a degeneração. O mestiço de nada serviria, ou se servisse não seria eficaz, carregava o peso de uma inferioridade, fruto de cruzamentos destrutivos das raças puras, brancas, índias e dos negros. Para estes, o cruzamento atuava destruindo, geração após geração, as boas características de cada raça.

Perante os efeitos do gobinismo, as possibilidades de o Brasil tornar-se civilizado encontravam-se remotíssimas a se considerar a massa de negros existentes no país nas primeiras décadas do século XX. De fato, se tal afirmação servia perfeitamente para “matizar” a cidadania negra recém-conquistada, colocava, por outro lado, dificuldades para a construção da civilização brasileira posto que, segundo Gobineau, os povos degeneravam em consequência de várias misturas de sangue.

Fudamenta-se aí, provavelmente, a afirmação de Gustave Le Bon de que não seria povo a multidão disforme do Rio de Janeiro, à qual ele atribuía as características de inconstante e explosiva, guiada pela emoção (MARQUES, 1994: 36).

---

<sup>21</sup> Estes viajantes, cientistas, observadores, dividiam-se em poligenistas e monogenistas. Os primeiros acreditavam que em algum momento da etapa evolutiva houve a separação que produziu heranças genéticas distintas: “puras”. Já os monogenistas adeptos das ideias evolucionistas de Darwin acreditavam na origem comum e era dentro das espécies que ocorriam hierarquias através das distinções entre raças.

<sup>22</sup> Gobineau e Louis Agassiz foram dois dos intelectuais que desprezaram o Brasil e seus habitantes como improváveis. Estes homens misturavam ideias científicas que apontavam a miscigenação étnica como um fator contrário à evolução.



Uma segunda teoria apontava para uma frouxidão racial fruto de uma degeneração tropical<sup>23</sup> provocada pelo clima e pela geografia que agia amolecendo os bons caracteres, “os bons costumes” (ascéticos e laboriosos), impedindo a civilização. Os trópicos seriam, assim, uma não região de salubridade laboral. O clima era hostil ao trabalho e danificava inclusive a introdução de elementos brancos, que passariam ao país habilidades e conduta de trabalho, mas que também sofreriam as agruras do clima quente, úmido, inutilizando-se muito mais que sendo úteis.

A questão das raças não foi definidora para o movimento eugenista brasileiro, devido em parte a uma solução muito própria que aponta para a travessia de um percurso cheio de significados e um esforço muito grande de passar a limpo uma herança descritiva europeia que tanto constrangia como atormentava a elite e o grupo intelectual do país. Por ser um problema que misturava preconceitos, aptidões físicas e intelectuais dentro de um discurso biológico, a ciência do aperfeiçoamento das raças colocava-se como uma voz legítima ao debate e à busca de soluções. O embranquecimento era a fusão de pensamentos raciais ligados à predominância de caracteres ditos superiores sobre o material degenerado que por aqui residia. Era com muito otimismo que se recebia a solução de embranquecer o Brasil com a introdução de elementos promotores de uma mudança racial. A simplicidade da ação escondia algumas falhas e contradições em seu interior, muito nítidas. Se o Brasil era um exemplo de um torrão de mundo degenerado pela mistura entre as raças, como se esperar que a mistura “ao contrário” tivesse força de fazer desaparecer os ditos caracteres inferiores, uma vez que o principal argumento da tese degeneracionista europeia residia na mestiçagem produzida por essa mistura? Por mais que um ou outro eugenista pretendesse passar o Brasil a limpo à base de muito “sabão de coco ariano” (como dizia Kehl) e limpar a mestiçagem, os homens de ciência perceberam que não existiam elementos de testagem, apenas a apropriação de teorias e preconceitos ligados à hierarquização de raças derivada do pensamento de Galton, Weismann e Mendel, que haviam sido sobrepostos e produziram muito mais preconceitos do que conceitos cientificamente seguros.

---

<sup>23</sup> Tais conceitos derivam das teorias deterministas de Henry Thomas Buckle (1821-1862), inglês que escreveu intensamente sobre o determinismo climático, a partir da análise da topografia e do sistema hidrográfico brasileiro, sem, no entanto, ter colocado os pés no Brasil. Segundo Burckle, o império da floresta sugava as forças do homem, tornando-o insignificante em face da natureza tão exuberante, Diwan (2007).

Uma das respostas oferecidas pela intelectualidade brasileira, atormentada pelas teorias raciais europeias, foi fazer do Brasil uma nação branca, de preferência ariana. O investimento neste projeto veio atrelado a discussões intensas entre os vários membros da elite intelectual brasileira. Debate que ganhou força a partir de 1888 com o esforço que o país fez para promover a imigração branca no país. Para os adeptos desta solução, a introdução do elemento branco, através do intercâmbio sexual, iria resolver os nossos problemas raciais. Isto produziu no seio do movimento discussões muito otimistas segundo os quais o Brasil melhoraria a cada cruzamento. A imigração logo colocaria o Brasil nos trilhos do progresso, pela extinção dos elementos das raças inferiores. João Batista Lacerda apresentou no 1º Congresso Internacional de Raças (1912) um texto em que dizia que, no espaço de 100 anos, a matriz negra seria extinta, Santos (2008), justamente pela miscigenação com o europeu branco. Chegava a ser uma ironia: a miscigenação salvaria o Brasil da barbárie que os viajantes do século XIX observavam na população negra e mestiça que por aqui vivia.

Ao longo das décadas de 1910, 1920 e 1930, distensões e rupturas no seio do movimento se intensificaram e foram exteriorizadas nos espaços dialógicos que os eugenistas usaram: LBHM, 1º Congresso Internacional de Raças, 1º Congresso Brasileiro de Eugenia e casas legislativas. O debate em torno da imigração deixou transparecer tipos de racismo que transitavam em nossa política imigrantista e foram mediados pelos eugenistas.

Uma das alternativas buscadas pelos nossos eugenistas era impor ao Brasil uma ocupação de elementos considerados racialmente superiores, acreditando que estes indivíduos, com o passar dos anos, iriam embranquecer o povo que aqui vivia. O próprio Kehl expôs com franqueza que a nacionalidade brasileira só embranqueceria “a custa de muito sabão de coco ariano” (KEHL, 1929:34). Existia um racismo cromático muito bem representado por Renato Kehl, João Batista Lacerda e Oscar Fontenelle, citando apenas alguns que participaram dos ambientes discursivos eugenistas.

A corrente cromática que via a imigração proveitosa à nossa demanda civilizatória e de braços para o trabalho, justificava a vinda destes elementos acreditando que estes fariam o Brasil cromaticamente mais branco. A cor da pele, neste sentido, determinaria a incapacidade do sujeito para as novas ordenações da elite

interessada em fazer um Brasil moderno. Esta mesma elite estigmatizava as populações alforriadas, deixadas pelo meio do caminho, sem nenhum reconhecimento.

O Dr. Fontenelle chama atenção para a seriíssima questão que acabaram de votar<sup>24</sup>, dizendo que não devemos deixar arrastar por sentimentalismo; o país já tem sofrido bastante por essa questão da raça. O cruzamento com raças diversas é máo. (Dr. F. Silveira - Não apoiado). Prof. Roquette Pinto - Todo o progresso do Brasil foi feito por essa gente proveniente de cruzamentos, ora tachados de inferiores (PCBE 1929: 20).

Para além da cor, existia um racismo acromático que via as diferenças culturais de um ou outro grupo de imigrantes como prejudiciais ao desejo de ordenar, incrementar e disciplinar o trabalho, e oferecia posturas biossociais sadias que, quando misturadas, influenciariam o elemento pátrio.

A saída para o problema foi perceber que a questão da raça que tanto nos afligia era insuperável pela via das teorias ligadas a ancestralidade e hierarquização das raças, impositora de uma visão identitária sobre o país que nos descrevia como inviáveis. Havia uma impossibilidade latente de se alcançar isso e a política imigrantista, que passava pelos membros do movimento eugenista, notou que era necessário olhar ao redor para ultrapassar as teorias racistas europeias. É a partir destas considerações a respeito de colonização e imigração que acharemos resposta à pergunta de como o médico Luiz Palmier dimensionou raça para o seu projeto eugenista e o que ele considerava que dava para fazer com a imigração.

Um das chaves da interpretação do assunto em Palmier é considerá-la atrelada à ideia de cuidados com a saúde pública e com a assistência social, relacionada ao postulado de sanear e higienizar as populações para conter a doença e não introduzir elementos exteriores (para embranquecer biologicamente). Cabia introduzir elementos exteriores para “embranquecer culturalmente” os nossos, era misturar ao brasileiro condutas e costumes vistos como civilizados para o aperfeiçoamento, forjando hábitos. Estas questões foram traduzidas pelos membros do movimento em termos de imigração e colonização da terra, assunto que o médico Palmier também evidenciou em seus escritos demonstrando a forma como encarava a questão. O primeiro texto onde expõe suas ideias, que nos levará a avançar elucidando sua visão sobre raças a partir de suas

---

<sup>24</sup> A questão diz respeito a não restringir a entrada de negros no Brasil pelas nossas leis de imigração. O assunto foi votado nas discussões do texto apresentado por Azevedo Amaral (o problema da Imigração) em 22 de Julho de 1929.

considerações sobre imigração, é escrito em 1922. Nele, o intelectual defende claramente a incorporação do estrangeiro ao lado de colonos nacionais, para que estes fossem assimilando elementos culturais.

(...) com milhões de quilômetros quadrados que possuímos de território, depois do saneamento e do combate ao analfabetismo aparece a colonização do solo como o problema máximo para garantia do futuro da terra brasileira.

(...) com saneamento teremos garantido o máximo de conforto para aqueles que na atualidade colaboram como forças vivas para o nosso progresso.

Saneadas que sejam as zonas consideradas inabitáveis, a criação de escolas será medida de urgência como elemento básico de uma perfeita organização social em uma verdadeira democracia.

(...) Felizmente já possuímos regular aparelhamento para garantia de planos de tal natureza. Entretanto, necessário se torna caminhar para a realidade prática dando execução a todos esses planos.

Não sendo tomadas essas medidas de rigor teremos sempre a repetição do que vem se passando, principalmente em Santa Catarina, com o chamado perigo alemão. Simples imprevidência de alguns governos deu em resultado um alarme injustificado quando se sabe que o elemento do trabalho ali se instalou e multiplicou-se sem a menor vigilância ou mesmo critério estabelecido por parte dos governos que deviam dar escolas e leis para a garantia do predomínio dos costumes nacionais sobre os de origem.

(...) Eis outro erro fácil de corrigir e que depende da energia precisa das autoridades em jogo, para melhor localizarem esses preciosos elementos, sempre de acordo com usos e costumes e até mesmos climas diversos. Ao lado desses núcleos coloniais constituídos por estrangeiros é que convém igualmente tentar a formação de colônias de nacionais<sup>25</sup>.

Para Palmier, as correntes imigratórias deveriam ser usadas para colonizar regiões onde mais se precisa de pessoas para ocupar e trabalhar a terra. Mas esta terra também era a que tinha menos saneamento, o que a tornava impeditiva tanto para o nacional como para o estrangeiro. A colonização de certas áreas dependia de estruturas públicas que garantissem a fixação do colono e a possibilidade de contagiar o brasileiro com novos hábitos e técnicas. Garantir isso era fundamental: deixar o imigrante à própria sorte sem saneamento e sem instituições públicas que forçassem o predomínio dos costumes nacionais e sua assimilação, inutilizava o empreendimento de ocupação territorial, de aumento da produção agrícola e principalmente o aperfeiçoamento de nossa raça.

---

<sup>25</sup> PALMIER, Luiz. Colonização. *Ilustração Fluminense*. Niterói, p. 11-12, Jan. 1922.

Escritos sete anos antes da realização do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia (em 1929), Palmier já discute imigração, assimilação e ocupação, demonstrando ainda como conduz as questões em seu primeiro escrito, apontando que a questão era política e só seria resolvida com políticas públicas (escolhas de locais de acordo com características climáticas, saneamento das regiões e montagem de aparelhos públicos que forçassem a assimilação dos costumes nacionais). Os assuntos não eram novos e o médico já em 1922 se mantinha atento às discussões intelectuais do seu tempo. O congresso de eugenia em 1929 vai externalizar com muito mais força questões discutidas no interior das faculdades de medicina e nos meios eugenistas, atestando para nós o quanto Palmier era próximo do grupo e tinha capacidade de formular soluções e autonomia.

A sessão de 2 de julho de 1929 do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia retrata bem isto. O assunto foi debatido a partir da tese apresentada na sessão de educação e legislação por Azevedo Amaral, a qual acabou produzindo apartes demonstrando que entre os eugenistas uma das questões postas pela imigração era a da assimilação da cultura nacional pelos grupos estrangeiros. Belisário Pena, presente à sessão, intervém a esse respeito dizendo que as colônias alemãs e italianas do Rio Grande do Sul não se fundem aos nacionais, sendo este o problema, ao que Azevedo Amaral responde ser este um problema político e não eugênico. Belisário Penna concorda, porém ressaltando que a as crianças são desde novas afastadas da cultura nacional por só se ministrarem missas em língua estrangeira e os imigrantes só procurarem escolas em língua materna. A questão que se apresenta é como fazer com que este elemento empreste ao projeto eugenista muito mais do que trabalho e ocupação de terras no Brasil. O que se desejava era uma completa integração eugênica deste elemento, que tornava para os intelectuais deste grupo “uma questão política que se reflete na eugenia”, como afirma o Dr. Fontenelle (PCBE, 1929:19). O que cabia aos presentes ao congresso de eugenia era pensar esta ação política que contemplasse as aspirações e projetos do movimento no Brasil. O que Belisário Pena torna claro é “que urge orientar a imigração de modo a permitir sua assimilação à raça brasileira” (PCBE, 1929:18).

Encontramos nas questões relativas a colonização e imigração, que Palmier defendeu em alguns textos, a forma de dimensionar o que chamava de aperfeiçoamento de nossa raça e observar sua autonomia intelectual.

Uma das correntes mais estridentes do movimento eugenista defendia um preconceito cromático na imigração e se mostrou disposta a ocupar seus espaços nos meios eugenistas, considerando ainda o PCBE como um lugar onde mais nitidamente observamos os contornos do campo eugênico no Brasil. Algumas discussões demonstram opiniões que podem nos esclarecer algumas coisas. A votação das teses do texto de Azevedo Amaral, intitulado “O problema da imigração”, provocou grandes debates quanto ao ponto que restringia a imigração de raças não brancas. Mesmo diante das defesas acaloradas do Dr. Oscar Fontenelle, a restrição é negada.

A imigração e a colonização assumiram os mais diferentes matizes, e foram temas das mais extensas discussões. O que estava em jogo eram considerações raciais derivadas de preceitos eugênicos vindos mais intensamente da Inglaterra e da América do Norte e que encontravam por aqui interpretações ligadas a questões sociais, culturais e higiênicas derivadas das correntes francesas. Tal conjunção de idéias produziu um volume enorme de tensões no grupo pelo esforço e dificuldade de combinar teses, preconceitos raciais e culturais com questões relacionadas à força de trabalho e condutas sociobiológicas.

Palmier não apenas assistiu a tudo isso, mas participou das discussões, analisou, formulou soluções e demonstrou autonomia intelectual, coerentes com a sua forma de tratar a questão e gerência do seu projeto aperfeiçoador; considerando que a imigração forneceria elementos colonizadores, trabalho, conduta sociobiológica e uma cultura de hábitos higiênicos. Não demonstrou em seu pensamento preconceitos cromáticos e evidenciou ser muito mais norteado pelas possibilidades culturais e de trabalho de cada povo do que com possíveis atributos negativos. O que lhe interessava eram elementos saudáveis, laboriosos, de conduta eugênica, pois estas são as características que qualquer grupo étnico haveria de ter para imigrar para o Brasil, segundo seu pensamento.

Ao longo de sua ação médico-social-eugênica manteve-se coerente com suas opções interpretativas, mesmo diante de elementos marcantes em sua formação, que lhe influenciaram em diversos projetos em que se envolveu e nos quais manteve uma postura autônoma. O Dr. Miguel Couto foi um deles. Professor na FMRJ, deu a Palmier conhecimentos em clínica médica e entusiasmo pela alfabetização dos brasileiros,

tornando-se referência constante em seu pensamento acerca da educação e aperfeiçoamento da raça. Couto, ao longo de sua vida, havia trabalhado mais intensamente dois temas do pensamento médico-social-eugênico: educação e imigração. Foi um esforçado propagador da tese de que a educação resolveria o problema do Brasil, tanto quanto tencionava implementar leis que se opunham à entrada de imigrantes não europeus, chegando mesmo a fazer forte campanha contra a imigração japonesa, motivada pela visão de expansionismo e esquisitismo cultural e religioso dos nipônicos.

Palmier discordava do mestre e, ao fazê-lo, tornava claro o que considerava próprio à imigração (o que responde à pergunta anteriormente feita por mim) e como dimensionava a questão em se tratando do seu desejado aperfeiçoamento da raça. Em discurso em homenagem póstuma a Miguel Couto, na 12ª sessão da Assembleia Constituinte do Estado do Rio de Janeiro, em oito de outubro de 1935 (Miguel Couto havia falecido em 1934), Palmier, em meio à cronologia de vida de Couto, faz elogios à sua personalidade e exalta as suas realizações, mas, ao chegar à fase parlamentar de Couto e sua atuação na constituição de 1934, exterioriza discordância intelectual e evidencia sua tomada de posição.

No Parlamento tornou-se alvo de verdadeira devoção. Na Assembleia Nacional Constituinte soube impor-se pela sua colaboração desinteressada, pela sua inteligência, pela operosidade. Embora divergindo dele algumas vezes, principalmente na delicada these relativa às restrições da imigração, todos faziam justiça ao mestre e as suas idéias logravam ser vitoriosas na Assembléia (ACERJ, 1935: 127).

De acordo com seu pensamento alguns meses depois, já nos trabalhos da Assembleia Legislativa do Rio, Palmier propôs ações de colonização para a região da Baixada Fluminense bem em desacordo ao antigo mestre. Na oportunidade, tratou de um plano de saneamento e implementação do trabalho na região que, segundo sua proposta, deveria se utilizar do trabalho do imigrante japonês, precedida de uma política pública que desse saneamento e condições de fazer prosperar a integração com colonos nacionais deslocados para próximo dos assentamentos de imigrantes japoneses.

O SR. LUIZ PALMIER: O problema da Baixada, todos estarão de acordo, não é somente de engenharia sanitária, nem de saúde pública. Ele representa uma entrosagem das mais completas, abrangendo assuntos que dizem respeito à engenharia sanitária, ora à saúde pública, ora ao crédito agrícola, ora à colonização.

(...) O problema da colonização é de máxima importância. Não se compreende saneamento sem colonização.

O Sr. Ruy de Almeida: V. Excia. preconiza a colonização estrangeira?

O SR. LUIZ PALMIER: Falo na colonização de um modo geral. Apresentei mesmo a ideia de que se si pudesse reunir em alguns pontos saneados colonos nacionais que não estivessem satisfeitos em outras regiões do Estado ou mesmo do país, ao lado da colonização estrangeira. E talvez fosse o momento de se cuidar da colonização japonesa, que poderia perfeitamente constituir elemento de progresso para o local. Sabemos todos como esse povo é admirável nas suas realizações (ALERJ, 2 de fevereiro de 1936, p.14).

O debate sobre imigração permite-nos algumas considerações. Foi um ambiente em que se misturavam as teses degeneracionistas do século XIX, demonstrando a longa duração e a intensidade que ainda tinham, cercando as discussões sobre estrangeiros por preconceitos cromáticos e acromáticos que refletiam nossa política imigrantista, marcada por períodos de privilégio a alguns grupos de imigrantes e restrições a outros. Esta discussão carregava o peso do aperfeiçoamento da nossa raça: se alguns demonstraram entusiasmo em embranquecer pelo cruzamento com tipos europeus. outros estavam interessados em cruzar culturas, hábitos e condutas laborais. O médico vivenciou todo este debate enquanto aluno da FMRJ, enquanto consumidor dos escritos eugenistas e atento observador dos espaços discursivos do movimento. Respondeu a questão deixando entrever que o eugenismo, para ele, estava muito além da seleção biológica, era, sobretudo, cultural e social. Soube entrelaçar ideias ditas “negativas” com ações voltadas aos cuidados, com saneamento, higiene e aperfeiçoamento do trabalho. A imigração dilatava ideias, formas, sentimentos e modos. Para o médico, a desejada defesa de “nossa raça” passava pelo investimento na incorporação de idéias eugênicas.

### **2.3.3 O eugenismo brasileiro e a superação da inviabilidade mestiça e do determinismo climático**

O eugenismo no Brasil surgiu em um período em que a questão nacional aparecia como primordial. Politicamente precisávamos de um estado-nação e de implementar o progresso por via rural ou urbana industrial. Para isso, eugenistas e



entidades engajadas nesta tarefa precisavam suplantar os modelos europeus que culpabilizavam a mestiçagem e o clima por sermos inviáveis (aos olhos dos outros).

Luíz Palmier viveu o momento de sua formação no período em que o eugenismo estabeleceu suas primeiras aparições por aqui. Foi na FMRJ, em 1914, que Alexandre Tepedino apresentou a tese como requisito para obtenção da graduação, orientada pelo professor Miguel Couto, intitulada “Eugenia”. Em 1915, forma-se na mesma instituição Renato Kehl, que voltaria à sua terra natal e fundaria a Sociedade Eugênica de São Paulo em 1918. Palmier continua seus estudos, sendo seus professores homens ligados ao saneamento, à higiene e aos avanços da microbiologia (com sua área da medicina tropical), campos de conhecimento de onde derivaram apoio e formas teóricas. O aluno de medicina entre 1914-1918 estava em um dos locais de origem dos formuladores do pensamento eugênico no Brasil. O colega de turma de Palmier, Luiz Vianna, defendeu a tese intitulada “Em torno do Mendelismo”<sup>26</sup> que nos leva a perceber os anseios da geração médica, os investimentos e o conhecimento de várias matrizes teóricas do eugenismo. A influência do pensamento eugenista e os modelos interpretativos partiram de movimentos consolidados entre intelectuais ligados a esta Faculdade. Foram os médicos formados a partir desta instituição que ajudaram a criar um novo modelo explicativo da inadequação do brasileiro. Desta proximidade vão ser criadas fusões, uso de correntes teóricas e visões interpretativas comuns entre os movimentos daquela época (saneamento, higienismo e eugenismo). Proponho olhar as correntes interpretativas e as características de nosso movimento pela observação de passagens do pensamento de Palmier, momentos em que ele desenvolveu suas ideias ou em que se viu forçado a dar respostas a questões impostas pela sociedade a ele. É possível derivar destas passagens as características incorporadas e opções metodológicas que usou em seus projetos médico-sociais-eugênicos.

As formas de se ultrapassar o nosso pertencimento ao mundo do inviável e implementar o projeto nacional foi acoplar as ideias de deficiência sanitária como causadoras do nosso atraso. Isso nos possibilitaria uma saída pela via do saneamento e da higiene da situação em que nos encontrávamos. A noção de ambiente (derivada das teorias neolamarckianas) era muito mais atrativa do que a do domínio das

---

<sup>26</sup> VIANNA, Luiz. Em torno do Mendelismo. Nictheroy, 1918. Teses (Doutoramento) FACULDADE DE MEDICINA DO RIO DE JANEIRO. Enc. V. 582.

características ancestrais sobre o meio (derivada da corrente mendeliana). A teoria neolamarckiana emprestava uma visão muito mais otimista, em que a reforma do meio ambiente em que viviam os seres humanos fomentaria o progresso e impediria a degeneração sociobiologicamente adquirida (por álcool, tuberculose, sífilis, meretrício, conduta higiênica, analfabetismo). No Brasil, como em boa parte da América Latina, a visão do saneamento caiu como uma luva:

Para questionar a visão tradicional de que a raça e o clima latino-americanos combinavam-se para produzir nações degeneradas e atrasadas. Este questionamento do saber convencional foi particularmente notável no Brasil, onde as supostas “tropicalidade” e “degeneração” das populações mestiças do país eram assuntos sensíveis (STEPAN, 2005: 95).

Os movimentos que se esforçavam em participar e encaminhar o país para o progresso (sanitarista, eugenistas) perceberam que poderiam refutar “uma a uma” as teorias europeias da inviabilidade.

Nós não éramos climaticamente prejudiciais à raça branca, nosso clima não era um matador das raças brancas europeias. Os novos conhecimentos da bacteriologia e da microbiologia atestavam isso e entusiasmavam os cientistas, que criaram ramos como o da medicina tropical. Compreendendo a dinâmica do clima e dos parasitas tropicais, estava garantida a contestação de base científica ao “problema climático”, o que Afrânio Peixoto muito bem verbaliza.

Não existem doenças climáticas, porque nenhuma é produzida pelo clima, ou cuja etiologia seja feita por ele (...). Sem mosquito não há transmissão; portanto, não há febre amarela. Combatemo-lo para extinguir a febre amarela (...). A ancilostomose depende de um verme deposto no solo, os que nele pisam e por aí se infestam. Esta é a verdade verdadeira, provada, experimentada. Por que chamá-la doença climática tropical? (PEIXOTO apud COSTA, 1985:96)

Belisário Pena e Arthur Neiva, em 1912, empreenderam uma longa jornada pelo interior do Brasil, chegando à conclusão que o Brasil estava doente, atacado pela ancilostomose, doença de Chagas, malária e má nutrição (Neiva e Pena, 1916). Esta constatação fez com que um grupo de intelectuais montasse uma caricatura pessimista para evidenciar o problema e buscar soluções para o que se convencionou chamar de século da doença. Não que ela nunca tenha existido, que o dezenove não tenha sido marcado pela doença, o anterior também. É que, naquele momento, a doença era vista

como um empecilho ao projeto moderno de nação pautado em uma via técnica, científica e urbano-industrial que viabilizaria o progresso.

Houve uma querela na 18ª sessão da Assembleia Constituinte do Estado do Rio de Janeiro por conta desta concepção de século da doença, que era “nada mais nada menos” do que uma forma de expressão implantada pelo movimento sanitaria que criava um modo de se falar do Brasil. Tudo começou quando, a certa altura do discurso de Palmier sobre proteção à infância no Estado do Rio de Janeiro, o colega de Assembleia, deputado Mário Alves, fez referência à frase do médico Miguel Pereira: “O Brasil é um vasto hospital”. O empenho que se seguiu em discutir a frase do médico traz consigo um esforço de interpretar esta imagem de Brasil, confirmando-a ou mesmo buscando superá-la.

O SR. LUIZ PALMIER: (...) O que nós verificamos é que esses serviços devem ser o mais possível espalhados a todos os recantos da nossa terra, principalmente pelas aldeias e zonas rurais, onde ainda não chegou a atenção dos governos, onde ainda não chegaram recursos médicos (apoiados), e onde as populações vivem no maior esquecimento, como verdadeiros abandonados (apoiados) e proscritas de todo e qualquer amparo oficial.

O Sr. Mário Alves: o que justifica plenamente a frase de Miguel Pereira: o Brasil é um vasto hospital.

O SR LUIZ PALMIER: Infelizmente, Sr. Presidente, eu não quis e não tive oportunidade de protestar contra a frase de Miguel Pereira, que eu mesmo ouvi quando acadêmico e aluno do grande professor. Ele, em um gesto de entusiasmo, querendo focalizar o assunto e chamar para ele a atenção, já não direi do público brasileiro, mas dos seus colegas professores, dos alunos e do governo, com nitidez disse a sua célebre frase: “O Brasil é um vasto hospital”(…). O grande cientista com esse pessimismo momentâneo conseguiu despertar o patriotismo do brasileiro e das administrações para a criação de serviços de higiene que deveriam ser instalados em todos os Estados do Brasil.

O Sr. Mário Alves: O sentido não é só literário. Eu, que conheço grande parte do interior do Brasil, posso dar o meu testemunho de que a frase tem certo cabimento científico.

O SR. LUIZ PALMIER: Eu considero a frase no seu sentido rigorosamente literário; ela tem, principalmente, a nitidez de um alarme, de um brado de armas que devia servir, como disse há pouco, e realmente serviu, para chamar a atenção do governo central e das administrações locais para um serviço que devia ter merecido, há mais tempo, o carinho oficial (ACERJ, 1937: 167-168).

A solução do problema vital, que, para a intelectualidade modernizadora, estava em reverter o quadro da doença e encarnava uma ação eugênica e sanitária, impulsionava tantos debates que, no caso da sessão de 16 de outubro na Assembleia Constituinte do Estado do Rio de Janeiro, os deputados estaduais esforçavam-se para

dar sentido à frase do Dr. Miguel Pereira procurando chegar a uma conclusão sobre se éramos ou não um vasto hospital. A questão era tão crucial que até mesmo o caboclo da narrativa de Monteiro Lobato foi chamado a solucionar a demanda que impedia os trabalhos daquela sessão:

O Sr. Romão Júnior: A frase “o Brasil é um vasto hospital” teve, naquela época, integral aplicação, criticava os arroubos de oratória de um ilustre parlamentar que declarava: se fosse preciso, ele iria despertar os caboclos do sertão. Grande decepção lhe estaria reservada; ou essa gente brava não se levantava, inválida, esgotada pela anchilostomose e pela malária, corroída pela sífilis e chupada pela fome, ou si se levantasse não compreenderia porque a Pátria, que sempre tudo lhe negou, pedia-lhe então a vida.

O SR. PALMIER: (...) Eu, como já disse, considero a frase do ilustre Miguel Pereira como um grande grito de alerta e é justamente este o significado, tanto mais quando Miguel Pereira, com sua reconhecida capacidade, com autoridade de professor do maior prestígio, na época pôde assim clamar entre os governantes pela solução urgente de um problema e o problema foi desde esse momento encarado com precisão, tanto assim que tivemos o grande trabalho, jamais negado, realizado por Belisário Penna, que espalhou postos de higiene por todo o interior do Brasil, os quais têm produzido os melhores resultados práticos (ACERJ, 1935:169).

O inventário de Pena e Neiva (1916) fez parte de um momento em que intelectuais brasileiros ampliaram a questão da doença, não apenas circunscrita aos centros urbanos à época, que mal ou bem já sofriam intervenções sanitárias, porém não representavam a realidade do espaço onde o brasileiro vivia. Éramos em partes (regiões) bem rurais e nossos sanitaristas foram impelidos a olhar o interior, lugar de residência da maioria dos brasileiros, lugar das habitações de sapé e das endemias (malária, febre amarela, doença de Chagas). A terra do Jeca Tatu de Monteiro Lobato, espécie degenerada (pelo álcool), adaptado ao meio, indolente, incapaz de participar da política, exemplo da pobreza, atraso, má nutrição, falta de saneamento e irremediavelmente um doente.

Jeca Tatu era um pobre caboclo que morava no mato, numa casinha de sapé. Vivia na maior pobreza, em companhia da mulher, muito magra e feia e de vários filhinhos pálidos e tristes. (...) Jeca era tão fraco que quando ia lenhar vinha com um feixinho que parecia brincadeira. E vinha arcado como se estivesse carregando um enorme peso.

- Por que não traz de uma vez um feixe grande?, perguntaram-lhe um dia. Jeca Tatu coçou a barbicha e respondeu:

- Não paga a pena.

Tudo para ele não pagava a pena. Não pagava a pena consertar a casa, nem fazer uma horta, nem plantar árvores de fruta, nem remendar a

roupa.  
 Só pagava a pena beber pinga.  
 - Por que você bebe, Jeca?, diziam-lhe.  
 - Bebo para esquecer.  
 - Esquecer o quê?  
 - Esquecer as desgraças da vida.  
 E os passantes murmuravam:  
 - Além de vadio, bêbado... (LOBATO, 1957:329-330)

O Jeca é um tipo de personagem que se presta a oferecer imagem a um Brasil do seu tempo, martirizado pela doença, que a racionalidade médica descobre depois que alguns representantes deixam a vida cosmopolita que rodeavam as poucas academias de medicina e empreendem viagem aos sertões brasileiros. Algumas histórias de Lobato estruturam uma narrativa de um Brasil percebido pelos membros da corporação médica e evidencia uma vontade enorme de achar as causas dos problemas do país, revertendo as ideias políticas surgidas na Europa, em que o clima, a raça e a localização dos grupos humanos determinariam a evolução ou atraso de uma sociedade. O Problema Vital<sup>27</sup>, como se referiu Monteiro Lobato em 1918, era a doença. Tais causas se apresentam no texto, fazendo aparecer inúmeras correntes de intelectuais debruçados em pensar o país. O Jeca, no entanto, sempre espreitou o pensamento social brasileiro, foi usado por Rui Barbosa e fez parte das campanhas sanitaristas de Miguel Pereira e Belisário Pena que acabou conformando uma ideia de restauração: “O Jeca não é assim, está assim” (LAJOLO, 1985: 42) resume a questão colocada pela intelectualidade modernista dos anos de 1920.

O Jeca não é assim, está assim, é de forma lapidar que resume o reequacionamento lobatiano da questão. Em uma série de artigos publicados em O Estado de S. Paulo (que contou com o patrocínio da Sociedade Eugênica de São Paulo e da Liga Pró-saneamento do Brasil), Lobato denuncia a ancilostomose, a leishmaniose, a subnutrição e a tuberculose como causas da miséria do caboclo (LAJOLO, 1985: 42).

O eugenismo torna-se necessário à resolução da equação que aparece na narrativa de Lobato. O alcoolismo do Jeca, que, além de vadio, era bêbado, reflete as campanhas anti-alcoolismo da Liga Brasileira de Higiene Mental, relacionado à ideia eugenista de que o vício pelo álcool era prejudicial à hereditariedade do indivíduo. Cuidados sanitários, nutrição e hábitos de higiene e a constatação da existência de micróbios que parasitavam o homem de conduta anti-higiênica evidenciam um

---

<sup>27</sup> Em 1918, Monteiro Lobato publicou O Problema Vital, reunião de uma série de artigos veiculados no jornal O Estado de São Paulo, que buscam outro caminho para a análise do homem rural brasileiro a partir de um diagnóstico médico-social.

entusiasmo microbiológico presente em certa medida também em Palmier, que atuava, entre o final dos anos de 1920 e os anos de 1930, como professor de microbiologia da Faculdade de Farmácia e Odontologia do Estado do Rio de Janeiro. A constatação e a ação contra os parasitas influenciariam o Jeca a sair do marasmo patológico em que vivia, resguardando-o e a sua prole das doenças.

Considerava-se o brasileiro policromático um ser possível, mas constrangido pela doença. Se a doença não surge, a vitória da raça era fruto da ação positiva e preventiva, argumento compartilhado entre os médicos defensores das ideias eugenistas. O personagem de Lobato personifica a eugenia neolamarkiana, que via a ação sanitária/social como forma de regenerar o Brasil e influir sobre a hereditariedade. Monteiro dá sentido à visão do eugenismo social, por nós muito mais forte que a geneticista (ligada à ancestralidade), não incompatibilizando o Jeca, como afirma Lajolo (1985), mas reformando-o, evidenciando o sucesso da ação da eugenia sanitária dos anos de 1920 à luz das campanhas de saúde pública brasileira contra as endemias rurais. A resposta de Lobato é demonstrar o resultado das campanhas sanitárias rurais: a regeneração do personagem pelo espírito científico que o faria emergir da miséria, transformação que aquela geração de intelectuais que via-se ligada pelo binômio saúde e educação. No caso do caboclo de Lobato, foi-lhe ministrada a primeira medida. Tal coroamento se dá pelo aparecimento do “Jeca Tatuzinho”, que narra a história de um jeca curado, com disposição para o trabalho, largando a vida de vadio, tornando-se ao final da história um coronel preocupado em expandir suas terras<sup>28</sup>. A própria construção do Jeca atuou desconstruindo a retórica romântica da literatura brasileira no processo de idealização das minorias, elaborando seus contos não pela visão sentimental dos tipos épicos e ferozes, mas atribuindo o ridículo, a falta disso ou daquilo, um portar-se fora, de uma ordem estabelecida por artífices do progresso.

A frase do Dr. Miguel Pereira, que causou tanto furor sanitário e disposição, tendo uma repercussão tremenda e precedendo a criação do personagem-paciente (Jeca), narrador do estado de doença e do processo regenerativo proporcionado pela ciência, fez melodia nos ouvidos de uma geração de médicos que no início da Primeira República se interessaram em descobrir o Brasil, diagnosticá-lo e oferecer tratamento a ele. Os dois

---

<sup>28</sup> O texto do Jeca Tatuzinho foi feito em um formato de cartilha agregado a uma ação moderna de publicidade, que fazia com que ele circulasse junto a um produto farmacêutico Fontoura, um vermífugo e fortificante. Acabou tornando-se um modelo explicativo da própria ação médico-sanitária no Brasil.

intelectuais que, à sua maneira, ofereceram recursos à ação sanitária rural compartilhavam também do mito motivador da frase de Pereira.

Foi depois dessa viagem [da expedição] que me capacitei de ser completa a ignorância de nossa gente, letrada e iletrada, de comezinhos preceitos de higiene, a causa primordial da doença endêmica multiforme e generalizada com predomínio das verminoses, do impaludismo e da sífilis, que deprimem e degeneram, física, mental e moralmente a nossa gente macabramente agravada pela cachaça, trapaça e desgraça (...) Desde então, aguardei que uma voz autorizada bradasse a verdade, para sair a campo com os dados colhidos em todas as regiões do país. Essa foi a de Miguel Pereira em outubro de 1916, dizendo ser o Brasil um imenso hospital (...) Desde então, saí a campo pelo Correio da Manhã, escrevendo uma série de 13 artigos sobre saneamento rural, reunidos em 1918 - Saneamento do Brasil cuja imensa repercussão devo sobretudo a sua pena vigorosa na série de artigos no Estado de São Paulo comentando-o, e enfeitados depois no Problema Vital<sup>29</sup>.

A questão de o Brasil ser ou não um hospital põe em evidência a rejeição a um determinismo negativo - clima, raça e geografia. O próprio Lobato respondia a questão com sagacidade: “(...) porque o nosso dilema é este: ou doença ou incapacidade racial, é preferível optarmos pela doença” (LOBATO, 1957: 297). Apesar dos pesares, da doença e do atraso, o homem brasileiro, para a maioria dos nossos dos cientistas, era racialmente aproveitável.

No entanto, entre nós, devemos considerar um elemento importante em relação a esta idéia, pois por aqui o sentido da eugenia era a cura da doença (venenos raciais, sífilis, tuberculose, alcoolismo e analfabetismo), que era vista como empecilho da raça. É claro que os mais visitados pela doença eram os pobres e estes eram negros e mestiços, o que acabava virando o ponto de convergência entre as teorias racistas que por aqui aportavam e as discussões sobre classe social em que a eugenia entre nós transitava, produzindo um volume enorme de discussões. Os elementos disgênicos faziam parte da vida do sujeito pobre, ignorante, vicioso, alcoólatra, sífilítico e imoral. O controle da natalidade vinha acompanhado da restrição à procriação, mesmo levando em conta que existiam correntes muito atuantes que defendiam a inferioridade de uma ou outra raça. O debate estava na eliminação da doença na classe pobre, composta por uma ou outra raça, fruto da hibridação (mestiço) e não na eliminação da raça. Vale lembrar mais uma vez que “eugenizar era sanear” (KEHL, 1929:20).

---

<sup>29</sup> Carta de Belisário Pena a Monteiro Lobato em 1928. Fundo Pessoal Belisário Pena, COC/Fiocruz.

### 2.3.3.3 A dimensão culturalista da interpretação em Palmier

Outra teoria ligada a raça e possibilidade também precisa ser notada para nos fazer entender o mosaico formador do espírito e da conduta eugenista do médico Luiz Palmier. Trata-se da interpretação culturalista que tem como principal expoente Gilberto Freyre<sup>30</sup>, mesmo que as formas culturalistas de tratar o assunto sejam anteriores a ele (Hofbauer, 2006).

A tese de Freyre, foi fortemente sentida após os anos de 1930. Formulada a partir dos seus anos de formação ao lado de escolas teóricas ligadas à antropologia cultural, dizia que a mistura de raças e de culturas era positiva e fundadora de uma nova

---

<sup>30</sup> Na Parte IV- *O escravo negro na vida sexual da família do brasileiro*, do livro *Casa Grande & Senzala* (351 até a página 367), Freyre faz uma dura crítica às correntes do eugenismo mundial dos caracteres hereditariamente adquiridos.

“O Homem de cultura científica de hoje já não sorri apenas do darwinismo ortodoxo de seus avós. Começa a sorrir também do entusiasmo weismanniano da geração de seus pais. Mas esse profundo cepticismo talvez não signifique o fim da era científica. Dele é possível que se aproveite a ciência para avigorar-se em vez de enfraquecer-se. Nunca porém para encher-se das pretensões à onipotência que a caracterizaram durante a segunda metade do século XIX e nos princípios do XX.” (FREYRE, 2000; 40ª Ed: 351).

Discorrendo sobre Weismann, Darwin, Lamark, Oliveira Vianna e Nina Rodrigues, o autor deixa clara sua predileção das saídas das correntes neolamarckianas, compondo o texto com passagens que retiram o crédito das ideias das teorias de transmissão de caracteres ancestrais e da inferioridade negra, embasando seu argumento nas citações de várias experiências e estudos que reafirmam a coerência das teorias do meio sobre a genética.

“Diante da possibilidade da transmissão de caracteres adquiridos, o meio, pelo seu físico e pela bioquímica, surge-nos com intensa capacidade de afetar a raça, modificando-lhe caracteres mentais que se tem pretendido ligar a somáticos. Já as experiências de Franz Boas parecem indicar que o biochemical content - como chama Wissler - é capaz de alterar o tipo físico do imigrante. Admitida essa alteração, e a possibilidade de gradualmente, através de gerações, conformar-se o adventício a novo tipo físico, diminui, consideravelmente, a importância atribuída a diferenças hereditárias de caráter mental, entre várias raças, diferenças interpretadas como superioridade e inferioridade e ligadas a traços ou caracteres físicos” (FREYRE, 2000; 40ª Ed: 353).

Freyre demonstrava-se irritado com as teorias que denegriam o bom aparato biológico do negro e da defesa da imigração para via de substituição do negro. Bem ao seu estilo, dialoga desta forma contra correntes eugênicas pretensamente científicas.



civilização — uma civilização lusotropical sem a marca do inviável (possível de ser aperfeiçoada). A introdução das ideias de Freyre nos anos de 1930 faz surgir uma análise sociológica, bem diferente das de Roquette Pinto (antropométricas) nos anos de 1920, mas que, no entanto, tinham alguns pontos de contato nas afirmativas de que a mestiçagem brasileira qualificava o povo para atuar na construção do progresso.

As teorias de Freyre ainda não foram totalmente medidas no estudo do campo eugênico brasileiro; é certo que os intelectuais envolvidos transitaram pouco, ou mesmo nem sabiam que estavam transitando por elas. As análises culturais, no entanto, não estão afastadas da personalidade intelectual de Palmier. Afinal, ele creditava à mistura de culturas um valor positivo evidenciado em suas argumentações sobre imigração e colonização. Vale lembrar as reminiscências produzidas em 1950 onde o intelectual vasculha sua juventude e remonta um quadro onde vários elementos que ocupavam o espaço da nação misturavam-se no trabalho produzindo o progresso brasileiro.

(...)italianos, portugueses, suíços, sírios e espanhóis, ao lado das levas de escravos africanos, representavam sempre os máximos fatores do progresso e garantiriam a herança de gloriosas estirpes, que deram à pequenina terra e ao Brasil – o cientista e estadista Maurício de Abreu, o literato e cientista Antônio Aguiar (...) Além de muitos outros valores culturais<sup>31</sup>.

Além disso, a teoria cultural de Freyre abriu caminho para justificar o apego com que alguns intelectuais eugenistas que defendiam temas como a educação e a prática de exercícios físicos. Se o brasileiro, na versão culturalista, é possível, cabe organizar instituições que preencham e modelem o tipo nacional mestiço para gerar as forças completas e girar a roda do progresso nacional.

Volumetricamente menor no pensamento eugenista do país, mas não ausente do repertório de Palmier, a teoria cultural associou-se a iniciativas que pudessem fomentar nos indivíduos possíveis melhoras físicas, intelectuais, comportamentais e culturais, algo que considero ser a palavra chave: Aperfeiçoamento. Ao que Palmier respondeu positivamente pela ausência de considerações cromáticas ou racistas, evidenciando que para além da doença, não havia nada que atrapalha-se a constituição física do brasileiro. A percepção culturalista presente na obra de Palmier não devem nos levar cega e diretamente a assunção das assertivas freyrianas. Prefiro pensar que uma abordagem

---

<sup>31</sup> PALMIER, Luiz. Sapucaia através dos tempos. *Letras Fluminenses*, Niterói, ago., set. e out. 1950. Coluna Nossa Terra Nossa Gente, p7.

culturalista completam um perfil intelectual menos biologizado e mais atento a noções sociais, onde as idéias de cultura poderia atrelar uma totalidade das ações sociais, mentais e físicas dos homens, Hofbauer(2006).

#### **2.4 Definição e interpretação do médico social eugenista**

A trindade eugênica de Palmier (exames pré-nupciais, esterilização e ação contra delitos de contágio) evidencia a convivência de uma eugenia tanto suave como dura, dentro de escolhas teóricas neolamarckianas, entrecortada por interpretações culturais que projetam uma imagem de alteração da narrativa de um país onde reinava um estado de saúde precário e abrem uma outra etapa do movimento eugenista, que por aqui se desenvolveu, no momento posterior ao diagnóstico de doença, seguido pela superação do determinismo biológico de matriz europeia, resolvido de uma forma brasileira de olhar a questão, nos interpretando como racialmente viáveis. O que está posto pelo médico fluminense é o próprio modelo de progresso encarado para o brasileiro, saudável, fisicamente perfeito (sem anomalias) e educado adequadamente para a modernidade do trabalho (ensino técnico e profissional em todas as atividades: agrícola e industrial). O que a obra de Palmier vai refletir é uma ação eugênica pela educação higiênica, criar corpos saudáveis e fisicamente perfeitos, dispostos a uma vida profissional e cultural ativa, era obra de uma consciência eugênica, e isso era tarefa da educação higiênica, a começar pela escola e a invadir diversos espaços. Tudo isso passava forçosamente pela infância, sua reprodução controlada, livre de doenças, protegida e completada por um projeto educacional. É isto que as partes seguintes vão explorar.

Depois de definir a eugenia como componente do pensamento médico-social que recortava o trabalho de Palmier e a direção do movimento por aqui entre os anos das décadas 1900 e 1920 no que a historiografia sobre o tema (STEPAN, 2005-2004) e (SANTOS, 2008), estabelece como caminhos percorridos entre nós: (1) Uma ação mais

voltada à questão social, vinculada à idéia de que saneando era possível mudar, (2) a ênfase na hereditariedade passível de intervenção, (3) os cuidados em torno da procriação, (4) o auxílio à infância pela puericultura e (5) o distanciamento das ideias segundo as quais a natureza biológica do indivíduo era uma coisa e a cultura, outra.

### 3 CAPÍTULO 3 - O PROJETO MÉDICO-SOCIAL EUGENISTA E AS PRÁTICAS NOS CAMPOS DA EDUCAÇÃO

Considero que, para alcançar seus objetivos eugênicos, Palmier encarnou vários personagens: médico, político e educador. Tratarei agora do último personagem, por achar que ele deve ser superestimado em função do período e da geração da qual ele fez parte.

O Dr. Palmier esteve preocupado em implementar novas formas de atuação social que atendiam às propostas de mudanças que visualizava para o povo brasileiro. Participou desta ação um grupo plural (jornalistas, professores, engenheiros, líderes religiosos). Nos “relatórios” de médicos, engenheiros, educadores e bacharéis em direito, o brasileiro era identificado pela carência: a falta de bons hábitos, conduta moral precária, despreparo intelectual. A Infância também era descrita desta forma, porém o que a diferenciava era a possibilidade de mudança que este grupo de idade encarnava. A arte da correção era capaz de endireitar com mais facilidade o que se achava torto<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Achar-se torto era quase que uma marca dos brasileiros (crianças ou adultos). Uma herança deixada pelos pais. As crianças eram vítimas de todas as horas dos maus hábitos e da precariedade moral dos pais. A exposição ao meio familiar e ao espaço não saneado, por tabela, desviaria a criança. Era o que diziam os intelectuais médicos e educadores ligados à pedagogia científica (corrente que valorizava a classificação, mensuração e observações em laboratórios de ensino) do final do século XIX que influenciaram algumas perspectivas dos intelectuais formuladores de propostas da República. Gondra (2004) e Carvalho (2006).

Observar, medir, classificar, prevenir, corrigir. Em todas essas operações, a remissão à forma é uma constante. A pedagogia científica, as práticas que a constituem e as que derivam dela, caracterizam-se, assim, por essa remissão constante a cânones de normalidade produzidos, pelo avesso, na leitura de sinais de anormalidades ou de degenerescência que a ciência contemporânea colecionava em seu afã de justificar as desigualdades sociais e de explicar o progresso e o atraso dos povos pela existência de determinações inscritas na natureza dos homens. E é por referência a essa norma que a pedagogia se fazia (...), ortopedia – arte da prevenção ou da correção da deformação (CARVALHO, 2006:300).

As concepções de prevenção e correção são também analisadas por Foucault (2007) e aparecem no livro “Vigiar e Punir” sendo simbolizadas pelas gravuras da régua com a inscrição “Haec est regula recti” e

Foi necessário pensar e criar um novo modelo para o país e os anos de 1920 e 1930 concentraram muitos destes esforços: um modelo que atrelasse uma enorme vontade de mudanças ao desejo de participar de algumas entidades e sujeitos como intelectuais, a Igreja e as Forças Armadas. O médico fluminense não foi mero espectador, mas participante do novo ordenamento político cultural caracterizado pelo paradigma moderno que vinha surgindo no horizonte. Assumiu o debate político, científico e cultural dos novos tempos e deixou gravados em seus escritos ações e campos de atuação prioritários para ele. A educação era um destes.

A intenção destes intelectuais envolvidos na escolarização da sociedade é dar sentido a uma cultura inscrita nas camadas da população descrita pela doença (sífilis, verminose, tuberculose e anemias) e pela conduta anti-social (o jogo, a vadiagem, a prostituição, analfabetismo entre outras), que eram provenientes de fatores sócio-culturalmente medidos que enxergavam elementos deletérios na forma de vida destas populações. Tais argumentos fizeram movimentar muitas ações e discussões em torno da raça e seu aperfeiçoamento, o que oportunizava a ação de educadores <sup>2</sup>.

A educação, sob as mais variadas modalidades, representa a maior conquista dos povos cultos. Por isso mesmo, representará sempre a máxima obrigação das sociedades organizadas das nações compenetradas da sua missão civilizadora. Todo o empenho, as forças maiores e todos os esforços, bem como as energias conjugadas, devem ser colocados em função dos problemas educacionais <sup>3</sup>.

---

pela figura da árvore torta toda amarrada, por uma grossa corda, a um pau reto que exemplifica a ortopedia da correção.

<sup>2</sup> Em artigo de homenagem póstuma ao médico fluminense Oscar Clark, Palmier escreve um texto de título “Médicos educadores”. Neste, conclui que um dos objetivos da medicina social é a “conquista de uma raça forte tendo por base a boa saúde”. PALMIER, Luiz. Médicos educadores: Professor Oscar Clark. *O São Gonçalo*, São Gonçalo, p.1, 22 fev. 1948. O texto, de conteúdo eugenista, faz menção a uma série de médicos, entre eles Renato Kehl.

Renato Ferraz Kehl formou-se em medicina três anos antes na mesma instituição onde o Dr. Palmier conseguiu o título de Doutor: a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Foi o fundador da Sociedade Eugênica de São Paulo. Seu interesse nas discussões sobre raça, degeneração e hereditariedade começou ainda no curso de medicina com as leituras de Lamarck, Darwin, Spencer, Agassiz, Galton e Weismann. Considerava fundamental para o desenvolvimento da nação uma consciência eugênica para modificar o destino do país pela regeneração da gente que vivia nele: “a defesa do potencial da raça nacional, ao lado da esterilização dos anormais, confinamento dos criminosos, educação e saneamento, para completar o programa de melhoramento do brasileiro era necessário evitar a entrada de estrangeiros de determinados países, raças e cores” (SANTOS, 2008:257).

<sup>3</sup> PALMIER, Luiz. Educandários Gratuitos. *Correio Gonçalense*. São Gonçalo, p. 03 e 04, 22 nov. 1953.

Palmier desde cedo tracejou sua existência por um campo que a intelectualidade do final do século XIX e início do XX considerou que colocaria o Brasil nos trilhos do mundo civilizado. Foi mestre escola de primeiras letras em sua terra natal e professor secundário enquanto cursava medicina. Esteve muito próximo a homens que consideravam a educação como uma estratégia de aperfeiçoar o brasileiro, o que naturalizou as escolhas por ele feitas. A instrução dos brasileiros, em Palmier, foi uma obra eugênica, tanto quanto o foram para ele e “outros” eugenistas menos otimistas as restrições ao casamento, os exames pré-nupciais, a esterilização e a introdução de imigrantes brancos. Educar era eugenzar em virtude de suas considerações teóricas, que percebiam as mudanças nas estruturas sociais como produtoras de aperfeiçoamento para o povo brasileiro.

Palmier não estava sozinho; havia um grupo de intelectuais dispostos a pensar a educação como redentora do Brasil. Entre eles estava o destacado médico Miguel Couto<sup>4</sup>, presidente da Academia Nacional de Medicina desde 1913, membro de uma dezena de sociedades médicas e catedrático da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. A convivência com Miguel Couto no seu espaço de formação médica, a FMRJ, e o consumo dos escritos deste ao longo da vida marcaram profundamente Palmier e a gerência do seu projeto, compartilhando inclusive alguns temas. Dizia Couto, em 1933:

---

<sup>4</sup> Miguel Couto esteve sintonizado com a percepção ilustrada diante das insuficiências da realidade nacional. O Dr. Couto vai se engajar em movimentos de regeneração e moralização do povo pela educação. O texto máximo, por ele escrito, nasceu por ocasião da palestra na Associação Brasileira de Educação (ABE) em dois de julho de 1927, intitulada “No Brasil só há um problema nacional, a educação do povo”. Publicado primeiramente no boletim da Academia Nacional de Medicina, o texto volta a ser editado em 1933 junto com uma coletânea de textos e discursos sobre a questão com o mesmo título. A palestra na ABE teve como eixo central a educação do povo e baseia seu argumento em comparações entre nações cultas e ignorantes. Nos discursos de Couto a educação é vista como redentora. Salvando o sonho de um Brasil, comparava a falta de educação a um câncer produto de um estado degenerativo. Para solucioná-lo, o remédio seria a educação do povo.

A conferência e os discursos de Couto vão produzir sentido durante muito tempo entre intelectuais e legisladores. As formas que apontou evidenciam que em um homem de furor pedagógico residia um eugenista que via na educação um fator de mudança para a nossa raça. Propôs destinar impostos sobre elementos causadores de degeneração, como as bebidas alcoólicas, para financiar a educação e a higiene.

Eu não aceitaria um instante do mandato, se não pudesse livremente propugnar a educação do povo - que não há grande povo sem grande saber, e o aperfeiçoamento da raça, que o vigor da raça e o abatimento da raça representam os fatores mais importantes da grandeza e da decadência das nações.(COUTO, 1933:103).

As campanhas pela alfabetização e a melhora da educação dos brasileiros fizeram com que os envolvidos fossem conhecidos por muitos adjetivos: “entusiasmo pela educação”, “otimismo pedagógico” e “luta humanitária”. Proponho olhar além destas formas de se referir aos projetos e campanhas educacionais do início do século XX, que tinham a função de disseminar o domínio das primeiras letras. Considero que foram partes integrantes de correntes de intelectuais que estabeleceram algumas ações para conseguir os fins pretendidos pelo movimento nos quais estavam. Se a eugenia era ciência da melhora da raça, o fim residia aí, e a educação foi utilizada massivamente para conseguir isto, embora suas maneiras também pudessem variar. Os eugenistas a utilizaram para modelar hábitos, passar normas higiênicas, moralizar e instrumentalizar o povo para a vida política e de trabalho.

O que nos conduzirá à compreensão são dois tipos de registros: o da escrita, que executou em periódicos e jornais, tomando por escolha aqueles textos que são representativos de suas ações e práticas no campo da medicina social e no diálogo com a escolarização da sociedade; e a ação de colecionar fotografias, que registram o percurso de muitas de suas ações em educação. Para o Dr. Palmier, a tarefa de modernizar a sociedade passava pela educação, fazendo com que os textos escritos e imagéticos que contemplam a temática educacional sejam alvo de minha análise neste capítulo.

A escrita é parte da cultura médica, desenvolvida no ambiente de formação e aperfeiçoada ao longo da vida e está presente nos hábitos dos homens de medicina. Esta ação é também social e envolve o autor e o leitor, o primeiro (re)distribui ao leitor referências simbólicas e trava com este um diálogo. O discurso médico-social eugenista encontrado nos periódicos em que Palmier escreveu é o mais diluído possível de exigências técnicas ou jargão científico. Como os temas e a forma dos textos têm que ser ministrados em uma linguagem acessível, não apenas para a corporação, mas também a um grupo variado de sujeitos que recebem as informações e aqueles que as fazem circular, os assuntos tratados nos textos são de tom prescritivo e o leitor normalmente não tem de “satisfazer certas exigências” (Foucault, 1996). Os textos

sobre educação analisados neste trecho, os quais tratam do combate ao analfabetismo como preocupação eugênica, fazem, ao mesmo tempo, um diagnóstico e uma prescrição para a superação do problema.

### **3.1 Primeira etapa de sua geração: a alfabetização**

Eram múltiplos os usos da educação no projeto médico-social eugênico e Palmier vai se utilizar deles, assim como o discurso de saneamento foi usado de diferentes formas para a regeneração do brasileiro. Ele entendeu que poderia fazer isso primeiramente alfabetizando. Comprando a imagem que o analfabetismo produzia atraso, um “freio ao progresso” (Carvalho, 1989), superá-lo também era acabar com um fator disgênico. A tarefa de alfabetizar foi também uma medida para regeneração de uma sociedade, o analfabeto identificado como ignorante correspondia a um problema social que na visão médica de influência francesa intervinha na ordem natural, biológica, um cancro que ameaçava a saúde social e física. Intelectuais médicos, então acostumados a percorrer os campos sociais e a trabalharem associativamente com concepções entre meio físico e social, entenderam que a falta de educação daquela geração (de povo) emperraria qualquer projeto de aperfeiçoamento que se viesse implantar.

Considero que o médico tomou a instrução como ação fundadora do seu projeto de aperfeiçoamento da raça. Antes de mais nada, era preciso oferecer combate ao analfabetismo. Esse problema tinha capacidade de interferir negativamente, botando a perder o projeto desenhado para o país. Sem saber ler e escrever o sujeito não poderia ser atingido pelo ensino profissional, não comungaria do civismo necessário e causaria grave problema ao próprio manejo cívico do Estado Republicano, não teria cuidados com a saúde, conseqüentemente acabaria por ficar afastado do ideal de saúde do corpo e da mente apregoado por médicos como Miguel Couto e Afrânio Peixoto e intelectuais como Olavo Bilac e Rui Barbosa.



A Educação do povo é nosso primeiro problema nacional; primeiro, por que o mais urgente; primeiro, porque por que solve todos os outros; primeiro. Porque, se resolvido, collocara o Brasil a par das nações mais cultas, dando-lhe proventos honrarias e lhe afiançando a prosperidade e a segurança; e, se assim fez-se o primeiro, na verdade se torna o único (COUTO, 1927:19).

Esta ordem de preocupações e a premência de tempo para ser resolvida a questão constantemente reaparecem em seus escritos: em um artigo intitulado “Ensino profissional”<sup>5</sup>, escrito em 1952, o analfabetismo é tratado como uma chaga social e a extinção completa é obra do poder público.

O assunto nunca ficou distante dos grandes temas brasileiros; era absurdo pensar o país sem uma cultura das letras. Um grupo de intelectuais brasileiros da Primeira República esforçou-se por enquadrar uma outra identidade para o povo e resolveu apostar em educação e saúde para curar os brasileiros da ignorância Nofuentes (2008).

A educação era um estado de espírito, uma dimensão simbólica que tinha de passar do mundo dos homens de ideias e entrar no mundo dos homens sem educação, sem o necessário capital cultural, que a intelectualidade avaliava importante ao progresso da nação. Estes precisavam assimilar esta ideia, este estado de espírito, e fazer com que materializasse esta cultura escolar necessária às mudanças propostas. A escola deveria afetar a sociedade oferecendo uma série de recursos para aquisição deste “estado de espírito”.

Palmier investiu em primeiro lugar na alfabetização, pois acreditava que cabia aos homens cultos, pela cultura das letras, colocar no rumo a vasta maioria sem o conhecimento das primeiras letras. O povo sem direção, ou em direção oposta àquela que os artífices do progresso pensavam para o Brasil, deveria ser pego pelas mãos e colocado no caminho. As campanhas pela alfabetização tornaram-se uma etapa desta intervenção, cujo fim, no pensamento de Palmier, era o aperfeiçoamento da raça.

Assim, através dos discursos desses intelectuais nascidos com a República, o que se pode perceber é que, ao chamar para si a responsabilidade por traçar um projeto civilizatório para o Brasil, a intelectualidade brasileira ao mesmo tempo, define para si um papel imprescindível: o de conduzir essa marcha rumo ao progresso. Construído a partir da infantilização das massas, esse discurso atribuirá, aos intelectuais – homens de ciência – e aos políticos, um papel fundamental nessa obra de engrandecimento, de regeneração

---

<sup>5</sup> PALMIER, Luiz. Ensino Profissional. *Correio Gonçalense*, São Gonçalo, p. 1 e 2, 14 dez. 1952.

nacional. As elites teriam, pois como missão reconduzir o país rumo às luzes (ROCHA. 1995: 22,23).

No entanto, a educação propugnada pela grande maioria daquela geração de intelectuais não iria criar um trabalhador qualquer, antes um tipo pretendido, marcado pela dominação cultural, o controle político, docilidade, submissão e produtividade. O empenho destes primeiros tempos de campanhas de alfabetização era inserir na vida pública da nação um todo descrito como sem forma, forjando-se um povo sem conflitos, homogêneo, que redimiria o atraso do Brasil. “Para homens cultos, a instrução pública era a via adequada para a inserção do povo na política da República” (MONARCHA. 1989: 43). Tenho dúvidas que os homens, mulheres e até mesmo as crianças brasileiras se sujeitaram inertes a tudo isso, como que encantados pelas descrições do futuro que este progresso reservaria a eles. Houve sim muita negociação, burla e malandragem destas populações para contornar a ânsia destes intelectuais em prescrever, controlar, corrigir e dominar. O fato é que, ao mesmo tempo em que o povo contornava as normas médicas, jurídicas e pedagógicas, os intelectuais que pensavam o futuro se viam obrigados em reordenar suas práticas. Palmier, no espaço da ação, vai nos mostrar isso com muito mais nitidez.

Em Palmier, relaciono a tarefa de alfabetizar o brasileiro como um dos componentes do discurso sobre o que constringia a raça do brasileiro. As campanhas contra o analfabetismo na Primeira República foram muito incisivas (no seu período de envolvimento intenso, entre 1915 e 1919) e relacionavam o analfabetismo à ignorância, “com a sociedade brasileira se desenvolvendo em base urbano-comercial(...), o analfabetismo vai se constituindo num problema, porque as técnicas de leitura e escrita vão se tornando instrumentos necessários à integração em tal contexto social” (RIBEIRO, 1982: 79). A matriz médica do seu tempo elevou o sujeito sem letramento a um ignorante total, sem uma cultura válida à nova ordem política e social (civismo), sem modos e com desasseio físico e vícios, sem hábitos de higiene, vadio e inativo, um ser triste que não comungava da felicidade, pois estava afastado da ordem civilizatória burguesa e da sociedade do trabalho, amplo e moderno.

Ensinar a ler e escrever logo passou a desempenhar um papel na tarefa de aperfeiçoar o brasileiro, por aproximá-lo do mundo do trabalho. “Nesse contexto, a ignorância será considerada uma calamidade pública responsável pela degenerescência

do organismo social e pela subalternidade do país” (ROCHA, 1995: 74). Ao identificarem o analfabetismo como causador de uma doença (a ignorância), os médicos ficaram à vontade para intervir. Neste processo usavam as teorias consumidas nas academias de medicina e agiam da forma como se identificavam na corporação médica: quem era sanitarista, pelo sanitarismo; higienistas, pela higiene; e eugenistas, pela variação do movimento por aqui. No Brasil, porém, o difícil é notar quando os médicos dos anos de 1910, 1920 e início dos anos de 1930 eram de um ou outro campo porque todas as opções teóricas optaram por explicações sociais sobre as de natureza biológicas, o que gerava muito mais pontos de congruências que de afastamentos. Aquilo que o olhar social chamava de problema, o olhar médico traduzia por doenças, invocando metáforas médicas tais quais conter, infecção, transmissível e degeneração. O analfabetismo foi tratado como uma patologia social, segundo afirmava Couto (1923). Debruçados sobre o problema, os médicos estarão produzindo ações em torno do analfabetismo no Brasil, empenhados em dar uma outra identidade nacional ao povo descrito por Kehl (1923) como “feio, sujo e analfabeto”. A campanha contra o analfabetismo foi, sim, uma primeira etapa do projeto no qual Palmier esteve envolvido para reverter a degenerescência do organismo social; foi também um campo de aprendizagem, um ambiente onde exercitou a condução de uma ação de sociedade.

### **3.1.1 Alfabetizar o Brasil, alfabetizar os fluminenses**

A militância contra o analfabetismo encontra sua primeira referência na vida de Palmier ainda em sua formação médica. O livro da turma de 1918 aponta esta atividade como uma marca do jovem acadêmico.

Médico, Jornalista, orador e polemista, o Palmier é um espírito forte, unido de um caráter combativo, ferrado de variada cultura, tendo tudo isso por base de uma robusta inteligência.

A todo esse complexo material soube ele dar aplicação adequada: como médico e bom clínico; e todos os demais predicados de que é

dotado emprega-os ao serviço de causas nobilitantes, como seja para exemplificar, a da liga contra o Analfabetismo, de que é esforçado paladino.

Como se está a ver, homens como Palmier são as exceções honrosas de que fala o grande José Estevão<sup>6</sup>.

O estudante de medicina (entre 1914 e 1918) esteve envolvido com outros intelectuais nas Ligas Brasileiras e Fluminense de Combate ao Analfabetismo<sup>7</sup>, entidades que congregaram vários homens e mulheres interessados em ensinar as primeiras letras à parcela da população que não sabia ler e escrever.

Participante desde 1915 da Liga Brasileira contra o Analfabetismo, era da opinião que o Estado do Rio de Janeiro também deveria ter a sua liga, fato que ocorreu em 1916, sendo Palmier o seu vice-presidente.

A proposta do movimento chama atenção para a necessidade de se nomear comissões escolares em cada distrito das municipalidades, tendo em vista, através de cursos noturnos gratuitos, alfabetizar as pessoas entre 14 e 50 anos (...) O que apreendemos é que as ações da Liga estão entrelaçadas com as ações de dois personagens fundamentais: Luiz Palmier e Leopoldo Teixeira Leite. O primeiro, sobretudo, se fez presente nas instalações de Ligas locais, envolvendo-se com instituições diversas, sendo, do nosso ponto de vista, o membro mais atuante da Liga Fluminense (NOFUENTES, 2008:123).

---

<sup>6</sup> FACULDADE DE MEDICINA DO RIO DE JANEIRO. Álbum dos doutorandos 1918. P.132.

<sup>7</sup> Ver estudo realizado por Nofuentes (2008) sobre a Liga Brasileira Contra o Analfabetismo (LBCA). As partes que mais me ofereceram subsídios para pensar o trabalho de Palmier nesta campanha são aquelas que falam sobre a atuação da LBCA. Nela, a autora expõe que, para além do objetivo exposto no nome, a liga foi um movimento de sociedade que acabou atuando junto ao executivo (estadual e dos municípios) e também no legislativo (estadual e dos municípios), promovendo a conscientização e pressionando acerca da necessidade do ensino primário e da abertura de escolas deste tipo, questão que encontra apoio no trabalho de Nagle (1976). Para este trabalho, a década posterior aos anos vinte recebe uma forte herança do movimento contra o analfabetismo, que disseminou a educação primária entre a grande massa da população.

A Liga Fluminense atuou como um catalisador das reivindicações da sociedade e dos intelectuais que ofereceram crítica acerca da educação, expondo esta crítica através da imprensa, atuando na manutenção da instrução e no estado físico, no mobiliário. Chegando a brigar por melhorias salariais para os professores rurais, além de cobrar ao Estado a ampliação do combate ao analfabetismo e a construção de escolas primárias públicas, trouxe para o campo de atuação os industriais, que responderam criando classes para o ensino das primeiras letras e números nos locais de trabalho; os religiosos, que criaram escolas nas paróquias e falaram nas missas sobre o problema do analfabetismo; e, por fim, a Liga influenciou os quartéis, que formaram classes para superar o desconhecimento das letras junto à tropa.

Os médicos creditavam à educação um grande poder regenerador. Miguel Couto, em livro de 1927, escreve um texto que traduz a perspectiva da educação como problema a ser superado para o bem do Brasil e do povo: “a ignorância representa atraso, pobreza e inferioridade de uma nação” (COUTO.1927:6). Os médicos receitavam educação como remédio de salvação nacional<sup>8</sup>: “o progresso de um país está na razão direta da cultura de um povo” (COUTO.1927:6).

Esta identidade estará ligada à vida do médico durante todo o seu percurso. As narrativas fotográficas nos dizem isto: os textos que escreveu em jornais, revistas e livros, também. O que levava a que se esperasse dele posicionamentos em relação aos assuntos educacionais, e ele o fez, comportando-se como um representante da intelectualidade nacional que pretendia regenerar o país pela educação. No mandato de Deputado Constituinte do Estado do Rio de Janeiro, foi um dos que mais usaram as sessões para desenhar um projeto para a educação dos fluminenses. Mais adiante, recorrerei novamente à Assembleia Constituinte da qual participou para refletir sobre o que as campanhas para a educação dos brasileiros deixaram como marca em sua personalidade, enquanto intelectual e homem de ação.

Para além de criar uma identidade, e considerar que a campanha contra o analfabetismo como uma etapa inicial da tarefa de aperfeiçoar o brasileiro, encontramos alguns pontos de apoio que sua participação nas campanhas trouxe aos projetos que geriu e às posições que defendeu ao longo da vida<sup>9</sup>. As Ligas não eram propriamente lugares de práticas, por não terem um caráter executivo, mas desempenhavam um papel importante como os de consultores, formuladores, incentivadores e fiscais de um elemento muito caro à nação pensada pela intelectualidade dos anos de 1910 e 1920: a

---

<sup>8</sup> A educação como tema médico já existia no século XIX. Gondra (1998) sustenta a hipótese baseado nos textos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e nos boletins da Academia Imperial de Medicina, que vê a educação como símbolo e que constrói para o fenômeno o termo *edifício escolar*, cunhado no período do império. Neste corpo documental, o autor percebe o tema e as questões com as quais a corporação médica se envolvia e para os quais estes procuravam encontrar a cura. A medicina instalava-se neste campo, pois tinha preocupação com a formação física, educacional e cívica do povo.

<sup>9</sup> Sobre a Liga Fluminense Contra o Analfabetismo(LFCA), considero que o trabalho de Nofuentes (2008) descreve muito bem a relevância da LFCA, demonstrando o percurso e os grupos envolvidos pela Liga (tais quais Igrejas, quartéis e sistema carcerário). Evidencia também que a liga foi um espaço para se exteriorizar os problemas da educação no Estado, tais como fechamento de escolas, necessidade de reparos e falta de professores, servindo igualmente para acompanhar o desempenho da campanha de alfabetização nos municípios.

educação. Era uma época em que não se contava com órgãos centrais de educação, considerando que seus anos de atuação mais intensa vão de 1915 a 1919, ou seja, anteriores aos períodos “inovadores” que convencionou chamar de “reformas”, ocorridas no Rio de Janeiro e em vários Estados do país, e que culminava com a criação do Ministério da Educação e saúde Pública em 14 de novembro de 1930. O movimento se desenvolve em um momento no qual o Estado não havia assumido a responsabilidade pela formação do caráter da criança e nem tão pouco o pátrio poder em relação aos pobres. A educação era um dever do Estado, apenas inscrito nas páginas das leis que desde o império já estipulava a sua obrigatoriedade, sem no entanto fazer movimentar ações para o seu efetivo cumprimento. E este (o Estado) não lhe reservava demandas orçamentárias que livrassem os governos da crítica de avareza. O percurso de tomada de posição pela educação do povo por parte do Estado foi lento. Enquanto este não se torna competente para assumir o papel na direção do ensino, entidades como as ligas contra o analfabetismo vão tracejar linhas para a instrução. Nesta tarefa contagiaram grupos particulares e públicos na propagação da ação benfazeja de educar o povo.

As campanhas a favor da alfabetização das quais Palmier participou foram fundamentais, entre outras coisas, para aperfeiçoar o seu senso prático, iniciado como professor de primeiras letras no interior do Rio de Janeiro, o que lhe possibilitou observar de perto a tarefa de educar, levando em conta os condicionantes que afetavam o aluno. Alfabetizar era uma tarefa que demandava algo mais do que uma lousa, um mestre-escola e um lugar onde o alfabetizando pudesse sentar para assistir às aulas. Em artigo escrito no jornal *O Fluminense*<sup>10</sup>, intitulado “Caixas Escolares”, ele sintetiza a questão, defendida pela LFCA, escrevendo que, além do trabalho de alfabetizar as populações, se colocava a questão de garantir a este sujeito a frequência, atrapalhada pela pobreza. Junto ao processo, os envolvidos deveriam dar atenção às caixas escolares, que garantiriam o auxílio aos alunos, O processo educativo contido nos planos da LFCA e nas considerações de Palmier não percebia o processo educacional inerte, flutuando acima das condições sociais de um povo. A segunda coisa que as campanhas contra o analfabetismo nas regiões fluminenses vão forjar em Palmier é o envolvimento em movimentos empreendidos pela sociedade em áreas em que o Estado ainda não havia assumido sua condução, ou era nítida a despreocupação. As campanhas

---

<sup>10</sup> PALMIER, Luiz. Caixas Escolares. *O Fluminense*, Niterói, p.1, 17 jul. 1916.

da Liga Brasileira e das diversas Ligas estaduais e municipais surgidas a partir daquela, vão ser fruto da iniciativa da sociedade civil em assuntos descritos como nacionais. Tais engajamentos vão oferecer aprendizado tanto aos que foram sendo alfabetizados como ao jovem estudante de medicina. Era um momento de gerência precioso na formação do homem de ação que foi Palmier. O médico foi um dos principais escritores nos jornais que publicavam assuntos sobre a liga (*O Fluminense*, *O Paiz*, *O Arealense*, *A Noite* e o *Sapucaense*). Formulou análises de dados, como as que demonstram a disparidade entre frequência e matrícula nas escolas, foi intérprete e articulador de leis, acompanhando e apresentando idéias ao projeto do deputado José Augusto (em 1918) sobre a modificação do plano geral de ensino e criação do Conselho de Ensino<sup>11</sup>. Participou ativamente da criação de ligas locais e esteve envolvido na organização de encontros, como o que ocorreu em 1916, com o tema “Família, Escola, Pátria”<sup>12</sup>, evidenciando que as campanhas pela instrução foram uma caixa de ressonância de muitas aspirações e congregaram diferentes grupos, estabelecendo consonância entre a iniciativa da sociedade civil e o interesse do governo em assumir a condução de algumas tarefas no Estado do Rio de Janeiro. Esta etapa marcou sua figura ainda em formação de homem de ciência e projetou seu nome a outras iniciativas em prol do progresso. Em 1919, junto com vários membros da sociedade civil de São Gonçalo, inicia mais uma campanha: a criação de um hospital no município. As práticas, modos de se comportar política e intelectualmente e estratégias vivenciadas nas ligas foram-lhe de grande serventia. O aprendizado nas campanhas civilistas ele o usará como capital político com que conduzirá os trabalhos da associação para construção do hospital, com uma série de estratégias muito próximas às executadas pelas Ligas: interligando parceiros, servindo-se dos jornais como vitrine e atuando e se equilibrando entre os governos para que estes ajudassem e não atrapalhassem.

Dizer que, em 1919-1920, ao final do envolvimento mais intenso com as campanhas para alfabetização dos brasileiros, o que viria a ser Palmier já estava

---

<sup>11</sup> Palmier participou da comissão da LFCA que analisou o projeto e estava incumbida de propor medidas. A comissão era formada ainda por Ramon Alonso, Jonathas Botelho e o professor Vieira da Rocha. Combate ao analfabetismo. *O Fluminense*, Niterói, p.1 28 mai. 1917.

<sup>12</sup> Nofuentes (2008) relaciona as atividades da LFCA com as campanhas cívicas da época, incluindo nelas as ligações com a Liga de Defesa Nacional, presidida por Leopoldo Teixeira Leite (também Presidente da LFCA).

formado é imprudente. Era na ocasião o jovem médico. Muito ainda estava por vir, suas características políticas e intelectuais seriam demonstradas ao longo dos anos. Já havia, no entanto, começado pela alfabetização o seu envolvimento em projetos que aperfeiçoariam o brasileiro. Outros vieram nas décadas seguintes nos campos da saúde e da educação que nos ajudarão a montar um retrato o mais nítido possível deste médico social eugenista no transcurso deste estudo. Por enquanto, continuarei a discutir a educação, este elemento indispensável e de múltiplos usos para forjar um Brasil moderno.

### 3.2 As linhas da educação para um eugenista

(...) Para agora proponho conversar com os nobres colegas sobre o problema educacional máximo do Brasil, na sua complexidade compreendido a **cultura intelectual, a cultura cívica, a cultura physica e tecnico-profissional do nosso povo**[grifo meu](ACERJ. 1935: 50).

Também pretendo seguir a presente conversa por estas linhas. E ao final juntar os fios e dar os nós para entendermos a trama no tecido social que Palmier quis montar. Proponho discutir cultura cívica e cultura física, interpretando-as como conjugadas e por isso devendo ser pronunciadas dentro de certa unicidade, e depois educação técnico-profissional. Cultura intelectual não será tratada com mais intensidade por considerá-la em parte pronunciada quando faço a introdução do pensamento educacional de Palmier em seu tempo. Não pretendo discorrer sobre ela em uma análise em separado, por considerá-la como elemento interno do projeto, constituinte do que haveria de ser feito dentro do conjunto de aquisições muito próprias, e que Palmier desenvolveu com muito mais intensidade (cultura cívica, física e técnico-profissional). Por isto, atendo-me a perceber a cultura intelectual primeiro como uma demanda humanista deste projeto eugênico e, em segundo lugar, como instrução e aquisição básicas de elementos da língua nacional, da matemática e da cultura ocidental de escola, que encapavam todas as ações. Entendo, então, que a cultura intelectual fazia parte de todas as etapas, iniciada



com a necessidade de se alfabetizar e dar instrução às camadas populares. Esta visão está de acordo com o seu otimismo pedagógico e o de sua geração, presente em toda parte do seu projeto eugênico, que envolvia a educação. Não a subestimo. Afinal, existe um testemunho de participações em reuniões e celebrações em espaços onde esta cultura intelectual era primeiramente ministrada: a escola. Ao olhar este assunto no conjunto documental do médico, é fácil tratá-lo como abrangente e pulverizado em múltiplas partes. No entanto, Palmier foi muito econômico em discorrer e apresentar uma defesa assídua em seus textos, especificamente quanto à cultura intelectual. Fez-se no entanto, presente em espaços e eventos onde se operava este tipo de cultura, deixando registrados em sua coleção fotográfica eventos tais como os que ocorreram no Grupo Escolar Nilo Peçanha, Colégio São Gonçalo, Ginásio Orlando Rangel e Escola Típica Rural Júlio Lima, tanto quanto em celebrações com este caráter, como as da Cruzada Nacional de Educação em 1938.

As fotos escolhidas para serem notas da sua prática no que se refere à cultura intelectual evidenciam uma conduta muito próxima daquela iniciada nas campanhas pela alfabetização: estar próximo de locais, iniciativas e celebrações de instrução.

A homenagem à professora Albertina Campos faz parte, neste sentido, de uma conduta comum de Palmier. O discurso em meio a crianças em pé, desatentas a ele, em sua maioria, e em compensação encantadas pelos equipamentos fotográficos que registravam aquele momento, dá conta que os espaços ou reuniões que envolviam a aquisição de cultura intelectual foram sempre estimados, faziam parte da base do ensino de um tipo integral de homem em que o eugenista Palmier estava a fim de investir. São 28 imagens, que tratam de momentos como a Semana da Criança, homenagem ao dia dos professores, conferências e exposições escolares.



CLP\_EDU\_INS\_07. Homenagem prestada à professora Albertina Campos nas dependências do Grupo Escolar Nilo Peçanha, do qual foi diretora por mais de trinta anos. À mesa, da esquerda para a direita: 1ª, Odisséia Silveira de Siqueira; 2ª, professora Albertina Campos; 4º, Luiz Palmier; 5º, Belarmino de Mattos, 12/10/1941.



CLP\_EDU\_EVE\_15 Cruzada Nacional de Educação. Vista do auditório do ginásio da Faculdade de Direito de Niterói tomado por alunos de diversas instituições de ensino. Sentado, no canto inferior direito: Luiz Palmier<sup>13</sup>, 1938.

<sup>13</sup> Palmier foi presidente da diretoria da seção fluminense da Cruzada Nacional de Educação no ano de 1938.

A presença na Cruzada Nacional de Educação marca o comparecimento a outros espaços de engajamento em prol da aquisição de uma cultura das letras pelos brasileiros. Guardadas as proporções, tem semelhanças com o engajamento intelectual ocorrido nas Ligas dos anos de 1910-1920. A diferença é que, nesta ocasião, a instrução do brasileiro já havia sido incorporada a uma estrutura de governo (Carvalho, 1989).

A encenação de uma grande sala de aula composta por alunos e homens que emprestavam o seu tempo a reuniões que tratavam da educação como grande oportunizadora do progresso para o país, sentados na arquibancada do ginásio e em carteiras dispostas na quadra de esportes da Faculdade de Direito em Niterói, com a presença do Interventor Amaral Peixoto, a quem se entregaria uma bandeira nacional. A ocasião marca também a posse da diretoria da Cruzada, da qual Palmier era presidente. Produzia-se ali uma imagem de fazer do Brasil uma grande sala de aula para espargir uma cultura das letras na população.

Palmier argumentou que o Estado do Rio de Janeiro já havia feito algo em relação à cultura intelectual, o que explica a ausência de críticas diretas e o apoio às campanhas por instrução.

Verdade é que nosso Estado não tem se descurado da instrução popular sob suas diversas formas. Também não é menos notório o desenvolvimento, nos últimos anos, ao lado do ensino primário, do ensino superior e secundário.

Os estabelecimentos de ensino secundário multiplicam-se pelos diversos municípios do Estado; as Escolas Normais estão localizadas nas principais cidades. A confirmação das iniciativas culturais no Estado do Rio de Janeiro, podemos tê-la citando primeiro o centenário da Escola Normal de Niterói, no momento atual em comemoração. Foi a primeira Escola Normal fundada no Brasil. Trata-se de uma prova exuberante de que, há cem anos, já o Estado do Rio de Janeiro cuidava com carinho, desse problema primacial que é a cultura do povo, fundando escolas de professores para colher estes frutos, ótimos, sazonados durante um século(ACERJ,1935: 503,504).

Mais tarde, em 1952, continua o tom de que já houve ações em torno da educação que colaboraram para resolver um ou outro problema. Notemos que eram dois momentos separados por 17 anos e variadíssimas formas políticas e ministérios que se passaram, mas continua a mesma afirmativa. Em reportagem que critica a morosidade

de um plano ordenado e duradouro em relação à “educação profissional”, Palmier diz: “é incontestável o progresso alcançado pela instrução no Brasil nos últimos anos”<sup>14</sup>.

O médico poderia considerar também que o assunto já estava sendo cuidado por intelectuais pedagogos, o que lhe fazia reordenar seu olhar e suas ações para outros aspectos que produziram muito mais interferência, e que escolho ver com mais vagar. No entanto, acrescento à soma do seu projeto cultural intelectual para construir a equação do seu sujeito eugênico. Desta forma, cultura intelectual + cultura cívica + cultura física + cultura técnico-profissional = sujeito pleno. Não subverto as explicações aos meus interesses; prefiro olhar além do cultivo de gostos e aquisições intelectuais (leitura, expressões artísticas, as humanidades à época), e buscar um diálogo entre os documentos do médico e a historiografia sobre o movimento eugenista em seu tempo, demonstrando algo que eles pretenderam ensinar nos prédios e espaços educacionais: uma cultura higiênica e eugênica. A alfabetização, primeira etapa do projeto que considero ser o de aperfeiçoamento do brasileiro, não aconteceu sozinha: ela veio acompanhada de outras ações nos campos da educação para favorecer a formação deste sujeito. Este capítulo usa as indicações deixadas por Palmier sobre educação. Estas são as suas linhas. Nem todos os eugenistas rabiscaram as mesmas ações, mas houve certamente muito mais escolhas semelhantes do que diferenças. Vale, por ora, reconstruir dimensões dos campos a que ele creditou importância para formar este sujeito eugênico, levando-nos a pensar em algumas coisas: Qual o conteúdo deste sujeito eugênico? Quais os esforços e práticas para se criar este tipo de “criatura”?

A educação, sob as mais variadas modalidades, representa a maior conquista dos povos cultos. Por isso mesmo, representará sempre a máxima obrigação das sociedades organizadas das nações compenetradas da sua missão civilizadora. Todo o empenho, as forças maiores e todos os esforços, bem como as energias conjugadas, devem ser colocados em função dos problemas educacionais.<sup>15</sup>

Educadores e intelectuais esforçaram-se em escrever e participar do debate para criar condições favoráveis ao desenvolvimento de uma escolarização necessária ao país que constituía uma pregação nacionalista, que acentuava a importância da escolarização

---

<sup>14</sup> PALMIER, Luiz. Ensino profissional. *Correio Gonçalense*, São Gonçalo, p.2, 14 dez. 1952.

<sup>15</sup> PALMIER, Luiz. Educandários Gratuitos, *Correio Gonçalense*, São Gonçalo, p.3 e 4, 22 nov. 1953.

como grande problema nacional, “pois, educando-se o povo, automaticamente estariam resolvidos os problemas da sociedade brasileira” (NAGLE. 1976: 265).

À educação era creditada uma responsabilidade pelos rumos da modernidade do país e os projetos políticos envolvidos nesta construção. O discurso sobre educação tornou-se um centro de ressonância para diversos intelectuais recrutados das mais diversas áreas.

### 3.2.2 Cultura cívica

Se o analfabetismo criava um ignorante total, um doente do ponto de vista dos homens que formulavam explicações pela perspectiva médica, cabia à educação, na qual os médicos formulavam propostas, ajudar a formar sujeitos eugênicos. “Como a eugenia lamarkiana não traçava uma dicotomia simples entre ‘natureza’ e ‘cultura’(...), poder-se-ia presumir que melhoras na formação implicariam melhor adequação hereditária ao longo do tempo” (STEPAN. 2004:348).

O termo “raça” extrapolava, para muitos dos nossos médicos, o discurso meramente biológico-físico-genético. Por isso, fomos diferentes. Não pretendíamos conter a propagação da “raça degenerada” ou de uma de degenerados (compostas por mestiços e mulatos)<sup>16</sup>. O que ele (Palmier) queria era conter os elementos degenerativos que rondavam a nossa raça, a “raça brasileira” (branca, negra, mestiça e mulata). Isso fez com que em sua tarefa de aperfeiçoar a raça, passasse por um conteúdo político, cultural e social que empurrava muitas das suas ações para os campos da tarefa de ordenar política e ideologicamente o povo. Como movimento social, a eugenia

---

<sup>16</sup>Para a maioria dos médicos e intelectuais que se aproximaram do eugenismo era assim, mas não para todos. Não podemos esquecer alguns nomes que não consideravam isto, tais como os de Renato Khel e Oscar Fontenelle, entre outros de um grupo pequeno, mas muito atuante segundo a historiografia sobre o tema, disposto a produzir uma reflexão mais racista(biologizada) sobre o que constringia o Brasil.

interpretava muitas das condições políticas das nações, objetivando promover ações de aperfeiçoamento.

Trato como civismo em Palmier as formas de culto e as noções de comportamento público estabelecidas pela intelectualidade nacionalista e pelos intelectuais orgânicos, bem como pelos ajuntamentos cívicos nacionalistas disciplinares que enchiam a Primeira República (Ligas, escola, tiros de guerra e escoteiros, por exemplo) com os quais o médico esteve envolvido para ensinar a “gente” a se portar como um “bom cidadão” em relação à prontidão, disciplina, controle e ordem. São estas as competências que o brasileiro deveria ter, e que o civismo buscava promover, dando resposta à nossa ordem política e econômica.

Criar um tipo de sujeito para o Estado era parte do que se deveria conseguir com o aprimoramento eugênico entre nós. Afinal, precisávamos compor o espaço da nação com elementos que pudessem atuar nas formas econômicas, políticas e culturais, sendo patriotas e que permitissem um manejo. Veja o que dizia um dos manuais da década de 1920.

#### DEVERES CÍVICOS

(...) O dever de cada um é de acordo com sua idade e posição no meio social e na família. Desta sorte não há que possa dizer que não tenha deveres a cumprir para com os seus e para com a sua pátria.

Tu que ainda é pequenino, já tens uma serie de pequenos deveres que te são impostos, taes como obedecer aos teus Paes e superiores, ajudar a mamãe nos trabalhos domésticos, orientar e guiar teus irmãozinhos menores, estudar e muitos outros (...) bem cumprindo-os, observas teus deveres e te preparas para ser útil a tua pátria que muito precisará de ti. Assim como tu tens maninhos mais velhos, ou mais novos, também teem obrigações relativas a sua idade. Outro tanto se dá com tua mamãe, cuidando de ti, de todos e de tudo que diz respeito a vida domestica, com teu papae que procura angariar os meios para as despesas da casa. Agora reflete e observa o transtorno que advirá se algum faltar com o dever que lhe cabe (...).

Ora, assim também na sociedade. Todos nós temos deveres a cumprir perante a nossa pátria e esses bem observados é que fazem a sua perfeita unidade e engrandecimento.

Os deveres para com a pátria constituem uma garantia para nós mesmos; assim, por exemplo, defendendo-a, nos defendemos, procurando manter inviolável aquillo que nos pertence; respeitando as leis do paiz em que vivemos nós garantimos a tranqüilidade (...) não haverá questões para distúrbios ou questões de qualquer natureza; pagando impostos fixados por lei nós cumprimos um dever por ser uma lei (...).

E' ainda dever do bom cidadão, do bom patriota, concorrer com o seu voto para a escolha criteriosa dos governantes e legisladores de seu paiz (...).

E' justamente em tudo isto que consiste a defesa da pátria, porque estudando, trabalhando, escolhendo um bom governo, etc., de todas as formas defendemos nossa pátria, porque a preparamos, tornando-a forte, poderosa e resistente, e age com muito mais efficacia aquelle que previne do que aquelle que remedeia (GIL. 1926: 69,70 e 71).

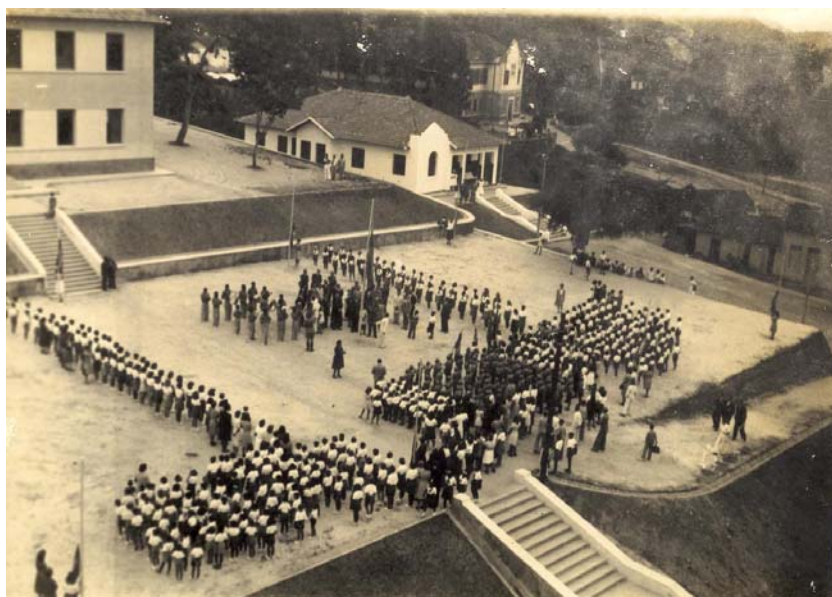
O discurso da medicina que se estabelecia nestes campos era aceitável, pois congregava muito do que a elite política queria ouvir. A própria medicina chamava para si a tarefa de ser conformadora da vida social, e a ciência da melhora da raça entre nós também foi usada para normatizar não só o discurso sobre saúde, mas também o papel do cidadão, que corrobora a afirmação de Olegário de Moura, Vice-Presidente da Sociedade Eugênica de São Paulo, levando-nos a compreender hoje em dia sua frase: “saneamento-eugenia é ordem e progresso” (Moura, 1919:83).

Foram aliados desde a primeira hora do projeto eugenista membros recrutados das ligas pró-saneamento e das ligas nacionalistas. Há de se entender que estas ligas nacionalistas estão situadas no tempo. Para Stepan (2005), o nascimento das várias ligas em diversas regiões do país é fruto da experiência de envolvimento com a Primeira Guerra Mundial, da qual o Brasil foi o único país da América Latina a efetivamente participar, o que ajudou a gerar a produção de um discurso nacionalista que também abarcava a regeneração nacional. Faço-me algumas perguntas: até que ponto Palmier não esteve desde o momento de sua formação exposto a homens que compunham as várias ligas nacionalistas? Será que apenas houve um extraordinário número de coincidências entre os homens que compunham estes grupos (Miguel Couto, Afrânio Peixoto e Fernando de Magalhães, entre outros, a contar apenas os da FMRJ)? O exemplo de Leopoldo Teixeira Leite, presidente a LFCA e da Liga de Defesa Nacional, pode nos indicar que estes intelectuais dispostos a pensar o progresso do Brasil transitavam entre várias instituições. A relação de instituições onde Palmier transitou não nos indica algumas coisas? Tais como o compartilhamento de idéias, a sociabilidade, o apoio político e espaços discursivos criados por esses homens.

As práticas cívicas eram desenvolvidas em desfiles cívicos e celebrações em escolas, como as ocorridas no Colégio São Gonçalo e em homenagem à Bandeira Nacional. Aconteciam em associações cívico-patrióticas, como escoteiros e os tiros de guerra.



CLP\_EDU\_EVE\_21. Desfile cívico. Escolares do Ginásio Orlando Rangel, então dirigido por Luiz Palmier. Este Ginásio foi criado pela CNEG – Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, da qual Luiz Palmier foi Vice-Presidente da Seção Estadual, 1950.



CLP\_EDU\_EVE\_13. Vista panorâmica da solenidade comemorativa ao dia da Bandeira. 19 nov.1941.





CLP\_EVE\_DIV\_04. Festa do Tiro de Guerra, Grupo participante da festa do Tiro de Guerra 121. Da esquerda para direita vemos: 2º, jornalista Vieira de Macedo; 3º, Aquiles Vivas; 4º, Belarmino de Mattos, diretor-proprietário do jornal O São Gonçalo; 6º Brígido Tinoco, prefeito de São Gonçalo em 1940; 10º, Luiz Palmier, 1940<sup>17</sup>.

Andando tão próximos de ideias que indicavam que, saneando o mundo físico do brasileiro, se aperfeiçoaria a nossa raça, os membros do movimento eugenista brasileiro não fizeram outra coisa senão olhar a agenda política e social do seu tempo, interpretando-a e equacionando soluções. Foram responsáveis em dar uma feição científica a muitos dos assuntos que transitavam em nossa sociedade. Colocaram no bojo de muitas das ações de ciências um conteúdo social e político, relevante e perceptível nas obras de intelectuais deste grupo médico social eugenista, como Palmier. Desta forma, sanear também trazia consigo um conteúdo cívico nacionalista tão caro àquele momento.

A educação cívica não era um reforço da educação individualizada, aprimoramento cultural apenas; era uma educação que dava abrangência a hábitos como solidariedade, espírito coletivo e sacrifício, fatores vistos como fundamentais à criação

---

<sup>17</sup> Os Tiros de Guerra surgiram no contexto da campanha da Liga de Defesa Nacional e do ingresso do Brasil na I Guerra Mundial. Eram organizações civis de cunho militar que foram vinculadas ao exército brasileiro como forças de apoio. Em São Gonçalo, o primeiro foi o Tiro 555, surgido em 1918. Com sua desincorporação, surgiu o Tiro 121, que instituiu uma escola e formou mais de 160 membros até 1940, quando era presidido pelo diretor-proprietário do jornal O São Gonçalo, Capitão Belarmino de Mattos. Nota-se, ao centro, um quadro com a fotografia de Getúlio Vargas e abaixo uma bandeira do Brasil.

de uma nacionalidade. O culto cívico era uma das funções da educação, através dos professores, usados na tarefa de distribuir valores simbólicos. Em 21 de abril de 1953, estudantes e a direção do Colégio São Gonçalo, além de intelectuais de várias matizes, identificados no texto como “grandes mestres das artes e das letras”<sup>18</sup>, usaram o rádio (rádio Mapinguari) para, nas palavras de Palmier, aprimorar a educação do povo gonçalense. Segundo ele, a escola deveria contribuir para aumentar o grau de patriotismo do povo brasileiro por meio de elementos que exaltassem os heróis nacionais, as datas e os monumentos dos bons homens e mulheres empenhados nas causas beneméritas. Os aplausos contidos no texto evidenciam que o heterogêneo grupo de intelectuais creditava ao servidor da educação um papel destacado na estratégia pedagógica de dar uma identidade de nação, na inoculação do civismo nas camadas da população brasileira. O mesmo cuidado e devida deferência ao profissional da educação é comum em seus textos e nas defesas que empreendeu na ACERJ e na ALERJ buscando melhorar os salários, condições de trabalho e aposentadoria diferenciada de homens e mulheres descritos como “humildes” e “esquecidos”. Como vemos, Palmier e outros intelectuais eram dependentes da educação e dos espaços onde o processo pedagógico se realizava; sabiam muito bem medir a necessidade dos educadores nos projetos políticos e sociais em que estavam envolvidos. Por isto, ora os exaltavam, ora se portavam eles próprios como educadores:

Em esfera mais humilde, embora por isso mesmo não menos dignificante. Assim estão atestando a garantia de um futuro que não está longe todos esses colaboradores diretos do combate à ignorância – representados pelo que há de mais distinto no magistério do nosso estado e mesmo de todo o país.

Colaboradores esquecidos de todos os tempos que aí estão representados em dezenas de escolas estaduais, outras tantas municipais e não pequeno número de estabelecimentos particulares de todos os gêneros. Glória, pois, aos que pontificam nas cátedras instruindo e educando!<sup>19</sup>

O civismo em Palmier deveria fazer parte de todas as horas, ensinando no lar, e principalmente na escola, matéria e práticas direcionadas à infância. O conceito esteve

---

<sup>18</sup> PALMIER, Luiz. Comemorações cívicas. *Correio Gonçalense*, São Gonçalo, p. 01 e 04, 17 mai 1953.

<sup>19</sup> PALMIER, Luiz. São Gonçalo do Futuro: Novo Rumo. *A Gazeta*, São Gonçalo, p.1, 29 ago.1920; p.2, 05/09/1920.

presente nas discussões da década de 1920-1930, evidenciado por correntes das forças armadas, principalmente por elementos do exército e da sociedade civil. Estes elementos ainda estavam ativos para o médico fluminense quando escreve alguns textos para o “Correio Gonçalense” entre 1952 e 1953 nos quais expõe algumas idéias sobre a nação e o povo que ocuparia o seu espaço territorial.

Falo da década de 1950, nesta parte do capítulo, por notar na escrita de Palmier uma intensidade em tratar de forma direta o civismo em seus textos neste momento: O “código do bom cidadão”<sup>20</sup> e “Comemorações cívicas”<sup>21</sup>. A narrativa fotográfica demonstra uma continuidade dos grupos e cenas de ordenamento, ainda contendo escoteiros e estudantes em sua coleção de imagens. Este esforço em tratar o assunto em sua escrita de forma direta tem ligação com a diminuição da força que o aparato persuasivo autoritário de culto patriótico montado no Estado Novo por Vargas havia sofrido. Palmier persistia na consideração que repousava nas mudanças do ambiente social e físico em que as populações brasileiras viviam o aperfeiçoamento, insistindo em manter o civismo em sua lista de medicamentos que melhorariam a gente do Brasil.

No final de década de 1940, no entanto, ele visualiza como mais eficiente uma união muito propícia ao seu projeto: congregar civismo e cultura física. Se ambas as ações precisavam ser exercitadas para se formar este sujeito eugênico, por que não correr juntas? Não sendo uma novidade tal união<sup>22</sup>, vale pensá-la a partir das linhas que ele se esforçou em traçar.

“Médico educador”, está aí uma boa forma de se referir a Palmier, e não só a ele. O termo foi cristalizado no livro de biografias médicas que Fraga (1941) escreveu. O termo, tal qual o livro quis cunhar, referia-se a um grupo de médicos com destacada participação no ensino superior, como legisladores de políticas educacionais para o país e homens envolvidos nas campanhas de instrução do início do século XX. Alguns nomes participaram da formação do autor e eram componentes da rede de sociabilidade de Fraga, o que explica o tom de homenagem da obra.

---

<sup>20</sup> PALMIER, Luiz. Código do bom cidadão. *Correio Gonçalense*, São Gonçalo, p. 1 e 4, 15 mar. 1953.

<sup>21</sup> PALMIER, Luiz. Comemorações cívicas. *Correio Gonçalense*, São Gonçalo, p. 1 e 4, 17 mai. 1953.

<sup>22</sup> Desde a década de 1920, já se estabelecia uma linha de ação muito próxima entre civismo e educação física como apresentado nos trabalhos de Nagle (1976), Ribeiro (1982) e Filho (1988).

Em 1948, Palmier resolve parafrasear o título do livro de Fraga e, além do tom de homenagem, evidencia algumas concepções do movimento médico social eugenista e ainda define quais são os exemplos que considera quando o assunto era a ação de condução de parte do projeto pela educação.

O texto escrito no jornal *O São Gonçalo* foi feito com o objetivo primeiro de homenagear Oscar Clark, que havia falecido pouco tempo antes da publicação. Este, no entanto, pode ser lido por algumas outras linhas para lhe fazer algumas outras conexões. Entre elas a defesa do médico educador: Creio que já devêssemos tratá-los (os médicos) como “primeiros educadores”, se formos pensar na puericultura e para também nos habituarmos a esta dimensão exposta no próximo capítulo. “Talvez nem todos os educadores e muito menos os educandos tenham atentado bem na atuação constante e eficiente do médico na sua ação continuada de educador”<sup>23</sup>. O texto é escrito contendo uma crítica à visão mercantilista de alguns médicos e reafirma o modelo benemérito de médico articulado pelos locais de formação entre o final do século XIX até as primeiras décadas do século XX (Gondra, 2004) e (Madel, 1979). Deixa transparecer a conduta teórica que vê nas transformações do meio social uma forma de influenciar o aperfeiçoamento da população brasileira.

Serão assim todos os médicos, salvo aqueles poucos que mercantilizando a profissão não tiveram oportunidade de atentar a sublimidade do sacerdócio e **maravilhas de uma continuada e benéfica influência sobre o meio social** (grifo meu)[...]. A Escola de bondade e filantropia seguida e orientada por Miguel Couto, continuará sempre a ter adeptos, formando legiões de sábios, de mestres e de apóstolos, felizmente em grande maioria, para elevar ainda mais alto o nome da ciência e de uma classe com reais serviços à humanidade sofredora<sup>24</sup>.

O texto segue tecendo elogios a Clark e demonstra o quanto Palmier identifica o médico com a medicina social eugenista que ele próprio praticava. Enumerando algumas ações realizadas pelo homenageado e dando o tom do que o entusiasmava entre as principais, Palmier chama a atenção para as escolas-hospitais e clínicas escolares relacionadas categoricamente como conquistas da medicina social.

---

<sup>23</sup>PALMIER, Luiz. Médicos educadores: Professor Oscar Clark. *O São Gonçalo*, São Gonçalo, p. 2, 22 fev. 1948.

<sup>24</sup> Ibidem. p.2.

Acompanhei durante as últimas décadas essa trajetória brilhantíssima do médico educador e foi com desoladora surpresa que recebi a notícia de haver calado mais essa voz das poucas que em nossa terra procuram implantar idéias sadias e novos princípios relacionados esses e aqueles com o aprimoramento da raça e as conquistas relativas à saúde do nosso povo<sup>25</sup>.

Pretendo refletir mais sobre Clark<sup>26</sup> no próximo capítulo, identificando seus exemplos, como era ele percebido e quais conjugações de idéias o seu trabalho ofereceu a Palmier nas áreas da saúde. Por ora, vale elucidar outros campos a partir das indicações deixadas neste texto de jornal. Esta matéria tem um conjunto de informações extraordinárias para o estudo sobre Palmier, demonstrando quem o médico social eugenista valorizava como participante das causas médico-sociais que desenvolvia. Seus

---

<sup>25</sup> PALMIER, Luiz. Médicos educadores: Professor Oscar Clark. *O São Gonçalo*, São Gonçalo, p. 2, 22 fev. 1948

<sup>26</sup> Vale, no entanto, escrever algumas linhas sobre Oscar Castello Branco Clark, contentando-nos em ficar nos pontos que emprestam a este trabalho algumas informações como sendo um dos nomes do grupo de apoio intelectual de Palmier. Uma pormenorizada apresentação de Clark seria de todo impossível pelas centenas de textos que escreveu, inúmeras atividades e associações de que participou, pela sofisticação médico-social do seu trabalho e o ineditismo de trabalhar com fontes relativas a ele.

Oscar Clark entrou na FMRJ como professor substituto de clínica médica apresentando a tese para concurso intitulada “Syphilis e estômago” (Clark, 1919). Ou seja, um ano depois da possível saída de Palmier da FMRJ. O médico era filho de James Frederick Clark, importante empresário inglês no Piauí, casado com Ana Gonçalves de Castello Branco, cujo irmão, Frederico Castello Branco, foi um importante diplomata lembrado pelo período na embaixada da França entre 1944-1948 (DHBB. 2001:1371). Oscar Clark radicou-se no Rio de Janeiro a partir de sua formação na FMRJ, publicando inúmeros livros. Dentre os que traçaram uma linha de influência maior com outros médicos sociais temos: *O Século da Criança* (1940) e *Jardins de Infância e Escolas Hospitalares* (1943). Nestas obras, o médico elaborou um estudo sobre a hospitalização do educando para favorecer a melhora da raça. Este estilo educacional eugênico tinha como princípio a separação do educando dos elementos deletérios encontrados na família da criança e nos espaços onde convivia. É notabilizado nos meios médicos pela extensa escrita médica e pela montagem, em Araruama (RJ), em 1929, do Hospital-escola José de Mendonça e da Clínica Escolar Oscar Clark no Rio de Janeiro (DF) em 1934. Em 1940, seu nome aparece como chefe do Serviço de Escolas Hospitalares do Distrito Federal.

Clark fazia parte da rede de sociabilidade de Palmier, a julgar pela sua participação na Semana da Criança de São Gonçalo em 1939, promovida pelo médico gonçalense.

Os gonçalenses não devem ter esquecido a oportunidade feliz de terem ouvido a palavra erudita e convincente desse mestre Ilustre, quando por ocasião da “Semana da Criança” de 1939, realizou uma belíssima conferência sobre o tema médico-social (...). Foi das mais belas lições de civismo e das mais brilhantes das palestras educacionais entre muitas já realizadas em nosso meio, na Semana da Criança e em outras solenidades”. PALMIER, Luiz. Médicos educadores: professor Oscar Clark. *O São Gonçalo*. São Gonçalo, p. 1, 22 fev. 1948.

Como disse anteriormente, Clark fazia parte de um grupo de médicos eugenistas que Palmier validava como exemplo. Isso nos traz a percepção do núcleo de ações muito próprias que alguns deles tomavam e empolgavam o médico. Podemos dizer que eram da “turma de Palmier”.

nomes indicavam muito sobre o próprio projeto médico-social que ele executava, pois cada médico citado empresta dimensões do próprio movimento eugenista relevantes de serem percebidas para alcançarmos a compreensão do papel que Palmier desempenhava.

Pela primeira vez deixarei patente o conceito, alias personalíssimo, quando, ao relacionar as figuras marcantes de brasileiros educadores, coloquei no mesmo plano e no primeiro, entre os milhares dos nossos patrícios, assim dedicados à causa da educação das massas, os nomes de Oscar Clarck, Oswaldo Diniz Magalhães e Renato Kehl, sem favor, dos que mais têm trabalhado, nos últimos tempos, por essa mesma causa <sup>27</sup>.

A minha escolha de apontar que existia uma unicidade, um interesse entre educação cívica e educação física no pensamento de Palmier, foi motivada por uma referência existente neste texto de 1948. Conjugação educação cívica e educação física tem razão de ser em função da referência a Oswaldo Diniz de Magalhães neste artigo de jornal. Achei por bem entendê-las juntas, como, aliás, Palmier também as considerava.

A educação física era uma lógica pró-saneamento e antidoença, que vai favorecer um sujeito aperfeiçoado no horizonte. Tal intenção aponta para uma política de saúde e de bem estar social, não restritiva, ou seja não inatista, interessada em fomentar a extinção da degenerescência sem ligar isto a uma condição imutável (imóvel em relação às mudanças pretendidas). O aperfeiçoamento, desta forma, estava aberto a todos os de nossa raça. A educação era uma via natural e supervalorizada em Palmier. Fazia parte do núcleo duro de suas propostas e práticas, a serem desenvolvidas nos espaços escolares e em diversos outros. A cultura física estava ligada à aquisição de hábitos saudáveis, modos, manutenção da prontidão, formas de agir e disposição física para o trabalho, compondo o conjunto de ações para a reforma do sujeito que era a parte principal deste ambiente descrito como degenerado.

A citação do nome de Oswaldo Diniz<sup>28</sup> dá, mais uma vez, demonstração de sua forma de pensar a eugenia, que via as ações de aperfeiçoamento da saúde do brasileiro

---

<sup>27</sup> PALMIER, Luiz. Médicos educadores: professor Oscar Clark. *O São Gonçalo*. São Gonçalo, p. 1, 22 fev.1948.

<sup>28</sup> Oswaldo Diniz de Magalhães nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 15 de outubro de 1904. Foi o promotor do programa radiofônico A Hora da Ginástica (1932-1983). Iniciado na Rádio Educadora Paulista na década de 1930, foi transmitido ou retransmitido ao longo dos anos pelas Rádios Globo e Ministério da Educação, tendo sido veiculado até 1983 pela Rádio Rio de Janeiro. Diniz iniciou o contato

como positivas. Diniz não era médico, o que nos leva a considerar que o projeto de educação eugênica se fazia por parcerias e junções de idéias. Foi um dos popularizadores da prática física racional no Brasil. Tinha um programa chamado “A Hora da Ginástica” que acordou durante 51 anos às seis horas da manhã os interessados na conduta de prática de exercícios com a frase: “bom dia, radioginastas”<sup>29</sup>. O contato com a figura de Diniz aponta que a educação eugênica extrapola a aquisição de uma conduta física que favoreça a saúde tão somente, estando inserida também em uma educação que concretizasse uma identidade moral e cívica brasileira, em consonância com os princípios de segurança, patriotismo e eugenia da raça (Filho, 1988). Por hora vale lembrar como a prática de exercícios organizados foi usada também para transmitir em uníssono estes dois tipos de cultura tão caros às linhas de Palmier: cultura física e cultura cívica. A própria análise da história e dos impressos do programa informa as linhas de objetivos da “A Hora da Ginástica”: modelar hábitos de uma maneira muito próxima àqueles das campanhas da Liga de Higiene Mental e do Instituto de Amparo e Proteção à Infância (IPAI), tais como a abstinência de álcool e de tabagismo, e fomentar uma mentalidade preventiva em saúde por meio de uma dietética.

Observar esta ligação entre aperfeiçoadores torna-se importante, pois Palmier fará outras referências a Diniz, importantes de serem percebidas no bojo desta cultura cívica e de conduta moral incentivada.

Uma das formas era modelar os hábitos em sociedade produzindo um cidadão que respeitasse uma série de condutas morais, modos de agir, cuidados e sentimentos,

---

com a educação física no instituto técnico da Associação Cristã de Moços Sul-Americanos, onde realizou o curso de formação superior oferecido pela instituição em 1924. Os primeiros três anos do curso foram realizados no Rio de Janeiro e o quarto e último ano em Montevidéu, no Uruguai, em 1927. O diploma só foi oficialmente reconhecido em 1933, após estágio na escola de educação física do Exército.

O programa A Hora da Ginástica foi pensado ainda no Uruguai, em virtude dos estudos de caso do Brasil que demonstravam o baixo nível de saúde da população, pouca aplicação das atividades físicas e os precários recursos técnicos e pedagógicos, Carvalho (1994).

A ginástica foi a base do programa radiofônico e deveria se completada pelos mapas de exercícios, em número de 4, que acompanhavam o suplemento vendido em bancas de jornais ou enviados pelos correios.

O programa tinha um uniforme, um emblema e um hino da ginástica pelo rádio, de letra e música do próprio Diniz. O programa era retransmitido por algumas associações de rádios ginastas formadas a partir do convencimento sobre a necessidade de uma prática física ordenada, cuidados com saúde, higiene e civismo propostos pelo programa.

<sup>29</sup> Sobre a vida de Diniz e o programa A Hora da Ginástica, consultar a obra de Carvalho(1994).

meta também perseguida pela intelectualidade modernizante. Uma destas tentativas estava em fazer com que o brasileiro respeitasse um conjunto de normas morais e cívicas e nesta tentativa costura-se mais uma referência entre estes dois intelectuais, agora através do “Código do Bom Cidadão”, divulgado no suplemento da “Hora da Ginástica” que Palmier não apenas cita, mas divulga no periódico local *Correio Gonçalvesense* um resumo dos mandamentos ali contidos. A série de primícias foi retirada por Oswaldo Diniz do Código do Bom Cidadão Americano escrito em 1916 por William G. Hutchins em 1916 e dão as seguintes dicas a quem quiser ser um “bom cidadão”.

Em nosso país, o eminente educador, professor Oswaldo Diniz Magalhães, procurando sempre ser útil aos seus milhões de alunos da “Hora da Ginástica” e ainda aos brasileiros, em geral, procurou adaptar o mesmo Código, com amplitude para um “Código do Bom Cidadão” (...)

“Código do Bom Cidadão”.

Lei do Domínio de si mesmo – O bom cidadão tem domínio sobre si. Aqueles que melhor se sabem governar servem melhor à sua Pátria.

Lei da Boa Saúde – O bom cidadão procura conservar seu bom estado de saúde.

Lei da Bondade – O bom cidadão é caridoso.

Lei da Camaradagem – O bom cidadão é leal nos seus negócios.

Lei da Confiança em si mesmo – O bom cidadão deve ter confiança em si mesmo.

Lei do Dever – Um bom cidadão cumpre o seu dever.

Lei da Confiança – O bom cidadão confia.

Lei da verdade – O bom cidadão é verdadeiro.

Lei do Serviço Bem Feito – O bom cidadão procura cumprir o seu dever de modo perfeito.

Lei da Cooperação – O bom cidadão coopera amavelmente com seus semelhantes. Um indivíduo só não seria capaz de construir uma cidade ou uma estrada de ferro.

Lei da Lealdade – O bom cidadão é leal. Se quisermos o nosso país maior e melhor, seus cidadãos devem ser leais, cheios de devotamento e fé em tudo na vida, repletos de coragem e ciosos de sua honra<sup>30</sup>.

---

<sup>30</sup>PALMIER, Luiz. Código do bom cidadão. *Correio Gonçalvesense*, São Gonçalo, p. 01 e 04, 15 mar. 1953.



Os pontos do código resumidamente tratados por Palmier na matéria jornalística compõem um cidadão saudável, sempre a postos, solidário e patriota, refletindo um sujeito ordeiro, que ao longo do tempo os homens de governo e a intelectualidade modernizante se empenharam em criar.

O civismo, considerado como uma dimensão natural desta pedagogia de Estado, permitia a aproximação e a efetivação de inúmeras medidas para estes modeladores de uma identidade nacional. O pertencimento poderia ser medido através da aceitação das linhas gerais deste código. Logo, o sujeito “sem domínio de si” e “sem saúde”, entre outras posturas que o código exigia, não eram “bons cidadãos”. O código então pode ser percebido como regulador e paramento do projeto educacional e de saúde implementado por Palmier para aperfeiçoar o Brasileiro, tornado como que checagem geral dos itens que este deveria ter adquirido ao final do processo.

O Programa de Oswaldo Diniz de Magalhães trouxe algumas sensações a Palmier não negligenciáveis. Primeiro, o rádio era uma ferramenta de extraordinário valor e praticidade para distribuir muitos dos conceitos que o eugenismo brasileiro pretendeu passar, alcançando até mesmo aqueles que, por não terem o instrumento de integração que é a técnica da leitura, estavam afastados do processo de aperfeiçoamento social. Em 1953, em artigo intitulado “Religião e ginástica”, Palmier escreve a esse respeito: “Os radiouvintes distribuem-se, por isso mesmo, entre todos os valores da sociedade, incluindo entre eles, felizmente, até mesmo os analfabetos. Foi o meio mais fácil e mais prático até agora encontrado para a difusão de conhecimentos úteis”<sup>31</sup>. Neste texto aparece a última citação a este membro do grupo de apoio intelectual e de ação, a que Palmier creditava pertencimento, traçando um argumento sobre a utilidade do Rádio como instrumento de propagação de valores importantes ao nosso modelo eugenista. Ele demonstrará dois programas inseridos na tarefa de passar aos brasileiros tais informações úteis ao aperfeiçoamento.

Para os madrugadores, e somente para esses, os programas “Meditação Matinal”, e “Hora da Ginástica”, proporcionados respectivamente pelos professores Eurípides Cardozo de Menezes e Oswaldo Diniz Magalhães, às seis horas, na Rádio Nacional, e às seis e cinco minutos, nas Rádios Globo e Ministério da Educação, correspondem a esses anseios de educadores e educandos.

---

<sup>31</sup> PALMIER, Luiz. Religião e ginástica. *Correio Gonçalense*, São Gonçalo, p. 01 e 04, 14 abr. 1953.

**O primeiro ensinando religião e o segundo civismo, educação física e educação sanitária** [grifo meu] ambos completam-se nas suas elevadas finalidades e aspirações máximas de eméritos educadores.

Nobilíssimos os objetivos colimados e ainda maiores os efeitos no sentido de proporcionar sábias lições para todos os que pretendem almejar um aperfeiçoamento físico e moral. Todos os louvores a esses beneméritos educadores, os professores Eurípides Cardozo de Menezes e Oswaldo Diniz Magalhães, que proporcionam, diariamente, proveitosos ensinamentos a milhões de radio-ouvintes<sup>32</sup>.

Em segundo lugar, que a educação física deveria ser companheira de todas as horas e lugares deste sujeito a ser eugenizado intencionalmente pelo esforço de alguns intelectuais. A mera observação do suplemento da “Hora da Ginástica”, encarte vendido em bancas de jornais ou pedido pelos correios, atesta isto. Faz parte da própria história da educação física, bem como constitui uma etapa da educação eugênica/higiênica e cívica no Brasil.

O encerramento do texto de 1948, em homenagem póstuma ao trabalho eugenista de Oscar Clark, evidencia que ele pode ser entendido como uma chave de interpretação muito precisa para abrir a nossa compreensão ao projeto, os conteúdos e seus objetivos. Ajudamos a definir o modelo eugenista baseado em mudanças sociais e do meio que pretendeu implantar para a conquista da raça forte pela boa saúde. É esta afirmação deixada pelo médico que nos guiará daqui em diante em meio às críticas e supostas dúvidas, se o que ele fazia era ou não eugenia e que foram mais intensamente colocadas a partir do final da década de 1920. O que nos serve é a montagem nítida de sua fisionomia eugenista e os tipos de ações que defendia como úteis ao aperfeiçoamento desejado.

Não somente os médicos e os educadores devem à memória do primeiro uma saudosa e delicada homenagem, porque todos os brasileiros ao rendê-la devem formular votos para que os demais continuem por muito tempo nesse esforço de sempre, orientando o nosso povo nas sábias aulas, de todos os dias, **verdadeiras lições de civismo, de dinamismo, de educação sanitária; e, igualmente nos valiosos livros relacionados com a eugenia, todos com os mesmos nobres objetivos da conquista de uma raça forte, tendo por base a boa saúde** (grifo meu)<sup>33</sup>.

---

<sup>32</sup> PALMIER, Luiz. Religião e ginástica. *Correio Gonçalense*, São Gonçalo, p. 01 e 04, 14 abr. 1953.

<sup>33</sup> Ibidem. p.4.

### 3.2.2.2 Cultura Física

Pretendo avançar apresentando uma ação que o médico social eugenista receitava para o combate à degenerescência do brasileiro: a cultura física, entendida como a prática de exercícios ordenados, o hábito de uma atividade física e prática de atividades ao ar livre. A conduta física estava ligada ao interesse eugênico de favorecer o aparecimento de sujeitos hígidos, com boa saúde e bonitos: um tipo físico brasileiro. Além disso, existe um caráter social intrínseco a toda prática educacional que abarca a própria gênese e matriz teórica deste tipo de educação no Brasil, diga-se de passagem francesa também, Filho(1988). É importante definir o que a cultura física era para Palmier: parte de um projeto eugênico que poderia se desenvolver em múltiplos lugares, tais como ligas esportivas, clubes e espaços escolares. Neste sentido, vale olhar os escritos expositivos da cultura física e em seguida entrar nos campos da prática. Proponho pensar em retrospectiva, guardando uma cronologia. E por fim pensar em como, ao longo dos anos, Palmier expôs as formas de aquisição desta cultura física, que nos remete por um breve momento ainda à referência de junção da cultura cívica e da cultura física propagada por Diniz.

O assunto é tratado pela primeira vez nos textos de Palmier no ano de 1920, ou seja, há pouco saído da FMRJ e recém chegado a São Gonçalo, quando ele escreve um artigo desafiante chamado “São Gonçalo do futuro: novo rumo”. O texto estimula e abre uma reflexão sobre a conduta física ordenada em alguns trechos, estabelece-se como uma de suas práticas eugênicas e demonstra a polivalência de sua visão médico-social eugenista para o assunto. Fazendo uma prestação de contas com o passado do município, o médico traça as linhas de progresso e o dinamismo do local desde sua emancipação política e administrativa de Niterói em 1890<sup>34</sup>. É neste texto que aparece

---

<sup>34</sup> Sobre o processo de emancipação política de São Gonçalo, o trabalho de Braga (1997) dá algumas indicações.

pela primeira vez a prática de esportes ligada à evolução do indivíduo e da sociedade e os locais onde tal desenvolvimento poderia acontecer: as ligas esportivas, por exemplo.

Foi assim que o desenvolvimento físico conseguiu o máximo de evolução na terra gonçalense, que hoje mantém a 'Liga Esportiva Gonçalense' com oito clubes inscritos. Outras muitas associações esportivas ai estão também atestando todo o esplendor em uma terra onde em tempos idos vegetava sem entusiasmo uma simples associação esportiva<sup>35</sup>.

O texto merece o termo de “desafiante”, pois, além de acertar as contas com o passado, estabelece as visões do futuro gonçalense; desafia, por assim dizer, as pessoas a imaginarem o futuro tal qual o médico pinta, como também as insere no esforço de se criar este futuro, caso acreditassem no texto (na São Gonçalo do futuro). A consagração dos hábitos esportivos, o uso do espaço (ao ar livre) para a prática de atividades físicas e o lazer ordenado, eis uma visão que indicava a forma de a sociedade se portar em um futuro onde a população do lugar já teria a cultura física necessária ao aperfeiçoamento da raça dos brasileiros.

#### O futuro

O movimento esportivo não terá somente as dezenas de clubes de futebol (...), mas sim todos esses centros de cultura física e mais outros tantos clubes de tênis, regatas, waterpolo etc. As admiradas enseadas de Porto Novo, Madama e muitas outras serão cruzadas por inúmeras yoles em disputas animadíssimas, enquanto senhoritas e crianças em logradouros públicos praticarão os mais variados esportes conhecidos<sup>36</sup>.

O outro lugar em que expõe a questão, agora aliada aos espaços escolares de educação<sup>37</sup>, é a ACERJ. Na Assembléia, ele vai classificar, pela primeira vez, educação

<sup>35</sup> PALMIER, Luiz. São Gonçalo do Futuro: novo rumo. *A Gazeta*, São Gonçalo, p. 1, 29 ago 1920; p.2 05 set. 1920.

<sup>36</sup> *Ibidem*. p.2.

<sup>37</sup> A entrada da educação física nos espaços escolares no Brasil não foi pacífica, nem natural e tão pouco pode ser percebida fora dos condicionantes ideológicos que a cercaram. Vale lembrar que a prática da educação física na escola e sua valorização como disciplina pedagógica componente no currículo de ensino no Brasil, não foi isenta de disputas. Sua aceitação deveu-se à intelectualidade modernizante entre o final do Império e o início da República. O trabalho de Filho (1988) mostra a resistência das poucas instituições de ensino ainda no final do século XIX em aceitar a prática de exercícios físicos em uma sociedade que até bem pouco tempo via culturalmente o trabalho manual com uma linha direta da identidade do trabalhador escravo. O autor aponta dois movimentos que advogavam a favor de uma educação física vinculada a instituições escolares para constituir um sujeito do progresso no Brasil: as Instituições militares (Escola Militar, Colégio Militar e Escola Naval).

física como um dos componentes da educação higiênica. Lembremos que a ação para implantar tal educação (higiênica) era uma resposta às correntes mendelianas com seu discurso de higiene racial. Esta linha de atuação é esboçada, pela primeira vez, quando destaca como exemplo para as leis do Rio de Janeiro a Constituição do Pará em seu “Artigo 78 - São obrigatórias nas escolas públicas primárias cursos de educação physica e sanitária, englobando-se nestes noções geraes de hygiene que tenham por objetivo a defesa contra as doenças endêmicas e os males degenerativos” (ACERJ. 1935:178).

Vale lembrar que os eugenistas envolvidos com as práticas neolamarckianas viram a moralização de hábitos como cumprimento da tarefa eugênica. “A educação da higiene consistia, sobretudo, na aquisição dos hábitos de higiene (MARQUES. 1994:106). A formulação de uma escola eugênica/higiênica era, neste sentido, uma prática que propunha uma lenta e intencional adaptação às mudanças no meio e nos

---

A Educação Física no Brasil, desde o século XIX, foi entendida como um elemento de extrema importância para o forjar daquele individuo ‘forte’, ‘saudável’, indispensável à implementação do processo de desenvolvimento do país que saindo de sua condição de colônia portuguesa, no início da segunda década daquele século, buscava construir seu próprio modo de vida. Contudo, esse entendimento, que levou por associar a Educação Física à educação do Físico, à Saúde Corporal, não se deve exclusivamente e nem tampouco prioritariamente aos militares (FILHO, 1988:39).

Outro lugar que reunia um grupo de atuação de pensadores e artífices do progresso entre o final do Império e o início de nossa história republicana foram os espaços dos médicos sociais (Faculdades, Institutos e Hospitais). Em sua primeira empreitada, a higiênica no pós-Império e entre a construção do Estado Agrário, o autor enumera uma produção acadêmica médica que vai de 1845 até 1889. É neste momento de mudanças de regime que os higienistas interessados neste Estado agrário vão definir os pais e a família como incapazes de gerir e proteger a vida, quer dos adultos, quer das crianças. Tais agentes e instituições eram vistos como prejudiciais e passou-se a acreditar em outros lugares apontados por estes médicos sociais para a tutela dos brasileiros. A escola foi um destes lugares por excelência.

Posteriormente, houve dois momentos políticos que empurraram a educação física aos espaços escolares no Brasil: o Projeto de Lei 224, denominado “reforma do ensino primário e várias instituições complementares de instrução pública” com o parecer do intelectual Rui Barbosa, então Deputado, que deu à Educação Física um destaque singular, indicando a criação de uma sessão de ginástica nas escolas de formação de professores e a equiparação do professor de educação física aos de outras disciplinas.

O outro momento de destaque neste processo de convencimento e implantação de uma Educação Física nos programas de ensino do Brasil deu-se pela fundamentação do status científico da matéria feita por Fernando de Azevedo a partir de 1916. Em sua argumentação, apresenta uma visão dualista onde o físico se coloca a serviço do intelecto, ou seja, uma superação clara da visão do século XIX, que separava o campo das idéias do campo corpóreo, onde residia toda a resistência cultural das elites que menosprezavam as atividades físicas, associando-as ao trabalho manual, entendido como menor e diferente do mundo intelectual. Estas são as linhas gerais para se pensar na trajetória da Educação Física como disciplina escolar no Brasil.

hábitos para favorecer a aquisição de eugenia. Era uma educação muito própria, repleta de elementos dispostos a fomentar um sujeito aperfeiçoado.

Se a prática esportiva se desenvolvia em múltiplos lugares, tais como clubes e agremiações esportivas, cabia aos médicos a orientação do processo no local privilegiado das escolas, bem como em outros. Notem a seguir que neste ponto (1935) Palmier não abre mão da gerência deste processo pelos médicos - mesmo concordando com a presença de educadores físicos, como demonstra pela fala amistosa aos professores de Educação Física da Escola Profissional Nilo Peçanha em 1936<sup>38</sup> e mais tarde (em 1948) como sugerem as referências às atividades de Oswaldo Diniz e a sua sugestão de serem considerados apenas auxiliares, porque a tutela sobre o corpo e sobre o ambiente onde este corpo vivia ainda era dos médicos. Dentro das atividades legislativas que exerceu entre 1935-1937, como participante da Comissão de Higiene e Instrução<sup>39</sup> ele advogou sobre a necessidade dos médicos escolares, segundo ele “chamados a colaborar com o governo para maior êxito das iniciativas culturais” (ACERJ. 1935: 512).

O médico-escolar representa auxiliar de grande valia para o aperfeiçoamento do maior aproveitamento dos escolares em todas as idades.

Assim acontece principalmente quanto à orientação dos exercícios físicos. A educação física merece toda a atenção.

Eis um verdadeiro programa de acção prática: os exercícios físicos praticados fora da escola são submetidos a um controle médico. As crianças são ahi submetidas somente depois de sancção do médico; o turismo para as crianças e as excursões são também controladas por um médico (ACERJ, 1935:512).

Terminados os trabalhos da Constituição em 1935, estabelecem-se os trabalhos regulares da ALERJ a partir de 1936. No cotidiano das execuções da administração do Estado, que passava pelas reuniões regulares do legislativo, Palmier vai construir seu lugar de prática legislativa intervindo em assuntos de potencial benéfico ou prejuízo à demanda eugênica, da qual era um dos representantes na casa. Esteve na ALERJ também em posições estratégicas para o seu ânimo médico-social, como a Comissão de Instrução e Higiene, a partir de 1936, o que nos possibilita observar o seu empenho em

<sup>38</sup>Na sessão do dia 25/10/1936, Palmier fala sobre o quadro de pessoal da Escola Profissional Nilo Peçanha, fazendo referência à área de Educação Física e a noções de higiene (Anais da ALERJ).

<sup>39</sup> Palmier foi eleito para a Comissão de Higiene e Instrução Pública em 4 de agosto de 1936.

relação aos projetos e pareceres acerca dos vários campos em que se articulava a eugenia por aqui. Entre eles, o que é alvo de nossa análise por agora, a educação física.

Uma vez que me proponho a demonstrar como investi no assunto, seleciono algumas de suas atuações, ora como participante de comissão, ora pela crítica dos pareceres de outras comissões que divergiam das ações do projeto eugenista que estava interessado em implantar. Como os das Comissões de Finanças e Permanente, que manifestaram opiniões contrárias acompanhadas de explicações sobre a própria prática eugênica propugnada pela Casa. Neste sentido, uma primeira atenção deve ser dada aos pareceres e decretos da casa que demonstram como entre os deputados estaduais a implementação de políticas de fomento à cultura física era sentida e entendida como política eugênica, principalmente quando apareciam pedidos de benesses, subvenções ou isenções feitos por entidades da sociedade civil que se diziam realizadoras de obras de aperfeiçoamento dos brasileiros, com as de aquisição de uma cultura física.

Em 1º de abril de 1936, um parecer da Comissão de Finanças negando o pedido de subvenção para o Clube de Regatas Gragoatá nos permite algumas percepções sobre o assunto na casa.

O Club Regatas Gragoatá, com sede nesta cidade de Niterói, solicita do Governo do Estado do Rio de Janeiro um auxilio idêntico ao dispensado pelo Decreto nº 3.410, de 11 de novembro de 1935, ao Club de Regatas Icarahy.

**Allega o suplicante ser um aggreiação desportiva com reaes serviços prestados ao desporto pátrio e mais que deseja realizar um vasto programma de desenvolvimento da cultura physica** (grifo meu), somente possível com a ajuda do favor governamental, igual ao conferido ao Club de Regatas Icarahy.

**Esta comissão encara o desenvolvimento do desporto um dos motivos essenciaes ao engrandecimento da raça** [grifo meu]; entretanto, a Constituição Estadual vigente, em seu artigo 146 diz: - Nenhum encargo onerará o Thesouro do Estado ou dos municípios sem a attribuição de recursos sufficientes para lhe custear as despesas.

O pedido do Club de Regatas Gragoatá importa no dispêndio de quantia superior a 100:000\$000 (cem contos de réis), o que também não tem cabimento na época actual(...) [ALERJ, 1936:1; sessão do dia 1º de abril].

O parecer, além da negativa, deixa patente o próprio jargão eugenista compartilhado pelos deputados nos fazendo perceber que Palmier não era o único a entender e pensar em termos de aperfeiçoamento da raça e que os objetivos da eugenia brasileira com suas características e opções teóricas atraíram políticos e intelectuais

reunidos na ALERJ. Eles (alguns outros Deputados Estaduais) também entendiam e pensavam em termos do aperfeiçoamento dos brasileiros embora impusessem limites políticos, culturais e orçamentários à questão.

O assunto é corrente na casa e em 13 de junho de 1936 ele reaparece na redação final do projeto<sup>40</sup> sobre a isenção fiscal à prática esportiva desenvolvida em clubes.

Resolve

Art. 1º - Fica concedida ao “Canto do Rio Foot-ball Club”(…) a isenção do imposto ‘Inter-vivos’ para aquisição de prédio de sua sede social (...).

Art. 2º - A presente isenção estender-se-á a outras aquisições de imóveis desejadas por esse Club, provada na secretaria das Finanças a sua necessidade e bem que se destine ao cumprimento do seu largo programma esportivo social [ALERJ, 1936:4; sessão do dia 13 de junho].

Na véspera do Natal de 1936, foi apresentado um parecer que tinha tudo para ser um “presente eugênico” às aspirações de Palmier. Este dizia respeito ao projeto de lei para o Plano Geral de Educação Física do Estado do Rio de Janeiro, proposto por Palmier e pelo Deputado Estadual Hernani Mello em 28 de novembro de 1936(ANEXO -B). Para não executar uma citação demasiadamente longa e na intenção de guardar espaço para mais adiante expor a argumentação do parecer, esclarecedora da concepção eugênica na casa, limitar-me-ei em apresentar o projeto e o parecer da Comissão de Constituição nos anexos(ANEXO- C)

O projeto de lei proposto por Palmier e Mello procurava regular a questão em um Plano Geral de Educação Física do Estado do Rio de Janeiro, que obedeceria às normas da “moderna educação física” sobre a prática, a criação de uma Escola de Educação Física para o Estado, a organização de um Conselho Central de Educação Física no Estado com funções normativas e executivas, composto por representantes das principais entidades de educação física da época, e principalmente a regulamentação da sua obrigatoriedade nos ensinos primário, secundário e profissional mantidos pelo Estado e por particulares. Aprovados os pontos deste projeto de lei, a cultura física

---

<sup>40</sup> Refere-se ao Projeto de Lei nº 91 de 1936-ALERJ.



pretendida em suas aspirações eugênicas estaria resguardada. No entanto, o presente de natal de 1936, que seria a aprovação do projeto, foi negado aos seus proponentes (Palmier e Hernani Mello) por aquela Comissão Permanente da ALERJ<sup>41</sup>, pois continha uma série de erros relativos às atribuições do Estado previstos na Constituição Federal, a inconstitucionalidade do próprio ato de delegar a outros o que era atribuição do Estado e por legislar sobre matéria já existente. A negativa ao projeto mal redigido do ponto de vista da regulamentação legislativa demonstra a vontade política de resguardar sob o amparo e proteção da lei muitas práticas e conteúdos para se formar este sujeito eugenizado que Palmier buscou promover ao longo da vida.

O negar não silencia o fato de que, em meio às práticas de conduta sociais e de saúde com fito eugênico, o médico nunca esteve sozinho. Como disse anteriormente, nossa eugenia fez parte de nossos gabinetes, de campos de nossa política (como a imigrantista) e esteve representado em nossas casas legislativas, quer municipais, quer estaduais, quer federais. Apesar de ter limites à sua própria efetivação política, ela fez parte dos conteúdos dos discursos no interior do legislativo, pois foi vista como uma via neutra, científica, a colaborar com aquilo que era uma atribuição inerente do próprio mandato político: o zelo pelo “bem estar geral” e o progresso do Estado Brasileiro. Neste sentido, a negativa ao projeto dado em parecer pode ser-nos muito útil para notar como os homens de política estavam instrumentalizados a pensar e a agir sob a perspectiva da eugenia.

A utilidade da criação de um Plano Geral de Educação Physica é inconsteste. Faz-se mister todavia como accentua o illustre autor do projecto, que o mesmo se ampare nos modernos systemas adoptados pelos paizes de maior experiência nos quaes é delegada e participa ao lado do desenvolvimento intellectual.

Unir harmonicamente “gynastica physiologica” como é chamado pelos francezes, aos conhecimentos humanos deve ser a preocupação daquelles que almejam uma raça forte, numa grande nação.

Somente pela cultura physica obtém-se um corpo sadio e assim pode o homem realizar, intellectualmente as mais prodigiosas conquistas. “Mens sana in corpore sano” é velho, mas sempre novo, porque é princípio eterno. Dil-o, com mais eloquência que nós, a história que é mestra da vida.

---

<sup>41</sup> A Comissão Permanente da ALERJ no período analisava os projetos de lei, considerando sua pertinência quanto aos preceitos constitucionais. Fazia as vezes, na época, do que hoje seria atribuição de uma Comissão de Constituição e Justiça da casa hoje.

(...) A humanidade nos tem ensinado, em todas as phases da história da civilização que a eugenia é sem duvida o actor determinante do engrandecimento dos povos.

(...) Precisamos cuidar decididamente do fortalecimento de nossa raça. A criação de um Plano Geral de Educação Physica, se imporia por ser uma medida de alta relevância social.

O projeto examinado encerra sem dúvida matéria de incontestável finalidade social. Todavia, como está elle redigido não poderá, com pezar nosso, merecer approvação (...) [ALERJ, 1936:3; sessão do dia 24 de dezembro].

O que estava em jogo era a herança biológica versus a herança social. O grupo de eugenistas citados em seus textos em 1948<sup>42</sup>, em que constavam nomes como os de Clark, Diniz e o do próprio Khel (que não havia abandonado algumas convicções), emprestava a Palmier exemplos de privilégio da herança social sobre a hereditária. A adoção de exercícios físicos como forma de se atingir o aperfeiçoamento estava inscrita nesta confusão.

Atividades físicas, passeios ao ar livre e práticas esportivas, Palmier recomendava tudo isso em seus apontamentos sobre a cultura eugênica que queria fomentar através de processos educativos. Sua coleção fotográfica evidencia isto e nos permite, dentro de sua temática, algumas considerações acerca de práticas de uma cultura física encarada pelo médico.



CLP\_ALPF2\_27<sup>a</sup>. Passeio dos alunos do Liceu Nilo Peçanha, presença de sete adolescentes, entre eles Luiz Palmier Filho (1º agachado da direita para esquerda). 1940.

<sup>42</sup> O texto intitulado “Médicos educadores”.

A foto da reunião dos sete meninos ao ar livre, sem camisa e estufando o tórax, para imitarem os fortões, pertencem ao álbum de família de Luiz Palmier Filho, que compunha a narrativa familiar e íntima, é uma quebra no tom sisudo e público de toda a coleção. O modo sério e compenetrado como o menino foi descrito no álbum traceja linhas de um comportamento exemplar já ao nascer<sup>43</sup>, mostra um garoto participativo do mundo e das ações do pai, distribuindo presentes já aos quatro anos de idade às crianças pobres em frente à Igreja Matriz de São Gonçalo<sup>44</sup>. Em 1940, esteve presente na maioria das fotos da comemoração do cinquentenário de emancipação política e administrativa de São Gonçalo, na instalação do censo no município e na posse da diretoria do Hospital de São Gonçalo. A narrativa de vida mostrada nos álbuns que condicionaram algumas de suas memórias (culturalmente escolhidas) faz parte da própria história da criança; foi-lhe biógrafada, por outro. A história da infância é sempre narrada por outro, nunca na primeira pessoa. Produtora de uma narrativa da relação das crianças entre si, com os adultos, com a cultura e com a sociedade Kuhlmann(2004). A criança esta inserida por sua vez em uma multiplicidade de vivencias definidas pelos diferentes pertencimentos sociais, étnicos, religiosos, familiares e de gênero Gouvêa (2007.) Diante desta vivência em espaços múltiplos, híbridos produzidos pelos adultos, achamos um ponto fundamental para pensar o termo Infância. Kuhlmann (2004), Gouvêa (2007.), Gondra (2004). Foi construído um sentido público que perpassa grande parte das imagens, emprestando um modo de agir ao menino a que este poderia estar alheio.

Neste sentido, a pose dos meninos torna-se inusitada, pois quebra o padrão para evidenciar uma forma de portar-se entre os jovens estudantes de uma instituição que já

---

<sup>43</sup> A legenda da foto do dia do batismo de Luiz Palmier Filho dimensiona os atributos de comportamento sempre presente no menino, segundo as considerações adultas: “(...) bond Alcântara, via ponte das Barcas. Luizinho, num comportamento exemplar, olhava sem ver, para tudo que lhe ficava ao alcance. Um confortável táxi terminou tão agradável viagem, indo todos cumprimentar vovô Bernardino pela sua data natalícia. Almoço íntimo; no centro da mesa figurava uma interessantíssima caixa de balas, presente da Madrinha; commovente discurso de vovô Bernardino, ao qual papae agradece. Ida à Matriz do S. Coração de Jesus; mamãe pede fervorosamente, durante o batismo, que Deus proteja o seu Luizinho e faça dele um homem. Beijos, troca de cumprimentos e regresso à casa de vovô; lá se achava tia Celina, o anjo da família, carinhos e despedidas. Fez-se a viagem de volta na mesma harmonia... tarde esplêndida. Foi este um dos dias mais lindos do Luizinho; dia abençoado das graças do Senhor e das lágrimas felizes de Sua mãe” CLP\_ALPF1\_04.

<sup>44</sup> CLP\_ALPF2\_13c.

em 1905 adotou a prática de educação física em seus conteúdos pedagógicos (Nogueira, 1938). Os jovens, apenas de calça em um passeio escolar a Cambuquira (MG), tiveram a oportunidade de se deixarem fotografar do jeito que queriam, expressavam o que estava no seu imaginário cultural e pronto. Decidiram, na brincadeira, imitar tipos físicos, uma noção de corpo a ser valorizado em seus mundos, uma cultura física desenvolvida em espaços de instrução do Estado a que pai e filho também pertenciam.



CLP\_EDU\_INS\_12. Inauguração do parque de exercícios Alzira Vargas do Amaral Peixoto na Escola Rural Júlio Lima. Autoridades presentes à inauguração do Parque de Exercícios Alzira Vargas do Amaral Peixoto, na Escola Júlio Lima. Esta escola foi construída pela família do fazendeiro Júlio Lima e doada à municipalidade em 1930 tomando como patrono o patriarca da família Lima. Da esquerda para a direita, no 1º plano: 1º, Dr. Décio Gomes; 2º, Luiz Palmier; 5º, prefeito Nelson Correia Monteiro, que governou a cidade entre 1940 e 1945; 6º, Monsenhor Rocha (José Silveira Rocha), pároco da Igreja Matriz de São Gonçalo, atrás de quem está Aquiles Vivas. 1940.

A chegada de Vargas ao poder e a implantação, em seu período de governo, de uma reivindicação antiga de alguns setores modernizantes da sociedade (um ministério incumbido de centralizar os esforços e políticas em educação e saúde, em 1934), fez com que muitos intelectuais envolvidos com as propostas modernizantes de sua geração percebessem positivamente a implantação de algumas ações que advogavam internamente, captadas como políticas de Estado. Palmier foi um deles. A postura legalista, que se esforçou em manter, vira um discurso pró-ciência e a favor de projetos que viabilizassem a formação de brasileiros segundo suas instruções, algo que o animava.

A foto da criação do Parque de Exercícios em uma escola rural (ensino de técnicas agrícolas) congregava no plano simbólico duas aspirações do intelectual médico-social eugenista Palmier: a condução de uma instrução de caráter técnico-profissional e de uma educação com prática de exercícios físicos, para o bem da saúde e para oferecer higidez física ao indivíduo. Estar presente e o ato de colecionar esta foto pertencem ao cotidiano de práticas médico-sociais ao qual Palmier esteve submetido. O nome do parque é uma homenagem à filha de Vargas, casada com o oficial da Marinha e interventor do Estado do Rio de Janeiro durante o Estado Novo, Ernani do Amaral Peixoto. O registro não contém data. Possivelmente comporta o período de 1940, quando Nelson Correia Monteiro era Prefeito.

Os presentes (líderes locais, intelectuais e religiosos) deixaram-se fotografar diante da entrada do parque que guardava o nome da homenageada. A imagem mostra uma ligação daqueles homens a figuras do governo estadual e traz uma dimensão política do cotidiano de práticas em que aquele grupo se inseria para promover alguns procedimentos que visualizavam como benéficos ao aperfeiçoamento do brasileiro. O interesse em fazer existir locais para estas práticas reunia homens que creditavam importância a isto e valorizavam os espaços escolares e técnico-profissionais como apropriados a um ensino mais amplo dos brasileiros.

Medidas como educação física, instrução, abstinência do álcool e práticas esportivas estavam, para Palmier, dentro das possibilidades de incorporar à hereditariedade boas características adquiridas ao longo de uma vida. O problema é que não existiam provas de que este aperfeiçoamento não se limitaria a uma única geração. Palmier poderia estar empenhando seus esforços em produzir castelos de areia, bonitos, mas incapazes de resistir ao tempo para perpetuar sua beleza.

*Exercitando-se o bom cidadão ou produzindo castelos de areia?*

Mais uma vez vale lembrar que nos primeiros tempos da eugenia no Brasil, o esforço pelo aperfeiçoamento veio aliado a várias correntes que estruturaram mudanças para o país, entre elas o saneamento e o otimismo pedagógico. Nasceram irmanadas ou sobre uma união que emprestava o respaldo de uma à outra. Acreditavam na desordem, e principalmente que poderiam resolvê-la. Para elas (as áreas de ciências modernizantes: medicina e engenharia), a falta de educação tinha, sim, consequências hereditárias, ou se

não tinham, valia acreditar que tinham, por um momento (o de consolidação) ou por uma longa duração.

Ao longo dos anos houve dúvidas acerca das primícias fundadoras do nosso eugenismo as quais falavam que as mudanças no meio favoreceriam o conteúdo hereditário. Essas dúvidas foram expostas e conduziram muitas das discussões do PCBE, sem causar uma mudança radical na forma como convivíamos com o assunto por aqui. Permanecíamos ainda em grande parte convencidos que nosso povo estava doente e que, saneando o Brasil, resolveríamos isto. Mas algo mudou no final da década de 1920, quando começaram a surgir divisões ideológicas e científicas nitidamente observáveis no movimento<sup>45</sup>. Estas mudanças derivaram de releituras das obras de teóricos anglo-saxões, como Mendel e Darwin, e as do geneticista norte-americano Charles Davenport. Essas mudanças decorreram das especializações científicas e das novas instituições de ensino médico que iam surgindo, entre elas a Universidade de São Paulo (nos anos de 1930) e as discussões genéticas crescentes nas escolas de zootecnia, todas com feições mais científicas (laboratoriais) e menos clínicas. Homens como Renato Kehl, principal nome do movimento por aqui; Roquette Pinto, diretor do Museu Nacional de Antropologia entre 1926 e 1936, presidente do PCBE, que havia estudado com o antropólogo Franz Boas; Octávio Domingues, membro da American Genetical Association e da Eugenics Society of London, Professor da Escola Superior de Técnicas Agrícolas Luiz de Queirós e da Universidade de São Paulo; e André Dreyfus, também da Universidade de São Paulo e criador do primeiro laboratório brasileiro de genética; vão marcar a historiografia sobre o tema como sendo produtores das divergências mais sofisticadas entre as teorias neolamarckianas latino-americanas e as concepções mendelianas anglo-saxônicas, mais radicais e racialistas. O que as intervenções destes homens indicam foi uma combinação de abordagens, não racistas, mendelianas, ainda reformistas do meio, mas que estruturavam limites na influência deste para com a hereditariedade dos indivíduos, enfatizando algo que os eugenistas naquela época tinham de considerar ou contornar: a significância da herança sobre a vida. Kehl<sup>46</sup> foi

---

<sup>45</sup> Setepan(2005 e 2005), Diwan(2007) e Santos(2008).

<sup>46</sup> Kehl, no início de 1930, passou a citar medidas higienistas racistas, caminhava de forma mais negativa e de franco apoio ao estilo alemão, traduzindo e apresentando outros autores deste país e da Escandinávia. Ele se colocou como um dos homens que neste período procurou demarcar a divisão entre saneamento e eugenia.

um caso à parte entre estes homens vinculados a instituições de ciência modernas que, no final da década de 1920, exerceram uma crítica ao nosso modelo eugenista. Não por ser desvinculado de qualquer instituição de ciência propriamente dita, pois era na ocasião diretor farmacêutico da Bayer, (Santos, 2008). O que o tornava diferente foi o fluxo de ideias racistas de influência mendeliana que colocou em seus escritos a partir de 1929 (Stepan, 2004). Segundo esta autora define ainda nesta publicação, o que é igualmente discutido no trabalho de Santos (2008), Kehl não havia mudado, passando a ser um eugenista negativo, acolhedor das ideias alemãs e crítico voraz da mistura das raças. O que acontecia é que, nos idos de 1929 em diante, ele não mais precisava camuflar seu negativismo para atrair membros para o movimento eugênico, o discurso polido, menos racista poderiam não aparecer com tanta frequência. Seu negativismo racial genético se transformariam em uma marca de 1929 em diante.

Retornando ao pensamento sobre a validade de tal ação no projeto eugenista desenvolvido pelo médico Palmier, a aceitação ou não da educação física como prática eugenista está na crítica científica e não ideológica que cientistas como Domingues e Dreyfus e intelectuais eugenistas como Kehl dirigiram à questão. O ataque começava pela predisposição em considerar a corrente francesa que os membros do movimento eugenista brasileiro em geral tinham, o que produzia uma crítica quase que à territorialidade teórica dos eugenistas brasileiros, por vezes impedindo que se percebesse que existia na própria França um revisionismo (Stepan, 2004, 2005). Os autores de tais opiniões, divergentes do nosso modo de conduzir uma ou outra coisa dentro do projeto de aperfeiçoamento, esperavam aumentar o fluxo de ideias de cientistas alemães, ingleses e norte-americanos testadas como mais eficientes, aparando as arestas do pensamento eugênico entre nós.

Autores, como Octávio Domingues (1929, 1936), chegavam a se referir como uma excessiva dependência da França. As críticas apresentadas por este cientista de 1929 em diante foram muito específicas ao relacionar todo o equívoco que nossos eugenistas mais interessados em sanear o meio e não a genética faziam.

---

Apesar de concordar com Santos(2008) que não era outro Kehl a partir de 1930, a influência do neolamarckianismo persistiam tornando suas teorias ecléticas. Ele, porém, estava visivelmente mais à vontade para defender posturas negativas e práticas de higiene racistas, confundindo a distinção que ele próprio procurava traçar entre eugenia e saneamento, ou eutecnia. Sua continuada confiança nos conceitos neolamarckianos revela-se também em sua insistência que o álcool podia afetar não só as células reprodutivas como também a própria hereditariedade.

Entre nós, quando nossos higienistas orgulhosamente recomendam a limpeza, bons hábitos higiênicos, abstinência de álcool, fumo, drogas de qualquer tipo, ou ginástica racional, elogiam essas recomendações pensando que o que se adquire em uma vida é transmitido à prole. Assim, uma maneira de aprimorar geneticamente a raça seria adotar tais medidas de modo que, em poucos anos, nosso povo seria transformado em helenos puros: corpos lindos e fisionomia grega! (DOMINGUES, 1936:147).

Outro que apresentou crítica a esse modelo eugenista, ultrapassado e incapaz de resistir a qualquer experimentação laboratorial, foi André Dreyfus por ocasião do PCBE, em 1929.

Todos os esforços por confirmar experimentalmente as noções neolamarckianas haviam fracassado e em consequência a crença de vários eugenistas de que um ambiente favorável, boa alimentação e instrução seriam capazes de influenciar o patrimônio hereditário, teve infelizmente de ser abandonada (PCBE-DREYFUS, 1929:91).

Khel, também impaciente com os rumos que a eugenia havia tomado por aqui, igualmente emite protestos contra algumas práticas feitas pelos “nossos eugenistas”:

Renato Kehl. Em fins da década de 1920, início da de 1930, o próprio Khel ficara frustrado com a confusão na mente do público entre eugenia e saneamento (...). Quando a elite abraçou a higiene pessoal, o exercício físico e até os esportes organizados como “eugênicos”, Kehl começou a protestar, afirmando que nenhuma reforma higiênica, por maior que fosse, poderia alterar o estoque hereditário do Brasil (STEPAN, 2004: 365).

Ora, mas por que apresentar estas vozes dissonantes, de crítica mais sofisticada, que buscaram ampliar a centralidade da ciência sobre os nossos modelos teóricos e argumentativos da eugenia brasileira? Eram homens que, em seus escritos e discursos, verbalizaram haver uma distância não negligenciável entre os cuidados com o corpo e abstinência do álcool e os cuidados para se evitar as doenças infecciosas. Para estes cientistas, não estava tão clara a relação entre saneamento do meio e a eugenia. Proponho pensar sobre a crítica formulada por esses homens a algumas das práticas médico-sociais eugenistas de Palmier. Para eles, muito do que o médico social fez não poderia ser chamado de eugenia. Precisaríamos responder se foram ações eugenistas, antes de prosseguir? Teríamos um enigma que poderia nos devorar? Ou podemos entendê-las de algumas maneiras: (1) foram escolhas feitas pelo médico, (2) Palmier não se atualizou, (3) ele negligenciou os novos estudos sobre genética, (4) achou por bem permanecer dentro da eugenia de atenção ao meio, de explicações mais sociais e menos predispostas a encarar a herança genética, misturando algumas novas



concepções. Acredito que ele se manteve fiel ao modelo neolamarckiano apreendido no seu momento de formação e consolidado no início da década de 1920, por este oferecer mais subsídios aos tipos de ações que empreendia, mesmo considerando serem de ordem prática muito mais eficientes as medidas impopulares, como esterilização e restrição ao casamento e atestados de saúde aos nubentes, para a contenção da doença e o controle sobre a qualidade da reprodução. Palmier não abandonou as concepções de que as mudanças das condições de vida do sujeito influenciavam positivamente a hereditariedade, até porque para ele não havia oposição. Também não esteve desatento as críticas e ao revisionismo da década de 1930<sup>47</sup>. Se estivesse, não teria analisado criticamente as práticas de esterilização alemãs consideradas “rigorosas demais para o momento” (ACERJ. 1935: 790). Também não teria demonstrado atualização e senso de referência científica em relação ao tratamento da tuberculose e à sua transmissibilidade.

O SR. LUIZ PALMIER: Hoje, com o ultra vírus em relação à tuberculose descoberta do nosso eminente patricio Dr. Cardoso Fontes, diretor do Instituto Oswaldo Cruz, já se pode chegar a alguma conclusão do ponto de vista da transmissibilidade. Entretanto, é ainda idéia corrente, embora controvertida, nos meios médicos a transmissibilidade através da placenta (ACERJ. 1935:774,755).

Tudo isto colabora para uma análise eclética do pensamento eugenico, que adaptou elementos sociais e culturais sobre ideias biológicas, o que demonstram a fluidez das ideias eugenistas na América Latina e no Brasil defendidas por autores como Stepan (2004, 2005) e Santos (2008).

Como demonstrei, um grupo de homens de ciências ligados a instituições mais modernas haviam iniciado uma crítica que abrangia algumas ações que Palmier praticava para oferecer aperfeiçoamento aos brasileiros. Notem que não era uma crítica a Palmier, mas às práticas que ele e muitos outros eugenistas tomavam como sendo de aperfeiçoamento. Não havia uma interlocução aparente, apenas citações que, mal ou bem, nos fazem perceber que sentia a presença destas vozes.

Que práticas são estas para que outros eugenistas torciam o nariz? Façamos o seguinte: mostremos as práticas e expliquemos, porque prefiro entendê-las conjugadas.

---

<sup>47</sup> Palmier citou em meio aos seus discursos na ACERJ, ALERJ e artigos vários nomes que demonstram que consumia e entendia a produção de um grupo plural de eugenistas.

Na década de 1950, encontramos um Palmier que ainda insistia na variante não mendeliana, pois as linhas do seu projeto se apresentavam inalteradas, sendo as mesmas iniciadas em 1916, quando assume a modernização atrelada à educação (campanhas pela alfabetização). Isto, no entanto, foi uma escolha que o liga à sua geração médica social e ao seu lugar de formação. Ele não estava fora, mas, sim, continuava dentro de uma corrente teórica (a neolamarckiana) que lhe havia emprestado subsídios ao longo de mais de três décadas. Esta longa duração de suas ideias eugenistas ligadas a mudanças do meio não deve ser interpretada como um caminho errôneo. Considero que devido aos objetivos de suas ideias estarem ligadas: ao fim da doença e a promoção de saúde, sempre houve espaços para ele em grupos da sociedade civil, bem como em projetos e instituições de governo vinculadas ao bem estar, explicando a permanência dentro de concepções bastante desacreditadas cientificamente a partir de 1940, mas que ainda podiam ser acionadas em programas de proteção à infância e a maternidade no Brasil.

#### **3.2.2.2.2 A outra ponta deste sujeito eugênico: a cultura técnico-profissional**

A outra ponta das linhas de ação eugênica, que executava educando o povo de várias formas, estava concentrada no ensino profissional. A nítida preferência de Palmier sobre este tipo de ensino não deve escapar ao contexto de preocupações com progresso, nacionalidade e saúde que convergem para as ideias lamarkianas assumidas como mais úteis por aqui. Eugenizar era, neste sentido, dar vida a um indivíduo que favorecesse o progresso da época, muito em acordo com o que o Estado queria do cidadão, principalmente quanto à sua saúde.

As linhas desta educação evidenciavam uma vontade enorme de se ultrapassar uma série de defeitos da população, chamados de problemas disgênicos, que eram múltiplos, ligados a hábitos e a espaços insalubres e de conduta moral precária em que o brasileiro vivia. Nesse ambiente eram produzidos alcoólatras, sífilíticos, tuberculosos, toxicômanos, todos estes problemas mais comumente sentidos pelos homens do

movimento eugênico deveriam ser devidamente combatidos, mas não apenas estes. O pronunciar-se sobre o ensino técnico em Palmier aponta para outro problema eugênico demonstrado em algumas obras da historiografia sobre o tema, tais como os trabalhos de Stepan (2004 e 2005) e Santos (2008). O que estava intrínseco era a formação de uma conduta de trabalho que superasse uma condição apontada por nossos intelectuais médicos sociais como Couto (1927) e Peixoto (1916), sobre a qual o próprio Palmier discorreu, atribuindo-lhe ser um empecilho ao progresso: a inadaptação do homem ao trabalho e a vadiagem.

As leituras dos artigos do médico indicam que, além de oferecer a cultura das letras, alfabetizar tinha também entre as suas funções, instrumentalizar o “Jeca”, homem do interior, que, mal ou bem, já não andava descalço, tomava remédios e havia aprendido nas campanhas contra endemias rurais a se portar de um jeito no campo semelhante a viver na cidade. O novo espaço exigia mais do mesmo, porque ele tinha que se inserir em alguma atividade produtiva como forma de não emperrar a própria vida, e a da cidade.

Na década 1920, Palmier resolve escrever um texto, que, pelo título, até parece de “auto-ajuda”, intitulado “O problema da felicidade”, que saiu nas páginas de *A Gazeta* em 1924, é muito bem dirigido aos “infelizes”. Nele, relaciona a felicidade à cultura dos povos e a busca da felicidade ao padrão de comportamento laboral da sociedade burguesa de influência protestante. Iniciado com um debate sobre desproporção entre produção e trabalho, o médico escreve um dos seus melhores artigos em jornal, narrando a história de uma cidade infestada de gente sem felicidade chamada de “a canalha das ruas”<sup>48</sup>, onde habitava o personagem infeliz do texto. Uma caricatura triste do homem analfabeto e sem trabalho entregue a tudo que o padrão do nosso eugenismo moral, que não rivalizava com os preceitos da Igreja e pró-família, mais odiava.

Cada vez mais avolumam-se essas colméias humanas, que muito ao contrário das verdadeiras colméias, pouco trabalham e muito consomem.

O tempo mais precioso das populações dos grandes centros é, em geral, ocupado com as diversões inúmeras e aperfeiçoadas (?), e aos poucos que trabalham, quando conseguem tempo para tanto

---

<sup>48</sup> PALMIER, Luiz. O problema da felicidade. *A Gazeta*, São Gonçalo, p.1 , 24 ago 1924.

justamente nas pequenas folgas das múltiplas preocupações improdutivas da fastidiosa, estafante e asfixiante vida da cidade.

São assim fabricados os milhares de neurastênicos que vivem a perambular pelas ruas, praças e avenidas à procura de meios de “matar o tempo”, sem jamais terem tido a lembrança feliz da aplicação desse elemento precioso em um trabalho honesto e capaz de libertá-los dos maus pensamentos e das garras dos poderosos<sup>49</sup>.

O retrato projetado do infeliz que sai das zonas campesinas e pululam nas cidades é o oposto de tudo que os interessados em aperfeiçoar a nossa gente queria: robustez, corpos sãos e conduta moral adequada. Transitavam pelos “espaços das trevas”<sup>50</sup>, usufruindo de tudo aquilo que poderia comprometer o corpo, alarmando os reguladores da época e provando “do melhor” que as cidade poderiam oferecer. Jogo, prostituição, ócio e lazer desordenado, entre outros.

Procuram talvez nessas vigílias permanentes a solução ideal do problema máximo (...) não acham jamais! Por quê? Naturalmente procuram nas manifestações as mais elevadas dos mais elevados sentimentos<sup>51</sup>.

Disposto a resolver o problema da felicidade, o médico vincula a solução encontrada por esses homens de ciências imbuídos em pensar a forma de se ordenar o progresso.

Não se lembram, talvez que esses altos sentimentos morais estão intimamente ligados uma robustez perfeita do organismo e exigem um corpo são para terem o máximo desenvolvimento.

Meditando um pouco sobre o momentoso assunto, qualquer cidadão, qual outro Colombo, ou outro Arquimedes, teria encontrado a almejada felicidade, ambicionada por todos.

È portanto no trabalho que o ser humano (homem ou mulher) pode encontrar a verdadeira felicidade.

O trabalho honesto, em que se ganha o pão de cada dia para sustento próprio e da prole, é que representa a verdadeira arte - a arte de ser feliz!

Somente as folgas, e somente quando existirem, devem ser aproveitadas para os pequeninos adendos que amenizam a vida. Eis os

---

<sup>49</sup> PALMIER, Luiz. O problema da felicidade. *A Gazeta*, São Gonçalo, p.1, 24 ago. 1924.

<sup>50</sup> O trabalho de Rocha (1995) vincula muito bem este olhar que caracteriza o analfabetismo como inimigo do progresso que faz este sujeito viver em espaço à sombra de todos os preceitos que a medicina social advogava a favor.

<sup>51</sup> PALMIER. Op. cit. nota 49, p. 2.

ensinamentos ao alcance de todos, para a solução do grande problema.<sup>52</sup>

É no ensino técnico profissional que poderemos evidenciar mais de perto a intencionalidade, a coerência das ações dentro do projeto médico-social e o horizonte de expectativas deste intelectual. Palmier entendia que o ensino profissional formava um contraponto à vadiagem criticada no texto de 1924. Empenhava sua determinação em defender este tipo de ensino não só como superior aos outros no projeto de aperfeiçoamento da raça brasileira.

(...) espalhados pelos quatro cantos da terra gonçalense, e então, já com o complemento dos cursos secundários e **mais que tudo dessas extraordinárias fábricas de bons trabalhadores e melhores patriotas, que são as escolas profissionais e de ensino agrícola, onde os jovens aperfeiçoam o caráter, adquirem vigor físico e inteligência** [grifo meu]<sup>53</sup>.

O ensino técnico profissional e o seu conteúdo seriam imensamente mais úteis para o aperfeiçoamento do indivíduo. Não só a inteligência (cultura intelectual), mas também a cultura cívica e física amparariam as atividades desenvolvidas no Brasil, quer sejam agrícolas ou urbano-industriais, um tipo de ensino que respondia de modo geral às linhas desta educação eugênica proposta em sua atuação médica social.

#### *A Instituição Profissional de São Gonçalo: um estudo de caso*

Em 1933, Palmier teve o seu nome vinculado à criação de um instituto profissional em São Gonçalo. Tratava-se de mais uma ação de sociedade civil que reivindicava a atuação do intelectual, mesmo sendo tratada como uma iniciativa do então prefeito Samuel Barreira<sup>54</sup>. Coube a Palmier ministrar as aulas de química e a conferência de abertura cujo título foi “A importância da química na evolução profissional da humanidade e no desenvolvimento econômico das nações”<sup>55</sup>. O tema da conferência pode falsear em termos, levando-nos a pensar em um ensino profissional do tipo industrial ligado ao setor químico. O motivo da reunião ocorrida nos idos de outubro de 1933 foi noticiado pelo jornal *O São Gonçalo*, no dia 16 daquele mês, de forma muito superficial não entrando na especificidade do ensino ministrado no novo

<sup>52</sup> PALMIER, Luiz. O problema da felicidade. *A Gazeta*, São Gonçalo, p.1, 24 ago 1924.

<sup>53</sup> PALMIER, Luiz. São Gonçalo do Futuro, novo rumo. *A Gazeta*, São Gonçalo, p.1, 29 ago 1920; p.2 05 set 1920.

<sup>54</sup> Instituto Profissional de S. Gonçalo. *O São Gonçalo*, São Gonçalo, p.2, 16 nov. 1932.

<sup>55</sup> *Ibidem*. p.2.

lugar de aprendizagens. Tratava-se de um Instituto Profissional Feminino. Ao notar esta característica, esperei sinceramente que esta instituição de ensino conformasse apenas um tipo de educação feminina vinculando a mulher a um discurso sócio-biológico, conformador da figura feminina aos limites de um pensamento médico, pró-natalista, que circunscrevia as mulheres ao lar e ao estímulo de uma procriação sadia. No entanto, a percepção de sua existência veio acompanhada de um número descontínuo e de conteúdo pouco objetivo dos documentos, fazendo-me contar com quatro títulos de matérias entre 16 e 30 de outubro de 1933, duas outras no mês seguinte, publicadas nos dias 13 e 20, e de uma fotografia que compõe a sua coleção datada de 1940 (CLP\_EDU\_INS\_1)<sup>56</sup>. Em virtude desta documentação, passei a pensar a Instituição em um diálogo interno (conferindo os discursos e documentos do período que podem ser vinculados a esta instituição) e um externo (ditado pela historiografia sobre o tema).

Iniciei minha análise a partir da lógica de um dos pronunciamentos de Palmier na ACERJ, no qual demonstra que o ensino técnico profissional não estava separado dos condicionantes impostos pelo ato de cuidar exercido pelos eugenistas. Neste sentido, haveria um ensino bipartido entre os gêneros. Um ensino técnico profissional voltado para meninas e outro para meninos, o que fazia Palmier comungar com as preferências dos demais intelectuais envolvidos na educação do brasileiro. Animava-lhe a ideia de uma escola dividida por setores da sociedade e por gênero. Chamava-lhe a atenção a ideia de se constituir um ensino separado, como a escola de práticas domésticas, à qual faz referência, e usa o exemplo da existente em Natal (RN):

(...) representa um perfeito modelo, onde as senhoritas da alta sociedade do norte do país vão fazer cursos os mais diversos com aplicações múltiplas às pequenas indústrias e ao variadíssimo mister do lar, aparelhado assim para a luta pela existência e para a felicidade conjugal.<sup>57</sup>

---

<sup>56</sup> Os títulos de matérias aos quais me refiro estão contidos em *O São Gonçalo*, São Gonçalo. Foram eles: Instituto Profissional de S. Gonçalo, *O São Gonçalo*, São Gonçalo, p.2, 16 out. 1933.

Importância dos estudos da química na evolução da humanidade e no desenvolvimento econômico das nações. *O São Gonçalo*, São Gonçalo, p.4, 16 out. 1933.

A inauguração do Instituto Profissional e a Biblioteca Municipal *O São Gonçalo*, São Gonçalo, p.2, 30 out. 1933.

Instituto Profissional de S. Gonçalo, *O São Gonçalo*, São Gonçalo, p.1, 13 nov. 1933:

A conferência do Sr. Renato de Lacerda (sobre o Instituto Profissional). *O São Gonçalo*, São Gonçalo, p.4, 20 nov. 1933.

<sup>57</sup> PALMIER, Luiz. Escolas Profissionais, *Ilustração Fluminense*, Niterói, Coluna Problemas Econômicos, out 1921, p.3.

O que devemos perceber é uma fisionomia eugenista, de puericultor que entendia ser o trabalho da mulher fora do lar, o operariado feminino, prejudicial ao pró-natalismo tão caro e importante a Palmier e a outros intelectuais debruçados sobre os problemas para ocupar tão vasto território, que é o Brasil. Ao defender um regime de ensino diferenciado que reservasse à mulher a felicidade conjugal, o intelectual médico estava apenas seguindo uma noção comum ao nosso eugenismo do tipo pró-família e viabilizador de uma política social que favorecesse os hábitos de saúde e a hereditariedade de bons caracteres adquiridos. Mulher e trabalho (o mesmo realizado por homens nas indústrias) distante do lar, colocariam em risco esta família eugênica depositária do capital biológico da nação para fazer crescer o país.

Não fragilizava a mulher pura e simplesmente, sem um sentido em seu discurso. O que lhe observasse ser-lhe mais próprio era um “outro” papel na vida econômica e política do país. Nas leituras de seus textos escritos e imagéticos não há elementos que lhe emprestem uma fisionomia machista e sexista. Não lhe era intenção vedar às mulheres a presença nos rumos da nação<sup>58</sup>, mas adequar-lhes a atuação em uma sociedade pretendida.

Ao notar a existência de tal forma de ensino em São Gonçalo, tratei o local dentro da linha de alguns trabalhos (Marques, 1994; Rocha, 2003; e Freire, 2009) que abordam um modelo de escola profissional feminino não conflitante com o lar,

---

<sup>58</sup> Um acontecimento muito direto pode ilustrar que Palmier não secundarizou a figura da mulher ante a participação pública nos espaços de uma nação republicana. Trata-se da sua fala em repúdio à proibição de entrada de mulheres nas sessões da ACERJ, pronunciada na 34ª sessão, em 12 de novembro de 1935.

Srs. Deputados, não era possível deixar de levantar, aqui o meu protesto, que é por certo, o de toda a Assembléia Constituinte do Estado do Rio, impedindo a entrada neste recinto, de pessoas do sexo feminino.

Não há como defender, Sr. Presidente, a medida injustificável posta em prática, privando as nossas galerias e tribunas da assistência da mulher fluminense.

(...) Antes do actual Código Eleitoral talvez ainda houvesse motivo capaz de justificar a injustiça e irritante medida, allegando-se que à mulher não se dava o direito político. Depois da lei eleitoral vigente, que concede a igualdade de direitos a pessoas de ambos os sexos, não se pode admitir que a mulher comparecendo as secções eleitorais para cumprir o dever cívico do suffragio popular, seja impedida de assistir numa assembléia política, a solenidade da eleição do primeiro governador constitucional do Estado (ACERJ, 1935:308).

O impedimento da presença de mulheres nas sessões se deve a uma cláusula do regimento interno, a “F”, que lhes vetava a presença pela impossibilidade de executar-lhes as revistas pelas autoridades policiais. O que Palmier sustenta é que a norma está em desacordo com as novas atribuições formalmente regulamentadas pela justiça eleitoral em relação à participação eleitoral da mulher no país.

incentivador de uma modelação higiênica, de uma pedagogia puericultora desenvolvedora de pequenas atividades industriais que podiam ser atreladas aos espaços do lar rotuladas de prendas manuais, como a costura. O trabalho doméstico conformaria as meninas às aspirações naturais, possibilitando-lhes conseguir algum dinheiro enquanto eram expostas à profissionalização e a uma pedagogia maternal que lhes ensinava a preservação do capital biológico que possuíam.

Ao observar o plano de curso do Instituto Profissional Feminino de São Gonçalo foi possível ter outras visões, fazendo-me perceber que nada era tão óbvio quanto parecia na primeira abordagem. Notei que seria mais produtivo montar uma tabela onde pudesse reconstruir algumas características deste ensino em cima da leitura feita sobre o tema, chegando a uma fisionomia mais precisa do ensino profissional ministrado àquelas mulheres. Montei quatro entradas para classificar o que se pretendia com o ensino ministrado a partir das aulas: cultura intelectual/geral, cultura doméstica, cultura profissional e cultura cívico-patriótica.

TABELA: CLASSIFICAÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DO CURSO PROFISSIONAL FEMININO EM SÃO GONÇALO

<b>Cultura intelectual/ Geral</b>	<b>Cultura doméstica</b>	<b>Cultura profissional</b>	<b>Cultura cívico- patriótica</b>
História Pátria	Arte Culinária	Datilografia	Instrução Moral e Cívica
Português	Economia doméstica	Escrituração Mercantil	
Aritmética (Dois encontros )	Higiene	Estenografia	
História Natural			
Física			
Inglês (Dois encontros)			
Francês			
Vernáculo			
Geografia			
Cultura Física			
Música			
Química			



Tabela produzida a partir do programa de aulas exposto em matéria do jornal O São Gonçalo. Instituto Profissional de São Gonçalo. *O São Gonçalo*, São Gonçalo, p.2, 16 out. 1933.

Se encararmos a Instituição como promotora de um ensino conformador do papel social da mulher no período, tendo por parâmetro a primeira aula da semana de arte culinária no horário das 6 horas da manhã de segunda-feira, perceberíamos um curso muito de acordo com a identidade da mulher ligado ao lar e em consonância com a maternidade. Poderíamos ainda acrescentar as aulas de economia doméstica e higiene para confirmar esta ideia de um curso instrumentalizador da perseguida “felicidade conjugal”, integrando o espaço do lar ao espaço discursivo da nação, redefinindo o trabalho doméstico e os cuidados ministrados no lar como funções auxiliares do progresso a partir do ambiente que lhe era natural, que assumia práticas de racionalidade econômica e conhecimentos ligados à saúde, que em futuro próximo seriam úteis na escolha do parceiro conjugal, no lar e nos cuidados com os filhos – uma maternidade científica.

Mas o ensino ali ministrado ultrapassava uma visão conformadora e sociobiológica da mulher. A sofisticação das disciplinas relativas à cultura intelectual geral evidencia que não se tratava pura e simplesmente de uma escola ministradora de uma educação básica, ficando patente que as meninas ali atendidas estavam em outro patamar, possivelmente em nível ginásial (depois dos primeiros anos de alfabetização) de seus estudos. Continuando a nossa observação, fica claro que o ensino profissional ali ministrado distancia-se um pouco dos paradigmas sobre a educação das classes populares e o ensino de ofícios contidos em textos como os de Nagle (1976), Romanelli (1984) e Cunha (2005), que relacionam o ensino profissional das classes pobres ao aprendizado de um ofício manual.



CLP\_EDU\_INS\_11. Reunião de professores e alunos do Instituto Profissional Feminino de São Gonçalo do Grupo Escolar Nilo Peçanha no Hospital de São Gonçalo. O Grupo Escolar foi o primeiro de São Gonçalo, inaugurado em 1917. Da esquerda para a direita, em pé: 3ª, Olívia Palmier Paiva. Sentados, na primeira fila, da esquerda para a direita: 2ª, Olga Palmier (esposa de Luiz Palmier); 4ª, professora Albertina Campos, que foi diretora do Grupo Escolar Nilo Peçanha; 6º, Luiz Palmier; 7ª, Aída Vieira de Souza, 1940.

Em virtude do inexpressivo e descontínuo número de documentos, não há possibilidade de garantir a que classes aquelas meninas pertenciam. Isto tão pouco deve afastar delas a necessidade em alguma esfera (econômica ou, quem sabe?, ideológica), tal o interesse pela aprendizagem de uma profissão. O que me faz olhar acima das relações entre classes para procurar outro horizonte.

Desta forma, já é possível dizer que o Instituto Feminino não era tão somente uma escola doméstica ou de pequenos afazeres industriais (costura), bem como não era tão somente uma escola para as classes pobres. Isto me faz levantar a questão de que eram múltiplas as esperanças depositadas naquele tipo de ensino, e a maneira de percebermos as aspirações é notar os interesses: senão todos, ao menos alguns que podem subsidiar a compreensão de como, em ordem prática, Palmier atuou neste tipo de instituição que ao longo de sua vida ele vai demarcar como a mais útil e cheia de possibilidades para produzir um tipo aperfeiçoado para o Brasil.

Entender as esperanças, o que estava em jogo em relação àquele ensino, passa pela compreensão de que o Instituto Profissional que funcionava no Grupo Escolar Nilo Peçanha foi a rigor mais uma obra de sociedade civil, onde é possível encontrar alguns

integrantes desta sociedade que se notabilizaram por suas participações em projetos ligados à saúde, à educação e à assistência social, projetos que contavam também com a presença (direção) de Palmier. O Instituto não fugiu deste padrão, a julgar pelas informações contidas na reportagem produzida pelo jornal *O São Gonçalo* em 16 de outubro de 1933: “A Convite do chefe do executivo, em gesto de apreciável dedicação e patriotismo, todos os professores inscriptos para as várias cadeiras lecionaram gratuitamente no Instituto”<sup>59</sup>. A direção e o impulso inicial vinham do chefe do executivo local, com a colaboração de alguns nomes que passaram à história do município pelo envolvimento com as causas modernizantes dos anos de 1920 e 1930. Entre estes nomes podemos relacionar o envolvimento civil de figuras que com constância vão estar muito próximas das ações desenvolvidas em sociedade por Palmier: Marieta Carlota Póvoas (professora de arte culinária), Antonieta Simões Palmeira (professora de História Pátria), Albertina Campos (professora de Português e Vernáculo), Aída Vieira de Souza (professora de História Natural e Física), Maria Luiza Palmeira (professora de História Natural), Dr. Décio Borges (professor de Higiene), Olga Benevides Palmier (professora de Música) e Luiz Palmier (professor de Química). Estes nomes evidenciam que não eram outras as esperanças depositadas neste ensino do que aquelas que estes elementos desenvolveram ao longo da vida no município de São Gonçalo, fazendo-nos considerá-los como o grupo ligado ao movimento em torno do hospital – “o grupo do hospital” – que reunia membros da comunidade desde 1920 e se esforçava por promover em São Gonçalo ações modernizantes.

Ao inaugurar esta instituição escolar em 1933 no município, mais uma vez emergia um discurso cobrando a adequação do local à modernidade, fazendo-lhe gerar um peso simbólico muito importante que precisa ser entendido como fruto das influências culturais que atuavam sobre os educadores envolvidos de forma direta ou indireta com esta escola profissional feminina; que não era outra senão a influência da medicina social eugênica que tinha em seu centro, como bem evidencia a imagem fotográfica de Luiz Palmier.

Uma última forma de notar este ensino é considerando as práticas pedagógicas como fruto do seu tempo, dos interesses econômicos e políticos de então. O que talvez

---

<sup>59</sup> Instituto Profissional de S. Gonçalo. *O São Gonçalo*, São Gonçalo, p.1, 16 out. 1933.

deixe bem claro que o que ocorria ali, muito além das influências sentidas pela presença do intelectual médico, deve ser entendido também pelas necessidades daquela sociedade.

A São Gonçalo dos anos de 1930 passava por um evidente crescimento do setor industrial e de serviços (do tipo comercial), que obras recentes nos dão conta, como as de Braga (1997) e Reznik (2003). Prefiro, no entanto, recorrer ao próprio Palmier para entender as escolhas feitas para definir as práticas pedagógicas do Instituto.

As indústrias, localizadas no perímetro urbano representam a maior riqueza da cidade. Em torno das fábricas de fósforos, vidros, doces, tintas, grandes fornos, laminação, produtos de pesca, cerâmica, soda cáustica e tantas outras, aglomeram-se muitas vilas que reúnem população de alguns milhares de operários (PALMIER, 1940:101).

O Parque industrial de São Gonçalo, considerado o mais importante do Estado do Rio e dos mais notáveis de todo o Brasil, coloca o município em posição de grande destaque entre as demais regiões industriais do País. Bem merecida é a denominação de “Manchester Fluminense” dada à cidade (PALMIER, 1940:121).

O trabalho de Palmier de 1940, o livro “São Gonçalo Cinquentenário, história, estatística e geografia”, faz algumas análises dos valores econômicos das indústrias do município, principalmente as estabelecidas na década de 1930, evidenciando uma estrutura industrial importante dentro do próprio Estado do Rio de Janeiro, digna de ser tratada como a “Manchester fluminense” dos anos de 1930. E é nas necessidades deste lugar, em que a zona urbana está próxima aos portos, que encontramos no período um contingente não negligenciável de fábricas e comércio que vai emprestar um sentido final que nos possibilita deduzir que o Instituto Profissional Feminino executava uma profissionalização da mulher para as atribuições do comércio e escritórios.

Como uma ação de parcela da sociedade civil disposta a adequar São Gonçalo à modernidade, o instituto foi montado a partir de modelos de escolas profissionais já existentes no país desde as primeiras décadas do século XX, período em que foram inauguradas no Distrito Federal algumas escolas com a incumbência de ministrar um ensino feminino em áreas outras que não apenas o magistério, em formas necessárias àquela sociedade da capital da república: ensino doméstico e comercial. O trabalho de

Bonato (2001)<sup>60</sup> me forneceu alguns subsídios para pensar que o modelo reunido por aquele grupo foi derivado da escola do Instituto Profissional Paulo de Frontin existente na cidade do Rio de Janeiro a partir de 1919, nascido do Instituto Profissional Feminino Orsina da Fonseca (1898)<sup>61</sup>. Segundo a autora, a escola destinava-se à formação de moças pobres para as necessidades do Distrito Federal, nos setores do comércio e dos escritórios, possibilitando uma preparação técnica para o emprego destas jovens na região. Na comparação com as disciplinas ministradas no curso comercial entre os anos de 1923 e 1929 fica evidente a proximidade: “stenographia, dactylographia, contabilidade, francês, inglês” (BONATO, 2001: 3) não sendo esquecida a ciência do lar, sobre o que a autora afirma: “a educação doméstica não foi esquecida, chegando-se a reivindicar que fosse destinado na escola um tempo maior dedicado a esse estudo, considerado tão importante para a formação da mulher quanto saber ler e escrever” (BONATO, 2001: 4).

Ao observar o Instituto Profissional Feminino de São Gonçalo, interna e externamente, é possível perceber não apenas a sua fisionomia, mas o porquê Palmier e o grupo que compartilhava ideais muito próximos aos do intelectual aceitaram o convite e se tornaram participantes desta instituição. (1) Isto se deveu ao fato de o ensino ministrado ali não ser conflitante, mas antes possível de ser arquitetado em vários aspectos para a modelação de uma maternidade científica importante à demanda

---

<sup>60</sup> BONATO, Nilda Marinho da Costa. *Uma escola de formação profissional para o sexo feminino no Distrito Federal, a Escola Profissional Paulo de Frontin (1919)*. Disponível em: <[www.anped.org.br/reunioes/24/P0252569304769.doc](http://www.anped.org.br/reunioes/24/P0252569304769.doc)>. Acesso em 01 nov. 2011.

<sup>61</sup> Criado por decreto em 1897, como Instituto Profissional Feminino, foi inaugurado em 28 de outubro de 1898; de acordo com os documentos consultados no Acervo do Centro de Memória da Educação do Departamento de Educação da Secretaria Municipal de Educação. No “Cadastro de Escolas Municipais” da Divisão de Documentação do Departamento Geral de Administração da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, consta a data de inauguração como 28 de dezembro daquele ano. Em homenagem à esposa do Presidente da República, marechal Hermes Rodrigues da Fonseca (1911-1914), recebeu o nome de Instituto Profissional Feminino Orsina da Fonseca, depois do falecimento desta. A primeira-dama, após visita junto com o marido, por ocasião de uma solenidade naquele estabelecimento de ensino “se afeiçoara às meninas pobres”, em sua maioria órfãs, prestando-lhes assistência social, “dedicação e ternura”. Ocorrida a sua morte, em 1912, ao nome do Instituto foi acrescentado o de Orsina da Fonseca.

O decreto (municipal) nº 981, de 2 de setembro de 1914, institui que o “ensino técnico profissional tem por fim ministrar conhecimentos científicos e de artes e ofícios” e que o “ensino será dado em: a) escolas profissionais masculinas; b) escolas profissionais femininas; c) escolas noturnas para os dois sexos”. Pelo decreto, essas escolas “constituirão externatos” (art.22, 23, 24). Em 1919, na gestão do Prefeito do Distrito Federal, o engenheiro André Gustavo Paulo de Frontin, o externato muda-se para outro prédio, alugado. Após o término da gestão do referido prefeito, em sua homenagem o Externato do Instituto Orsina da Fonseca passou a se denominar Escola Profissional Paulo de Frontin. Bonato (2001).

eugênica daqueles homens e mulheres<sup>62</sup>. (2) Aqueles agentes locais não foram conformadores da mulher ao lar tão somente. Eram adeptos de sua participação social, política e econômica, o que não significava que achavam que deveriam abrir mão do lar (dos cuidados com o marido) e da criação dos filhos. Poderiam auxiliar com ganhos econômicos fora do lar, desde que não o negligenciassem. (3) A outra forma que fez merecer o apoio da gente envolvida em medicina social daquela cidade deveu-se ao fato de o ensino profissional ali ministrado não encaminhar aquelas meninas para locais ou profissões que colocassem em risco o capital biológico que possuíam, como, por exemplo, nas indústrias (Rago, 1985).

O ensino profissional ministrado ao gênero feminino em São Gonçalo leva-me a considerar que as práticas pedagógicas são medidas em sociedade pelas demandas do seu tempo, que acabam encerrando uma série de desejos dos grupos envolvidos em sua efetivação. O instituto foi um caso particular que mostra instituições já existentes e sua adequação e aperfeiçoamento local. O Instituto Profissional Feminino de São Gonçalo, desta forma, atrelou a necessidade da profissionalização feminina, escolhendo um tipo de ensino que ampliava a participação técnica em áreas outras que não a indústria e o trabalho doméstico, ao mesmo tempo em que evidenciou o pertencimento dos homens e mulheres envolvidos no pensamento médico que acaba provocando, simultaneamente, tensão e distensão – tensão porque não afastava estas meninas do lar e da maternidade, antes recobriam estas funções de um discurso de atualização onde aparecem termos como racionalidade e científico, e distensão porque abriu a possibilidade de outros espaços em sociedade, para atuações novas, fazendo com que lhes alterassem suas condições públicas através do mundo do trabalho, sem que estes dois processos da física causassem rupturas profundas no tecido social.

#### *A superioridade deste tipo de ensino*

Palmier acreditava na prevalência das escolas profissionais sobre as de outro tipo, o que o levou a argumentar em seus textos. O primeiro que trata de forma direta o

---

<sup>62</sup> Existiam alguns tempos de aula em aberto no plano de aula, relacionados a “conferência” na quinta-feira e a “trabalho” na sexta-feira. Na impossibilidade de recompor o que era ministrado nestes períodos, não excludo as possibilidades de uma instrução higiênica e puericultora às alunas. Instituto Profissional de S. Gonçalo. *O São Gonçalo*, São Gonçalo, p.1, 16 out. 1933.

assunto é ainda nos anos de 1920: “Escolas Profissionais” (1921)<sup>63</sup> foi escrito na coluna “Problemas Econômicos”, da revista “Ilustração Fluminense”. Nele, aborda a necessidade de ampliação da oferta de escolas profissionais e aponta, dentro das prioridades para o crescimento nacional, as de mecânica e química como estratégicas à expansão industrial. O argumento é que a indústria química e de mecânica estabelece a competição econômica e comercial entre as nações desenvolvidas e esta se encontra na dependência de um saber diferenciado, que intelectuais como Palmier se esforçavam em tematizar para demonstrar a sua ausência, enquanto alertavam que havia uma necessidade estratégica de expansão deste tipo de escola. Para ele, a força econômica de uma nação estava diretamente ligada ao desenvolvimento profissional.

Ao escrever este texto em 1921, o intelectual sustenta a definição de uma linha de ação voltada para a criação de um tipo de ensino produtor de uma educação integral, direcionada para uma via técnica. A abrangência deste tipo de ensino conformava suas práticas nos campos de educação e saúde, dava-lhe a sensação de que estava no caminho certo ao atuar em áreas que comporiam este sujeito pleno. Ao defender o ensino de química e mecânica, o médico fluminense trouxe para a pena o assunto que naquele momento se apresentava sem uma estrutura administrativa sólida e mesmo uma legislação eficaz e pertinente<sup>64</sup>. Nagle (1976), Ribeiro (1982) e Romanelli (1984) observam a movimentação em torno do assunto na Primeira República:

---

<sup>63</sup> PALMIER, Luiz. Escolas Profissionais, *Ilustração Fluminense*, Niterói, Coluna Problemas Econômicos, out 1921, p.3.

<sup>64</sup> Analisando o percurso do ensino profissional no Brasil a partir da República, e tendo como demarcação do tempo dos assuntos sobre os quais Palmier escreveu, deparamo-nos com a autorização legislativa do Decreto nº 1.606, de 29 de dezembro de 1906, e com outro decreto que cria escolas de aprendizes artífices (Decreto nº 7566, de 23 de setembro de 1909), obrigando a sua criação em cada uma das capitais brasileiras. Como o Império e os primeiros anos da República não produziram ações mais intensas sobre o ensino profissional, o Governo Nilo Peçanha transforma-se em um marco desta modalidade de ensino no Brasil Fonseca(1961) e Romanelli (1984). Este momento original também é notado por Palmier, que reverencia as ações do presidente: “Foi na Presidência de Nilo Peçanha que o impulso dado a esse movimento foi digno de nota com a criação de uma escola profissional em cada estado. Procurou o governo desde então iniciar um plano geral para intensificação da educação profissional dos nossos jovens patrícios” PALMIER, Luiz. Escolas Profissionais, *Ilustração Fluminense*, Niterói, Coluna Problemas Econômicos, out 1921, p.3.

Tal tipo de educação estava subordinado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio e, no artigo 1º, o decreto nº 7566 informa que será aplicada ao nível primário. O seu objetivo é o de atender as “classes pobres”. Como diz o texto do decreto, era um ensino de característica assistencialista própria.

O decreto que permitiu realizar contratos com escolas para a fundação de cursos de mecânica prática, que à semelhança do que aconteceu com os de química, tiveram algum desenvolvimento, a julgar pelos contratos efetuados entre o ministério da agricultura, indústria e

Existia uma carência de normatização e uniformidade, e o currículo dependia de cada diretor. Somente em 1919 é feita uma parceria entre a prefeitura do Distrito Federal e o Ministério da Agricultura e Comércio a fim de proporcionar um lugar para preparar professores, mestres e contra-mestres para as instituições de ensino profissional. Era a Escola Normal de Artes e Ofícios Venceslau Brás.

Arelado ao início do processo de criação do ensino técnico no Brasil está a comissão Luderitz (1920), nome dado ao grupo de trabalho do engenheiro João Luderitz contratado para efetuar e remodelação do ensino profissional. A comissão implantou nas escolas técnicas profissionais um currículo de seis anos, onde os três primeiros dizem respeito à alfabetização e, os três últimos, à especialização em trabalhos de madeira, metal e artes decorativas.

O projeto de regulamentação é de 1923 e prevê a seriação dos cursos, currículos, instruções sobre o método e propõe aspectos administrativos. O projeto, no entanto, é vetado e o ensino técnico é regido por uma portaria do Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio. O projeto de 1923 não é de todo abandonado e permanece nestas consolidações. A Portaria de 1926 muda um pouco a divisão de tempo empregado no ensino profissional primário elementar (quatro anos) e complementar (dois anos). Cria os cursos noturnos para aperfeiçoamento dos operários e reafirma o ensino profissional para os desfavorecidos de fortuna (art. 70).

Ainda na Primeira República, o decreto de 22 de agosto de 1927, nº 5.241, demonstra o debate dos homens de governo sobre o assunto e recomenda que as instituições secundárias também ministrem “artes e ofícios”. Até o Colégio Pedro II, de reconhecida característica humanista, e demais estabelecimentos teriam também esta incumbência, que acabou não se concretizando naqueles idos de 1927.

Seguindo o percurso das leis acerca da educação profissional no tempo de Palmier, os anos de 1930 iniciam uma mudança nas concepções acerca deste tipo de ensino e surge um conflito entre os dois ministérios envolvidos na temática educação profissional. São eles o ministério da Educação e Saúde e o do Trabalho, Indústria e Comércio. As mudanças eram profundas e abrangentes. Rodolfo Fuchs, homem do “ministério Capanema”, em parecer de 1935, sente-se obrigado a escrever: “Não pensamos em destruir a escola primária, mas criar ao seu lado a escola profissional elementar”. A inovação e a busca por mudanças na cultura do trabalho, vinculando o seu exercício a conhecimentos reconhecidos por diplomas, compõem o espírito do decreto nº 24. 735, de 14 de julho de 1934, que cria a Universidade Técnica reunindo as escolas politécnicas do Rio de Janeiro, de Minas e Metalurgia de Ouro Preto e a Nacional de Química (do Rio), mas tais instituições nunca saíram do papel devido à negativa de Vargas a tal iniciativa. Engavetado o decreto pela falta de apoio do Presidente, as Universidades Técnicas permanecem nos textos escritos, evidenciando o debate sobre a criação de espaços para formação profissional. A exposição de motivos sobre a Universidade Técnica feita por Capanema, em 1934, demonstra haver na verdade dois tipos de instituições de ensino profissional superior: a Universidade Técnica e a Universidade do Trabalho. A lei nº 378, de 1937, artigo 129, delega à indústria e aos sindicatos criar cada um diante das suas especialidades escolas de aprendizes destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A educação profissional, neste sentido, ensaia uma saída do controle absoluto do aparelho governamental.

Tal medida marca o conflito entre o Ministério do Trabalho e o da Educação e Saúde. A atribuição de criar escolas passa a ser exercida por estes setores sob o nome de escolas de aprendizes. Cabe ao Estado regular leis que garantiriam a ele os poderes sobre essas escolas bem como o auxílio, facilidades e subsídios.

O ano de 1940 marca a fase de regulamentação do ensino profissional. Os Ministérios do Trabalho e Educação encaminham seus projetos. A vitória fica com o primeiro e dá origem ao Decreto nº 6.029, de julho de 1940. A preferência deste projeto não vem sem os protestos de Capanema, tornando o debate e as disputas de bastidores intensas nos dois anos seguintes. Sobre os debates e disputas que envolviam os dois ministérios ler Schwartzman, Bomeny e Costa (2000), principalmente a parte sobre o ensino industrial, que vai das páginas 234 a 245, ficando estabelecida a necessidade de conveniência com a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, o SENAI, tutelado pela Federação Nacional das Indústrias.



comércio e várias escolas, principalmente nos anos de 1921 e 1922. (NAGLE, 1976:170)

O assunto é uma constante em sua produção intelectual, tratado de forma direta como nos artigos “Escolas Profissionais” e “Ensino profissional”<sup>65</sup> (1952). O argumento do primeiro texto é construído sob a lógica que este tipo de ensino é fundamental a países capitalistas e cita o caso da Alemanha e dos Estados Unidos, insiste na obrigatoriedade deste tipo de educação e monta com sobriedade um panorama histórico sobre o tema no Brasil, relacionando o caso do ensino profissional agrícola, caminhos, fracassos e inadequações das estratégias anteriores.

Em todos os países economicamente organizados ocupa lugar importantíssimo na educação do povo o ensino profissional.

Assim aconteceu na Alemanha e assim vai sendo feito com resultados estupendos na América do Norte.

Não somente esses exemplos seriam dados.

Pululam por todos os recantos do mundo civilizado exemplos e mais exemplos todos acordes em demonstrar a realidade prática resultante dessa admirável orientação a ser dada à educação moderna (...).

A obrigatoriedade do ensino profissional e não mais somente do ensino primário constitui, sem dúvida, a chave de toda essa excepcional organização capaz de preparar gerações perfeitamente aptas para arcarem com as responsabilidades de um completo plano econômico com bases indestrutíveis.

Eis em que consiste o segredo de toda a organização industrial e agrícola desses países considerados como astros de primeira grandeza em se tratando dos problemas econômicos da terra.

Baseados nesses dois aspectos da atividade humana, todos os demais problemas são simples mutações em torno dessa mesma grandeza extraordinária só por si bastante para elevar ainda mais o nível intelectual de nações reconhecidamente cultas.

Os alicerces poderosíssimos de toda essa grandeza, aliás alicerces indestrutíveis, têm a sua origem no ensino sistemático da mecânica e da química, além das matérias complementares que figuram nos cursos profissionais<sup>66</sup>.

Trinta e um anos depois, o assunto volta a ser alvo de sua escrita. Em “O ensino Profissional”<sup>67</sup>, encontramos o tom de expectativas para o futuro, em que a questão da

---

<sup>65</sup> PALMIER, Luiz. Ensino profissional. *Correio Gonçalense*, São Gonçalo, p.1 e 2, 14 dez. 1952.

<sup>66</sup> PALMIER, Luiz. Ensino profissional. *Correio Gonçalense*, São Gonçalo, p.1, 14 dez. 1952.

<sup>67</sup> *Ibidem*. p.2.

educação é tratada pelo progresso alcançado por ela no Brasil. O combate ao analfabetismo, a ampliação do ensino secundário e superior, e o avanço destas modalidades, para o médico, oferecem um “desenvolvimento cultural” humanista. Embora sua visão otimista acerca da educação e do progresso seja uma constante, o autor escreve três décadas depois que os avanços não atingiram de forma satisfatória esta modalidade de ensino.

É incontestável o progresso alcançado pela instrução, no Brasil, nos últimos anos.

Foram vencidas as maiores dificuldades para o combate ao analfabetismo. Embora a opinião contrária dos pessimistas e dos menos conhecedores desses assuntos sempre dispostos a propagar estatísticas erradas e alarmantes, muito tem diminuído o número de analfabetos em terras do Brasil. Caminhamos mesmo para a extinção completa dessa verdadeira chaga social, caso não haja esmorecimento por parte dos poderes públicos. Guerra sem tréguas continuará a ser feita à ignorância e todos os brasileiros foram conclamados para essa campanha de redenção e verdadeiramente benemérita (...).

Somente será razoável assinalar a diferença, o contraste entre o ensino nas demais esferas de ação e o ensino profissional, tão útil, tão necessário, indispensável mesmo para o desenvolvimento da lavoura e das indústrias, em nossa terra.

É animador e dos mais salutareos o movimento em torno da instrução primária, secundária, superior.

O mesmo não poderá ser afirmado em relação ao ensino técnico-profissional.

Continuam a ser relegadas para plano secundário as iniciativas em torno das escolas profissionais. Algumas existem, é verdade, mas bem pouco satisfazendo as necessidades, urgentes e imediatas, do ensino, nesse setor. Salvo alguns exemplos, desde as remotas eras do governo Nilo Peçanha, em 1910, quando presidente da República, poucos têm sido os demais dignos de uma referência.

Existem, na realidade, algumas escolas modeladoras; necessário será, entretanto, ampliar e difundir, por todos os recantos da terra brasileira, o ensino técnico-profissional<sup>68</sup>.

O Dr. Palmier privilegiou o ensino profissional sobre as outras modalidades de ensino. Interessava-lhe dar sentido a uma cultura técnico-profissional em substituição a uma cultura tradicional com objetivos apenas de cursos superiores, produtores somente de uma elite letrada sem um típico preparo, identificado como útil, mas bem adaptado a para vida.

---

<sup>68</sup> PALMIER, Luiz. Ensino profissional. *Correio Gonçalense*, São Gonçalo, p. 2, 14 dez. 1952.

A preocupação do diploma é o apanágio das elites semi-analfabetas. Pouco interessa ainda o preparo técnico-profissional indispensável para a luta pela vida.

(...) daqui a pouco estarei muito á vontade para defender no Estado do Rio o ensino Técnico Profissional que deverá ser a salvação das gerações futuras, que terão baseado em cunho todo prático, o seu regime educacional (ACERJ, 1935:505).

Chegava a recriminar a “(...)ansia, a verdadeira volúpia de muitos em relação ao diploma universitário”<sup>69</sup>. Mesmo sem negligenciar o ensino universitário, o conhecimento técnico deveria prevalecer na prática profissional do brasileiro. Fazia questão de lembrar, quando possível, que o conhecimento – cultura letrada e educação técnica profissional – tinha relação direta com o crescimento da nação, com a modernização e com a civilidade do indivíduo. Retomou diversas vezes o assunto em sua escrita descrevendo-o como “base de toda a organização e considerado indispensável para o futuro econômico da nacionalidade”<sup>70</sup>. Com a modernização, a educação profissional trazia em seu conteúdo uma fórmula mais eficaz para atingir o progresso nacional e do indivíduo, pois agregava atenção à formação básica, ensino técnico e ainda a possibilidade de oferecer, em seus espaços, material para aperfeiçoamento do caráter e aquisição de vigor físico:

Para mais de uma centena desses modestos laboratórios existirão, espalhados pelos quatro cantos da terra gonçalense, e então, já com o complemento dos cursos secundários e mais que tudo dessas extraordinárias fábricas de bons trabalhadores e melhores patriotas, que são as escolas profissionais e de ensino agrícola, onde os jovens aperfeiçoam o caráter, adquirem vigor físico e inteligência<sup>71</sup>.

Uma educação que, vista desta forma, ou da forma que os intelectuais envolvidos queriam, era muito mais eficiente e mais voltada à coletividade.

A cultura muito valerá e será garantia absoluta do enriquecimento do patrimônio intelectual de cada indivíduo, de um povo ou das nações, embora jamais sem subestimar, menosprezar, desmerecer mesmo esse

---

<sup>69</sup> PALMIER, Luiz. Festas escolares. *Correio Gonçalense*, São Gonçalo, p.1, 07 dez. 1952.

<sup>70</sup> PALMIER, Luiz. Educandários Gratuitos. *Correio Gonçalense*, São Gonçalo, p. 3 e 4, 22 nov. 1953.

<sup>71</sup> PALMIER, Luiz. São Gonçalo do Futuro, novo rumo. *A Gazeta*, São Gonçalo, p.1, 29 ago. 1920; p.2 05 set. 1920.

indispensável preparo técnico, único capaz de garantir o maior êxito individual ou das coletividades<sup>72</sup>.

O jornal *Correio Gonçalvesense* é a publicação onde mais escreve sobre o assunto. Entre os anos de 1952 e 1954, torna-se o principal expositor da escrita de Palmier, conseqüentemente é em suas páginas que encontramos uma compilação das suas principais idéias relacionadas à educação. Como a sorte do Brasil tinha relação direta com a formação profissional do povo brasileiro, dos dezesseis artigos neste jornal, em quatro existe menção direta ao assunto em tom de urgência: “é necessário sempre o preparo técnico, tão prático, tão útil, indispensável mesmo em face das atividades preferidas”<sup>73</sup>.

Colocadas em disposição e ao fechar-lhes os nós das linhas dos tipos de educação em que investiu para produzir a trama de uma raça aperfeiçoada para o Brasil, Palmier dá conta de uma educação científica, por ser investigativa, intencionalmente construída com o intuito de desenvolver as várias faculdades que completariam um indivíduo. Era uma educação projetada em primeiro lugar para não atrofiar aquilo que médicos eugenistas, puericultores, sanitaristas e higienistas se esforçavam em dar à saúde. Tornar-se forte e sadio era uma necessidade encarada na busca deste sujeito: a prática física, o gosto pelo desporto e a ginástica regular eram um modo de se manter a saúde e retirar a doença da fraqueza, dando sentido a um tipo físico que, além de belo, deveria estar em prontidão para o trabalho.

A forma de entrelaçar as linhas reflete uma tendência em formar um indivíduo dentro da completude cultural, patriótica, física e de trabalho que ultrapassasse o sujeito franzino e raquítico. Seria um sujeito amplo, como os desafios que aqueles intelectuais visualizaram para ele (à revelia), sem a dicotomia entre o ensino intelectual e o trabalho físico, mas pleno por congregar diversos tipos de cultura tão necessários à modernização da nação.

As críticas dos finais dos anos de 1920 e início dos anos de 1930 não tiveram, no entanto, força para interferir no projeto médico-social eugenista de Palmier, nem ao menos para mudar alguns dos rumos de suas ações. Não tiveram força para isso devido

---

<sup>72</sup> Ibidem. p.2, 05 set. 1920.

<sup>73</sup> PALMIER, Luiz. Atividades acadêmicas. *Correio Gonçalvesense*, São Gonçalo, p.1, 21 dez. 1952.

às escolhas que ele fez, ao seu posicionamento teórico e principalmente não causaram mudanças, pois o que pairava na mente do médico sobre aquisição de cultura física e cultura cívica era algo um pouco mais abrangente. Entendendo-o, tornar-se-á possível decifrar o sujeito eugênico cujo aparecimento ele queria favorecer. Era um homem polivalente de lenta e intencional formação pelas práticas eugênicas sociais.

## Capítulo 4 - A PARTE DE SAÚDE DO PROJETO MÉDICO-SOCIAL

### Hospital de São Gonçalo: entre sonho e utopia, um símbolo de modernização na obra de um eugenista

Primeiro se sonha; depois, procura-se realizar este sonho. Esta pode ser uma explicação inicial para a criação do Hospital de São Gonçalo. O sonho, no entanto, é uma operação mental de difícil compreensão para as ciências sociais; por minha vez, eu não pretendo montar nenhum método para sua compreensão, mas o sonho nos serve linguisticamente para expressar a imaginação de algumas pessoas. Em 1920, Palmier imaginou que o hospital, que no ano anterior era apenas a ideia e traçaram-lhe algumas linhas, muito simples e iniciais, no futuro estaria pronto, sofreria constantes ampliações e tornar-se-ia um complexo para oferecer atenção a um número sempre crescente de atribuições clínicas, sociais, científicas e de aperfeiçoamento profissional.

Uma só casa de caridade não comportará todo o desenvolvimento e outros hospitais serão fundados ou conservada a unidade. O Hospital de São Gonçalo terá muitos outros pavilhões em que o amparo às mães será iniciado na maternidade para em seguida, começar o amparo a criança nas creches e gotas de leite (asilo e proteção à infância) e mais tarde a proteção ao velho (no asilo de velhice), sem esquecer os pavilhões para tuberculosos e outras doenças de isolamento<sup>1</sup>.

Na década de 1920, a associação civil criada para dar ao município um hospital animava homens e mulheres fazendo que enxergassem não um sonho, mas algo palpável, perceptível e principalmente com sentido mesmo que distante quase 14 anos de sua inauguração de fato, em 1934. Era importante que a iniciativa saísse das cabeças destes homens e mulheres de imaginação que encamparam tal projeto e chegassem de duas formas ao maior número de pessoas. Primeiramente, as pessoas que pudessem ajudar política e financeiramente as obras: industriais, governos municipais e estaduais, comerciantes, intelectuais, bem como pessoas da boa sociedade local e regional cativadas pela proposta de se montar uma “casa de caridade”, como se referiam ao empreendimento. A segunda forma de atração, que estes beneméritos também deveriam incluir na empreitada em torno do hospital, naturalmente era a população do lugar:

---

<sup>1</sup>PALMIER, Luiz. São Gonçalo do Futuro, novo rumo. *A Gazeta*, São Gonçalo, p.1, 29 ago. 1920 e 05 set.1920.

convencê-la que o organismo a ser criado não lhe era estranho, sendo-lhes necessário embutir mecanismos de convencimento, muito mais do que coerção, fazendo com “aquela gente” se submetesse à medicalização que emanaria daquele tipo de lugar. Tinham que fazer com que sua abstração imaginativa dos anos iniciais se tornasse uma realidade palpável, prestes a acontecer e suficientemente forte para convencer as pessoas. O convite da cerimônia em 1920, para a criação formal da Associação Hospital do São Gonçalo, atesta este exercício de imaginação.

Felizmente, dentro em breve será uma realidade o Hospital de São Gonçalo, graças aos esforços que dia a dia são feitos em prol da idéia meritória.

A comissão iniciadora que desde há tempos vem propugnando incansavelmente pela realização desse ideal altamente humanitário, tem agido sempre sem os reclames indispensáveis a um empreendimento de tão grande monta, por isso que o muito que já se há conseguido em favor dessa nobre causa ainda não está no domínio público e causará a todos em geral verdadeira admiração o fato que ora noticiamos.

Isto é um atestado frisante da nossa capacidade de realização, o que prova que a existência entre nós de homens cheios de vitalidade que legam todas as suas energias as causas alevantadas e as mais belas conquistas sociais.

Não resta a menor dúvida sobre um feliz êxito da admirável iniciativa, a se julgar pelas adesões já conseguidas.

Os iniciadores do Hospital de S. Gonçalo contam como o apoio de que é digna a felicíssima idéia e com os auxílios de todas as famílias são-gonçalenses que, em absoluto não negaram o seu óbolo **aos que sofrem e aos que morrem a míngua de alimentos e de remédios à margem das estradas** [grifo meu].

Devemos unirmo-nos para a vitória do Bem, para a prática da Caridade e para que todos de São Gonçalo surjam aos olhos de nossos vizinhos identificados no mesmo ideal de amor e caridade.

O argumento que “em São Gonçalo nada vai avante” não tem mais razão de ser, desde que os fatos estão justamente ao contrário (...).

Sirva este exemplo de estímulo aos iniciadores do hospital e que as nossas palavras vazadas da maior sinceridade, sirvam de apanágio a grande idéia nascida em cérebros conscientes e acalentada por corações bem formados - para que um dia possamos ver frutificar as sementeiras propicias lançadas no coração repleto de ternura do nosso laborioso povo.

A comissão iniciadora da fundação do Hospital de S. Gonçalo tem dirigido a todos indistintamente a seguinte circular convite:

Ilmo.sr.

Sendo já uma aspiração geral em S. Gonçalo - a da fundação de uma Casa de Caridade no município, para socorro dos necessitados,

resolvemos tomar a iniciativa de promover uma reunião na sede do Grêmio Artístico Literário no dia 1º de janeiro, às seis horas da tarde, para que na mesma seja deliberada definitivamente a fundação do Hospital de S. Gonçalo.

Certos do carinho com que V.S. acolhe os bons gestos filantrópicos, julgamos não ser possível dispensar a vossa presença e generosa cooperação em prol do humanitário empreendimento na realidade digno do apoio de todos os corações bem formados.

Também aos vossos amigos poderá V.S transmitir o presente convite, conquistando assim outras tantas adesões para idéia tão digna do apoio dos espíritos cultos e tão voltados para o bem.

Contando desde já com o êxito de tão notável *tentamen* esperamos que V.S. compareça à sessão de 1º de Janeiro, e se constitua em um dos baluartes da idéia triunfante.

Saúde e Fraternidade. Dr. Luiz Palmier; Belarmino de Mattos e Hermógenes Lima<sup>2</sup>.

Guardando uma ordem cronológica, o hospital foi sua primeira obra de saúde conduzida em sociedade de interesse médico-social, na região que escolheu para ser o seu lugar de prática. Reservar-me-ei, no entanto, a seguir outra rotina ao escrever sobre o hospital. Meu motivo é derivado da percepção que o hospital não era, inicialmente, constituído como um participante do seu projeto de aperfeiçoamento, ou falando em termos diretos: de seus interesses eugênicos, mas fazia parte de um plano geral de promover melhoras nas condições de saúde e assistência no lugar e que ajudassem “aos que sofrem e aos que morrem à míngua de alimentos e de remédios à margem das estradas”<sup>3</sup>. Ora, mas a grande intenção do eugenismo no Brasil, debatido no primeiro capítulo, não era oferecer uma conduta de aquisição e manutenção de saúde a uma população equacionada como doente? Sim! E não há em sua trajetória de práticas implantadas ou pretendidas desde o seu início uma intenção direta de responder e traçar ações dentro das visões eugenistas brasileiras? Sim! No entanto, a intencionalidade e o delineamento claro que o identificavam (Palmier) constituem um núcleo duro, direto, de ações pensadas e valorizadas para os fins da eugenia que encarou. Neste núcleo de ações diretas constavam ações que miravam os sujeitos sociais, bem como os grupos de idades que o médico queria eugenzar. Eram alvos diretos, neste sentido, as mães que recebiam cuidados antes, durante e nos anos seguintes ao nascimento e as crianças claramente perceptíveis na política de atenção alimentar, pelo recebimento de leite

<sup>2</sup> PALMIER, Luiz; MATOS, Belarmino; LIMA, Hermógenes. Hospital de São Gonçalo. A grande reunião de hoje no Grêmio. *A Gazeta*, São Gonçalo, p. 1, 1 jan. 1920.

<sup>3</sup> *Ibidem*, p.1.



(distribuído no lactário) e educação higiênica (nos conteúdos escolares e através dos pelotões de saúde) do IGAMI. São estas práticas a que me refiro como alvos específicos, diretos. Estão claramente delineadas e discursivamente documentadas em seus escritos e imagens fotográficas colecionadas, as quais se enquadram na historiografia sobre o movimento eugenista no Brasil. É a partir deste tipo de ações (diretas) que visualizaremos os projetos e instituições em saúde criadas pelo médico para fazer com que o indivíduo nascesse, ficasse vivo, se mantivesse saudável e, se possível, melhorasse suas condições físicas, ficando robusto.

O hospital, neste sentido, fazia parte de uma das ações em que o médico eugenista Palmier esteve envolvido, não sendo propriamente uma ação de aperfeiçoamento e tão pouco deixava de responder a um ou outro objetivo proposto pela eugenia que entre nós se desenvolveu. Pautado em uma crença dos primeiros anos do movimento por aqui, que apontavam que mudanças socioambientais favoreceriam melhoras no conteúdo físico, e que estas passariam de uma geração a outra. Curar um povo doente, por assim dizer, era uma ação eugênica, no sentido que a nossa primícia orientadora das ações sanitárias e de higiene que influenciaram o movimento eugenista por aqui foi atuar sobre o povo que o sanitarismo descobrira estar desta forma. Meu sentido foi fazer uma seleção dentro de uma questão ampla que é a saúde, recortando para análise de questões específicas, direcionadas ao grupo de idades da infância e da categoria que o gênero feminino assumia pela natalidade.

Mesmo não sendo em sentido direto, porém geral, participante da lógica eugenista, considero que o hospital não foi feito para servir a vontade de eugenzar defendida pelo médico, mas que foi capaz de, ao longo dos anos, reunir vontades e ideais, desenvolvendo em seus espaços ações para aperfeiçoar o brasileiro. Este será o fio condutor para entender como, no curso do tempo, o lugar vai ser reorganizado, fazendo que se desenvolva a partir de seus espaços um projeto médico-social eugenista. Gosto de pensar que o próprio espaço do Hospital foi sendo aperfeiçoado. Este lugar médico, concebido pelos homens e mulheres dos anos de 1920/1930 foi uma entidade imbuída de sentidos sociais não negligenciáveis, em função do que se desenrolou em seus espaços ao longo dos anos. Foi do grupo de pessoas envolvidas com sua criação que derivaram algumas ações pioneiras nos campos da atenção alimentar e assistência social, para preservar e melhorar o patrimônio biológico tão precioso ao Estado

dependente do tamanho da fertilidade dos brasileiros. Enquanto eram ensaiados ali os primeiros passos em instituições de saúde que suportassem cuidar da coletividade do lugar e desenvolveram-se também condutas que resguardariam a qualidade deste brasileiro.

Neste sentido, fico bem à vontade para discutir o Hospital dentro das linhas propostas por mim neste trabalho: a ação médico-social eugenista de Palmier. Isto não me impede de identificar algumas outras demandas e retomar algumas discussões sobre este lugar ao longo deste capítulo.

Ao pensar sobre o Hospital, cujas primeiras linhas foram traçadas em 1919 e as primeiras etapas do projeto são dos anos de 1920 haja vista que intenção mais objetiva, ação e sentido residem (inicialmente) nesta década, mesmo que a inauguração tenha sido na outra, 1930, coloquei-me a percorrer em minha cabeça, em um vasculhar de pensamentos intencionalmente simples, preocupado em escrutinar atributos óbvios para tal tipo de lugar, tais como cuidar da saúde dos homens e mulheres em suas várias fases da vida, ser uma clínica, por assim dizer, lugar de socorro, evitando-se o inconveniente de ter que se deslocar para outras regiões em busca de soluções para os problemas de saúde.

A campanha em prol da criação do hospital reuniu alguns membros da sociedade local, dispostos a reinventar um uso para parte de uma cidade, concebendo-o como um espaço de referência, à plena vista de todos, criteriosamente estabelecido acima do nível da zona urbana em uma pequena colina, na região central, próximo das principais vias de ligação do município, bem perto da Prefeitura e praticamente ao lado da Igreja Matriz de São Gonçalo. Atenho-me, mesmo que ligeiramente, na justificativa ideológica deste lugar para uma região ainda com um evidente contraste entre o rural e urbano na periferia da sede do governo do Estado e da Capital Federal. Considero, no entanto, que esta é uma discussão já iniciada por mim ao usar partes de alguns textos deixados pelo médico em jornais, demonstrando o caráter médico-social dos empreendimentos em São Gonçalo. A reutilização destes textos reproduzidos em jornais vem do desejo de expor-lhes outras dimensões neste momento que recordo um pouco a tarefa de construir um hospital. Chamo estes textos escritos entre 1919 e 1921 de trilogia dos sentidos.

A partir de 1919, Palmier escreve três textos que prefiro olhar em conjunto: “O estado sanitário de São Gonçalo (1919)”, “São Gonçalo do Futuro, novo rumo” (1920) e “Saneamento” (1921). Considero que estes três textos lançam no ar daquela comunidade os sentidos intrínsecos e extrínsecos do projeto de se medicalizar aquela região. Há nestes textos uma justificativa médica antes da apresentação de um sentido para o Hospital. As leituras e releituras de alguns destes, emprestaram-me algumas interpretações ao longo deste trabalho. O que me interessa, desta vez, é a consciência médica que se queria produzir: serviram para abrir, mesmo, o caminho nas mentes de homens e mulheres do lugar? Prepararam o terreno seguido por um retirar de preceitos inúteis (não médicos)? Buscaram uma inserção científica no lugar pela vontade ou pela força dos seus argumentos? Munidos destes sentidos, a trilogia presta-se a pensar como o local foi preparado para crer, receber e auferir dos benefícios da medicina.

Notemos algumas destas narrativas preparatórias. Primeira, é o médico o grande conhecedor das condições de saúde de uma região: “Dizer do estado sanitário de uma vasta região, como na realidade é vasto, rico e populoso o município de São Gonçalo, é tarefa que demanda cuidados especiais e um perfeito conhecimento de causa”<sup>4</sup>. Por estas linhas escritas em 1919 quem define o estado sanitário, as taxas de saúde e o clima de uma região era o médico, e este o faz tendo por base a ciência que o diferencia e o gabarita.

Ao escrever em 1919, Palmier inicia uma prática muito duradoura em relação ao jornalismo e aos assuntos médicos na região. Seu tom inicial consiste em apresentar o conhecimento da medicina como o único válido para discutir os problemas do meio no município. Desta forma, caberia à medicina o predicado de tornar-se referência sobre o estado das coisas de São Gonçalo, excluindo sujeitos e saberes e ao mesmo tempo tranquilizando e orientando sobre os processos das doenças que atingiam a comunidade.

(...) Entretanto para a tranqüilidade do espírito público, sempre mais ou menos atendendo aos ditos reclames gratuitos dos boateiros, necessário se torna fazer alguma luz em torno de assunto de tão palpitante atualidade.

Por dois prismas pode ser vista a questão do estado sanitário:

Tendo em vista em primeiro lugar as condições climatéricas da região e secundariamente as invasões periódicas de epidemias de relativa benignidade.

---

<sup>4</sup> PALMIER, Luiz. Estado sanitário de São Gonçalo. *A Gazeta*, São Gonçalo, p.1 24 ago. 1919.

Quanto ao primeiro problema a estudar não seria difícil com dados os mais precisos e irrefutáveis desmentir aos mais audazes propagandistas agoureiros que, usando de processo mui brasileiro de discutirem assuntos sem conhecimento de causa - taxam sem a menor cerimônia de mau clima a região conhecida de todos como salubérrima<sup>5</sup>.

Em 1919 foi iniciada então a preparação do terreno para a medicalização daquela sociedade, em um tom de análise e constatação da situação em que o saber médico é posto como único válido a dizer algo sobre o meio ambiente, salubridade ou mesmo insalubridade do lugar. Iniciava-se uma era médica, se assim considerarmos em conjunto as ações de medicina de Palmier. Tratou-se de uma ação discursiva que deslocava saberes e posicionava outros como válidos e imprescindíveis. Analisar, julgar e prescrever eram atributos da ciência e como tal cabia a ela oferecer um parecer a respeito da região de São Gonçalo. E qual era?

Eis porque se pode afirmar que o atual estado sanitário do município de São Gonçalo é bom, embora ainda restem ligeiros resíduos das epidemias - sarampo e coqueluche, que embora muitas vezes produzindo alarme devido às complicações possíveis são na realidade benignas, procurando levar a calma aos lares aflitos não poderíamos de outra forma, embora sem numerá-las, **deixar de clamar, pela observância de cuidados higiênicos indispensáveis principalmente as pobres e criancinhas**, (grifo meu) que muitas vezes são vítimas da ignorância de pessoas que as colocam sob a proteção do mais revoltante charlatanismo.

Guerra, pois, ao curandeirismo e teremos bom estado sanitário<sup>6</sup>.

Se o médico constatava, para a tranquilidade de todos, a salubridade da região e excluía saberes curativos pautados nas tradições populares e nas pessoas não constituídas dos atributos de ciência, existe ainda um mérito neste texto: apresentar em primeira mão alguns sujeitos que fariam girar a roda das ações médico-sociais eugenistas ao longo dos quase 36 anos de vinculação do médico com o lugar. Eram estes “os pobres e criancinhas”, que surgiam como personagens ideais para a atenção médica no lugar, por serem elementos mais vulneráveis à doença e conseqüentemente a mudar a sua ordem sanitária. Os pobres neste sentido tinham um potencial para afetar até as outras classes com suas doenças e perigos epidêmicos e as crianças poriam em risco o capital biológico que elas representavam. A eles, mais do que a quaisquer outros, seria, pois, indispensável uma conduta higiênica e um lugar de saúde coletiva que

<sup>5</sup> PALMIER, Luiz. Estado sanitário de São Gonçalo. A Gazeta, São Gonçalo, p.1 24 ago. 1919.

<sup>6</sup> Ibidem. p.1.

individualizasse e tratasse de suas doenças para impedir que estas atingissem a coletividade.

Ainda traçando em ordem cronológica os sentidos construídos por este grupo de textos, eis que surge o já apontado em outras partes deste trabalho, o “São Gonçalo do futuro, novo rumo”, que ainda não tem por esgotado o seu potencial interpretativo. Neste escrito, o hospital assumiria no futuro desenhado nos anos de 1920 a condução de:

medidas profiláticas rigorosas e o tratamento sistemático das endemias, teremos garantido ainda mais vigor físico de todo esse povo exercitado no trabalho e na prática dos esportes. Medidas de higiene severa irão garantir, sob todos os pontos de vista, a saúde; não mais serão conhecidas as valas infectas e os pântanos em profusão<sup>7</sup>.

Este texto nos serve para costurar algumas questões quando juntado ao terceiro e último. Um sentido preparatório à medicalização da sociedade local era, pois, uma necessidade para a intelectualidade, que já havia percebido o capital biológico envolvido pelo sujeito enquanto trabalhador. Escrevendo o texto o “Saneamento”, em 1921, Palmier conduz de forma muito direta a ideia de que a ação médica em defesa do estado de saúde do lugar tinha relação direta com a preservação de algo caro ao médico: o trabalho e as condições físicas para ele.

Movimento de defesa sanitária ainda mais animador produziu em pouco tempo resultados estupendos, principalmente pela volta ao trabalho de milhares de indivíduos considerados até então como inutilizados para a atividade agrícola e industrial.

Com esse duplo aspecto do saneamento da terra e cura sistemática dos doentes, teríamos conseguido esse milagre extraordinário de melhorar a terra pelo trabalho do homem e beneficiar o homem pelo seu próprio trabalho beneficiando a terra<sup>8</sup>.

Diferentemente de outros eugenistas cheios de pânico em relação à classe social, a falta de educação e os modos da população, Palmier reservava o seu pavor ao vadio, ao sujeito sem trabalho, ora porque assim queria conduzir sua vida (ver a discussão sobre o texto “O problema da felicidade”, feita no capítulo anterior), ora porque estava inutilizado pela doença. Este foi um medo norteador (íntimo até) das ações em que Palmier se envolveu, cujo olhar em retrospectiva nos faz perceber que impulsionaram as

<sup>7</sup> PALMIER, Luiz. São Gonçalo do Futuro, novo rumo. *A Gazeta*, São Gonçalo, p.1, 29 ago. 1920 e 05 set.1920.

<sup>8</sup> PALMIER, Luiz. Saneamento. *Ilustração Fluminense*, Niterói, Coluna Problemas Econômicos, 5 dez. 1921, p. 20.

ações em educação responsáveis por conformar as mentalidades e também as ações em saúde, que normatizavam o corpo. O pavor ao não trabalho do indivíduo e a intenção de fomentar homens laboriosos pelo conhecimento, higidez e disposição foram, pois, uma tarefa muito grata a Palmier.

Apresentados os sentidos, o percurso mais imediato seria discorrer sobre o movimento em torno da construção do lugar. Entendo, no entanto, que ao fazer isto me distanciarei historicizando sobre um lugar que não apresenta ainda (nos anos de 1920) uma ação sobre a saúde que possa ser percebida como a de aperfeiçoamento, há apenas uma vontade eugênica contida no discurso acerca da saúde do local. Continuarei por alguns caminhos não percorridos por trabalhos históricos sobre o hospital, aos quais pretendo dar algum realce.

Não é negligenciável que a ação de se construir um hospital foi um movimento de sociedade civil, mesmo que isto esteja claro nos estudos sobre Palmier e a organização dos serviços de saúde, (Reznik e Fernandes, 2003), a criação do hospital, (Araújo, 2004) e até mesmo nos estudos sobre as narrativas fotográficas do artigo de Reznik e Araújo (2007). Há uma forma de se tratar discursivamente o hospital no âmbito de um movimento civil que vai emprestar sentimentos comuns às ações em assistência social e médica, as quais produziram um modo de aqueles agentes da modernidade pela saúde serem percebidos, o que os ajudou a angariar fundos e apoio. Trata-se de um vocabulário caritativo, deslocado aparentemente do que acontecia de fato dentro do hospital, uma contradição entre as formas e atribuições científicas e modernizantes que ocorriam em seu interior e que não se ajustavam aparentemente ao uso constante deste tipo vocabulário, mas que tinham sua razão de ser.

Alguns escritos recentes e problematizadores sobre Palmier focalizaram suficientemente bem alguns atributos simbólicos do hospital em seu período histórico, deixando-nos entrever um sentido muito característico daquele momento, a modernidade. Foram um produzir discursivo e uma busca por este ideal muito intensa, relevante e reveladora na produção intelectual de Palmier em sua época. Falo de alguns textos elaborados a partir de 2003, tais como Fernandes e Reznik (2003), Araújo (2004) e Reznik e Araújo (2007), dos quais o último apresenta ainda um atributo de lugar de ciência um tanto quanto precursor em um cenário médico do Estado do Rio de Janeiro à época. Estes autores demonstram isto quando narram a implantação do biotério e da

clínica dentária em 1941. Segundo informações do recém-empossado diretor do Hospital de São Gonçalo à *Revista da Semana*, tratava-se do ‘primeiro estabelecimento científico anexo e parte integrante de um hospital a ser inaugurado no Estado do Rio de Janeiro’<sup>9</sup>. Hochman (2001) explica que o biotério era um local de experimentação científica, fonte de abastecimento de soros e vacinas, cujo objetivo era o diagnóstico e o acompanhamento de endemias tais como a tuberculose e a malária.



CLP\_SA\_HSG\_41. Biotério do Hospital de São Gonçalo, 19/01/1941<sup>10</sup>.

Ainda em sua coleção fotográfica, a outra narrativa que reforça a dimensão científica e um caráter de local de experiências pioneiras para o Estado do Rio é a da transfusão sanguínea ocorrida em 1939 e relatada na imprensa. “Está neste caso a transfusão de sangue, verdadeira maravilha da terapêutica moderna e que no Hospital de São Gonçalo vem sendo praticada de forma primeira e com pleno êxito”<sup>11</sup>.

<sup>9</sup> *Revista da Semana*, Niterói, 25 jan. 1941. A inauguração se deu no dia 19/01/1941 sendo posteriormente veiculada na imprensa.

<sup>10</sup> Legenda original: Com a presença do Interventor Federal e do Prefeito de São Gonçalo. Inauguração do Biotério do Hospital de São Gonçalo em 19/01/1941.

<sup>11</sup> *Diário da Manhã*, Niterói, 14 mar. 1939.



CLP\_SA\_HSG\_53. Doador de Sangue do Hospital de São Gonçalo, 1939<sup>12</sup>.

Conjugado ao local de ciência, Palmier também fez das instalações um lugar para se compartilhar o ensino de ciências. Professor de Microbiologia da Faculdade de Farmácia e Odontologia do Rio de Janeiro e Professor de anatomia patológica da Faculdade Fluminense de Medicina em 1930, fazia questão de levar os seus alunos ao lugar para que não tivessem um ensino de ciências médicas distanciado da prática hospitalar.

As Damas de Caridade do Hospital emprestaram uma dinâmica muito própria à parte do projeto médico-social em São Gonçalo. Talvez já seja chegada a hora de dar-lhes atenção. Certamente não a devida, mas um observar mais detalhado das configurações sociais, políticas e culturais em que se moviam. A primeira forma de incluí-las em uma discussão é recordando alguns de seus nomes, o que me antecipo em me desculpar pelos esquecimentos que venham, pois foram muitas em uma variedade enorme de ações. Eram Damas de Caridade que compuseram uma Associação em prol do Hospital as senhoras Olga Benevides Palmier, Albertina Campos (presidente), Odysseá Silveira de Siqueira, Antonieta Palmeira, Maria Carlota Póvoa, Emília Vieira, Eulina Mastrângelo, Luzia Pires, Conceição Sá Ribeiro e Aurora Carneiro. Apesar do nome que as precedia em sociedade, as ações desenvolvidas por aquelas senhoras não eram de caridade, considerando-se como ações deste tipo aquelas em que em nossa

<sup>12</sup> Legenda original: Hospital após uma transfusão de sangue (sentado o doador).



sociedade estão imbuídas de um sentido religioso que as precede e lhes direcionam as ações, com uma função interna ao ato muito adequada ao cumprimento da norma de um bom religioso, que vai adquirindo salvação através das boas obras. Eu, no entanto, estou consciente da própria separação conceitual entre caridade e filantropia, enquanto a primeira refere-se a um sentimento de ordem individualizada em relação à pobreza, uma prática envolvida pela emoção, simpatia ou piedade, de pessoas dispostas a ajudar; a segunda, a filantropia, refere-se a uma atividade secularizada socialmente medida e envolta em formas racionais de assistência. Sobre os elementos discursivos presentes na própria história do Serviço Social no Brasil, entre eles o de caridade o trabalho Iamamoto e Carvalho (2009) expõe:

A caridade passa a utilizar os recursos que a ciência e a técnica lhe oferecem; mobiliza, além dos sentimentos, a inteligência e a vontade para o serviço da pessoa humana. O Serviço Social representa uma evolução dos antigos métodos, favorecida pelas descobertas científicas, pelo desenvolvimento dos estudos sociológicos e principalmente, pela intensidade e complexidade dos problemas sociais presentes. Isso o distingue das antigas formas de assistência (IAMAMOTO e CARVALHO, 2009: 201).

Estas “Damas” fizeram filantropia. Este ato constituiu uma identidade destas mulheres na época que a vida lhes reservou. Foi também através desta prática que alcançaram projeção social e fizeram política, tanto quanto comportaram-se como feministas, fazendo avançar os espaços e o grau de participação nos debates, na vida civil e de governo do país.

As ações filantrópicas destas mulheres devem ser vistas como uma forma de se inserir na criação de um Brasil moderno. Estas damas agiram por esta modernização em campos da medicina social e da educação ao assumir a ação que as identificava e lhes conferia valores outros, que não as de donas de casas e mães de família. A filantropia as fazia tornarem-se membros dos movimentos onde suas ações se davam, evidentemente que não em uma categoria igual à dos homens: afinal, nas corporações científicas, por exemplo, eram iguais os homens e mulheres que haviam frequentado os mesmos cursos que lhes conferiam o diploma. Mas estas mulheres, entendendo, não deixaram de ser eugenistas, higienistas, educadoras sanitárias e professoras de educação física, entre outras tantas atividades que compuseram as estratégias destas agentes da modernidade local. Tinham, no entanto, algo próprio que as distinguia em gênero: a condição de

serem em sua maioria<sup>13</sup> mães. Estas mulheres exerceram sua cidadania ao emprestar em parte esta imagem às ações em que empenhavam o seu tempo fora do lar em tarefas consideradas como de benemerência. Tais atividades eram, no fundo, o cumprimento de um dever social esperado daquelas mulheres de boa sociedade que em seus lares iam preparando os futuros homens públicos e fora deles estavam a preparar o povo para assumir as demandas do Estado e das formas econômicas nacionais. Suas atuações foram fundamentalmente formas cívicas, inseridas e permeadas por aspectos políticos, ideológicos e culturais. Suas ações, percebidas a partir da campanha pró-hospital, não eram desassociadas das práticas sociais e científicas dos médicos, eram-lhes conjugadas, compunha-lhes uma dimensão, ajudavam aos interesses dos médicos e lhes auxiliavam a ter uma maior inserção na esfera pública.

A filantropia destas mulheres, segundo as questões apresentadas no trabalho de Freire (2009) e Mott (2001), assume uma etapa na própria história da mulher e das atividades femininas no Brasil, sendo uma função não desviante da condição primeira das mulheres à época, que era ser mãe e ter um bom desempenho nos cuidados com o lar. Segundo estas duas autoras, eram também funções não desviantes as profissões de enfermeiras e professoras, socialmente entendidas como mais próprias (de acordo) para as mulheres que os imperativos econômicos não lhes impedissem o trabalho pela necessidade. Estas atividades resguardariam suas funções mais gratas em sua essência maternal, o lar e a vinculação de filhos “bem educados” e “bem cuidados”.

As ações desenvolvidas por estas mulheres mostram, nas notícias dos jornais que retratavam os seus cotidianos, que não havia uma demanda econômica que lhes impusesse o trabalho, em sua grande maioria, sendo ou uma ou outra destacada como professora, o que também pode não representar um desvio da situação econômica do grupo devido à condição dos maridos ou a condições de suas famílias tradicionalmente estabelecidas sócio e economicamente. Dona Olga Benevides Palmier, por exemplo, era membro de tradicional família da cidade do Rio de Janeiro e de São Gonçalo, os Correia de Sá e Benevides, que remontam suas origens ao fundador da atual capital fluminense, Estácio de Sá (DFB, 1999).

---

<sup>13</sup> A professora Albertina Campos nunca foi mãe, algumas outras tiveram sua participação em momentos que precederam a maternidade.

Gosto de pensar de maneira muito próxima ao trabalho que uso para nortear esta discussão: o de Freire (2009)<sup>14</sup>. Estas mulheres, que receberam a alcunha de Damas de Caridade, estavam inseridas também em algumas cobranças daquela sociedade, o que dramatiza de certo modo a questão: a rejeição ao modelo de ócio e frivolidade que pairava sobre elas. Esta demanda cultural acabou impulsionando uma redefinição do papel social destas mulheres, muito a reboque de mudanças mais gerais pelas quais aquela sociedade estava passando. O exercício de uma função filantrópica não representava um trabalho economicamente constituído pela falta mesmo de uma função financeira, mas tão pouco este fato lhes negava outros tipos de remunerações, morais e sociais.

Foi-se costurando naquela sociedade (São Gonçalo) um jogo próprio em que aquelas mulheres iam adquirindo conquistas feministas, num quadro de avanços que não perturbava a ordem moral e social daquela gente. Ao atuarem desta forma em favor do bem comum, passaram a exercer funções de direção administrativa e política no projeto médico-social eugenista, de notório valor. Olhar-lhes as fotos e ler-lhes as matérias jornalísticas que registraram suas atividades dão conta de como desempenharam e criaram funções sociais novas para aquele lugar, para aquelas mulheres, tornando-se imprescindíveis.

Estas filantropas assumiram posições de direção, demonstraram capacidade de gerência de partes muito importantes da campanha em prol do hospital onde sua principal atividade era indispensável, a árdua e contínua tarefa de conseguir verbas, primeiro para levantar o lugar e mais tarde para mantê-lo funcionando, através das doações, e, como se não bastasse, ajudaram a criar e passaram a administrar o projeto puericultor do lugar. Estiveram à frente da parte feminina da campanha, se considerarmos que os homens atuavam na captação de recursos em outras áreas, como o comércio e a indústria, que doavam itens mais específicos como ferro<sup>15</sup> e contribuições

---

<sup>14</sup> A autora discute a filantropia como uma forma de trabalho feminino na parte: “entre o mundo do trabalho e o mundo doméstico” do capítulo primeiro (As múltiplas faces da mulher moderna), em que discute as múltiplas faces da mulher no modernismo político e social dos anos de 1920/1930. Esta discussão me ajudou a pensar que a atividade filantrópica foi uma forma de trabalho que definiu para algumas mulheres os seus papéis sociais.

<sup>15</sup> Sob o título “Mais um vitorioso donativo para o Hospital”, que anuncia a doação do ferro necessário à confecção da laje. *O São Gonçalo*, São Gonçalo, p.1, 11 set. 1932.

diferenciadas de cimento. Era a parte masculina da filantropia espacial e politicamente direcionada aos governos e empresários.



CLP\_SA\_HSG\_02. Obras do Hospital de São Gonçalo, Ao fundo desta foto vemos a placa com referência à obra, ao engenheiro responsável Dr.Hans Hoj e ao “constructor” (Antônio de Lima). Entre outros, da esquerda para a direita: 3º, Hermógenes Lima, tesoureiro da Associação do Hospital de São Gonçalo; 4º, Luiz Palmier; e 5º, o prefeito Miguelote Vianna, que teve um exercício em 1930 e outro entre 1932 e 1935. Na segunda fila, na extrema direita, o secretário da Associação(neste período), Ismael Branco e o jornalista e diretor proprietário do jornal O São Gonçalo, Belarmino de Mattos, 1930.

A foto que retrata a visita do Prefeito Miguelote Vianna e do diretor de obras da prefeitura, ao lado dos diretores, conselheiros e jornalistas, por ocasião da colocação da placa das obras de construção do Hospital de São Gonçalo, nos dá conta deste mundo repartido entre as atividades de condução do projeto hospitalar em São Gonçalo. Mesmo que sentidas pelo pronunciar dos seus nomes (como a narrativa jornalística evidenciava), as atividades junto aos membros do governo eram atribuições masculinas desenvolvidas dentro do projeto.

O cotidiano das práticas femininas em relação ao hospital se desenvolveu de forma muito característica, em encontros sociais (para arrecadação de fundos) típicos do período, como apresentações teatrais, canto e música erudita, declamação de poesia nos chás dançantes, sorvetes dançantes, soirées dançantes, festivais artísticos e esportivos. Estas reuniões refletiam um estilo de vida destas mulheres. Foram, pois, espaços de sociabilidade, dos namoricos às vistas das mães entre as “senhorinhas de ‘escol’ local e nictheroyense”<sup>16</sup>. Criadas com o fito filantrópico, estavam contidas dentro da realidade

<sup>16</sup> *O Estado*, Niterói, 23 fev. 1932.

de seus gostos, modelos sociais e práticas culturais, facilmente percebidos ao analisarmos o programa do festival pró-hospital ocorrido em 1931.

**Festival infantil Pro Hospital S. Gonçalo**

Amanhã, no Cine Theatro S. José realizar-se-á um imponente festival em beneficio das obras do Hospital de S. Gonçalo, o qual obedecerá ao seguinte programma:

1º parte:

- a) Hino a Benjamim Constant: letra e música do Dr. Horácio Campos.
- b) Solo de violino, pela menina Marita Vargas Guimarães.
- c) Poesia de Alvaro Campos
- d) A malandrinha, comédia de Sebastião Silveira.

2º parte

- a) Bailado Matinal, letra de Alvaro Campos e música de maestrina D. Firmina Pereira Lameirinha.
- b) Bailado das borboletas, letras e músicas dos mesmos.
- c) Apoteose “Duas Bandeiras” poesia de D. Odisséia Silveira de Siqueira.<sup>17</sup>

Aquelas mulheres envolvidas na gerência demonstraram ter grande habilidade para administrar recursos e pessoas, souberam criar um bom uso para a imagem da campanha nos meios de comunicação regionais franqueados a elas. Acabaram assumindo naturalmente postos de liderança dos projetos médicos e educacionais daquela sociedade civil organizada na cidade de São Gonçalo dos anos de 1920, 1930 e 1940. Foram desde as primeiras horas engajadas na constituição da Associação que se ocupou de efetivar a construção do Hospital. Quando inaugurado, ocuparam inclusive o cargo de Presidente da Associação. Refiro-me à educadora Albertina Campos, figura inicial do projeto nos anos de 1920, que em 1933 aparece como vice-presidente e em 1936 assume a presidência da Associação do Hospital de São Gonçalo<sup>18</sup>.

A partir da demanda intelectual daquele grupo de artífices do progresso, de 1936 em diante vai aparecendo nas narrativas expostas em seus documentos a vontade de criar novos serviços, sob o nome de atividades de assistência social, que interpreto como partes do projeto médico-social eugenista de atenção à saúde das mães e dos seus filhos, que fizeram aparecer algumas atitudes e espaços médico-sociais eugênicos de saúde. Posso citar o Instituto Gonçalense de Amparo à Maternidade e à Infância (IGAMI) a qual estava ligado a pedagogia higiênica dos Pelotões de Saúde e o Lactário, e mais tarde o Centro de Puericultura. As indispensáveis damas de caridade tiveram

<sup>17</sup> *A Gazeta*, São Gonçalo, 19 nov.1931.

<sup>18</sup> Palmier seguiu como diretor do Hospital até 1939. Participando depois apenas do conselho técnico da instituição.

constantemente aumentado o nível de sua participação pública através destas instituições. Nestes lugares de práticas de saúde, passaram a outra categoria ao assumirem posições na condução das ações deste tipo: a categoria sócio médica. Foucault (1979) usa este termo no texto o “Nascimento da medicina social” para indicar indivíduos que atuaram junto aos médicos na coletivização dos cuidados médicos sociais, desempenhando funções não conflitantes com os diplomados e não menos úteis a eles em sociedade, adquirindo uma carga de conhecimentos substancial que os diferenciam e os destacam dentro do meio.

A segunda questão que dá sentido a este vocabulário pode ser encontrada no período histórico entre a Fundação da Associação para Ihe direcionar as obras (década de 1920), o período de conclusão e início de expansão de suas atividades (década de 1930) até o final da década de 1940. A ideia do hospital, surgida nos anos de 1920, merece mesmo o termo utopia dado por alguns textos, como os de Reznik e Fernandes (2003) e Reznik e Araújo (2004). A utopia em que residia a tarefa de se montar um empreendimento deste tipo naquele período não corresponde a uma impossibilidade mais sim um sonho a se realizar; e o foi, pois o Hospital tornou-se uma realidade em 1934 como local de uma ação individualizada em épocas de não amparo e organização do Estado para suprir-lhe as necessidades. Uma utopia sentida inclusive pelos homens e mulheres daquela geração. Em 1933, o jornal *O São Gonçalo* faz um balanço da questão em uma reportagem intitulada “A assistência social em São Gonçalo” na qual reverencia a utopia de alguns, prestes a se tornar realidade.

O grande sonho de alguns idealistas de 1919, parece caminhar para um êxito dos mais completos.

**Considerado utopia para a grande maioria, e ainda hoje para alguns céticos** [grifo meu], esse verdadeiro plano de assistência social, representando um programa de realizações práticas, nos domínios da philantropia, caminha para as suas finalidades ainda obedecendo as linhas mestras do que foi esboçado há quatorze longos annos<sup>19</sup>.

De 1916 aos anos da década de 1920 houve um período muito próprio para se pensar a saúde pública no Brasil, no bojo das campanhas de saneamento que apontavam a necessidade da ampliação desta ação do litoral para o interior em um combate mais sistemático da malária, ancilostomose e da doença de Chagas. Foram anos do

---

<sup>19</sup> A assistência social em S. Gonçalo. *O São Gonçalo*, São Gonçalo. 31 dez. 1933.

estabelecimento das campanhas contra febre amarela e malária, da Fundação Rockefeller no Brasil, e das expedições científicas de Arthur Neiva e Belisário Pena, que mal ou bem transmitiam a sensação de haver chegado a hora de se tratar das doenças das cidades, bem como das do campo. O lançamento da pedra fundamental do Hospital no início da década de 1920 (sete de novembro de 1921) carrega o entusiasmo dos médicos, intelectuais e alguns homens e mulheres daquela comunidade, influenciados pelas correntes do sanitarismo e do higienismo. Um entusiasmo pela via do saneamento que achava que naquela década se resolveria muitos dos fatores causadores das doenças dos brasileiros. Entusiasmo precipitado em função da vontade política dos governos daquela década de 1920, que enganou até os mais experientes como Belisário Pena, que durante os anos de 1920 vai romper com diversas autoridades (médicos sanitaristas históricos) do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), devido à imobilidade do departamento em relação às zonas rurais, (Hochman, 2001). O caráter de parceria entre o governo dos Estados e o Governo Federal não teve força para efetivar as mudanças na situação de saúde do Brasil, o que insatisfez muitos otimistas. Apenas após a primeira reforma da saúde em 1937 (mais administrativa, diga-se de passagem), na primeira gestão do ministro Capanema no MESP, foram desenhadas as linhas de uma atuação mais efetiva em saúde pública. Refiro-me à saúde pública neste período como os cuidados das doenças de potencial epidêmico ou endêmico. Somente na segunda reforma em saúde, em 1941, houve um caráter mais nacional, deslocando com mais intensidade as ações de saúde pública do Distrito Federal para os Estados.

O Hospital de São Gonçalo foi pensado, desta forma, em uma época em que não existia uma estrutura de governo que comportasse uma saúde individualizada do tipo que os promotores do Hospital e principalmente Palmier preconizavam. O Governo, entre 1920 e início da década de 1930, não focava na doença do indivíduo, mas no perigo de certas doenças enquanto possibilidade epidêmica. O Governo Vargas, que foi o de mais longa duração no período de vida de Palmier e de funcionamento do Hospital, submeteu a saúde individualizada ao apoio das massas trabalhadoras e seus sindicatos, que fornecia uma ação médica direcionada a grupos muito específicos vinculados aos sindicatos das categorias, (Hochman, 2001). Assim, o empreendimento hospitalar de São Gonçalo nasceu e foi gerido durante décadas se equilibrando entre as verbas constantes, mas parcas, do governo do Estado para as ações que queria cumprir e que anteriormente à sua inauguração já lhe subvencionava timidamente as obras; é de 30 de

maio de 1933 o decreto nº 2911, do Governo do Estado do Rio de Janeiro, que estipula verbas para a construção do Hospital categorizado como uma “iniciativa particular orientada de assistência social”<sup>20</sup>. De 1934 em diante, o Hospital passa a figurar nos relatórios de governo e constar das disposições orçamentárias do Estado. Na outra ponta, estavam as parcas e intermitentes verbas do governo municipal, sempre a merecer críticas.

Os termos caritativos então se cristalizaram em todos os discursos do hospital como uma estratégia para a sua construção e funcionamento e ampliação de seus serviços. Era, pois, um convite à consagração dos beneméritos e ao expurgo diante da opinião pública das administrações governamentais que negassem ajuda. Um simples percorrer de títulos das reportagens dos jornais que vinculavam notícias sobre o lugar deixa claro os constantes problemas, e a ação civil continua para se erguer o prédio nos anos de 1920 e para mantê-lo após a sua inauguração. O acompanhar simples das narrativas dos títulos dos jornais, dividindo-se em antes e depois de sua inauguração, dá conta do que quero dizer: nos momentos anteriores à conclusão eram comuns os títulos do tipo “O hospital de São Gonçalo será uma realidade?”<sup>21</sup>, “O Hospital vai ser concluído desta vez?”<sup>22</sup>, “ O Hospital de S. Gonçalo, vae desta vez!”<sup>23</sup>. Após a inauguração nos anos de 1930, a mesma forma discursiva continua, mais diretas nos primeiros anos, como nas manchetes “Auxiliemos ao Hospital: sobre a crise de que o Dr. Palmier enfrenta com os atrasos das contribuições municipais”<sup>24</sup>, “A prefeitura não paga ao hospital: Palmier está se valendo do crédito pessoal para não fechar as portas do Hospital”<sup>25</sup>, “Um belo exemplo a ser seguido: sobre os donativos pelo hospital de São Gonçalo”<sup>26</sup>. O discurso mais direto cobrando do poder municipal vai aos poucos sendo substituído por maneiras mais veladas, próximos a assuntos de campanhas de donativos,

---

<sup>20</sup> “(...)Considerando ainda que a administração publica não pode ser indiferente a iniciativa particular quando orientada, esta no sentido de assistência social, de que é irrecusável expressão o levantamento do hospital de São Gonçalo e da Policlínica de Niterói(...).

Art. 2º fica aberto o crédito extraordinário de 400:000\$000 em duas parcelas, sendo uma de 300:000\$000 para correr das despesa com auxilio á construção da Policlínica de Niterói, e outra 100:000\$000, destinado a fazer face a despesa com a cooperação do estado nas obras do Hospital de São Gonçalo”. Diário Oficial do Rio de Janeiro 30 de maio de 1933; Decreto nº 2.911.

<sup>21</sup> *A Gazeta*, São Gonçalo, p.1, 22 set. 1931.

<sup>22</sup> *A Gazeta*, São Gonçalo, p.2, 27 ago. 1931.

<sup>23</sup> *O São Gonçalo*. São Gonçalo, p.1, 13 nov. 1932.

<sup>24</sup> *O São Gonçalo*, São Gonçalo, p.1, 07 jul. 1935.

<sup>25</sup> *O São Gonçalo*, São Gonçalo, p.1, 11 ago. 1935.

<sup>26</sup> *O São Gonçalo*, São Gonçalo, p.1, 16 dez. 1937.



para a manutenção dos serviços, o que não significou que o fluxo de verbas havia sido sanado por este governo.

As ações desenvolvidas pelos grupos envolvidos com o Hospital manteriam por muito tempo este tom. Acabaram produzindo uma identidade que foi aos poucos sendo traduzida e redistribuída pela opinião pública e pelos participantes como sendo de ações em assistência social. Esta foi a brecha para fazer com que o hospital redefinisse parte dos motivos de sua criação, passando a utilizar o termo assistência social para executar ações de medicina social eugênica.

#### **4.1 Por trás do discurso de assistência, o repertório eugênico**

A redefinição se deu através de um discurso de assistência social no início dos anos de 1930. Os componentes e questões deste discurso, no entanto, já existiam. A intenção de fazer do Hospital um local para atender elementos da sociedade considerados estratégicos para o projeto de aperfeiçoamento do país já estava contido na utopia dos anos de 1920, em um esforço de imaginação muito próximo do que seria implantado mais de uma década depois. Vale lembrar o que Palmier escreveu:

(...)O Hospital de São Gonçalo terá muitos outros pavilhões em que o amparo às mães será iniciado na maternidade para em seguida, começar o amparo a criança nas creches e gotas de leite (asilo e proteção à infância) e mais tarde a proteção ao velho (no asilo de velhice)<sup>27</sup>.

Além de representar uma intenção, que acabou sendo muito próximo do que realmente aconteceu, existe em suas linhas a disposição em ordem dos elementos que a estrutura de assistência ampararia: as mães durante a maternidade e as crianças. Eram alvos prioritários de uma preocupação em se aperfeiçoar do movimento eugênico por

---

<sup>27</sup> PALMIER, Luiz. São Gonçalo do Futuro, novo rumo. *A Gazeta*, São Gonçalo, p.1, 29 ago. 1920 e 05 set 1920.

aqui e que fez girar as ações em saúde de Palmier e do grupo de homens e mulheres que se juntaram para efetivar a medicalização de São Gonçalo.

A referência a estes dois elementos de atenção eugênica ainda nos anos de 1920 não foi sem sentido. A mulher, revestida de sua identidade materna, e a infância eram os elementos centrais do discurso da intelectualidade médica deste período. Sobre eles recaía a guarda do futuro da nação, o que é confirmado nos estudos sobre o pensamento moderno na Primeira República, feitos por Herschmann e Pereira (1994), Carvalho (1989), Luz (1982), Romanelli (1984) e Freire (2009). Sobre estes dois elementos concentraram-se muitos esforços e ações que os conduziram à função de participantes diretos e, portanto, alvos das ações mais diretas para se garantir aquele futuro.

Quando a intenção de proteger estes elementos tão caros deixou de ser palavras em um discurso modernista e passou efetivamente a acontecer em São Gonçalo? Escolho olhar a partir do Hospital, por considerar ser do grupo em torno dele a direção dos projetos de assistência médico-social que responderam à intenção eugênica repartida entre educadores, damas de caridade (mulheres dedicadas à filantropia), médicos, jornalistas; enfim, a intelectualidade local. Foi o grupo reunido para sua construção e posterior manutenção que absorveu a preocupação e a realização dos projetos que promoveram os cuidados a infância e a maternidade.

O plano de assistência social no qual os projetos médico-sociais eugênicos foram inseridos iniciou-se em janeiro de 1933, com a reformulação do estatuto da Associação Hospital de São Gonçalo que ampliou a própria concepção dos sujeitos que seriam atendidos, muito de acordo com o conceito em que a eugenia seria uma demanda para a sociedade (caracterizada pelo não conhecimento) e não para uma classe social, mesmo que isto tenha sido cumprido despejando-se sobre os pobres um repertório de ações, discursos e medos tanto em São Gonçalo com em outras partes, o que acabou tornando as práticas eugênicas uma preocupação dirigida às classes pobres. É possível perceber este sentido em notícias de jornais como a reportagem contida no jornal O São Gonçalo:

(...) A organização social que já representava um plano completo de assistência hospitalar aos necessitados do município, deixou de ser somente dedicado as classes pobres para em amplos detalhes abranger toda a assistência social, em suas modalidades do mais simples ao mais complexo (...).

Os antigos estatutos não preenchiam os fins colimados de modo que uma comissão constituída pelos Srs.: Alberto Paiva, Vieira de Macedo, Quintino Teixeira, Lourenço Abrantes e Belarmino de Mattos, foi nomeada e de acordo ainda com a ideia do presidente da Associação, Dr. Luiz Palmier e outros diretores e associados foi elaborado um anteprojeto capaz de consubstanciar todo o vastíssimo programa de assistência social formulado pelo idealizador dessa grande obra e capaz ainda de justificar a necessidade urgente de reforma.<sup>28</sup>

A demanda, que não era nova, deveria compor o novo estatuto, principalmente para justificar os gastos com as tarefas executadas pela rubrica de assistência social, além de atrair verbas dos governos. “Mui naturalmente não estará nas possibilidades de uma associação de limitados recursos executar tão rapidamente tudo que há delineado, mas com recursos futuros a serem obtidos as probabilidades aumentarão sempre de acordo com o progredir da nossa terra”<sup>29</sup>. Publicado no Diário Oficial do Estado em 16 de dezembro de 1933, o novo Estatuto reafirmou e apresentou muitas das ideias e grupos atingidos pela assistência, inscritos em um delineamento claro, já apresentado por Palmier no passado em “seu sonho” inscrito com o título de “São Gonçalo do Futuro”.

O Estatuto, formalmente regulamentado, resguardava pela forma jurídica os fins estabelecidos por aqueles artífices do progresso, o que oferece a este trabalho a organização precisa das ações diretas de cunho eugênico perseguidas por mim. Reestruturado em 1933, (o estatuto) acabou não apenas sendo um expositor dos objetivos, mas também um normatizador das ações inscritas como sendo de assistência social. Na ocasião, era apenas um conteúdo jurídico da Associação formalmente constituída. Para nós, no entanto, um expositor de planos.

Art. 3º A Associação tem por fim principal prestar socorros à população do município devendo manter em uma instalação hospitalar os seguintes serviços:

- a) Enfermaria para tratamento de doentes reconhecidamente pobres;
- b) Maternidade;
- c) Serviço de policlínica, com ambulatório das clínicas mais necessárias;
- d) Serviços odontológicos e assistência dentária infantil;
- e) Quartos e enfermarias particulares.

Art. 4º- Quando as condições financeiras da Associação permitirem poderá ainda manter:

- a) Um serviço de pronto socorro;
- b) Uma creche e lactário para os filhos dos operários;
- c) Um asylo para a velhice desamparada;

<sup>28</sup> Um Vasto Programa de Assistência Social. *O São Gonçalo*, São Gonçalo, p.1, 15 jan. 1933.

<sup>29</sup> *Ibidem*. p.1.

- d) Um asylo para órfãos;
- e) Pavilhões para moléstias epidêmico-contagiosas, principalmente a lepra e a tuberculose<sup>30</sup>.

O texto que dá conta do projeto do novo estatuto em 1933 já ordenava pelas premências as realizações futuras nos campos de assistência social. Notem que neste ano as obras do hospital ainda não haviam terminado e já se falava entre outras coisas em locais marcados pelas preocupações puericultoras, atenção alimentar e clínica maternal, chegando inclusive a incorporar aquela sociedade dos anos de 1930 os cuidados com pessoas na velhice, sendo reivindicado para o futuro um asilo. Olhando desta forma tratava-se de um lugar para uma sociedade “total”, representado por amplo plano de assistência social: “amparando o cidadão desde a gestação, com o pré-natal, até a velhice, com os asylos para o último período da vida. Serão outros tantos fins da instituição que acaba de ser adaptada às novas correntes de idéias victoriosas nos paízes super-civilizados”<sup>31</sup>. Isto me leva a pensar em um plano de assistência de intenções elásticas com aquela sociedade, cuidando da cultura higiênica dos pais antes dos filhos, os cuidados com as mães e os fetos antes do nascimento, um cuidado com o indivíduo após o nascimento que o levaria a ter bons hábitos, garantindo uma boa reprodução e o amparo à velhice fechando o ciclo que se iniciaria a cada novo nascimento.<sup>32</sup>

O transformar da vontade em prática, no entanto, iniciou-se em 1935, como evidencia a reportagem do jornal *O Quinto Distrito*, com o título de “Assistência à infância em São Gonçalo: fundação da Associação de Damas de Assistência à Infância e lactário infantil”. Em reunião organizada por Palmier para tratar dos assuntos da puericultura, foi fundada a associação formada por filantropas já conhecidas como Damas de Caridade para assumir uma função dentro dos atributos socialmente

<sup>30</sup> Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro. Extrato para averbação no registro da denominação de fins e sede da Associação do Hospital de São Gonçalo. 16/12/1933. Ibidem p.1.

<sup>31</sup> Um Vasto Programa de Assistência Social. *O São Gonçalo*, São Gonçalo, p.1, 15 jan. 1933.

<sup>32</sup> Stepan (2005) demonstra que houve, entre o final do século XIX e início do XX, a intenção de produzir, a partir da demanda eugênica latino-americana concentrada na maternidade e na infância, um conceito mais amplo derivado do termo puericultura, para o que os médicos cubanos Eusébio Hernández e Domingo F. Ramos, muito ligados aos cuidados e desenvolvimento físico das crianças, cunharam o termo Homicultura, como referente a uma cultura científica de todo o indivíduo: “O termo ‘homicultura’, no entanto, tinha a vantagem de chamar a atenção para o fato de que, enquanto ‘puericultura’ se referia ao cuidado das crianças, antes e depois do parto, ‘Homicultura’ abrangia o cuidado dos futuros pais do nascimento à idade adulta e da saúde de suas gônadas (gonocultura) e do feto a partir do momento da concepção. Em resumo, os termos tornavam claro que homicultura compreendia todos os problemas de hereditariedade que cercavam a reprodução humana” (STEPAN, 2005: 87). Não defendo que Palmier considerava este conceito, que praticamente não teve divulgação fora dos trabalhos destes dois médicos cubanos. O que defendo é uma busca pelo global (completo) observada em seus projetos em educação e também perseguida nos de saúde.

entendidos: o de serem mães espirituais daquele lugar, protegendo o capital biológico tão importante que era a infância. É importante notar que já foi incorporada ao indivíduo deste grupo de idades uma forma de tratamento político-social que o inscreve nos planos da sociedade pelos seus atributos para o futuro socialmente percebido. Daí uma substituição muito nítida da forma de tratamento (de criança para infância) nos discursos.

Em uma das salas do Hospital de S. Gonçalo, em reunião promovida pelo diretor Dr. Luiz Palmier, foi fundada a Associação das Damas de Proteção à Infância. Depois de uma palestra do diretor do Hospital, sobre puericultura e outros assuntos relativos à proteção da infância, foi resolvida a fundação do Lactário infantil<sup>33</sup>.

Em 1936, o jornal *O São Gonçalo*<sup>34</sup> chega a publicar uma foto indicando uma reunião preparativa para a fundação do lactário. Sua atuação, no entanto, foi bastante incipiente, o que me leva a suspeitar se de fato neste ano o lactário foi realmente inaugurado, pois os termos e as informações se misturam entre 1935, 1936 e 1939 nos documentos pesquisados fazendo-me suspeitar que os dois empreendimentos falharam de fato antes de 1939.

A não efetivação dos dois projetos, percebida pela ausência de informações antes da narrativa da “Semana da Criança” em 1939 que fez referência à inauguração (de fato) do lactário e do IGAMI, faz-me retornar à Assembleia Constituinte do Estado para pensar um ponto de flexão entre os discursos doutrinários de Palmier contidos nos anais da ACERJ e ALERJ e o lugar da prática nos projetos que desenvolveu no município de São Gonçalo. Entre os anos de 1935 e 1937, torna-se evidente uma sobreposição de escalas. Enquanto Palmier pensava as ações médico-sociais eugênicas para o Estado do Rio de Janeiro, ele paralelamente procurava materializar suas proposições em práticas em São Gonçalo. O esforço dispensado para as análises dos problemas e a busca de soluções para o Rio de Janeiro, por ele formulados e contidos nos anais da ACERJ e ALERJ, foram responsáveis por movimentar muitas ações em São Gonçalo. O jornal local *O São Gonçalo* incumbia-se de fazer com que a população tivesse acesso a alguns conteúdos dos discursos parlamentares do médico, sendo principalmente relatados os que continham assuntos ligados aos seus campos de atuação no lugar: saúde e educação. Entre as notícias de 1935, podia-se ler em matéria do dia 17

<sup>33</sup> *O Quinto Distrito*, Niterói, 05 jun. 1935.

<sup>34</sup> *O São Gonçalo*, São Gonçalo, 19 jan. 1936.

de novembro sobre o discurso de proteção à infância proferido na 18ª sessão da ACERJ, em outubro daquele ano, que seria transformado em livro cujo título: “O Brasil não era um vasto hospital”, foi criado através de um jogo de palavras a partir de frase dita pelo médico Miguel Pereira em 1917 (“O Brasil é um vasto hospital.”). Em outra ocasião, 19 de janeiro de 1936, o jornal continua seguindo os passos do deputado publicando o discurso em favor do magistério e assim sucessivamente, reportagem após reportagem no período da legislatura de Palmier. Compartilhava-se com a população do município as aspirações médico-sociais que ele depositava no Legislativo estadual.

Considero que, embora algumas ações não tenham demonstrado força para manter a existência, elas foram feitas em um momento muito intenso da produção intelectual e política de Palmier, quando os jornais locais, em especial os pertencentes aos irmãos Mattos (O São Gonçalo e a Gazeta), faziam questão de compartilhar suas teses com a sociedade local, produzindo uma vivência estendida de alguns assuntos tratados na Casa Legislativa, animando aos da localidade a viverem o mandato de Palmier, demonstrando o compartilhamento das ideias através de algumas realizações em assistência social.

Ao observar o seu discurso proferido na 18ª sessão da ACERJ, em 16 de outubro de 1935, tomamos contato com seu esforço de análise, de atualização em relação às atitudes governamentais e a descrição de muitas ações desenvolvidas em prol da proteção à infância e à maternidade, nas quais observamos em uma escala macro o Estado do Rio de Janeiro, na escala micro os municípios e, além destes (Estado e municípios), entrecortados por escalas de ângulos um pouco mais “abertos”. O discurso proferido permite uma observação de dimensões nacionais e internacionais da questão. Confortavelmente situado a mais setenta anos no tempo, noto que muitas das realizações efetivadas em São Gonçalo foram fruto de análises de exemplos contidos nestas escalas e que o intelectual buscou como exemplo. Todo o esforço despendido na ocasião residia em responder como tratar da infância e resguarda a reprodução. Foi para esta questão que os olhos do parlamentar estavam voltados, para “aquelas criancinhas sem amparo, que vivem desprotegidas, sem teto e sem alimentação, porque essas sim devem merecer mais directamente as nossas atenções” (ACERJ, 1935:166). E realmente mereceu atenção por parte de Palmier nos trabalhos da ACERJ e da ALERJ, onde houve muito esforço em produzir políticas públicas de proteção à maternidade e à

infância, o que pôs em evidência muito do que já ocorria sobre a questão no mundo e no Brasil. As estratégias utilizadas para se cuidar destes dois elementos estiveram relacionadas em seus discursos, pela descrição dos serviços existentes em municípios como os de Niterói, Magé, Barra do Piraí e Campos, remetendo também à maternidade do Recife (PE) em serviços como os de higiene pré-natal, mães nutrizes, lactários, refeitórios, postos dietéticos infantis e clínica pré-nupcial. Houve também a citação de exemplos de outras nações marcadas pelo sucesso da expansão destes serviços, que demonstram uma predileção de Palmier pelo caso da União Soviética, citada em alguns discursos. Diante das distâncias percorridas para se levantar exemplos de projetos médicos, o parlamentar escolhe um para servir de símbolo do trabalho de proteção: a Casa Maternal 1º de Maio de iniciativa do Interventor do Estado na ocasião, comandante Ary Parreiras.

(...) Estabelecimento de iniciativa do commandante Ary Parreiras pode servir de padrão para todos os outros que no futuro venham a ser fundados em nosso paiz (...). Tratando da Casa Maternal, comprehende três seções: creches para as crianças cujas mães trabalham fora do domicilio; lactario para distribuição externa de leite as mães que trabalham no domicilio; consultório de hygiene Infantil para conselhos e prescripções de hygiene alimentar (ACERJ, 1935:181).

A casa maternal tem assim um duplo objectivo a cumprir-nutrir, fortalecer, salvar talvez “aquela metade”- que estaria irremediavelmente condenada, e educar as mães pelo conselho amistoso que ali recebem e pela demonstração a que assistem com os próprios olhos (ACERJ, 1935:184).

O discurso proferido em 1935 acaba traduzindo as metas do médico para o seu lugar de práticas. Anos depois, as concepções existentes nestas falas foram tentadas em São Gonçalo. Os argumentos, as formas de tratar do assunto, as medidas e os locais que ofereceriam cuidados aos personagens a que se destinavam os cuidados médico-sociais já estavam ali claramente delimitados.

(...) Casa benemérita, onde se abrigam as criancinhas, os filhos dos proletários, encontrando ali, além do conforto material proporcionado pela administração, corações carinhosos, verdadeira orientação de almas bemfazejas, dedicadas aos desprotegidos da sorte, entes forrados de nobres sentimentos que antes de serem funcionários do Estado, são espíritos philanthropicos, recebendo de braços abertos as crianças recolhidas, na convicção patriótica e humanitária do cumprimento do mais sagrado dos deveres em prol da propria Família, da Patria, da Raça e da humanidade(Palmas. Muito bem. O orador e vivamente cumprimentado)[ACERJ, 1935:185].

## 4.2 O projeto eugênico direto: a implantação dos serviços de proteção à infância e da maternidade em São Gonçalo

Em 1939, em São Gonçalo, o lactário é inaugurado de fato, junto com um instituto filantrópico que congregava os cuidados com as mães e a infância, pelo menos nominalmente reformulado, passando a se chamar de Instituto Gonçalense de Amparo à Maternidade e à Infância o já tratado neste estudo por IGAMI. Justo em 1939; digo justo neste ano para enfatizar uma época muito intensa para assistência a mães e à infância no Brasil e em São Gonçalo. As ações tentadas anos antes careciam de instituições mais maduras e de um otimismo de governo a animar aquelas ações como sendo símbolo de patriotismo e do novo. Na ocasião, o Estado Novo já se encontrava em pleno funcionamento e sua ênfase no bem-estar infantil, por meio do esforço de se colocar em destaque políticas sociais de proteção à infância e à maternidade, permitiu que idéias de cunho eugenista entrassem na direção deste Estado e fossem assimiladas em políticas com alegações científicas que popularizaram um discurso sobre o aperfeiçoamento da raça, nas ações de assistência social. O termo raça passou frequentemente a abarcar esta vontade eugênica dos promotores de assistência social. O discurso de Dona Olga Benevides Palmier em 1939, por ocasião das inaugurações do (lactário e IGAMI) e de sua posse como diretora do IGAMI, pode elucidar esta fala compartilhada entre estes intelectuais eugenistas locais, que embora dispostos de diversas maneiras (filantropos, educadores, médicos, jornalistas e gente do governo) naquela sociedade, tinham em comum a defesa do aperfeiçoamento da “raça” brasileira.

A Assistência Social representa conquistas das maiores das sociedades cultas. Nos domínios da educação ou da assistência médico social é o apanágio dos centros em que a civilização alcançou apogeu(...)

Cuidaremos nós as mulheres amantes desse torrão glorioso que é São Gonçalo, da assistência às mães e as crianças.

Será Pouco! Bem Sabemos.

Entretanto tudo daremos, eu estou certa, por ideal de sã filantropia.

Ideal que não é meu, nem da Diretoria, Conselhos ou Associações do Instituto Gonçalense de Assistência á Maternidade e a Infância. Ideal



que será sim de um povo que sabe querer e pretende tudo realizar pelo bem da coletividade de que é parte.

Ideal que sabemos concretizar nos mais sãos princípios para o bem comum.

**Cuidando das mães e das crianças bem reconhecemos estar cuidando do aperfeiçoamento da raça, do futuro das gerações e da grandeza da Pátria**[grifo meu].

Com esses nobres objetivos conclamamos todos os gonçalenses para essa cruzada de fé e altruísmo<sup>35</sup>.

As inaugurações de fato de instituições e ações que não tiveram a força de emplacar no passado, se devem à nova configuração do período, muito a reboque da orientação varguista de “formação de uma nova nação e de um novo homem (...)” (HOCHMAN e FONSECA, 2000:176). A atenção ao ano de 1939 no município se deve à intensificação do discurso de proteção à maternidade e à infância e da formação de uma série de aparelhos inscritos sob a tarja de assistencialistas que irão compor os projetos de aperfeiçoamento da década seguinte em São Gonçalo, dando sentido mesmo a certo contexto histórico das instituições e da ideologia de saúde no Brasil. Muito disso se deveu à própria aquisição de estabilidade pelo MESP, iniciada em 1934 com a posse de Gustavo Capanema e garantida pelo Estado Novo a partir de 1937. O período iniciado em 1934 deu ânimo a uma série de iniciativas há muito desejadas por entidades e grupos da sociedade civil ligadas ao pensamento médico, dispostas a implementar um portfólio de ações discutidas nas Faculdades de Medicina e nas entidades de proteção à infância existentes desde do início do século, como o Instituto de Proteção à Infância do Rio de Janeiro (IPAI) e o Instituto de Proteção à Infância de Niterói (IPAIN) e que ainda não haviam se espalhado pelo país<sup>36</sup>. Algumas aspirações do passado iam se cruzando enquanto foram surgindo, ao longo dos anos de 1930 e de 1940, a Diretoria de

<sup>35</sup> O São Gonçalo. Semana da Criança. 15/10/1939. Por se tratar de um texto que reproduz um discurso deste grupo de ação em assistência social (as mulheres envolvidas em filantropia), que demonstra as ideias por elas compartilhadas, transcrevê-lo-ei na íntegra em anexo(ANEXO -D).

<sup>36</sup> Sobre as reformas e movimentos em torno da institucionalização da saúde que atingiram a área materno-infantil, o texto de Hochman e Fonseca (2000) apresenta o contexto do diagnóstico dos problemas da saúde pública do país, o projeto de centralização administrativa do sistema de saúde e a implantação das conferências de saúde. Outro texto importante para se entender as políticas de saúde pública de interesse a alguns assuntos deste trabalho também pode ser encontrado em Souza (2000). Este trabalho revela como a política de amparo à infância foi sendo redefinida e as prioridades deste amparo foram sendo selecionadas com a criação da Diretoria da Proteção à Maternidade e à Infância que passou existir em 1934 sendo chefiada pelo professor Olinto de Oliveira. Foi deste departamento que saíram as concepções para o amparo destes dois elementos identificados como importantes. Algumas delas atrelavam o apoio à sociedade civil engajada em ações complementares às do Estado. A organização das bases da proteção à maternidade será garantida pelo Decreto-Lei nº 2.024, de 17 de fevereiro de 1940, que organizou o setor social de amparo à infância e à maternidade, criando o Departamento Nacional da Criança, e também redefinindo em termos de apropriação simbólica o dia da criança no Brasil, a ser comemorado no dia 25 de março.

Proteção à Maternidade e à Infância, o Instituto Nacional de Puericultura em 1937 e mais tarde o Departamento Nacional da Criança em 1940 (Souza, 2000).

Além do contexto administrativo e político vinculado ao discurso governamental em favor da assistência, a data das inaugurações em 1939 fazia também referência a uma imagem que se ajustava à ideologia da época, compartilhada por Palmier e aqueles agentes locais. Os eventos que se seguiram às inaugurações estavam inseridos nas comemorações da Semana da Criança, em dias próximos ao 12 de outubro, dia da criança, data em que se comemorava também a descoberta da América. A própria institucionalização deste símbolo a ser lembrado e comemorado estava ligada a um contexto de relações internacionais do continente. Foi estipulado oficialmente no 3º Congresso Americano da Criança, em 1922, durante a Exposição do Centenário da Independência, que ocorreu em paralelo ao 1º Congresso Brasileiro de Proteção à Infância no Rio de Janeiro, a petição de um dia consagrado à criança partiu do médico fluminense Almir Madeira, fundador do Instituto de Proteção à Infância de Niterói, Kuhlmann Jr. (1998).

Palmier sempre demonstrou um vivo interesse por esta comemoração, principalmente pela possibilidade de atrair a atenção pública para a temática. A atração se dava pela organização de um caráter oficial das comemorações do dia da criança pelos grupos de entidades civis e mesmo os de governo. O caráter público da Semana da Criança em São Gonçalo serviu para prestar contas à sociedade, cobrar apoio governamental e projetar novos desafios para aqueles artífices do progresso na localidade. Sempre que realizadas, as comemorações do dia das crianças tinham a função de congregar intelectuais envolvidos com a infância e a maternidade.

Eram, pois, dias públicos capturados por um conjunto de ideias para externar os sentimentos relativos às crianças. O maior deles advinha do discurso de fragilidade que estes seres protagonizavam. Assumindo a tribuna da ACERJ em 11 de outubro de 1935, o médico fez apenas o que a data pedia para aquele grupo de intelectuais, confirmando minha opção de não tratar de forma dissociada o discurso doutrinário do que estava sendo pretendido e desenvolvido na prática, nos anos próximos ao do discurso. Práticas e doutrinas estavam sendo pensadas no mesmo período, o que acabou afetando a ambas.

Entretanto, Sr. Presidente, **eu não queria falar, somente do dia festivo relativo á criança, mas sim de outros sentimentos que em**

**nos outros este dia deve despertar e é principalmente o sentimento de proteção à criança,** [grifo meu] de protecção a infância nas suas diversas phases.

È justamente para este ponto que quero desde já chamar a atenção da Assembleia Constituinte do nosso Estado, porque, si é verdade que as crianças das capitais dos nossos Estados e das principais cidades do interior terão amanhã um dia festivo, um dia de gloria e um dia animado pelos programas oficiais, não é menos verdade que as crianças do interior dos Estados ficarão ainda mais abandonadas neste dia, ainda mais esquecidas, não serão lembradas nem pelos programas officiaes, nem pelos programas mais variados das capitais e dos principaes centros populosos. São estas mesmas creanças das zonas ruraes, que continuarão abandonadas, sujeitas a uma morte prematura porque até a esses recantos não chegaram ainda os recursos da hygiene pré-natal, até lá não chegaram os benefícios da puericultura e durante muitos annos estas crianças terão de sentir a falta dos recursos médicos, entregues que estão aos rezadores, aos curandeiros e a ignorância mais ou menos latente do nosso povo dos sertões. É para estes ponto que quero chamar a atenção da Assembleia Constituinte na véspera de ser comemorado o dia da criança.

**(...) A nossa futura constituição deve deixar bem nitidos, bem claros e bem precisos os pontos principais relativos a proteção a maternidade e a proteção a maternidade como base angular sobre a qual devemos assentar o grande edifício da assistência social em nosso Estado(...). Da própria nacionalidade brasileira, porque, sem esses elementos básicos, sem a defesa eugênica da raça, sem amparamos o homem nas diversas actividades e nas diversas idades, praticando a verdadeira puericultura como deve ser feita e em moldes científicos, todo o trabalho será inútil e dispersivo, não terá positivamente base solida e segura.** [grifo meu] Portanto, não só a nossa constituição de amanhã deve frizar e deixar bem nítidas essas diretrizes, para que possamos de futuro ter um Brasil mais forte, um Brasil mais poderoso e de elementos mais sadios, tendo por alicerce o vigor e a saúde de seus homens, como também os nossos governos, pelas leis ordinárias, devem ter vistas, principalmente, esse amparo a infância nas suas diversas phases como elementos precípuo da construção de uma nacionalidade forte e vigorosa (Muito bem!) [ACERJ, 1935: 143, 144 e 145].

Além de servir de um momento muito propícios para os homens e mulheres dedicados as causas socias da infância, as comemorações do Dia da Criança também devem ser medidas em Palmier pela sua vinculação ao pan-americanismo, responsável por instituir a data da comemoração nas Américas que emergia anualmente para oferecer um palanque onde pensar a criança e consequentemente aquelas que as trariam à vida: as mães.

Palmier ao longo dos anos comportou-se como um legítimo representante das idéias do pan-americanismo, marcadas por um discurso pacifista e de conagraamento entre as pessoas e Governos e de união para o progresso da América. Nos ambientes discursivos onde podia exaltar as possibilidades presentes no argumento pan-americano. Ao que tudo indica, Palmier foi sugado para as ideias pan-americanas, tornando-se um

legítimo representante, por exemplo, no legislativo, onde seu colega de legislatura estadual Oscar Prezewoodski o identifica como “nome tutelar e excelso paladino do pan-americanismo”<sup>37</sup>. Isto não o isenta de negligenciar partes da questão pan-americana, levando-me a acreditar em uma visão restrita do assunto que não produziu uma análise mais profunda, em detrimento de uma imagem de paz continental, união entre os povos americanos e lugar de um continente novo em oposição à incivilidade das guerras no velho mundo<sup>38</sup>.

Sobre as visões pan-americanas de Palmier, os discursos produzidos na ALERJ entre 1936 e 1937 podem ser elucidativos quanto a como preferiu tratar a questão.<sup>39</sup> O modo parcial não deve ofuscar o uso que o intelectual deu ao discurso de proteção à infância e à puericultura que emanava do pan-americanismo. Os Dias da Criança, ano após ano, serviram para atualizar uma agenda de reivindicações e ações em favor da infância. Assim como novos problemas iam surgindo, novas abordagens e novas

---

<sup>37</sup> Discurso proferido na ALERJ no dia 24 de abril de 1936 em congratulação a Palmier pela fala na sessão do dia 12 de abril de 1936.

<sup>38</sup> Por assim se posicionar, escapava a Palmier o pólo de dominação dos Estados Unidos sobre a América Latina nos campos da economia, da cultura e da influência militar. (Kulmann Jr. 2004) afirma que o pan-americanismo existe desde o final de 1870, sendo identificado com a doutrina Monroe, preocupada em resguardar o continente americano para o país do Norte, assumindo assim uma função de ideologização do texto de Monroe.

O pan-americanismo criou, por meio de conferências em número de sete, entre 1889 e 1933 (Kulmann Jr. 2004), espaços para o exercício da influência econômica e das relações internacionais dentro do continente, com mediações muito proveitosas nos campos da cultura e das ciências para os Estados Unidos. Neste bojo de elementos proveitosos estava o eugenismo do Norte, que visava o benefício próprio dos Estados Unidos, esquisito para a América Latina em cor e língua. Digo isto devido às cores de nossa mestiçagem e ao idioma de que derivavam nossas principais ideias médicas, o francês, que demonstrou ser mais adequado à latinidade. Diwan afirma que “os Estados Unidos estiveram em vários dos projetos eugênicos do Caribe e da América Latina e, através do ‘pan-americanismo’, tentaram impor suas ideias e seus pontos de vista aos latinos” (DIWAN, 2007: 83). Sobre estas ideias e pontos de vista o trabalho de Stepan (2005) esclarece que o eugenismo da América do Norte defendia uma eugenia pan-americana, racista, baseada na identidade biológica e contrária aos cruzamentos raciais. Esta eugenia pan-americana era uma ideia dentro do panamericanismo muito útil para defender alguns interesses do país, entre eles o controle do fluxo de pessoas em suas fronteiras, convertido em um impedimento dos não “saudáveis” e controle de doenças tropicais e infecciosas que poderiam se interpor aos seus interesses na América Latina.

A ideia pan-americana escondeu uma vontade eugênica sobre o continente. Uma vontade do tipo racista de raiz mendeliana que foi por quase todos os países rejeitada. O trabalho de Stepan (2005) faz menção às duas Conferências Pan-americanas de Eugenia de 1927, em Cuba, e de 1934, em Buenos Aires, em que as proposições dos Estados Unidos foram quase todas rejeitadas devido à energia que despendia contra a própria identidade biológica latino-americana, ofendida pelo discurso de inferioridade dos cruzamentos latinos. Era, portanto, incapaz de serem aceitas por países de uma região tão mestiça.

As relações médicas foram responsáveis por contornar isto e efetivar os interesses em saúde dos Estados Unidos entre as Américas. Essas relações podem ser traduzidas nos planos de cooperação sanitárias da Fundação Rockefeller (Diwan, 2007), em Conferências Sanitárias e nos Congressos de Proteção à Infância e reuniões de puericultura (Stepan, 2005).

<sup>39</sup> Os discursos dos quais falo podem ser encontrados nos anais da ALERJ das sessões dos dias 24 de abril de 1936, 10 de setembro de 1936, 22 de outubro de 1936 e 14 de abril de 1937.

soluções precisavam aparecer. Nas semanas próximas ao Dia da Criança de 1936 por exemplo, novos problemas afetavam a proteção à infância e o projeto eugênico na região fluminense, atrapalhando inclusive a ordem na cidade.

É commum se desenrolarem aos nossos olhos quadros os mais tristes e mesmo na Capital do nosso Estado: crianças na situação de máxima penúria, estendendo a mão a caridade pública, fazendo nascer em nossos corações um profundo sentimento de piedade. Isto porque o Estado desgraçadamente não se acha em condições de amparar as criancinhas.

Ainda ontem passando por uma das ruas de nossa Capital, nas primeiras horas da noite verifiquei, num percurso menor de 50 metros, que algumas senhoras traziam ao collo crianças esqueléticas, as quaes estendiam a mão mirrada á caridade publica para obterem alguns nickeis.

Devemos exigir que os Governos, quer da República, quer dos Estados, quer dos Municipios, cumpram os dispositivos constitucionais, que fixam nos respectivos orçamentos a porcentagem indispensável para a proteção á criança.

Faço esse apello-repito(...) afim de objetivar esse grande ideal, qual o do amparo á crianças, na certeza de que, assim agindo, teremos protegido as gerações futuras, prestando destarte mais um assignalado serviço a nacionalidade brasileira<sup>40</sup>.

Tais dias festivos tiveram um caráter muito próprio, como pudemos observar no projeto médico-social eugenista de Palmier, e é dentro dele que retorno à Semana da Criança de 1939 para inaugurar o IGAMI e à primeira ação coordenada por esta instituição: a abertura de um lactário à comunidade. Não pretendo historiar cada ação do projeto que partiu do núcleo do IGAMI. Prefiro aguardar uma narrativa das atividades focando o cumprimento da medicina eugênica desenvolvida pela puericultura. Centro alguns esforços no ano de 1939, as inaugurações que ocorreram e as que foram pensadas durante os seus meses, por considerar que houve nesta ocasião uma intensidade de movimentações intelectuais e um esforço inicial nos campos da eugenia no lugar que produziu um conjunto de exposições e interesses sobre o trabalho médico-social eugenista que persigo neste estudo.

Se a festa dedicada à consciência política, econômica e social dos adultos em relação à infância marcou a instalação do IGAMI, que fez com esta instituição conduzisse como primeira tarefa o lactário em outubro de 1939, vale voltar no tempo para prestar atenção às justificativas mais intensamente produzidas no período imediatamente anterior às suas inaugurações e observar o que estas duas instituições significavam para aquela gente.

---

<sup>40</sup> ALERJ, sessão do dia 22 de outubro de 1936.

As reuniões preparativas para criação do IGAMI e do lactário aparecem nos jornais no mês anterior, em 14 de setembro de 1939. O jornal *O Estado*, de Niterói, estampa reportagem que fala das reuniões preparatórias das novas instituições. As reuniões que passaram a acontecer a partir do dia 10 de setembro sendo veiculado inclusive em outro jornal (*O São Gonçalo*) um convite àquelas que os proponentes do projeto consideravam que deveriam ser mais intensamente envolvidas: as mulheres (mães de família, fundamentalmente).

A todas as senhoras gonçalenses foi distribuído o seguinte:  
Com o nobre objetivo de promover a fundação de um Instituto de Assistência a Infância e resolver sobre providências outras de amparo às crianças gonçalenses desprotegidas, principalmente organizando um Lactário, para funcionamento imediato, as presidentes da Associação do Hospital de S. Gonçalo e das Damas de Caridade e do director médico do Hospital convidam a distinta patricia para a reunião a realizar-se domingo, 10 de setembro, as 10 horas no edifício do Hospital, á Praça 5 de Julho.  
Saudações, Albertina Campos, Antonieta Palmeira e Luiz Palmier<sup>41</sup>.

Iniciava-se, na ocasião, um relato jornalístico que dá sentido às novas instituições, divulgando as reuniões preparatórias, conclamando a “sociedade culta” a apoiar os novos empreendimentos daquele grupo da sociedade civil e servindo como espaços para expor o objetivo que animava o novo projeto: “Fundação de um lactário, para distribuição de leite e orientação dietética das crianças desprotegidas”<sup>42</sup>.

Coube ao médico Luiz Palmier pronunciar o discurso norteador da reunião daquela manhã do dia 10 de setembro no Hospital de São Gonçalo. E assim o fez “abordando o problema da infância em todas as suas múltiplas modalidades, principalmente em nosso paíz”<sup>43</sup>. Muito de acordo com o objetivo do lactário, a atenção alimentar define a importância desta ação:

(...)Necessidade inaudível de um amparo directo e indirecto ás crianças, que sem a menor orientação morrem a míngua de recursos.  
Conclamava pois as famílias gonçalenses para um esforço conjugado em prol da Infância, na certeza de que todos assim trabalhando prestariam o máximo beneficio a essas mesmas crianças e ainda maior em favor da nacionalidade, preparando os futuros valores de que depende a grandeza da pátria<sup>44</sup>.

<sup>41</sup>Pela Criança Sã pro Brasil Forte! *O São Gonçalo*, São Gonçalo, p.1, 20 set 1939.

<sup>42</sup>Novas Instituições de Assistência Social em São Gonçalo. *O Estado*, Niterói, p.1, 14 set. 1939.

<sup>43</sup> *Ibidem*, p.1.

<sup>44</sup> *Ibidem*, p.1.

Expostos os objetivos, era hora de consubstanciar o fato. Foi estabelecida uma comissão composta na sua maioria por mulheres ligadas à filantropia<sup>45</sup> daquela cidade para organizar a parte formal das novas atividades de assistência, elaborando seu estatuto e preparando o lugar para a sua instalação, no terreno do Hospital de São Gonçalo, e a campanha em prol de donativos para ser erguido o prédio.

Estava sendo desenhada uma nova marca a partir de então, onde o espaço da assistência social ligado à infância, as estratégias, as preocupações e o amparo às mães seriam conduzidos administrativamente pelas mulheres identificadas com a filantropia no lugar, dando-nos a sensação de algo que só elas poderiam fazer. Isso apesar de a narrativa jornalística haver dado relevo a figuras masculinas como o prefeito na ocasião, Eugênio Sodré Borges, chamado de “espírito evoluído”, por apoiar a obra em favor criança “sã, bem nutrida e forte”, e o médico Palmier como patriota cientista “que traçou directrizes novas à sociedade gonçalense em benefício daquelles que carecem do amparo e proteção dos espíritos bem formados”<sup>46</sup>.

O IGAMI foi um lugar que reuniu pessoas que deram respostas às demandas eugênicas do lugar. Conforme as datas das inaugurações iam se aproximando, as narrativas jornalísticas que se seguiam animavam a todas com a possibilidade de uma nova era nos campos da assistência. Ao chegar perto do dia 12 (de outubro de 1939), o jornal *O São Gonçalo*, em sua edição do dia oito, traz um apanhado das atividades da Semana da Criança que se aproximava, relatando as reuniões sobre o projeto de estatuto do IGAMI, apresentando, as ações de todas as comissões, as doações, etc. A reportagem acaba se tornando um “release” das ações para promover as inaugurações das novas instituições e para divulgar a agenda da Semana da Criança, que no dia 12 de outubro de 1939 instalaria os trabalhos do IGAMI e no dia 18 iniciaria as distribuições de leite pelo lactário.

Creio que teremos de deixar por um momento a “festa das crianças” para entender o que significou o IGAMI. Esta instituição foi o grande empreendimento de

---

<sup>45</sup> A comissão aclamada para organizar as novas instituições na reunião do dia 10 de setembro de 1939 era composta por Albertina Campos, Antonieta Palmeira, Maria Luiza Figueiredo, Olga Benevides Palmier, Dolores Paula Antunes, Catharina Soares de Macedo, Olga Santos Bessa, Loyde Zarro (esposa do Pastor Waldemar Zarro, da Primeira Igreja Batista de São Gonçalo), Benedicta Carneiro, Olivia Palmier Paiva, Concórdia Mattos (esposa do proprietário do jornal *O São Gonçalo*, Belarmino de Mattos), Alice Branco, Aída Vieira de Souza, Maria Antonieta Souza Costa e Francisca Veiga.

<sup>46</sup> Pela Criança Sã pro Brasil Forte! *O São Gonçalo*, São Gonçalo, p.1, 20 set. 1939.

eugenia desenvolvido por aqueles homens e mulheres. Foi criada e funcionou sob os auspícios da eugenia, chamando para si a posição de uma orientação científica que a diferenciava e gabaritava a agir sobre esta demanda pela via da assistência científica, o que Kuhlmann Jr. (1998) define como uma concepção de assistência sustentada na fé no progresso da ciência, que legitimou nas práticas que seguiam o método, a sistematização e as interpretações sociais pelo conhecimento científico.

O Instituto Gonçalense de Assistência à Maternidade e à Infância não é entretanto uma instituição somente de fins caritativos.

Muito mais do que isso...

**Trata-se de um Instituto com orientação científica, com o objetivo de cuidar da assistência às mães e as crianças, mas cogitando também da defeza da raça pelos cuidados eugênicos dispensado as futuras gerações [grifo meu].**

A nossa culta população compreendeu bem a nobilíssima iniciativa do director tecnico do Instituto, Dr. Luiz Palmier, e ainda mais o grandioso esforço das senhoras gonçalenses.<sup>47</sup>

Tratava-se de um lugar o mais típico possível de uma Eugenia do Sul, ou seja, latino-americana, que exercia suas ações “aperfeiçoadoras” preventivas e positivas por meio da puericultura<sup>48</sup>, Stepan (2004 e 2005), Santos (2008) e Marques (1994). Não confunda o leitor o IGAMI com o Centro de Puericultura batizado com o nome do pediatra Fernandes Figueira que o grupo médico-social eugenista de São Gonçalo iria inaugurar em 1941. O Centro da Puericultura em São Gonçalo foi inaugurado em 1939 e respondia pelo nome de IGAMI, foi dele (dos homens e mulheres que coordenavam o seu interior) o núcleo gerador e articulador da puericultura em São Gonçalo. A instituição foi fruto do pensamento eugenista de sua época e da forma de encarar este movimento. Respondia por ações pedagógicas e sócio-médicas focadas na infância e,

<sup>47</sup> Instituto de Amparo à Maternidade e à Infância, *O São Gonçalo*, São Gonçalo, p.1, 31 dez 1939.

<sup>48</sup> O termo puericultura existe desde 1865. Ganhou mais intensidade com o obstetra francês Adolphe Pinard, em 1892, que o empregava para indicar o conhecimento científico do desenvolvimento da criança, Stepan (2005). Vale lembrar que na França ele foi usado para ampliar a taxa de reprodução e sobrevivência das crianças, dentro de um debate pró-natalista que colocava na baixa taxa de crescimento (fertilidade francesa) a culpa pela impossibilidade de crescer econômica e militarmente. Stepan chega a afirmar que os franceses, liderados por Pinard, “viam as mães e as crianças como uma espécie de economia política reprodutiva coletiva, cuja saúde era vital para a nação” (STEPAN, 2005:85). O pediatra definia Puericultura como a pesquisa do conhecimento relativo à reprodução e à construção e ao aprimoramento da espécie humana. O conhecimento, que este médico ajudou a popularizar, causou uma imediata simpatia entre os membros do movimento eugenista, os quais viam que as melhoras da saúde poderiam tornar-se hereditárias, o que atraiu muitos elementos da eugenia latino-americana como que encantados ou felizes por terem achado uma saída para a melhora de suas nações, cuidando das raças que tinham, desde sua concepção.

A eugenia, conjugada com a puericultura, foi uma metáfora para a própria saúde daqueles aos quais delegávamos a constituição de um futuro, carregando em si o peso da alteração da mortalidade e aquisição de uma qualidade supostamente necessária para se chegar a este futuro.



por conexão, nas mães. Respondeu a um discurso de Estado Novo, em que os cuidados com a maternidade e a infância representariam um estágio do próprio desenvolvimento do país. Foi uma entre outras medidas colocadas na mesa para dar soluções ao Brasil. Como tudo nas realizações humanas em sociedade não primava pela neutralidade, mas pela composição em seu interior de ideias que representavam um conjunto sócio, política, econômica e culturalmente medidos, estava ali representado aquele que anima este estudo, a eugenia. A puericultura foi a forma que mais concentrou esta vontade em São Gonçalo, uma forma mesmo de contornar a falta de vontade política “e o sentimentalismo brasileiro para medidas mais eficazes”, que Palmier mesmo apontou em seus discursos doutrinários sobre o tema pronunciados na ACERJ em 1935(ACERJ, 1935:789 a 793). O intelectual esclareceu de forma muito direta quais deveriam ser as atitudes mais eficazes com vistas à condução de uma ação eugênica focada na reprodução para o brasileiro: exames pré-nupciais (com eventual restrição ao casamento), esterilização e criminalização da transmissão de doenças, o que tratava como delito de contágio. Confrontado com a impossibilidade de se implantar tais medidas, no momento mesmo que constata ser impossível se valer destas formas de atuação por aqui ele vai de pronto reorganizar sua vontade de aperfeiçoamento da raça, montando um caminho mais longo em que se utilizava da puericultura. O IGAMI foi fruto desta reorganização. Tornou o que seria complementar à eugenia(a puericultura), uma forma de contornar negatividade( e a negação) de algumas ações. Diga-se, de passagem, que a negatividade visava à doença, a preocupação com a reprodução e não a raça ou classe social. Acabou tornando-se uma saída à impossibilidade a que estava sujeito este tipo de eugenia por aqui. Esta alternativa lenta e gradual, que demandava uma coordenação de sujeitos e práticas(educativas, físicas e de saúde) e principalmente uma atitude contínua que era considerada de muito contragosto por outros elementos do movimento eugenista, respondia pelo nome de puericultura, o cuidado científico com relação à reprodução e à infância:

Passando da eugenia iremos lógica e naturalmente, à puericultura.

A Puericultura é o fator máximo para o desenvolvimento da saúde da nossa infância. Devemos iniciar essa puericultura, desde de os serviços pré-nataes, em que cursos devem ser feitos durante a assistência que o Estado presta as mulheres gestantes. Nestas condições, já esses elementos seriam coordenados para que depois prosseguissem no próprio lar ou em estabelecimentos especiais, principalmente nos Lactários e nas creches.

(...) É a puericultura que deve merecer a nossa atenção e me proponho, em momento oportuno, trazer a esta Assembléia esclarecimentos sobre este mesmo problema, para que se pratique na nossa terra a puericultura e a pediatria seja desenvolvida; para que não se venha a praticar entre nós a mesopedia, que é o ódio á criança; tratada como tem sido, em nosso meio desprotegida das leis que o estado devia colaborar em sua defesa, cuidando da defesa da raça; da sociedade e das gerações de amanhã, as quaes são dignas da nossa acurada atenção, do nosso respeito e sobretudo do nosso grande interesse. (Muito bem; muito bem! Palmas; o orador é cumprimentado e abraçado pelos colegas) [ACERJ, 1935:792,793].

A alternativa foi colocada em prática em São Gonçalo pelo IGAMI, criado para suprir a brecha deixada pelo poder público naquela sociedade para a proteção à infância e à maternidade, mas que interna e prioritariamente tratava de cumprir uma medicina social eugênica. O estatuto formalizado em 28 de setembro de 1939 não nos deixa dúvidas disso:

Art.32º - Em regulamento especial, dos serviços do Instituto, será estabelecida rigorosa orientação no sentido da divulgação e ampla propaganda, pelos associados e enfermeiras visitadoras, visando levar a todos os lares noções científicas, das mais modernas, sobre: **eugenia, higiene dietética e educação sanitária, em geral, complemento natural para as conquistas da puericultura [grifo meu]**<sup>49</sup>.

Os proponentes do IGAMI demonstraram como pensavam que deveria ser estruturada a intenção puericultora em São Gonçalo, fazendo-a constar em seu estatuto formalmente regulamentado poucos dias antes de sua inauguração. Tratou-se de uma proposta de interesses feita por aqueles artífices do projeto modernizante. Ali constava a seleção de elementos intelectualmente sugados dos meios médico-sociais para favorecer o aperfeiçoamento da gente daquele lugar.

Art. 3º - o Instituto terá por principal finalidade velar pela saúde, bem estar e necessidades das crianças e das mães, devendo instalar e promover a manutenção de um Centro de Puericultura, com as seguintes dependências;

- a) Ambulatório de Higiene Pré-Natal;
- b) Lactário com cozinha dietética;
- c) Assistência dentária infantil;
- d) Cantina Maternal;
- e) Consultório de Higiene Infantil;
- f) Ambulatório de Oto- rino- laringologia;
- g) Serviço de Fisioterapia;
- h) Creche;
- i) Serviço de enfermeiras visitadoras;
- j) Ambulatório de Higiene Pré-Nupcial;
- k) Escola de Puericultura;
- l) Propaganda de Educação Sanitária;
- m) Museu de Higiene Infantil;

<sup>49</sup> *O São Gonçalo*, São Gonçalo, p.1, 05 fev. 1959.

- n) Serviços de Partos a Domicílio;
- o) Clínica Pré-Escolar;

Muitas destas propostas não tiveram força para sair do papel, por motivos econômicos, políticos e pessoais. As que saíram, no entanto, nos servem de norte para seguir o projeto médico-social eugenista. Lembremos que este projeto teve com alvo prioritário as mães e as crianças do lugar e como fio condutor a reprodução. Estas preocupações assumiram importâncias diversas para os intelectuais modernizantes das décadas de 1920 e 1930: a de Palmier poderia ser medida pelo problema da qualidade e do despovoamento percebido no artigo de 1922 em que escreve: “com milhões de quilômetros quadrados que possuímos de território, depois do saneamento e do combate ao analfabetismo aparece o povoamento do solo como problema máximo para a garantia do futuro da terra brasileira”<sup>50</sup>. Notemos que o povoamento do solo foi precedido de ações preocupadas em resguardar a qualidade da gente que povoaria o Brasil e é nesta tônica que deveremos observar o que se passou em São Gonçalo a partir do IGAMI.

#### **4.2.2 O alimento como objeto de saúde**

Voltemos à festa da Semana da Criança de 1939 para rever a conduta de atenção alimentar: o lactário. A instituição inaugurada naquela ocasião, o lactário, deve ser percebida como uma etapa do próprio cuidado com o material biológico precioso à nação, que era a vida da criança, bem como a proteção da sociedade civil e do Estado às mães pobres. Visto como segunda obra mais importante depois do hospital, esta ação encerrava um ato importante daqueles artífices, até então inexistente em São Gonçalo uma conduta de puericultura, cujo primeiro movimento interessado em aperfeiçoar os brasileiros foi transformar a alimentação em objeto de saúde. Tornava o lactário lugar pioneiro para uma pedagogia alimentar, “eugenicamente” sentida e direcionada para a

---

<sup>50</sup> PALMIER, Luiz. Colonização. *Ilustração Fluminense*, Coluna Problemas Econômicos, Fev. 1922, p. 15.

cientificidade da puericultura. Uma pedagogia que valorizava o leite materno<sup>51</sup> e, quando este faltava, às mães era ensinado o bom uso da técnica para se tornar outros tipos de leite (principalmente o de vaca) alimentos higienicamente preparados para substituir o leite humano<sup>52</sup>. Era um espaço projetado para oferecer às mães atenção alimentar e que guardava uma unicidade entre estas e seus filhos. Daí a cozinha dietética, para nutrir as mães e servir de lugar de uma aprendizagem alimentar composta pelos ensinamentos de higiene e conhecimentos sobre o preparo do leite que substituiria o materno, enriquecendo-o com produtos derivados do leite. Os derivados seriam “fornecidos”<sup>53</sup> pela Companhia de Alimentos Nestlé, de sua fábrica em Barra Mansa<sup>54</sup>. A rotina pensada para o lactário, e a forma de tratamento do ambiente mostrada anteriormente no texto de 1920<sup>55</sup>, por Palmier, chamando-o de gotas de leite, enquadram o local, segundo Freire (2009), como sendo de melhora alimentar do regime das crianças e de educação higiênica para as mães atendidas (visualizadas como sendo de classe pobre). Sobre este padrão comum a tal lugar foram acopladas outras rotinas, mais atualizadas, aos cuidados de mães e filhos entendidos como uma peça única. A cozinha dietética era uma destas inovações e a incorporação de produtos alimentícios derivados do leite era outro; esta última deveria vir acompanhada de uma técnica para

---

<sup>51</sup> Freire (2009) e Rea (1990) defendem que os médicos privilegiavam o leite materno em relação aos outros tipos; no entanto, definiam esta atividade como incorporada à racionalidade médica e ao processo específico de higiene prescrito por eles.

<sup>52</sup> A substituição do leite materno pelo de vaca, mais comum no lactário, esbarrava nos limites e compreensões que a ciência com suas descobertas biológicas impunham. Já era sabido desde 1839, Rea (1990) que o leite de vaca tinha mais proteínas do que o leite materno, o que favoreceu o discurso de substituição pelo leite deste animal. No entanto, mais tarde verificou-se o pequeno desenvolvimento físico das crianças devido ao baixo teor de gordura. A procura, a partir de então, foi por compor uma fórmula para adequá-lo da melhor forma possível a uma dieta infantil, suprimindo suas deficiências com a combinação de outros compostos pela indústria de alimentos.

<sup>53</sup> Destaco o termo da matéria jornalística de “O São Gonçalo” que informa: “será feita a primeira distribuição de leite das novas instalações do Lactario e ainda distribuição de productos derivados de leite, fornecidos pela companhia Nestlé, das suas importantes uzinas em Barra Mansa”. Semana da Criança, *O São Gonçalo*, São Gonçalo, p.1, 15 out. 1939. Segundo o trabalho de Rea (1990), a indústria de alimentos Nestlé tinha como estratégia comercial óbvia ampliar o seu mercado consumidor. Esta ampliação passava por fazer com que os seus produtos atingissem as classes pobres. Algumas mulheres destas classes pobres eram atendidas nas instituições de proteção à infância existentes no Brasil desde o final do século XIX. Estes lugares possibilitavam uma irradiação dos produtos da empresa, o que a autora assegura não corresponder a uma distribuição gratuita irrestrita em tais instituições dedicadas às mulheres pobres. A companhia, na verdade, preferia facilitar a aquisição pelo preço, ou criação de algum tipo de concurso de metas de saúde para as crianças do que oferecer o produto gratuitamente. Tratava-se de criar uma consciência social do valor do leite atribuindo-lhe um valor monetário agregado à postura das mães de darem saúde aos seus filhos. E isto deveria ter um custo.

<sup>54</sup> A fábrica de Barra Mansa (RJ) foi a segunda do país, aberta em 1936, que produzia o composto chamado Lactogeno (Rea, 1990).

<sup>55</sup> PALMIER, Luiz. São Gonçalo do Futuro, novo rumo. *A Gazeta*, São Gonçalo, p.1, 29 ago 1920 e 5 set. 1920.

lidar com as fórmulas lactas. A terminologia química abria espaço para tratar a questão em termos de aprendizado de uma composição que incluía o conhecimento de misturas, armazenagem, porcentagem e manuseio de instrumentos para ministrar a fórmula alimentar (a mamadeira).

A unidade que acompanha os serviços de distribuição de leite e regime alimentar das mães para robustecer filhos continha também o desejo de prender-lhes a atenção para algumas coisas. A elas o lugar servia pra ministrar-lhes alguns bons ensinamentos higiênica e eugenicamente dimensionados. Não havia nada solto, pois tudo fazia parte de um discurso maior de puericultura cientificamente pautado e política e socialmente justificado pelos médicos.

O lactário foi um dos primeiros espaços de convergência das mães, pensado como uma resposta a uma demanda eugênica, inaugurado de fato em 1939 e que funcionou ativamente na década de 1940, tendo suas atividades paulatinamente incorporadas ao Centro de Puericultura ao longo desta última década. Tal lugar respondeu a algumas dimensões propostas pelos nossos médicos eugenistas, entre as quais a de preservar a vida da criança, na ocasião socialmente medida por um sentimento de nacionalidade e de ajuda à pátria, em que a mortalidade infantil que assolava o país deveria ser vencida pela eliminação dos distúrbios alimentares. A alimentação correspondia ao primeiro ato que demandava uma prática de certas atitudes pelas mães. Foi neste terreno que ocorreu o início da interferência médica em relação a estes grupos que mereciam preocupações mais diretas em São Gonçalo. Uma atitude em relação às mães, uma ação para interferir na conduta daquelas mulheres que erravam porque não sabiam. Não há na documentação deixada por Palmier, e que analisei, nenhuma referência que ele ou o seu grupo de apoio sócio-médico indicassem ser o erro um atributo da classe social destas mães. O erro era inerente a quem não tinha conhecimento, ou seja, não foi classificado pela condição social destas mães no plano monetário, mas pela condição de um não saber, sobre o qual Palmier e o seu grupo de apoio desenvolveram ações. O que talvez não elimine uma pergunta: mas não foi a mãe pobre o elemento atendido no lactário? Sim, pois a assistência médico-social propagada em São Gonçalo tinha como alvo os pobres que, nas palavras deles, “morriam a míngua nas estradas sem auxílio”, o que, no entanto, não produziu um discurso de que o problema fosse ela (a classe pobre), mas que estava nela pela falta de conhecimento. Se

estava, poderia ser retirado. Isto não excluía um discurso de cima para baixo, entre uma sociedade culta à frente das realizações em assistência social e uma sociedade necessitada, que deveria receber amparo: “O Instituto Gonçalense de Assistência à Maternidade e à Infância será a maior demonstração de solidariedade humana de uma população culta, quando pretende amparar as classes necessitadas”<sup>56</sup>. Neste terreno se deu o início de uma parceria entre aquelas mulheres que erravam porque não sabiam. Na outra ponta, para alterar este estado de não saber, encontravam-se os que sabiam: médicos, enfermeiras e filantropas que integravam a categoria sócio-médica.

Com tal realização de sociedade civil, apoiada pelo governo municipal, assumiram um caráter de proteção à infância em que estava embutida a diminuição da mortalidade infantil pela distribuição de leite, pelo aconselhamento e pela aprendizagem de como ministrar sua mistura na condição de fator de saúde. A distribuição de leite no Brasil remonta à criação, em 1899, do Instituto de Proteção e Assistência à Infância (IPAI), tendo à frente o médico Moncorvo Filho e inspirado nos moldes das gotas de leite francesas existentes neste país desde 1892. Esta instituição tinha por base três ítems: consulta, distribuição de leite e aconselhamento (Freire, 2009). O Lactário de São Gonçalo não se afastou deste modelo. Ao ler o que foi escrito nos momentos próximos à sua criação percebe-se que a distribuição de leite não estaria aberta a todas as mães que chegassem às suas dependências no Hospital de São Gonçalo. O leite ali distribuído estaria vinculado ao consultório de higiene infantil existente no Hospital. Por não achar referências nos relatórios do Hospital de São Gonçalo e nos jornais que veiculavam notícias sobre as realizações em assistência social em São Gonçalo, sobre este serviço de higiene infantil, à qual o recebimento do leite estava vinculado, acredito que tenha sido criado em momento próximo primeiro a criação das duas Instituições (Lactário e IGAMI), servindo de triagem das condições e atendimento clínico dos sujeitos que foram atendidos por elas. Todos estes lugares, no entanto, segundo o trabalho de Freire (2009), assumiram um caráter pedagógico que deveria ser iniciado o quanto antes, ligados aos cuidados com a criança, higiene alimentar e pessoal, muito de acordo com as dimensões compartilhadas pelos grupos de médicos ligados à proteção à infância e à maternidade.

---

<sup>56</sup> Instituto Gonçalense de Assistência à Maternidade e à Infância. *O São Gonçalo*, São Gonçalo, p.1, 08 out 1939.

O aprendizado da maternidade deveria começar o mais cedo possível, de preferência ainda na própria maternidade, onde as puérperas incorporariam a noção de que o leite materno era o alimento mais adequado para o seu filho. Tal aprendizado seria levado adiante nos consultórios de lactantes, verdadeiras escolas para as mães, onde além de terem os filhos examinados e pesados, estas receberiam conselhos e seriam orientadas quanto as regras referentes ao número e intervalo das mamadas, a dosagem do leite, a alimentação mista e ao preparo de alimentos diversos, entre outros itens (FREIRE, 2009:208, 209)<sup>57</sup>.

A medicalização das mães e dos seus filhos atingiu dois níveis objetivos deste grupo médico-social reunido em torno de Palmier: a redução da mortalidade infantil e o robustecimento físico da infância que era atendida no lugar. Exemplo para tal atividade Palmier buscou no Instituto de Proteção à Infância de Niterói e no IPAI do Distrito Federal (Rio de Janeiro). Na ACERJ, usou em discurso a cronologia das instituições de proteção à infância na Rússia, o que lhe valeu trocadilhos em tom de ironia entre os seus pares na casa os quais diziam que poderia até ser considerado um comunista<sup>58</sup>. Porém, exemplo digno de referência não estava muito longe daquela ocasião (Semana da Criança de 1939): tratava-se de um defensor do regime de atenção alimentar, entre outros assuntos que animavam Palmier, que o fazia tratar o cientista Oscar Clark como:

(...)mestre eminente e infatigável obreiro da causa da criança, brilhantíssimo médico que em nossa terra procurou implantar ideias sociais e novos princípios relacionados esse e aqueles com o aprimoramento da Raça e as conquistas relativas do nosso povo<sup>59</sup>

O homem que merecia todos esses elogios no texto de 1948 era um dos conferencistas da Semana da Criança na qual se inaugurou o Lactário. Oscar Clark, professor da FMRJ e chefe na ocasião da Clínica Escolar do Distrito Federal. Foi sua a conferência de encerramento sendo depois de proferi-la ovacionado pelos que o assistiram. “seguida com aplausos gerais prolongados. Forma de apotheose que

---

<sup>57</sup> A autora ao escrever isto estava se reportando à matéria com o Dr. Mangin Cunha sobre proteção à infância que foi veiculada na “Revista Feminina” em seu nº 102, de novembro de 1922. Considero que esta imagem que aparece no texto, não seja muito diferente do que acontecia nestes espaços médico-sociais de proteção em São Gonçalo. Muita coisa em proteção à infância e à maternidade foi compartilhada pelos membros da corporação médica, criando uma tecnologia e um padrão relacionados ao tema.

<sup>58</sup> Refiro-me ao discurso proferido na ACERJ, no dia em 16 de outubro de 1935, sobre o problema da proteção à infância, que se encontra nos anais (ACERJ, 1935:164-185).

<sup>59</sup> PALMIER, Luiz. Médicos educadores: o Professor Oscar Clark. *O São Gonçalo*, São Gonçalo, p.22, 22 fev. 1948.

conseguiu o sábio Prof. Clark, naquela noite inesquecível de ensinamentos bellos e humanitários”<sup>60</sup>.

As inaugurações deste tipo fizeram parte de uma Semana da Criança que trouxe a São Gonçalo personalidades do meio médico e autoridades políticas engajadas com o tema. Escrevia o principal palestrante desta ocasião em sua publicação cuja primeira edição foi em 1937:

Em paíz de extensão territorial do nosso, o problema da creança tem de ser encarado com especial carinho, por isso que o progresso depende em parte da densidade da população. A natalidade entre nós é farta, mas o abandono em que jaz a creança e a ignorância das mães ceifam tantas vidas em flôr, **que quase não vale a pena ter filhos no Brasil**. O paralelo entre a mortalidade infantil na nossa terra e a dos outros paízes civilizados muito depõem contra a nossa administração e a nossa organização médico-social(...) Esse é o maior problema a reclamar solução no Brasil. Não só humano; é também econômico. Em pleno século XX, compreende-se que o homem tem mais valor do que o capital, ou mais propriamente, **que o homem sadio é o melhor capital**. Combatendo a mortalidade infantil, cuidamos da mais preciosa **economia nacional**. (CLARK, 1940: 35,36)

A presença deste intelectual, corporativamente importante para os meios eugênicos médico-sociais, representava uma ocasião de sociabilidade e compartilhamento de ideais dos membros do movimento médico-social de São Gonçalo, que, como bem sabemos, reunia não apenas médicos, mas uma pluralidade de pessoas cooptadas pelo pensamento médico social. Desta forma, a presença deste preletor tornou-se uma demonstração pública de ideias e inspirações que tinham, para aqueles homens e mulheres envolvidos com os programas de saúde social, o peso de uma lição de casa cumprida, a ser mostrada ao mestre estrategicamente posicionada dentro de uma data simbólica muito grata ao momento político e ao que animava a cabeça daqueles intelectuais. Isto me leva a pensar que talvez aquela assistência não estivesse ali unicamente para ouvir o que Oscar Clark tinha a dizer. Aquela parcela da sociedade reunida na Semana da Criança queria, na verdade, demonstrar que estava cumprindo a empreitada pró-modernização que se propuseram fazer por meio da prática médico-social; foi um recado, tornava evidente à comunidade e ao intelectual, com o fluxo de trabalhos em cuidados com a saúde alimentar e sanitária das mães e crianças, que estava fazendo a sua parte na modernização do lugar.

---

<sup>60</sup> As comemorações da Semana da Criança em São Gonçalo. *O São Gonçalo*, São Gonçalo, p.1, 22 out.1939.



Se o médico observou o que se estava fazendo em São Gonçalo, ele pode também advogar em favor da causa que animou boa parte dos seus estudos. A constituição de um tipo novo de instituição hospitalar, mais eficaz ao Brasil e concebida sob a direção de uma nova pedagogia médico-social e um jeito de se tratar infância, tais instituições, que eram chamadas de Escolas-hospitais, reuniriam em um único lugar as várias dimensões de saúde consideradas eficazes para se aperfeiçoar o indivíduo (mais especificamente a infância). Sobre esta instituição que divulgava em seus discursos, ele escreveu:

Há 20 annos, peço clinicas preventivas – creches, escolas hospitaes, clinicas escolares, preventórios e sanatorios para educar o povo e salvar as creanças, mas ninguem quer ouvir. E no entanto precisamos de milhares e milhares dessa nova espécie de hospitaes, onde se estudam, ensinam e se praticam hygiene, psychologia e physiologia; onde de corrigem os defeitos phisicos e estados de subnutrição; onde se trata doenças infecciosas e infestações por vermes; onde se cuida da educação integral (CLARK, 1940:37)

A Semana da Criança terminou naquele dia 18 de outubro de 1939 com um baile para os presentes na sessão de encerramento, mas a empreitada eugênica realizada sobre o resguardo da puericultura ainda iria iniciar naquele ano mais uma etapa do projeto eugênico: a implantação do Centro da Puericultura em São Gonçalo.

#### **4.3 A divisão de tarefas: o centro de puericultura**

A divisão de tarefas começou a ser desenhada no Natal de 1939. Na ocasião, o IGAMI já era uma realidade que empolgava a todos por seu sucesso, e a vontade de criar uma nova instituição para cumprir um papel no bojo das ações médico-sociais em São Gonçalo já fazia parte das intenções do grupo de homens e mulheres dispostos a aperfeiçoar o lugar. A nova instituição viria assumir um lugar no próprio momento político-social que favorecia o cuidado com as crianças e refletia o aproveitamento de uma forma de se encarar o problema, tendo por norte o Departamento Nacional da Criança (doravante DNC) e uma legislação criada a partir do aparecimento dos

departamentos de bem-estar social que apoiavam este tipo ação da sociedade civil, que dividia com o governo a proteção da infância e da maternidade<sup>61</sup> favorecendo um dos elementos do discurso de governo Vargas na ocasião: o cuidado com as crianças. Reportagem do jornal *O São Gonçalo*, de dezembro de 1939, apresenta uma pequena nota que informa, sob o subtítulo “uma vitória do Instituto”, a criação de mais uma instituição derivada do IGAMI pensada para assumir um papel no processo.

Continuam a ser coroados de êxito os esforços da Directoria do Instituto Gonçalense de Amparo á maternidade e a infância e do Director tecnico Dr. Luiz Palmier, para que S. Gonçalo seja dotado de um Centro de Puericultura, com todas as dependências para o amparo as crianças e ás mães.

O “Diario Official Federal” acaba de publicar a deliberação unânime do Conselho Nacional de Serviço Social, aprovando o pedido da presidente D. Olga Benevides Palmier, relativo à subvenção para 1940.

Foi uma Victoria das maiores do novel Instituto.<sup>62</sup>

A subvenção do governo para a nova instituição veio como um presente de final de um ano de muitas realizações, para todos os reunidos em torno dos objetivos médico-sociais eugênicos do lugar. Do parecer favorável à subvenção de parte dos seus serviços pelo Governo Federal até a sua inauguração, passou-se pouco mais de um ano, sendo oficialmente aberto como parte das comemorações do 4º aniversário do Estado Novo, em 10 de novembro de 1941, tendo como orador da cerimônia de inauguração o próprio Palmier, o que, além de tornar evidente o apoio ao regime, se tornava uma estratégia para angariar atenção e verbas dos Departamentos do Governo Federal para a causa.

---

<sup>61</sup> Sobre a questão de saúde pública e a infância, os textos de Sousa (2000) e Hochman (2001) demonstram que o modelo de proteção à infância no Brasil no período Vargas se utilizou do regime de parceria e subvenções do governo à sociedade civil que se predispuesses a atuar na condução de serviços como o de puericultura. A própria introdução do livreto do Departamento Nacional da Criança, que ensinava os interessados a montar um posto de Puericultura, deixa clara a dependência do governo deste tipo de ação civil organizada.

O ponto de partida de todo o movimento popular eficiente em favor da infância, em nossa terra, tem de ser a formação de pequenas associações, compostas de pessoas notáveis, inteligentes e caridosas, de qualquer localidade, reunindo-se com o patriótico objetivo de espalhar entre as mães pobres e ignorantes as melhores noções de higiene infantil e de puericultura (DNC, 1946:3).

<sup>62</sup> O Natal das Crianças e dos doentes, *O São Gonçalo*, São Gonçalo, p.1 31 dez. 1939. O centro de puericultura funcionou respeitando as diretrizes e legislações impostas pelo governo até mesmo para que deste recebesse verbas destinadas aos seus trabalhos, daí remeter o devido relatório ao Conselho Nacional de Serviço Social para conseguir subvenções, prática que foi regulamentada alguns anos depois com o decreto-lei nº 568, de 22 de julho de 1943.

O Centro de Puericultura Fernandes Figueira foi o braço clínico do projeto eugênico do lugar e com o passar dos anos foi incorporando inclusive a responsabilidade da atenção alimentar, da direção da cozinha dietética e da clínica de higiene infantil, racionalmente passadas para a sua incumbência, enquanto o IGAMI continuou à frente do projeto de assistência científica que atendia à uma pedagogia em eugenia, exercendo funções nos campos das ações práticas de dimensões sociais como os de ensino (sanitário e primário), cultura medicalizada e conduta moral, ficando responsável pela parte de educação eugênica. Resumindo a questão antes de prosseguir, vale montar mentalmente um organograma a partir de agora e nele o leitor deve visualizar o IGAMI como o centro das atividades em assistência científica/médico-social eugênica, dele derivando dois braços: o clínico, que respondia pelo nome de Centro de Puericultura de atenção à saúde das mães e filhos, e o pedagógico e social, que respondia pelo nome IGAMI.

O centro clínico da puericultura normatizou os cuidados médicos às mães e às crianças incorporando algumas práticas já existentes, como as do Consultório de Higiene Infantil e os serviços do lactário, passando a ser responsável pela manutenção e promoção dos atos clínicos para aquisição e manutenção da saúde das crianças. Além dos atos clínicos, o Centro foi responsável pela passagem de um saber sobre como se deveria cuidar dos filhos baseado na ciência. Desta forma, exerceu um papel pedagógico direcionado às mães que eram atendidas em seus espaços. Ao reunir o cotidiano de práticas em saúde, o Centro vai assumir algumas estratégias de promoção da saúde iniciadas no IGAMI, quando este conjugava a parte de assistência social, educacional e assistência científica (clínica) do projeto.

O movimento do Centro de Puericultura no ano de 1942 nos informa o contingente de crianças atendidas, as etapas da vida infantil atingidas e os tratamentos dispensados a elas:

TABELA: MOVIMENTO DO CENTRO DE PUERICULTURA NO ANO DE 1942.

HIGIENE PRÉ-NATAL	Nº(S).	HIGIENE INFANTIL	Nº(S)	HIGIENE PRÉ- ESCOLAR	Nº(S)
Matrículas	224	Matrículas:	825	Matrículas	280

Consultas	488	Consultas	2250	Consultas	817
Receitas	458	Receitas	1292	Receitas	601
Fórmulas	562	Fórmulas	1760	Fórmulas	136
Requisições para exames de laboratório:	88	Regimes alimentares	1331	Regimes alimentares	18
Curativos obstétricos:	4	Pesagens	1160	Pesagens	1
Medidas de pressão arterial:	84	Série de Ultra-violetas	108	Série de Ultra-Violetas	30
		Série de Infra-Vermelho	36	Série de Infra-Vermelho	9
		Requisição para exames de laboratório	121	Requisição de Exames de Laboratório	1
		Requisição de Raio X	34	Requisição para Raio X	2
		Transferências	79	Transferências	3
		Aplicações de Hetero-hemo	3		
		Medidas de Estatura	519		
		Medidas de perímetro torácico	519		
		Medidas de perímetro cefálico	519		

Tabela montada a partir do relatório do Centro de Puericultura: Centro de Puericultura de S. Gonçalo. *O São Gonçalo*, São Gonçalo, p.1, 22 ago. 1943.

A mais típica estratégia incorporada pelo repertório da nova instituição, e que passaria a figurar no seu calendário, foram os concursos de robustez infantil. Tais concursos passaram a existir em São Gonçalo com a criação do IGAMI e do Lactário, responsável direto pela incorporação de um discurso de melhoras físicas a olhos vistos das crianças.



CLP\_IGAMI\_08, Crianças premiadas no concurso de robustez. Jul. 1940.

A narrativa do jornal *O São Gonçalo* em julho de 1940, na qual esta imagem está inserida, exterioriza para a sociedade os resultados obtidos pela primeira ação desta sociedade civil interessada em aperfeiçoar o ser humano. A reportagem fala do “milagre” de tornar robustas aquelas “criancinhas pálidas e esqueléticas” que as condições dos pais constroem<sup>63</sup>, e que deveria ser propagado e valorizado para atrair a atenção de outras mães.

Os concursos de robustez infantil não se apresentavam como uma novidade no Brasil, já existindo nas Instituições de Amparo à Maternidade do país, o que não deve ofuscar a nossa compreensão de que a organização de tais concursos foi empregada por movimentos eugenistas em várias partes do mundo, Stepan (2004) e Diwan (2007). Em São Gonçalo, tiveram por finalidade o incentivo à qualificação da criança. O bebê robusto, visualmente era um símbolo da boa saúde. Os concursos foram usados na localidade para compor uma estratégia eugênica, produtora de um discurso que enxergava a infância e a qualidade desta como depositária das condições para alcançar o progresso econômico. As premiações em dinheiro acenavam para aquelas mães, que haviam se submetido ao projeto médico-social eugênico, com a possibilidade econômica da boa saúde. A submissão ao conjunto destas ações levou à premiação das mães em dinheiro para aquelas que se entregassem ao projeto pelo comparecimento e pelo alcance das metas de desenvolvimento físico.

<sup>63</sup> Proteção à Criança de São Gonçalo. *O São Gonçalo*, São Gonçalo, p.1, 06 jul. 1940.

No Centro de Puericultura iriam passar todos os envolvidos com a proteção à infância e à maternidade do lugar, mães, médicos, enfermeiras, filantropas, normalistas, intelectuais e principalmente as crianças. A retratação, retirada provavelmente entre 1941 e 1942, é um indicador das pessoas que ocupavam aquele espaço, bem ao lado do hospital que durante aquela década iria atuar na medicalização da infância e da maternidade.



CLP\_SA\_CP\_12 Solenidade no Centro de Puericultura, 1941.

A puericultura que estava sendo preconizada era de um tipo muito ampliado, atingindo as mães antes do nascimento dos filhos, com os seus cuidados pré-natais, e após o nascimento, com os chamados cuidados de higiene infantil que favoreceriam a permanência em vida dos seus filhos e as melhoras físicas das crianças. Próximo à idade escolar, as crianças receberiam ainda os cuidados da higiene pré-escolar. O Centro de Puericultura respondeu, então, à parte clínica da questão de se aperfeiçoar, realizando uma série de medidas eugênicas, que poderíamos relacionar como positivas, para a aquisição e manutenção da saúde.

Além das funções clínicas, o Centro assumiu outra atribuição iniciada ainda com os cuidados alimentares que o lactário e o IGAMI ofereciam: uma pedagogia sobre como as mães deveriam cuidar dos filhos. Tratava-se de dar uma capa científica ao instinto maternal natural, afugentando os palpiteiros e conselheiros desabilitados. O conhecimento da puericultura, passado ali às mães pobres do lugar. Pretendia-se que o arcaico e a tradição fossem substituídos por um conhecimento mediado pela ciência,

criando naquelas mães o sentimento de pertencimento a uma maternidade moderna acionada por um discurso de finalidades patrióticas, civilizatórias e de progresso que significava o compartilhamento de ideias científicas e morais com os médicos.

#### **4.4 O projeto de educação eugênica do IGAMI**

Pretendo olhar o IGAMI um pouco além, observando este lugar como uma síntese de todo o projeto médico-social eugenista que se desenrolou naquele município do Estado do Rio de Janeiro e que incorporou em seus espaços as ações reivindicadas pelo projeto educacional e de saúde. A instituição de assistência científica foi criada por um grupo da sociedade civil um tanto quanto apressado, que foi preenchendo o município de São Gonçalo de entidades pensadas, organizadas e postas em funcionamento por particulares, sem ou com pouco apoio financeiro governamental, acreditando piamente que cumpriam uma função modernizadora para o país.

A primeira forma de compreender o IGAMI em sua prática pedagógica é pela constatação de uma estratégia usada na instituição que nos remete novamente aos escritos e práticas do médico Oscar Clark realizadas em seus projetos médico-sociais eugenistas das Escolas-Hospitais. O fato que aproxima mais uma vez estes dois intelectuais foi a tática de se afastar as crianças do convívio com os seus pais, “ignorantes” e por isso perigosos à vida dos filhos, prejudiciais à própria eficácia do projeto eugênico por aqui. Clark dizia que o “abandono das crianças e a ignorância das mães ceifavam em flor a vida delas” (CLARK, 1940: 34). Como forma de contornar isto, ao longo da vida o médico bateu incessantemente em uma tecla: a construção e proliferação de uma instituição que misturasse a prevenção da doença e o ensino, que fundamentalmente, durante o tratamento afastasse a criança do seu meio. Tais instituições foram chamadas por ele de Escolas-Hospitais e sobre elas dizia: “onde se cuida da educação integral da criança, (...) onde os pedagogos apreendem o que vem a ser uma escola ativa, isto é, frequentada por alunos sadios e dirigidos pelo ensinamento

da *physiologia médica*” (CLARK, 1940: 37,38). Os livros escritos por Clark (1940 e 1943) podem levar à compreensão do tratamento que era usado nesta instituição. Chego à conclusão que existia entre o projeto médico-social do IGAMI e o projeto médico-social das Escolas-Hospitais um ponto em comum muito importante, sobre o qual pretendo formular minhas observações: tratava-se de sua constituição como espaços de uma educação integral e higienicamente pensada. Escrevo isto por considerar que ambas as instituições usaram como tática afastar a infância dos elementos perniciosos às suas vidas, e aproximá-las de um tipo de vida proposta pelos movimentos médico-sociais eugenistas, de que tanto Clark como Palmier faziam parte. É importante notar que não existiram referências de que a estratégia do IGAMI derivou do exemplo da instituição de Clark no interior fluminense: a Escola-Hospital de Araruama. Houve, no entanto, muito entusiasmo por parte daqueles agentes médico-sociais com a conferência proferida pelo médico na Semana da Criança de 1939; tanto assim que foi noticiado na imprensa local que São Gonçalo teria em breve a sua Escola-Hospital<sup>64</sup>, tamanha a repercussão de sua fala. O entusiasmo, entretanto, não foi capaz de fazer com que São Gonçalo tivesse tal instituição, pois não existe mais referência sobre o assunto na coleção fotográfica ou mesmo nos jornais que acompanhavam os projetos na região. Mesmo sem menções diretas, acredito que tampouco os artífices do progresso local, empenhados como estavam, deixaram escapar às suas análises tais “instituições de ciência moderna”, mesmo se considerarmos que o discurso da influência do meio esteja presente entre os membros da corporação médica desde o Império, como demonstra o trabalho de Gondra (2004). A experiência das escolas-hospitais em que as crianças eram tiradas de seus ambientes primitivos, marcadas pela doença e ignorância dos adultos (principalmente as mães) e tratadas sob os cuidados da medicina, teve muito mais força para marcar positivamente as realizações promovidas em São Gonçalo.

Minha linha de interpretação consiste em considerar o IGAMI e suas atividades, que funcionavam na antiga propriedade da família Palmier localizada na Rua Sá Carvalho, no bairro da Brasilândia, como sendo um espaço em separado onde as crianças que ali permaneciam durante parte do dia eram submetidas à influência de uma educação integral, longe da sociedade disgênica, pensada pela vontade de se propagar uma educação eugênica.

---

<sup>64</sup> Refiro-me à reportagem: As comemorações da Semana da Criança, em S. Gonçalo. *O São Gonçalo*, São Gonçalo, p.1, 22 out. 1939.



Isso começou a acontecer quando os agentes locais envolvidos com a instituição passaram a experimentar na chácara da família Palmier as concepções de medicina social que os animavam. É importante dizer que a parte administrativa, dos conselhos e a direção do IGAMI continuaram no complexo do Hospital, que abrigava o pronto socorro, o lactário, a cozinha dietética e o Centro de Puericultura (que após 1941 vai responder pelos espaços de atenção alimentar).

A chácara abrigou o lugar das práticas desta educação eugênica que o IGAMI implantou para viabilizar a modernidade da nação através da criança. Para isto, fez funcionar uma série de projetos naquele lugar, criados para dar resposta aos próprios elementos do discurso de modernidade: saúde e educação, exploradas ali com o objetivo eugênico. Sobre estes dois elementos recorrentes do discurso de modernidade, Carvalho escreve:

Por que saúde e educação se apresentavam, para seus agentes, como questões indissociáveis. No campo da saúde, firma-se a convicção de que medidas de políticas sanitárias seriam ineficazes se não abrangessem a introjeção, nos sujeitos sociais, de hábitos higiênicos, por meio da educação (CARVALHO, 2006: 305).

Coube à educação praticada na instituição a responsabilidade, na idade infantil, por moralizar os hábitos, acompanhar a saúde, ensinar-lhes como deveriam se cuidar, inculcar-lhes preceitos cívicos, morais e laborais. A forma de se alcançar isto foi pela via de uma educação integral que o IGAMI perseguiu na chácara. A maneira como pretendiam realizar isto foi variada. Olhando em perspectiva, percebemos como o IGAMI montou nos espaços da chácara atividades para formar este cidadão aperfeiçoado a que eram ministrados cuidados com a saúde. Ocorreu ali o manejo de elementos que aquela intelectualidade havia selecionado como importantes para a constituição de um sujeito que ocuparia um lugar na modernização do país. Foi um lugar onde se procurou ultrapassar a abstração deste cidadão, objeto do “entusiasmo pela educação”, Nagle(1976), desde os anos de 1920, e objetivamente colocar em prática ações diretas para promovê-lo.

Esta tarefa foi implementada por ações que recordavam os próprios desejos de Palmier no campo da educação. Ao frequentar aquele lugar, crianças eram alfabetizadas; era a parte inicial da educação integral perseguida, sendo para isso necessária a organização de uma escola de primeiras letras sob a responsabilidade

pedagógica da diretora do IGAMI, Olga Benevides Palmier, e das professoras Albertina Campos, Adyr Duarte e Antonieta Palmeira. Tal escola recebeu o nome de Bernardino Benevides, pai de Olga.

A escola atendia a todos os preceitos propugnados por uma educação que se propunha a aperfeiçoar o indivíduo. Em seus espaços eram ministradas educação higiênica, física, técnico profissional, cívica e cultura intelectual. Por se prestar a fomentar algo além de uma alfabetização formal, o ensino ali ministrado visava também à educação dos corpos, conformando-lhes uma cultura física a incutir a noção de corpos saudáveis em sujeitos dispostos e em prontidão. Para isto, até os seus educadores deveriam ter conhecimentos formais das práticas que ministravam. Em 1944, o jornal *O São Gonçalo* traz uma chamada para o reinício das aulas no dia 14 de abril, anunciando que a professora da instituição, Adyr Duarte, acabara de “concluir com brilhantismo o curso de educação física”<sup>65</sup>. Além da educação física, os alunos estiveram submetidos à estimulação da conduta laboral: para livrá-los de qualquer eventual atração pelo ócio e pela vadiagem, era-lhes ministrado o conhecimento de um ofício profissional como via para o futuro da Nação, conforme observado nas narrativas fotográficas da coleção de imagens que mostram o fabrico de tamancos e o ensino de práticas agrícolas.



CLP\_IGAMI\_15. Horta do IGAMI Crianças trabalhando na horta do IGAMI. Entre os presentes: Luiz Palmier e Waldemar Zarro, pastor da Iª Igreja Batista de São Gonçalo, 1941.

<sup>65</sup> O Dia Pan- Americano, *O São Gonçalo*, São Gonçalo, p.1, 09 abr. 1944.



CLP\_IGAMI\_14. Oficina de tamancos do IGAMI, 1941.

As notas fotográficas destas práticas nos fornecem algumas informações sobre a forma de ensino profissional que Palmier desenvolvia e também os condicionantes ideológicos que pairavam sobre esta ação.

Palmier desenvolveu em sua chácara na Rua Sá Carvalho, no bairro da Brasilândia, em São Gonçalo, um espaço para algumas práticas eugenistas que valorizava em educação e saúde. Naquele espaço reuniam-se escoteiros em suas atividades físicas, cívicas e de adestramento; e crianças atendidas pelo IGAMI, às quais eram ensinadas técnicas profissionais durante as horas em que estas ficavam sob a responsabilidade do Instituto. Eram oferecidos ao menos dois atributos importantes fornecidos pela educação: cultura intelectual, se percebermos a Biblioteca Luiz Palmier Filho, montada a partir de 1942, e uma educação profissional.

As horas passadas na chácara ofereciam um intervalo aos perigos disgênicos do mundo no qual viviam. Eram-lhes oferecidas várias ações doutrinárias em saúde, moral e civismo. Neste mundo controlado, as crianças recebiam algumas linhas de uma educação dos sentidos que animavam Palmier.

Ladeado pelo Pastor Waldemar Zarro, da 1ª Igreja Batista em São Gonçalo, e algumas colaboradoras, eram ministrados ensinamentos sobre técnica agrícola, a ambos os sexos, e confecção de tamancos, apenas para os meninos.

A representação do real nestas cenas repletas de planos, onde todos aparecem fazendo ou observando algo ligado ao sentido da retratação, tem um caráter documental

composto por um grande número de elementos sobre umas das atividades regulares que aquelas crianças ali realizavam. Evidenciam o aparato logístico empregado ali e as divisões do espaço utilizado e suas funções, tais como criação de uma cultura laboral em oposição à vadiagem, cuidados de saúde, cultura intelectual, cultura cívica e noções de higiene.

Tal ensino compartilhava algumas semelhanças com as Escolas do Trabalho tentadas em 1928 por Fernando de Azevedo em suas reformas educacionais. Era uma concepção de escola primária que deveria preparar os alunos para assumir o seu papel social, fornecendo-lhes elementos de ensino profissional Cunha (2005).

Além de perceber que no IGAMI foram tentados os pontos desta educação integral que Palmier advogava como importantes para formar este sujeito aperfeiçoado, havia algo a dar sentido ao afastamento do meio e à ocupação do tempo na chácara com o ensino das primeiras letras (alfabetização), a aquisição de uma cultura física e a de um ofício. Tratava-se de uma intervenção higiênica e disciplinar. Coube à educação ativar de múltiplas formas, por meio da modelação dos hábitos de higiene e da disciplina do sujeito, uma consciência eugênica que iria moralizar suas condutas, evitando os costumes deletérios da raça e gerindo sua vida nos preceitos de uma educação eugênica.

A escola do IGAMI foi promotora de uma educação higiênica, considerada essencial para a eugenia da Raça Brasileira. Em 25 de abril de 1941 foi inaugurado o Pelotão de Saúde do IGAMI<sup>66</sup>, cujo patrono era o Dr. Aureliano Barcelos, médico por quem já há longa data Palmier nutria admiração, sendo por ele referenciado em discursos parlamentares na ACERJ pelo trabalho desenvolvido na Casa Maternal 1º de Maio em Niterói, como um dos grandes exemplos de proteção à infância em terras fluminenses. O Dr. Barcelos não pôde comparecer, mas enviou uma extensa carta, publicada na edição de 24 de maio no jornal *O São Gonçalo*. Em certa altura da carta, em que envia felicitações à iniciativa e agradece a escolha do seu nome para figurar

---

<sup>66</sup> Os Pelotões de Saúde foram criados no Brasil pelo médico Carlos Sá, Inspetor sanitário do Departamento Nacional de Saúde Pública. Eram idealizados com base nos jogos de Saúde, que na América do Norte originariam as cruzadas da saúde. Os primeiros pelotões foram criados nas escolas do Estado do Rio de Janeiro, posteriormente sendo difundidos por vários outros estados do país. Usavam metáforas de guerra e premiações. Cada membro do pelotão possuía uma caderneta em que eram anotados os deveres cumpridos, os resultados de peso, altura e melhoras físicas. Foram formulados para atender os dois gêneros, adequando entre um e outro a ênfase no discurso e as premiações pelos bons resultados (Marques, 1994).

como patrono, ele expõe os objetivos e a condução de um pelotão de saúde. Para o médico, um pelotão de saúde era:

Um grêmio da juventude dentro da escola, dirigido pela professora, o qual sob a orientação médico sanitária-pedagógica visa a objetivação do ensaio teórico de higiene, em todas as suas especialidades, não só pelas suas realizações praticas e recreativas como também pela educação sucinta da criança, criando-lhe uma consciência sanitária, em prol do aprimoramento da Raça, com a idéia precípua de aprender e propagar”<sup>67</sup>

O pelotão respondia como uma das tarefas do esforço de se higienizar o país. A forma como a cumpria e o elemento principal era o corpo do aluno, alvo enquanto depositário de saúde. Funcionando junto às escolas, era responsável por disciplinar os corpos e aplicar-lhes as regras de higiene.

A escola, além de ministrar os conteúdos culturais, cívicos e patrióticos, atuou como um veículo da modelação e disciplinalização (Marques, 1994), conformando os corpos dos alunos a uma série de condutas individuais vistas como necessárias à nação.

Uma boa ideia para notar como isto era conseguido pelos Pelotões de Saúde é comparar parte da própria carta escrita pelo Dr. Barcelos com a fotografia que ilustrou a reportagem da inauguração e que faz parte da Coleção Luiz Palmier.

Essas instalações além de grande quantidade de impressos de hábitos higiênicos sob a forma de cartazes, folhetos, dísticos, livros devem conter objetos de utilidade higiênica, tais como toalhas, sapatos, pentes, escovas de dentes, copos, canecas, bacias sabonetes e alimentos satisfatórios de leite em geral, manteiga e mel de abelhas<sup>68</sup>.

---

<sup>67</sup> Pelotão de Saúde Dr. Aureliano Barcelos. *O São Gonçalo*, São Gonçalo, p.1, 24 mai. 1941.

<sup>68</sup> *Ibidem*. p.1.



CLP\_IGAMI\_06. Instalação do Pelotão de Saúde Dr. Aureliano Barcelos, 1942.

Estavam intrínsecas na formação dos Pelotões duas coisas, cujos fins foram expostos na narrativa fotográfica e no texto produzido para a ocasião: a primeira era instrumentalizar as crianças a usar os objetos que compunham esta pedagogia higiênica (canecas, escovas de dente e toalhas, entre outros), individualizando e tornando rotina o seu uso. A segunda estava vinculada à vontade de se estender, pela propaganda, os preceitos da higiene ao maior número possível de pessoas. A produção de folhetos e livros, que normatizavam a aprendizagem higiênica que ocorria nos interior dos pelotões, evitava também os desvios de procedimento e mantinha a direção do conhecimento sobre a higiene dos corpos com os membros da corporação médica. As canecas e impressos compunham as narrativas deste dia, indicando em parte como se processava esta educação higiênica que ocorria no espaço da escola do IGAMI.

Os dispositivos educacionais existentes ali e postos à mesa para serem observados conformam estas atitudes em relação à infância, adequando-a aos fins pretendidos pela eugenia no país. O que acontecia em educação no lugar não cuidava apenas de regenerar a população, Carvalho(1989, 2006), pois o que estava sendo tentado era o aperfeiçoamento do brasileiro por meio do discurso médico, sendo para isto usadas a clínica (atividades do Centro de Puericultura) e a escola (atividades na chácara).

A cultura intelectual, igualmente perseguida, foi promovida pela alfabetização daquelas crianças matriculadas na escola do IGAMI e pela promoção de hábitos de

apropriação cultural, como o de leitura. Este incentivo ao gosto por uma cultura das letras veio atrelado a uma experiência de dor que a família de Palmier passou, a perda do seu primogênito, Luiz Palmier Filho. A forma que uma parcela daquela sociedade, que compartilhava a perda, encontrou para homenagear o “garoto” foi inaugurar algo que pudesse referendar uma característica do jovem. Em agosto de 1942 era inaugurada na chácara do IGAMI uma biblioteca com o nome dele.



CLP\_IGAMI\_21. Inauguração da Biblioteca Luiz Palmier Filho e entrega de donativos as crianças assistidas no Instituto Gonçalense de Amparo à Maternidade e à Infância (IGAMI). A mesa está repleta de sapatos, tamancos e canecas. Luiz Palmier entrega um par de tamancos a uma das crianças da Instituição. Adultos, da esquerda para direita: 1º Luiz Palmier, 2º pastor Waldemar Zarro (de óculos), 4º Olga Benevides Palmier. 1942.

A perda foi tão avassaladora que marcou o afastamento definitivo de Dona Olga Benevides Palmier da direção do IGAMI e de uma participação mais expressiva em qualquer obra de assistência social em São Gonçalo. O desligamento foi comunicado a todos em 1943, com a publicação de edital convidando os membros do Instituto para a eleição da nova diretoria e informando que: “a Sr. Olga Palmier renunciou ao posto de presidente do Instituto em função do profundo golpe que feriu seu coração de mãe”<sup>69</sup>. O golpe fez Palmier nitidamente também diminuir o volume de suas participações nos assuntos de medicina social na cidade.

Todos os projetos médico-sociais, a partir de 1942, tiveram que prosseguir, mesmo com o afastamento do médico da condução direta das instituições que havia criado. Ele continuou, no entanto, a participar da vida política e a se envolver nos

<sup>69</sup>A próxima eleição no Instituto Gonçalense de Amparo à Maternidade e à Infância. *O São Gonçalo*, São Gonçalo, p.1, 07 mar. 1943.

assuntos da campanha médico-social eugenista, mas sem atuar em cargos executivos. A continuidade destas ações se deve ao fato de que eram obras de uma sociedade civil e também a Palmier não ter tido uma atitude paternalista, ao longo da vida, quanto às entidades e espaços que havia pensado e ajudado a criar, como observamos em um dos seus discursos da ACERJ em 1935, em que, ao ser interrompido por elogios referentes ao Hospital, ele expressa sua opinião:

O Sr. LUIZ PALMIER: O Hospital de São Gonçalo socorre o povo de São Gonçalo e também de outros municípios, até os mais longínquos, tais como Itaperuna, Pádua, etc.

O Sr. Oscar Przewodowski: Instituição cuja nobre iniciativa cabe a vossa excellencia.

O Sr. LUIZ PALMIER: (...) Esses doentes que procuram o Hospital na certeza de que encontram ali alívio para os seus males, por que felizmente para nós, salvo o modesto orador (não apoiado)- aquele estabelecimento possui um corpo clínico que é uma verdadeira glória da medicina brasileira. Esse corpo clínico composto de mais de 20 médicos, tem realizado verdadeiros milagres, restituindo a saúde a doentes considerados desenganados pelos recursos médicos hospitalares de outros municípios do Estado. (ACERJ, 1935: 780, 781).

A década de 1940, que havia se iniciado com a efetivação de instituições ligadas à proteção da infância e da maternidade e o aparelhamento das ações em saúde e educação, vai encontrar ao seu final os serviços do IGAMI sendo ironizados em reportagem cujo título era: “Assistência à Maternidade e à Infância para inglês ver...”<sup>70</sup>

Desde março último o Instituto Gonçalense de Assistência a Maternidade e a Infância (IGAMI) estabelecimento padrão, modelo aprovado pelo Departamento Nacional da Criança - praticamente cessou a sua atividade em prejuízo de uma obra de redenção nacional.

È que essa meritória instituição fundada pelo idealismo de Luiz Palmier, e que cresceu ao influxo sadio do seu entusiasmo em benefício das crianças e das mães gonçalenses. Teriam destino das iniciativas capazes de exigirem algo do patriotismo e do espírito do sacrifício de muitos.

A falta de recursos financeiros com que vinha se debatendo a magnífica instituição, foi a causa principal e única da interrupção dos ótimos serviços que estava prestando a esse setor da assistência social.<sup>71</sup>

Os projetos da instituição, que haviam contado com local para atenção alimentar, cuidados de puericultura e escolas, esbarravam no conflito de interesses entre as

<sup>70</sup> Assistência a Maternidade e a Infância. *O São Gonçalo*, São Gonçalo, p. 2 17 abr. 1949.

<sup>71</sup> *Ibidem*. p.2.



organizações de assistência e a ainda recente Legião Brasileira de Assistência (LBA). Algumas utopias dos anos de 1920 não tinham mais força para promover suas ações ou mesmo criar novos projetos médico-sociais.

A figura de Palmier continuava evocando as mais elogiosas referências em prol da maternidade e da infância, mas o projeto eugênico não mais existia em São Gonçalo. Ao terminar a década de 1940, foi se perdendo, ampliando suas fraquezas e tendo constringido o próprio discurso que o animava: o aperfeiçoamento da Raça.

## CONCLUSÃO

Vários textos escritos sobre Palmier (Reznik e Fernandes, 2003; Reznik e Araújo, 2007; e Nofuentes, 2008) usam uma frase da qual procurei me afastar durante todo o percurso deste trabalho: “Palmier foi um homem do seu tempo”. Cheguei até a montar uma nova forma de dizer o mesmo: Palmier foi um homem em sintonia com o Brasil do seu tempo. Mesmo fugindo desta frase, ao olhar em retrospectiva tudo que escrevi e as leituras que fiz, percebi que não poderia concluir este trabalho sem aceitá-la, sem compreender que ele foi sem dúvida um homem do seu tempo. Nascido poucos anos depois do início do regime republicano, ele encarnou durante a sua vida a figura de um homem da República. Foi desde sempre um cidadão do regime pelas condições sócio-econômicas e instrumentalização do saber (alfabetização), que lhe abriu as vias de acesso à plena participação na vida política.

Palmier viveu desde seu lar um discurso de crença nas mudanças políticas, muito influenciado pela participação dos seus parentes nas disputas eleitorais em sua localidade natal, Sapucaia. Foi incentivado a acreditar, mesmo que as mudanças de fato não ocorressem ou se dessem de forma muito lenta. E não foi apenas a isto que se expusera em sua casa. Outro elemento usado pelos homens da República com um importante objeto político e cultural, o jornalismo, foi-lhe apresentado pelo irmão (Felício) diretor de um jornal na cidade, o que também compôs sua formação inicial nos instrumentos políticos de sua época.

O caminho para a medicina passou pelo curso de Farmácia, seria o primeiro da família a se formar em um curso superior em 1912 e logo agregaria à família o status social, simbolizado por ser chamado Doutor. O caminho percorrido começou pela Faculdade de Farmácia de Ouro Preto, MG, lugar de efervescência política e cultural que aproximou Palmier da prática do combate político e do uso da língua francesa.

Nas portas dos anos de 1920, havia frequentado duas instituições científicas que mais catalisavam ações e discursos sobre mudanças políticas e sociais no país, as faculdades de medicina (Rio de Janeiro) e farmácia (Ouro Preto), esta última a da qual

havia se derivado anos antes. Tais lugares foram frequentados por homens e mulheres que propuseram um novo modelo interpretativo para o Brasil. Eram homens do início de um século que seria conhecido pelos atrativos das ciências. Foi aluno de eminentes professores da tradicional Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro: Afrânio Peixoto, Miguel Couto, Juliano Moreira e Fernando de Magalhães (cito apenas os nomes dos mestres que mais tarde viriam a ser arrolados como participantes de reuniões e discussões eugênicas). Palmier estava presente na saudação ao Professor Aloysio de Castro na FMRJ (1917) quando o professor Miguel Pereira proferiu a frase o “Brasil é um vasto hospital”, que jogava na consciência da nação um modo de explicar o país, pela doença.

Não era qualquer época para a medicina do país. Arthur Neiva e Belisário Pena já haviam empreendido a sua jornada pelo sertão e encontraram um povo doente à espera de intervenções sanitárias. Formava-se, na década em que Palmier estava frequentando os seus cursos superiores, um vocabulário médico-social que iria prestigiar, separar e permitir que a medicina adquirisse um caráter de ciência política e social pronto a atuar em um Brasil dos anos de 1920, 1930 e 1940 (os anos mais intensos dos projetos médico-sociais que Palmier encampara).

Na FMRJ também estudava naquela ocasião Renato Kehl, que haveria de se formar em 1915 e tornar-se-ia o principal representante da eugenia no Brasil, fundando a primeira sociedade eugênica da América Latina em 1917: a Sociedade Eugênica de São Paulo. Kehl, ao fundar a sociedade, estava apresentando em primeira mão algo novo? Certamente que não. A eugenia já circulava nas aulas ministradas na FMRJ, se considerarmos que a primeira tese sobre o assunto foi feita em 1914 pelo formando Alexandre Tepedino, com orientação do Professor Miguel Couto (Stepan, 2004; e Santos, 2008). O que dizer da tese de doutoramento de um colega de turma de Palmier Vianna(1918), que discorria sobre o mendelismo. Muitos professores tiveram os nomes arrolados nas entidades e encontros que reuniam eugenistas, entre eles Juliano Moreira participante da Liga Brasileira de Higiene Mental, Afrânio Peixoto e Fernando de Magalhães. As teorias de Galton, Lamark, Weismann e Mendel misturavam-se na cabeça daqueles artífices do progresso que estavam na FMRJ.

Aquela geração, que havia chegado à Faculdade ouvindo que se descobrira um Brasil doente que cabia regenerar, passava já a discutir como este sujeito “regenerado” haveria de ser aperfeiçoado. Não eram outros os tempos nem as pessoas com as quais Palmier convivia senão a vanguarda da medicina social brasileira. Responder o que isso produziu no jovem médico que deixava a Faculdade aos 25 anos, passa por considerar uma vontade enorme que carregou ao longo da vida de regenerar e aperfeiçoar o brasileiro.

De pronto aderiu a um dos movimentos de regeneração social do seu tempo, a alfabetização, abalizado por figuras de incontestável influência em sua geração médica, como o Professor Miguel Couto, patrono da sua turma em 1918 e uma das vozes mais ativas pela resolução dos problemas educacionais como forma de regenerar o país. Logo foi se incluindo na Liga Brasileira Contra o Analfabetismo e ajudou a criar a seção dela na região fluminense.

Ao chegar a São Gonçalo, município à beira da Baía de Guanabara, ao lado da Capital do Estado e próximo ao Distrito Federal, ele vai seguir um repertório aprendido nos seus lugares de formação: o hábito de escrita em jornais e periódicos, a prática do discurso e o envolvimento nas causas sociais e de cultura. No fundo, tenho dúvidas sobre se ele encontrou naquela São Gonçalo de 1919 as condições para exercer a sua profissão em medicina e pôr em prática a resolução das demandas em medicina social com que havia tido contato na FMRJ, ou se de foi aquela sociedade (uma parcela dela, é claro) que percebeu no jovem médico de boa oratória, envolvido nas questões nacionais, a possibilidade de auxiliá-la com a superioridade dos seus conhecimentos nas transformações que ela queria para si mesma.

Ao franquear-lhe o acesso aos jornais e a locais de sociabilidade, aquela sociedade forneceu espaços para a atuação do promissor médico. Sua integração, formas de tratamento e homenagens celebravam a conquista, por aquele grupo social, daquele indivíduo que ao longo de mais de 35 anos iria pensar uma São Gonçalo moderna de variadas formas, pela economia, cultura, política, saúde e educação. Ao fazer isto, assumiu as condutas esperadas de um médico social nos anos de 1920, 1930 e 1940, tornando-se formalmente um homem de política ao se candidatar a cargos eletivos, oferecer o seu apoio a candidatos, cobrar melhorias públicas, representar dirigentes

políticos e cumprir mandatos legislativos. Neste campo, aprendeu a colocar à frente de suas decisões o peso dos projetos sociais em que estava envolvido, errando por vezes, mas acertando muito mais, tendo fundamentalmente uma conduta legalista de crença nas instituições republicanas. Tinha gosto por esta forma de atuação em sociedade. Demonstrou ter consciência de que as mudanças sociais passavam pelas vias da política dos governos, dos homens públicos e principalmente dos orçamentos públicos. Soube medir que a intenção de promover a medicalização de uma sociedade, com a abertura de um hospital, estava pautada nos limites dos governos ao negar ou lhe providenciar recursos.

A república antes dos anos de 1930 não havia favorecido as obras médico-sociais em que estava interessado, mas havia lhe conferido notório prestígio entre os meios políticos fluminenses, como um artífice do progresso. A partir do movimento revolucionário de 1930, Palmier acabou sendo dissuadido a deixar sua posição legalista e aceitar o novo governo em função do seu discurso da via técnica e da fé na ciência, que entusiasmou boa parte dos membros da corporação médica e social. De fato, foi a década de 1930 que possibilitou a Palmier tirar do papel as ações que desde 1919-1920 (período da criação da Associação do Hospital de São Gonçalo) estavam sendo rascunhadas. Era chegada a hora das vias concretas, as campanhas se intensificaram, intelectuais, políticos e mulheres dispostas a fazer política e a ter ampliadas as suas práticas sociais foram aderindo. Logo havia entusiasmo da população, apoio político adequado (orçamentário) e doações da sociedade civil suficientes para terminar em 1934 o que havia começado mais de 14 anos antes, o Hospital. Era a primeira obra de uma sociedade civil em São Gonçalo e que acabou tornando-se um símbolo do que aqueles artífices do progresso local eram capazes de fazer.

A esta altura, já era hora de perseguir de forma objetiva outra demanda de sua geração, a qualidade do brasileiro, inscrita em termos de aperfeiçoamento da raça: eugenia.

O discurso de apresentação deste aperfeiçoamento ocorreu na 52ª sessão da Assembleia Constituinte do Rio de Janeiro (ACERJ). Nesta ocasião, ele proferiu um discurso para o projeto de Constituição do Estado no qual vinculou a assistência social à eugenia. Durante vários minutos, discorreu naquela sessão sobre alguns pontos

defendidos pelo movimento eugenista: exames pré-nupciais, esterilização e delito de contágio. Ao proferir aquele discurso, Palmier sinalizou claramente que representava naquele lugar as demandas consideradas elementares a um movimento que entre nós pretendia obstruir a doença para que esta não inviabilizasse, nascimento após nascimento, a nossa mistura, a nossa raça. Ele acreditava na viabilidade da nação. Para atingi-la, era preciso superar a doença e para isto Palmier receitava uma eugenia misturada à assistência social.

Ao congregar a eugenia e a assistência social, ele acenou para os limites da implantação dos elementos básicos da eugenia que sinceramente achava mais práticos para se deter a doença (tais como sífilis, tuberculose e alcoolismo, entre outras) que se entranhava “estranhamente” nas células reprodutivas e se infiltrava hereditariamente nos outros, causando sífilis, epilepsia, comportamentos inadequados e uma série de problemas que, postos em uma sociedade que tencionava ser economicamente ativa, fazia emperrar fatalmente a via do progresso pela industrialização, em função da doença e dos hábitos viciosos que afetavam os corpos e a própria ordem da cidade.

Ao dizer, em seu discurso sobre assistência social, que “a eugenia é hoje o elemento básico por excelência de toda a organização de assistência social, mas não será a eugenia contida em um dispositivo constitucional” (ACERJ, 1935:789), Palmier demonstrou percepção intelectual aguda dos limites políticos e culturais para a implantação de um plano mais eficiente de combate à doença. Ao pronunciar tal discurso apresentando todos os elementos do movimento eugênico, que tinha certeza que não sairiam do papel, ele produziu um jogo argumentativo em que a assistência social salvaria a própria ideia de se aperfeiçoar a raça. Mal ou bem, a tese recebia boa acolhida de um número significativo de políticos e intelectuais; o que estes não gostavam era das propostas feitas pelo movimento eugênico.

Mas o intelectual médico tinha uma alternativa a isto: uma assistência social eugênica que não era outra coisa senão a efetivação do que ao longo da vida havia sustentado. Acenava para a eugenia pela via de uma filantropia científica. Uma via muito mais lenta, que necessitava de colaboração constante de educadores, médicos, jornalistas e gente disposta a auxiliar. Qual era o fim pretendido? Melhorar a raça. Como? Incutindo normas médicas, asseio físico, educação e higiene, acreditando que os

fatores disgênicos daquela geração não passariam a outra, constringendo a raça, nascimento após nascimento, certo? Errado, para alguns cientistas. A melhora da nossa raça, para muitos homens de ciência do final dos anos de 1920, que haviam incorporado à sua formação os novos conhecimentos de genética, não passava pela filantropia científica e por uma assistência social, fazendo um trabalho de formiguinha geração após geração com cuidados do meio social. Para tais cientistas, este trabalho não tinha sentido; demonstravam apenas um desconhecimento mais profundo das leis genéticas de hereditariedade. Seria uma mistura equivocada das idéias de Galton e das proposições de Mendel e Lamark. Na verdade, as teorias francesas compartilhadas por Palmier – o neolamarckianismo – nunca poderiam acontecer. Mudanças sociais e higiene não tinham força de produzir mudanças genéticas; quando muito, venciam a doença daquela geração, diziam aqueles cientistas. Mesmo assim, veremos Palmier efetivando a partir dos anos de 1930 uma série de projetos em educação e saúde em época em que este caminho, que se dizia eugenia, já era tratado como um equívoco, senão uma tolice, por alguns cientistas e membros do movimento eugênico. Renato Kehl, muito à vontade nos anos de 1930, e Oscar Fontenele falavam categoricamente que era contraproducente amparar com assistência a todo e qualquer elemento, porque se ampararia também sujeitos ditos por eles como inferiores.

Não tenho dúvida que Palmier tinha conhecimento de todas estas vozes assíncronas. E o que ele fez? Continuou no mesmo caminho iniciado nos anos de 1920 e que em 1930 e 1940 recebiam apoio com algumas políticas públicas do governo. Ao fazer isto, ele simplesmente não fez outra coisa senão continuar no mesmo campo do início do projeto eugênico por aqui, considerando que mudanças sociais favoreceriam a raça. Outra questão era que existia ao seu lado um número imensamente maior de intelectuais médicos e políticos; por isso era melhor permanecer do lado das medidas sociais, da assistência e da alteração sanitária do meio em que viviam.

E que pessoas eram as beneficiárias? Os elementos que não faziam parte da sociedade culta. Estes elementos eram possuidores de um não saber, frequentemente contados como os pobres daquela sociedade. A parte culta da sociedade deveria pegá-los pelas mãos e colocá-los no caminho por ela julgado correto.

Não houve, por parte de Palmier e do grupo reunido para executar o projeto de assistência social eugênica, nenhum insulto àquelas pessoas que passavam pelas instituições de assistência medicalizada em São Gonçalo; no máximo, houve um jeito caricato de lidar com o sujeito atendido nas dependências do hospital que não refletia a opinião de todos os envolvidos mais daquele cronista (Anexo-E). As palavras mais ácidas foram dispensadas a um modo de agir em sociedade, reunido na figura do vadio. Este, sim, foi alvo de um medo de Palmier, aumentando o tom em combate a estes “infelizes”.

Na efetivação destas mudanças em sociedade, os alvos prioritários identificados pela ignorância ou pela naturalidade da ausência de conhecimentos foram a infância, objetivo primordial em educação e saúde, e logo após as mulheres mães de família. Sobre estes dois sujeitos socialmente medidos Palmier depositou a esperança da nação almejada, com a parte que lhe cabia: São Gonçalo.

O que foi dedicado a elas? Educação e saúde. Uma educação de qualquer tipo que lhe facilitasse a compreensão dos códigos de leitura e escrita? Não. Era uma educação que procurava no Brasil a formação de um ser humano que representasse um discurso moderno, cívico-patriota e bem disposto, pois possuía higiene física e estava munido de ensino profissional a favorecer a entrada do país na nova era.

Com educação poderiam ser favorecidas as principais mudanças apontadas por parte daquela geração de intelectuais médicos e educadores: sanear os instintos (moralizando-se os hábitos), oferecendo códigos culturais, compartilhamento de noções de higiene, promoção do ensino de um ofício e aquisição de uma conduta cívico-patriota. Ao olhar em perspectiva os lugares das práticas criados por Palmier e seu grupo, vê-se que promoveram isto. Uma educação que disciplinava os sentidos e higienizava os hábitos. Não havia espaço para a neutralidade, um ensino destituído de sentidos de indução de uma educação eugênica.

O discurso médico eugenista tinha também a sua parte pedagógica. Compartilhava, além da imposição desta disciplina pelos itens já mencionados, um saber relacionado à saúde, em termos de manutenção da vida, aquisição de bons costumes e aperfeiçoamento corporal.



Qual foi a finalidade de tudo isso? Oferecer a cada sujeito atendido nos lugares de assistência científica a passagem da ignorância à saúde. Tornar-se sadio era a senha para o futuro. Foi o ciclópico discurso de saúde, em uma São Gonçalo rural com zonas de industrialização surgidas nos anos de 1930 e 1940, que deu ainda mais sentido à tarefa de pegar as mães e as crianças pelas mãos e colocá-las em instituições produzidas por aqueles intelectuais para que, pela via da educação e da saúde, teriam franqueado o acesso a mudanças sociais e as fariam colaborar com a modernidade do país.

Depois de 1942, não foram inauguradas novas instituições. Palmier, no entanto, manteve-se nas linhas defendidas ao longo da vida. As instituições iam se esgotando ao longo das décadas de 1940/1950, mas o intelectual permanecia dentro do projeto iniciado nos anos de 1920 e continuava a escrever em jornais sobre os núcleos geradores dos seus projetos<sup>1</sup>.

Um ano antes de sua morte, Palmier escreve o texto intitulado “São Gonçalo de ontem e de hoje” em que faz uma reflexão sobre o lugar a que, ao longo de mais de trinta anos, esteve vinculado, instigando as futuras gerações do local pelas realizações de um grupo de artífices responsáveis por implantar diversas instituições que promoveram mudanças sociais no município.

---

<sup>1</sup>Neste período da década de 1940 e 1950, Palmier continuou a escrever alguns temas vinculados aos projetos em torno da infância e da maternidade. Muitos destes artigos já foram citados neste trabalho, demonstrando uma unicidade discursiva deste intelectual ao longo do tempo.

PALMIER, Luiz. Livremos nossas crianças das garras da tuberculose e de outras doenças. *O São Gonçalo*, São Gonçalo, p.2, 16 dez. 1947.

Idem. Médicos educadores: professor Oscar Clark. *O São Gonçalo*, São Gonçalo, p.2, 22 fev. 1948.

Idem. Festas Escolares. *Correio Gonçalense*, São Gonçalo, p.1, 7 dez. 1952.

Idem. Ensino Profissional. *Correio Gonçalense*, São Gonçalo, p.2, 14 dez. 1952.

Idem. Atividades acadêmicas. *Correio Gonçalense*, São Gonçalo, p.2, 21 dez. 1952.

Idem. Alunos e professores. *Correio Gonçalense*, São Gonçalo, p.1, 4 jan. 1953.

Idem. Solidariedade. *Correio Gonçalense*, São Gonçalo, p.1, 8 mar. 1953.

Idem. Código do bom cidadão. *Correio Gonçalense*, São Gonçalo, p.2, 15 mar. 1953.

Idem. O exemplo das normalistas. *Correio Gonçalense*, São Gonçalo, p.2, 29 mar. 1953.

Idem. Religião e ginástica. *Correio Gonçalense*, São Gonçalo, p.1, 14 abr. 1953.

Idem. Mães. *Correio Gonçalense*, São Gonçalo, p.1, 10 mai. 1953.

Idem. Comemorações cívicas. *Correio Gonçalense*, São Gonçalo, p.1, 17 mai. 1953

Idem. Conselho às mães. *Correio Gonçalense*, São Gonçalo, p.2, 31 mai. 1953.

Idem. Paralisia infantil. *Correio Gonçalense*, São Gonçalo, p.1, 14 jun. 1953.

Idem. Assistência Social. *Correio Gonçalense*, São Gonçalo, p.1, 19 jul. 1953.

Idem. Grupo Escolar Luciano Pestre. *Correio Gonçalense*, São Gonçalo, p.1, 18 out. 1953.

Idem. Semana da Criança. *Correio Gonçalense*, São Gonçalo, p.1, 1 nov. 1953.

Idem. Educandários Gratuitos. *Correio Gonçalense*, São Gonçalo, p.2, 22 nov. 1953.

A história contemporânea de São Gonçalo será para as gerações futuras uma grande lição, um altiloqüente exemplo de trabalho fecundo, uma permanente contemplação em torno de uma série de fatos, feitos, vitórias, conquistas e não menores demonstrações progressistas de uma era nova nos fastos gonçalenses.

(...) Somente bastará nos reportamos ao século XX ou mais propriamente a nova era de progresso mais intensivo, nos domínios da lavoura, do comércio, das indústrias, dos transportes, dos esportes, das diversões, da assistência social e médico social, da educação, da cultura, enfim múltiplos e mais variados setores das atividades humanas<sup>2</sup>.

Diferentemente da amnésia voluntária que se espalhou sobre o eugenismo, Palmier passou despercebido às críticas ao longo dos anos. Nunca esteve sozinho, a julgar pelas formas de consagração do seu nome, dado a ruas, escola, praça pública e hospital. Isto se deve em parte à forma como a sociedade e alguns estudos encaram este intelectual, focando em seus esforços em assistência social. O presente estudo preferiu olhar o núcleo gerador de suas ações para trazer outros olhares, historiando-lhe as ideias de sua medicina social e as vinculando ao movimento eugênico brasileiro. Este caminho não representa uma mancha; antes, porém, foi uma opção da medicina disponível em seu tempo, a qual, ao observarmos de novo ângulo sua obra e formas discursivas, nos transmite uma resposta, a de ser uma saída às questões nacionais por uma eugenia genuinamente brasileira.

---

<sup>2</sup> PALMIER, Luiz. São Gonçalo de ontem e de hoje. *O São Gonçalo*, São Gonçalo, p.1, 1 abr. 1954.

## FONTES E REFERÊNCIAS

### **Grupo de Pesquisa História de São Gonçalo: memória e identidade.**

Fundo Luiz Palmier.

Jornais

Ilustração Fluminense (1921-1924)

A Gazeta (1919-1937)

O São Gonçalo (1931-1955)

O Arauto (1940-1947)

Correio Gonçalense (1952-1955)

O Sapucaense (1914 e 1954)

Revistas:

Letras Fluminenses (1950-1952)

Publicações (Livros)

PITANGA, Nicomendes. *Rosicler e Trevas*. Niterói: Gráfica Dias Vasconcelos, 1938.

### **Biblioteca Nacional (Periódicos)**

O Estado (1932-1939)

O Quinto Distrito (1930-1942)

A Noite (1915-1922)

O Paiz (1915-1922)

Gazeta de Notícias ( 1915)

O Fluminense (1915-1942)

O Arealense (1915-1921)

### **Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.**

ANAIS . *Assembleia Constituinte do Estado do Rio de Janeiro* (1935). Oficinas Gráficas do Diário Oficial, Niterói: 1935.

ANAIS. *Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro* (1936-1937). Oficinas Gráficas do Diário Oficial, Niterói: 1937.

APERJ-DOPS. Pasta nº 47, Prontuário 10.0004 caixa 2875; for 133- Polícia civil do Estado do Rio de Janeiro 3ª Delegacia auxiliar: seção de ordem política e social.

**Casa de Oswaldo Cruz – Biblioteca e arquivo**

PRIMEIRO CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA(PCBE). Atas e trabalhos: v. 01, 1929.

ARQUIVOS BRASILEIROS DE HIGIENE MENTAL. Periódico da Liga Brasileira de Hygiene Mental. Rio de Janeiro: 1931.

Carta de Belisário Pena a Monteiro Lobato em 1928. Fundo Pessoal Belisário Pena, COC/Fiocruz.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira Alves...[Etal.](coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro, Pós 1930*(DHBB). ed. Rev. e atual.- Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001.
- ANNAES DE EUGENIA. São Paulo: Sociedade Eugênica de São Paulo. Edição da Revista do Brasil, 1919.
- ANTUNES, José Leopoldo Ferreira. *Medicina leis e moral: pensamento médico e comportamento no Brasil(1870-1930)*. São Paulo: Unesp, 1999.
- ARAÚJO, Marcelo da Silva. *Construindo narrativas: o Hospital de São Gonçalo nas fotografias de Luiz Palmier – 1931-1942*. 2004. 84 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo-RJ.
- BARTHES, Roland. *A câmara clara: notas sobre a fotografia*. Trad. Julio Castanõn Guimarães. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- BONATO, Naida Marinho da Costa. *Uma escola de formação profissional para o sexo feminino no Distrito Federal: A Escola Profissional Paulo de Frontin*. Disponível em: <[www.anped.org.br/reunioes/24/P0252569304769.doc](http://www.anped.org.br/reunioes/24/P0252569304769.doc)>. Acesso em 01 nov. 2011.
- BRAGA, Maria Nelma Carvalho. *O município de São Gonçalo e sua história*. São Gonçalo-RJ: edição independente, 1997.
- BUENO, Antonio Henrique da Cunha; BARATA, Carlos Eduardo de Almeida. *Dicionário das Famílias Brasileiras*(DFB). Rio de Janeiro, Tomo I. Vol. 1999.
- CARVALHO, Marta M. Chagas de. *A Escola e a República*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.
- \_\_\_\_\_, Marta M. Chagas de. Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas. In: *História Social da Infância no Brasil*. (Org.) Marcos Cesar de Freitas. 2006, Ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- CARVALHO, Sérgio. *Hora da Ginástica: Resgate da Obra do Professor Oswaldo Diniz Magalhães*. Santa Maria. UFSM, 1994.
- CIAVATTA, Maria. *O mundo do trabalho em imagens: a fotografia como fonte histórica*(Rio de Janeiro, 1900-1930). Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- COSTA, Jurandir Freire. *A Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.
- COSTA, Nilson do Rosário. *Luta urbanas e controle sanitário, origens da política de saúde no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- COUTO, Miguel. *No Brasil só há um problema nacional: a educação do povo*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Comércio, de Rodrigues & C, 1927.
- CUNHA, Luiz Antônio. *O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: FLACSO, 2005.

DEPARTAMENTO NACIONAL DA CRIANÇA, (DNC). *Associações de proteção à maternidade e à infância*. 4ª ed. (Coleção D.N.Cr-96) Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

CASA DE OSWALDO CRUZ. *Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)*. Fiocruz. Disponível em: <<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>>. Acesso em: 3 set. 2011.

DIWAN, Pietra. *Raça Pura: uma História da Eugenia no Brasil e no Mundo*. São Paulo Contexto 2007.

DOMINGUES, Octávio. *Hereditariedade e eugenia: suas bases theoricas, suas aplicações práticas*. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 1936.

\_\_\_\_\_, Octavio. *A hereditariedade em face da educação*. São Paulo: Melhoramentos, 1929.

DREYFUS, André. *O estado atual do Problema de Hereditariedade*. In: Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, Actas de trabalhos: Rio de Janeiro, 1929.

DUBOIS, Philippe. *O Ato fotográfico e outros ensaios*. Trad. Marina Appenzeller. Campinas, SP: Papirus, 1993.

ESSUS, Ana Maria M. de S. *Sob o signo da imagem: a produção fotográfica e o controle dos códigos de representação da classe dominante, no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XX*. 1990. 207 f. Dissertação (Mestrado em História): Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ.

\_\_\_\_\_, Ana Maria M. de S. Olho da História: Análise da imagem fotográfica na construção de uma memória sobre o conflito de Canudos. In. *Acervo*: Rio de Janeiro, v.6,nº1-2, jan\dez,1993.

FERREIRA, A. B. H. *Aurélio século XXI: o dicionário da Língua Portuguesa*. 3ª. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FILHO, Lino Castellani. *Educação física no Brasil: a história que não se conta*. Campinas, SP: Papirus, 1988.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. Tradução. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 2ª ed. São Paulo. Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_, Michel. *Microfísica do Poder*. (Org.) Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

\_\_\_\_\_, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Trad. de Raquel Ramalhete. 34ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

FRAGA, Clementino. *Médicos educadores*. Rio de Janeiro: A noite editora. 1941.

FREIRE, Maria Martha de Luna. *Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

FREITAS, Marcos Cezar de. História da infância no pensamento social brasileiro. Ou fugindo de Gilberto Freyre pelas mãos de Mário de Andrade; In: *História social da Infância no Brasil*. (Org.) FREITAS Marcos Cezar. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala. 40ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GIL, Carmem Guimarães. *Instrução cívica, de acordo com os programmas mais recentes das escolas primárias*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1926.

GONÇALVES, Márcia de Almeida. *Entre o local e o nacional: uma reflexão sobre ética de pertencimentos e identidades sociais*. Disponível em: <[www.historiadesaogoncalo.pro.br/hp\\_hsg\\_lista\\_artigos.htm](http://www.historiadesaogoncalo.pro.br/hp_hsg_lista_artigos.htm)>. Acesso em: 12 nov. 2011.

GOFF, Jacques Le. *Documento/monumento* In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984.

GONDRA, José Gonçalves. *A arte de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

\_\_\_\_\_, José Gonçalves. Modificar com brandura e prevenir com cautela; Racionalidade médica e higiene da infância. In: FREITAS, Marcos Cezar de; KUHLMANN JUNIOR, Moysés (Orgs.). *Os intelectuais na história da infância*. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_, José Gonçalves. Filhos da Sombra: os “engeitados” como problema da “Higiene” no Brasil; In: FARIA FILHO, Luciano Mendes. *A infância e sua educação, matérias, práticas e representações (Portugal e Brasil)*. [Org.], Belo Horizonte: Autentica, 2004.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares. *O Mundo da criança: a construção da infância na literatura (1900-1935)*. 1997. 357 f. Tese (doutorado em Educação) – Faculdade de Educação – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, (mimeografada).

HERSCHMANN, Micael M; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. *A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

HOFBAUER, Andreas. Uma história de branqueamento ou o negro em questão. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil*. São Paulo: HUCITEC, ANPOCS, 1998.

\_\_\_\_\_, Gilberto. A saúde Pública em tempos de Capanema: continuidades e inovações. In: BOMENY, Helena. *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

\_\_\_\_\_, Gilberto; FONSECA, Cristina. A Primeira conferência Nacional de Saúde: reformas, políticas e saúde pública em debate no Estado Novo. In: GOMES, Angela de

Castro(Org). *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Cortês; CELATS: Lima, Peru, 2009.

KEHL, Renato. *A cura da Fealdade. Eugenia e medicina social*. São Paulo: Monteiro Lobato, 1923.

\_\_\_\_\_, Renato. Limitação da Natalidade. *Boletim de Eugenia*. 1929a.

\_\_\_\_\_, Renato. *Lições de Eugenia*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1929b.

\_\_\_\_\_, Renato. A Eugenia na Prática individual. In: *Boletim de Eugenia*. São Paulo, ano IV. out. \ dez. 1932.

\_\_\_\_\_, Renato. *Aparas eugênicas: sexo e civilização(novas diretrizes)*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1933.

KOSSOY, Boris. *Realidade e Ficções na trama fotográfica*. 2ª ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.

\_\_\_\_\_, Boris. *Fotografia & História*. São Paulo, 2ª Ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

KUHLMANN JUNIOR, Moysés. *Infância e educação infantil, uma abordagem histórica*. Porto Alegre: Mediação, 1998.

\_\_\_\_\_, Moysés & Fernandes, Rogério. Sobre a história da Infância; In: FARIA FILHO, Luciano Mendes. *A infância e sua educação, matérias, praticas e representações (Portugal e Brasil)*. Belo Horizonte: Autentica, 2004.

LACERDA, Renato de. *Perfis Poéticos, sonetos com ligeiros traços bio-bibliográficos*. Niterói: EDIÇÕES PAISAGEM, 1953.

LAJOLO, Marisa. *Monteiro Lobato*. São Paulo: Brasilense. 1985.

LEITE, Miriam Moreira. *Retratos de família: leitura da fotografia histórica*. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

LIMA, Géron Zanetta de. *Saúde escolar e educação*. São Paulo: Cortez, 1985.

LOBATO, Monteiro. Problema Vital. In: *Obras completas de Monteiro Lobato*. São Paulo: Brasiliense.1957.

LUZ, Madel Therezinha. *As instituições médicas no Brasil: instituições e estratégias de hegemonia*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. *A medicalização da raça: médicos educadores e o discurso eugênico*. Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 1994.



MIGUEL, Maria Lúcia Cerruti. A fotografia como documento, uma instigação à leitura. In: *Acervo*: Rio de Janeiro, v.6,nº1-2, jan\dez,1993.

MONARCHA, Carlos. *A reinvenção da cidade e da multidão: dimensões da modernidade brasileira: a escola nova*. São Paulo: Cortez, autores associados. 1990.

MOURA, Olegário de. Saneamento - eugenia- civilização. *Annaes de Eugenia*: 83-90, 1919.

MOTT, Maria Lucia. Maternalismo, políticas públicas e benemerência no Brasil(1930-1945). *Cadernos Pagu*, Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, n. 16, p199 234, 2001.

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo: EPU; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1976.

NEIVA, Artur e PENA, Belisário. *Viagem Científica: pelo Norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiás*. ed. Fac-similar. Brasília: Senado Federal, 1999.

NOFUENTES, Vanessa Carvalho. *Um desafio do tamanho da nação: a campanha da Liga Brasileira Contra o Analfabetismo Rio de Janeiro: 2008*. 162 f., (Dissertação de Mestrado). Departamento de História, PUC-RIO.

NOGUEIRA, Lacerda. *A mais antiga escola normal do Brasil, 1835-1935*. Niterói: Diário Oficial, 1938.

PAIM, Antônio; BARRETO, Vicente. Liberalismo, autoritarismo e conservadorismo na República Velha, In: *Evolução do pensamento político brasileiro*. Rio de Janeiro: Itatiaia, 1989.

PALMIER, Luiz. *São Gonçalo Cinquentenário, história, estatística e geografia*. São Gonçalo: IBGE, 1940.

PEIXOTO, Afrânio. *A Minha terra e a minha gente*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1916.

PITANGA, Nicodemendes. Rosicler e trevas. Niterói: Gráfica Dias Vasconcelos, 1938.

REA, Maria Ferreira. Substitutos do leite materno: passado e presente. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 24, n.3, p. 241-249, 1990.

REZNIK, Luís; FERNADES, Rui Aniceto. Luiz Palmier e a conformação da São Gonçalo moderna. In: REZNIK, Luís. *O intelectual e a cidade: Luiz Palmier e a São Gonçalo moderna*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003.

\_\_\_\_\_, Luís; ARAÚJO, Marcelo da Silva. Imagens constituindo narrativas: fotografia, saúde coletiva e construção da memória local. In: *História, Ciência, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, V. 14 nº3-Julho- Setembro, 2007.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. *História da educação brasileira: a organização escolar*. 4ª ed. São Paulo: Moraes, 1982.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. *Imagens do Analfabetismo: a educação na perspectiva do olhar médico no Brasil dos anos 20*. 1995. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP.

\_\_\_\_\_, Heloísa Helena Pimenta. *A higienização dos costumes: educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo(1918-1925)*. Campinas-SP: Mercado das Letras; São Paulo: Fapesp, 2003.

ROCHA, José Martinho da. *Introdução a história da puericultura e pediatria no Brasil*. Rio de Janeiro, 1947.

RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

SANTOS, Ricardo Augusto dos. *Pau que nasce torto, nunca se indireita! E quem é bom, já nasce feito? Esterilização, saneamento e educação: uma leitura do eugenismo em Renato Kehl(1917-37)*. 2008. 257 f. Tese (doutorado em história) Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, Niterói-RJ.

SOUZA, Cynthia Pereira de. Saúde, educação e trabalho de crianças e jovens: a política social de Getúlio Vargas. In: GOMES, Angela de Castro(Org). *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

STEPAN, Nancy Leys. Eugenia no Brasil. In: *Cuidar controlar, curar: ensaio histórico sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. (Org.) Gilberto Hochman. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

\_\_\_\_\_, Nancy Leys. *A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

VIANNA, Luiz. *Em torno do Mendelismo*. Nictheroy, 1918. Teses (Doutoramento) FACULDADE DE MEDICINA DO RIO DE JANEIRO. Enc. V. 582.

**ANEXO-A: PROJETO DO DR. AMAURY DE MEDEIROS PARA EXAME MÉDICO PRÉ-NUPCIAL.**

O Congresso Nacional resolve:

Art. 1º - Além dos documentos mencionados no art. 180 do Código Civil para a habilitação de casamento, deverá figurar um certificado médico datado de cinco dias, no maximo, antes do acto, sempre que o pae, tutor ou curador de um dos nubentes menores, ou um delles directamente, notificar ao juiz o desejo de um “exame médico pré-nupcial”, ou houver denuncia fundamentada por pessoa idônea de que um dos contrahentes tem defeito physico irremediável ou doença transmissível ao outro cônjuge ou á prole.

1º- Consideram-se doenças transmissíveis ao outro cônjuge ou á prole, para effeitos do artigo supra: a tuberculose aberta, a lepra, a syphilis contagiante, a blennorrhagia, o cancro venéreo, a epilepsia confirmada, a idiota, a imbecilidade e a alienação mental sobre qualquer de suas formas.

2º-O juiz guardará reserva sobre o motivo que levou a exigir o exame médico pré-nupcial ficando a seu critério, no caso de denuncia, o julgamento da idoneidade do denunciante.

Art. 2º- O exame médico será realizado por um clinico indicado pelos nubentes e acceto pelo juiz e na falta deste, por perito escolhido entre os clínicos dos serviços de Saúde Pública.

1º- Para os nubentes do sexo feminino o exame se limitará as práticas da clinica geral e as provas de laboratório, a menos que a gravidade da denuncia imponha a necessidade de provas gynecologicas.

2º- Deante de um certificado médico que implique no veto do casamento, o nubente que se julgar prejudicado poderá recorrer ao juiz que designará dois outros peritos para novo exame. Se o segundo certificado ainda for contrario ao casamento, novos exames poderão ser feitos com intervallos mínimos de seis meses.

Art 3º - Quando o casamento se tiver realizado sem exame medico pré-nupcial, e um dos nubentes fizer prova de um dos motivos que o teriam impedido, o contracto será annullavel, nos termos do artigo 218 a 224 do Código Civil, e se tiver havido contaminação, o conjugue culpado será responsável por uma indemnização correspondente ao tratamento da victima ou passível das penas constantes do artigo 304 do Código Penal, referente aos delictos corporaes, salvo se a isso se oppuzer a victima.

Art. 4º- Quando na jurisdição da autoridade que tiver que realizar o casamento não houver medico o exame poderá ser dispensado, justificando-se no processo a impossibilidade de realizalo. Se, porém, a doença for notória, o exame será exigido.

Art. 5º - Quando o casamento se tiver realizado em face de um atestado medico favorável e se verificarem as mesmas hypoteses previstas no artigo anterior, o medico attestante será passível das disposições dos artigos 361, 262 e 306 do Código Penal referentes ao falso testemunho e á imperícia.

Art. 6º - Fica o governo autorizado a organizar onde e quando julgar conveniente, nos seus centros sanitários, consultórios gratuitos especiais para realizar tratamento conveniente, fornecer certificados para effeitos de casamentos e redigir conselhos a serem distribuídos systematicamente pelos officiaes do registro civil aos candidatos ao matrimonio.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Apresentado a Câmara Federal em 1928.

Projeto do Dr. Amaury de Medeiros para exames médicos pré-nupciais. Apud. MARQUES, Vera Regina Beltrão. *A medicalização da raça: médicos educadores e o discurso eugênico*. Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 1994, p.155.

**ANEXO-B: PROJECTO DE LEI ALERJ, Nº 357, DE 1936: PLANO GERAL DE EDUCAÇÃO PHYSICA.**

Autores: Luiz Palmier e Hernani Mello

Art. 1º Fica o Governo autorizado a organizar um Plano Geral de Educação Physica, Para execução pelo Departamento de Educação e Iniciação do Trabalho.

Art. 2º Na organização e execução do Plano Geral de Educação Physica serão rigorosamente obedecidas conquistas das modernas escolas de Educação Physica.

Art.3º Constará do Plano Geral uma Escola de Educação Physica para a qual poderam ser comissionados officiaes do Exército ou da Força Militar diplomados pela Escola de Educação Physica do Exército.

Art. 4º Para organização do Plano Geral e da Escola de Educação Physica poderá ser organizado uma comissão central constituída de technicos e representantes das instituições existentes no Estado.

Art. 5º Em todos os institutos de ensino primários, secundários ou profissional, mantidos pelo Estado ou particulares, será obrigatório o ensino da Educação Physica nos moldes apontados pelo Plano Geral de Educação Physica.

ANAIS ALERJ, 1936:3; sessão do dia 28 de novembro.

## ANEXO-C: PARECER AO PROJETO Nº 357 DE 1936 PELA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO

(...) O projeto examinado encerra sem duvida materia de incontestável finalidade social. Todavia com esta elle redigido não poderá com pezar nosso merecer approvação pelas razões seguintes.

Precentua o parágrafo 1º do Art. 1º de nossa Constituição - e defeso a qualquer dos poderes delegar a outros o exercício de suas atribuições.

Pelo Art. 124 ainda da Constituição Estadual o Estado organizará os serviços de educação de Hygiene e de Saúde Publica... de acordo com os preceitos da legislação federal applicável. Ora o Art. 1º do presente projeto autoriza o governo a organizar um Plano Geral de Educação Physica. Evidentemente parece-nos que este artigo infringe o dispositivo do parágrafo 1º da Constituição do Estado.

Achamos que a esta Assembléia competeria elaborar o referido Plano.

Ainda em o Art. 131 da nossa Constituição lê-se, textualmente: São Obrigatórios nas Escolas publicas primarias e nos institutos normaes cursos de educação Physica e sanitária. Portanto, o Art. 5º do projecto examinado é em parte innocuo e em parte inconstitucional.

Innocuo porque o Art. 131 da Constituição Estadual, Já determina a obrigatoriedade da cultura nas Escolas Publicas Primarias e nos cursos normaes.

È inconstitucional porque pretende intevir no ensino secundário que é de accordo com a Constituição Federal de competência do Departamento Nacional de Ensino. Com relação à a obrigatoriedade da instrução physica nos cursos particulares, achamos intervenção demasiada salvo aqueles submetidos á inspecção do governo; entretanto para esses, já o Art. 131 estabelece a obrigatoriedade.

Do exposto concordamos em these que a adopção de um Plano Geral de Cultura Physica é de interesse público incontestável, e preciso fora o poder legislativo estadual delle cuidar, si não tivéssemos conhecimento do Plano Nacional de Educação que é objecto das preocupações do governo federal e ao qual temos que nos restringir(...).

ANAIS ALERJ, 1936:3; sessão do dia 24 de dezembro.

**ANEXO-D: DISCURSO PRONUNCIADO NA INAUGURAÇÃO DO IGAMI.**

AUTORA: OLGA BENEVIDES PALMIER: PRESIDENTE DA INSTITUIÇÃO.

“Exmo Sr. Dr. Prefeito Municipal. Meus senhores. Dedicadas companheiras de lutas.

A assistência social representa conquista das maiores das sociedades cultas, nos domínios da educação ou da assistência médico social. É o apanágio dos centros em que a civilização alcançou o apogeu

A mentalidade estreita dos pessimistas pretende sempre que só aos governos E governantes cabe a ação em favor dos desprotegidos. Seria a assistência oficial como Instituição predominante. Felizmente para nós assim não é empreendido nas sociedade modernas.

A iniciativa privada tornou-se elemento de real valor em todos os setores das actividades filantrópicas. Da cooperação de governo e povo muito deve ser esperado em prol das classes menos favorecidas pela sorte.

Em todos estes múltiplos aspectos da solidariedade humana cabe a mulher a posição predominante. Amparar os que sofrem, procurar minorar esses males individuais, verdadeiras chagas da sociedade, é missão divina, da qual devemos ser colaboradores de boa vontade.

Contribuir para a educação do povo é dever dos maiores. Em todas as idades há oportunidades para um aperfeiçoamento físico, moral ou intelectual.

Platão assim proclamava achando que- “a educação deve começar antes do nascimento”. Aqui estamos para recolher o saber e a experiência dos mestres, dos técnicos e dos estudiosos, aplicando este conhecimento em benefício da coletividade sofredora.

Instituições outras cuidarão de modalidades diversas de assistência. Um exemplo - o Hospital de S. Gonçalo com os seus serviços, de todos conhecidos e proclamados por gregos e troianos.

Contribuiremos nós as mulheres hamantes desse torrão glorioso que é São Gonçalo, da assistência ás mães e as crianças.

Será pouco!

Bem o sabemos entretanto, tudo daremos, eu estou certa por esse ideal de sã filantropia. Ideal que não é meu, nem da directoria, conselhos ou associadas do Instituto Gonçalense de Amparo à Maternidade e à Infância. Ideal que será sim de um povo que sabe querer e pretende tudo realizar pelo bem da coletividade de que é parte.

Ideal que saberemos concretizar nos mais são princípios para o bem comum. Cuidando das mães e das crianças bem reconhecemos estar cuidando do aperfeiçoamento da raça, do futuro das gerações e da grandeza da pátria. Com esses nobres objetivos conclamamos todos os gonçalenses para essa cruzada de fé e altruísmo.”

Semana da Criança. *O São Gonçalo*, São Gonçalo, p.1, 15 out. 1939.

Meu cumpade Bartaza,  
Amigo de estimação.  
Quêra, cum esta, aceitá  
O meu aperto de mão.

Fez força memo de fato  
e pru móde isso ganho  
de bronzo feito o retrato  
e o cargo de Diretô!

Cumo vai a sra. Gertude  
e mais seu filho Nonhô?  
Nós estamo cum saúde,  
Graças a nosso Senhô!...

Lá do 2º, districto  
o seu Lacelda que é canto,  
fez tudo fazê bonito  
como homenagem ao douto!

Eu desejo que vancê  
Que mora lá na cidade,  
mande cumpade, dizê,  
o que houve de verdade.

Eu não pude, meu cumpade,  
assisti a discursêra;  
foi memo pru infelicidade  
que perdi a pagodeira !

Sobre a festa do Hospitá  
que em S. Gonçalo, fizeram:  
si foi cousa de assombrá,  
si foi causa marca zero...

Mais os que foi me contou,  
tava tamem nos jorná,  
qui inté mêmo o intrentô  
Veio pra vê o Hospitá!

Nós pru cá nas redondeza,  
Só escutemo falá  
Na ta festa beleza,  
Do ta famado Hospitá!

Os pobre já anda contente  
Pru que pode se tratá,  
lógo que caia doente  
e só corrê pra o hospitá!...

E tudo veve contente  
Cum este fato reá  
e diz: só morre o doente  
qui não fô pra o Hospitá!

Viva o doutô Parmié  
Cum toda a sua famia;  
viva o prefeito Migué  
que é da mesma campânia!

O seu douto Parmié  
-lutando com bizzarria  
mostrou sê homem de fé,  
de valô e simpatia...

Agora, meu Bartazá,  
Que falei um bandão vou lhi pedi  
pra abraçá o teu cumpade:

**Assunção!...**

A Festa do Hospitá, carta lá de Riba. *O  
São Gonçalo*, São Gonçalo, p.1, 22 mar.  
1934.